

JAN-JUN/2023

Dossiê temático

Lutas sociais, ofensiva neoliberal e Serviço Social

resistências e articulações internacionais

LIBERTAS

ON LINE

CAPA / PINTURA: Antonio Berni, Manifestación (1934)

VOLUME 23

NÚMERO 1

e-ISSN 1980-8518

REVISTA DA FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL - UFJF
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

REVISTA

LIBERTAS^{ON LINE}

Revista de Serviço Social
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação em Serviço Social
Universidade Federal de Juiz de Fora

ISSN 1980-8518

DOSSIÊ:

Lutas Sociais, Ofensiva Neoliberal e Serviço Social

VOLUME 23

NÚMERO 1

JANEIRO-JUNHO

ANO 2023

EXPEDIENTE

FOCO E ESCOPO

A **Revista Libertas**, criada em 2001, é uma publicação semestral da Faculdade de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Seu objetivo é estimular o intercâmbio da produção intelectual, de conteúdo crítico, produzida a partir de pesquisas empíricas e teóricas, no âmbito brasileiro e internacional, sobre temas atuais e relevantes da área do Serviço Social e das Ciências Sociais e Humanas, com as quais mantem interlocução.

EDITORES

Dr. Ronaldo Vielmi Fortes, Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil. Editor-chefe.

Dr^a. Carina Berta Moljo, Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil. Editora-adjunta.

Dr^a. Isaura Gomes de Carvalho Aquino, Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil. Editora-adjunta.

Dr^a. Mônica Aparecida Grossi, Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil. Editora-adjunta.

Esp. Luciano Cardoso de Souza, Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil. Editor-executivo.

CONSELHO EDITORIAL

Alcina Maria de Castro Martins, Instituto Superior Miguel Torga, Portugal; Carina Berta Moljo, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil; Caterine Reginensi, Ecole Nationale Supérieure Agronomique de Toulouse, França; Elizete Menegat, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil; Íris Maria de Oliveira, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil; José Paulo Netto, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil; Margarita Rozas Pagaza, Universidad Nacional de La Plata, Argentina; Maria Aparecida Tardim Cassab, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil; Maria Beatriz Abramides, Pontifícia, Universidade Católica de São Paulo, Brasil; Maria Patricia Fernandes Kelly, Princeton University, EUA; Maria Rosangela Batistoni, Universidade Federal de São Paulo, Brasil; Marilda Vilella Iamamoto, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Brasil; Nicolas Boutes, Universite de Caen Normandie, França; Olga Mercedes Paez, Universidad Nacional de Córdoba, Argentina; Roberto Orlando Zampani, Universidad Nacional de Rosario, Argentina; Rosangela Nair Carvalho Barbosa, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Brasil; Silvia Fernandes Soto, Universidad Nacional de Tandil, Argentina; Xabier Arrizabalo Montoro, Universidad Complutense de Madri, Espanha.

Faculdade de Serviço Social – UFJF
Programa de Pós-graduação em Serviço Social

Editores:

Ronaldo Vielmi Fortes (editor-chefe)
Carina Berta Moljo (editora-adjunta)
Isaura Gomes de Carvalho Aquino (editora-adjunta)
Mônica Aparecida Grossi (editora-adjunta)
Luciano Cardoso de Souza (editor-executivo)

Editores de Leiaute:

Luciano Cardoso de Souza
Ronaldo Vielmi Fortes

CAPA/PINTURA: BERNI, Antonio. *Manifestación*, 1934.

ARTE CAPA: Ronaldo Vielmi Fortes
Juiz de Fora/MG, junho, 2023

FICHA CATALOGRÁFICA

Revista Libertas / Universidade Federal de Juiz de Fora, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Curso de graduação em Serviço Social. – n.1 (abril, 2001) –.

– Juiz de Fora, ano 2023 –

v.23 nr. 1.

Semestral

Resumo em português e inglês

Vinculada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social e ao Curso de Graduação em Serviço Social.

Versão online ISSN 1980-8518

1. Serviço Social. 2. Periódico. I. Universidade Federal de Juiz de Fora, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. II. Universidade Federal de Juiz de Fora, Curso de Graduação em Serviço Social.

Publicação indexada em:



Editorial: IX

O Serviço Social diante da ofensiva neoliberal:
os aspectos sociais e a pandemia

Dossiê:

Lutas Sociais, Ofensiva Neoliberal e Serviço Social

A ofensiva do capitalismo neoliberal contra a Mãe Terra	1
Michael Löwy	
Ofensiva ultraneoliberal no capitalismo em crise no Brasil e no mundo	10
Elaine Rossetti Behring	
La nueva resistencia popular em América Latina	23
Claudio Katz	
Serviço Social - Internacionalizar é preciso!	35
Berta Granja Nuno Pires	
Cooperação internacional em Serviço Social: uma revisão de literatura	49
Maria Lúcia Teixeira Garcia Gary Spolander	
Convergencias de la Reconceptualización del Trabajo Social en Argentina, Chile y Colombia	70
Sergio Quintero Londoño	
Entre os objetivos profissionais e institucionais: fortalecendo o Serviço Social	85
Rodrigo José Teixeira	

Artigos Fluxo Contínuo

Violência sem véu: uma reflexão inspirada na experiência como Assistente Social	103
Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eiras Joyce Queiroga Resende	
Mortes Violentas Intencionais dos/as negros/as brasileiros/as: ensaios sobre seus determinantes	122
Francisco Flavio Eufrazio	

“Eu sou grande, você é pequena”: o direito da criança ao respeito e os fundamentos jurídicos para sua concretização no Brasil	141
Anna Paula Bagetti Zeifert Schirley Kamile Paplowski	
Reflexões sobre o dueto família e gênero na política de saúde brasileira	165
Edilane Bertelli Keli Regina Dal Prá Michelly Laurita Wiese	
O fundo público e a relação público x privado na política de saúde em Campina Grande/PB	181
Jaidete de Oliveira Correia Alessandra Ximenes da Silva	
Expropriação em tempos de capitalismo: o trabalho reprodutivo e o impacto na vida das mulheres	205
Priscilla Brandão de Medeiros	
Estado brasileiro e a subserviência ao capital: traços da formação econômica brasileira	228
Everton Melo da Silva	

Entrevista

Esther Luíza de Souza Lemos	252
Entrevistadora: Carina Berta Moljo	

Tradução dos Clássicos

“O evangelho segundo Foucault”	258
Apresentação à tradução do artigo: As palavras e as coisas no pensamento econômico (Pierre Vilar) Ronaldo Vielmi Fortes	
As palavras e as coisas no pensamento econômico	268
Pierre Vilar Tradução: Ronaldo Vielmi Fortes	



Manifestación, Antonio Berni, 1934. Museo de Arte Latinoamericano, Buenos Aires.

Editorial

O Serviço Social diante da ofensiva neoliberal: os aspectos sociais e a pandemia

É com muita alegria que vem ao público mais um número da Revista Libertas. Sem dúvida um número especial carregado de encontros e despedidas. Este número, por um lado, marca o retorno às atividades coletivas na UFJF, após a fase mais aguda da pandemia, que se expressam no Dossiê da Revista, através dos artigos, baseados nas conferências proferidas no VII Seminário Internacional da Faculdade de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFJF, que aconteceu em setembro de 2022.

Este evento marca o retorno dos nossos Seminários Internacionais, mesmo que de forma híbrida. Naquele momento ainda estávamos vivenciando a Pandemia de COVID -19, vivendo um momento de muita incerteza, quando deliberamos pela realização do Seminário. Foi uma decisão ousada, mas repleta de esperança.

Agradecemos à Comissão Organizadora do Seminário Internacional: as professoras Marina Monteiro Castro e Castro, Ana Luiza Avelar, Ana Maria Ferreira, Claudia Mônica dos Santos e Carina Berta Moljo, que trabalharam incansavelmente para que o mesmo acontecesse. O trabalho em nossa faculdade nunca se faz de forma isolada, ele é sempre coletivo, portanto, agradecemos a participação dos professores/as que se envolveram na avaliação e nas mesas de apresentação de trabalhos. Agradecemos, igualmente, aos nossos técnicos administrativos, em especial, Luciano de Souza – responsável pelo suporte audiovisual presencial e transmissão ao vivo pelo canal do Youtube –, e a Emília Nunes e Flávio Sereno – responsáveis pela comunicação com os nossos convidados e compra de passagens. Quem conhece a burocracia dos sistemas de compra de passagens e diárias nas universidades federais, sabe como isto pode ser exaustivo. Agradecemos à Coordenação da Pós-graduação, professora Edneia Oliveira, pelo apoio à realização do evento. Especialmente, agradecemos aos palestrantes que participaram no Seminário, seja online, seja presencialmente, que abrilhantaram nosso seminário.

No Dossiê, vocês terão acesso às conferências, agora modificadas para publicação.

Agradecemos a todos aqueles que enviaram e avaliaram trabalhos, ao financiamento da Capes e da UFJF. As palestras, assim como os Anais do Evento também podem ser acessados no siteda Faculdade de Serviço Social e no canal do Youtube da Faculdade de Serviço Social:

http://www.ufjf.br/facsocial/files/2022/10/anais_vii_seminario_internacional-1.pdf

<https://www.youtube.com/@servicosocial-ufjf>

Como enunciamos no começo deste editorial, este número expressa não só retorno das atividades coletivas realizadas em setembro de 2022, mas também a finalização de uma gestão à frente da Revista. Em 2019 a Comissão editorial era composta pelas professoras Mônica Grossi e Elizete Menegat. Com a saída da professora Elizete para pós-doutorado e depois a professora Mônica para pós-doutorado, uma nova comissão foi formada em 2019, ingressando os professores Carina Berta Moljo e Ronaldo Vielmi Fortes e, em 2020 juntou-se a esta equipe editorial o professor Alexandre Aranha Arbia. Uma das principais preocupações desta equipe foi a de inserir a Revista na plataforma OJS, incorporar novos indexadores e manter a qualidade que a Libertas já possuía, buscando melhorar a avaliação “nos Qualis da vida”. Foram anos de muito trabalho coletivo. Ainda estávamos começando a trabalhar juntos, a criar rotinas de trabalho, de editoração etc., quando a pandemia nos tomou por assalto e, mesmo que inseguros, precisávamos colocar a Revista em circulação. A Libertas assumiu um novo formato, com novas sessões e nova diagramação. Incluímos a sessão Dossiê – que recebe artigos por temáticas designadas pela linha editorial da Revista –, mantivemos o fluxo contínuo e incluímos a sessões de Tradução dos Clássicos, Entrevista e Relatos de Experiências. Acreditamos que o fruto do trabalho realizado se expressa na qualidade da Revista, na qualidade dos autores que a escolheram para publicar seus artigos e na parceria com nossos avaliadores, que sempre atenderam aos nossos pedidos.

Assim, este número de 23.1 marca a renovação da Comissão Editorial da Libertas, encerrando-se a participação dos professores Ronaldo Vielmi e Carina Moljo. A nova Comissão será composta pelas professoras Isaura Aquino e Mônica Grossi, além do TAE Luciano de Souza, como editor-executivo.

Desejamos êxitos na nova etapa da Revista Libertas!

Michael Löwy, autor que dispensa apresentações, abre esse volume da revista. O texto em questão, intitulado *A ofensiva do capitalismo neoliberal contra a Mãe Terra*, aborda um dos problemas centrais de nossos dias, qual seja, o problema da sustentabilidade da vida no planeta sob a égide da organização societária do capital. Denunciando o caráter destrutivo da ordem capitalista, o autor destaca a guerra do capital contra a natureza e a humanidade, que se

manifesta de maneira mais evidente na mudança climática, que se tornou em nossos dias uma questão política e social fundamental. O texto ressalta a necessidade do fortalecimento das lutas antissistêmicas e radicais, como é o caso do ecossocialismo, insistindo na urgência de compartilhar experiências coletivas que afirmem a possibilidade de um outro modo de vida.

Elaine Behring, autora de grande expressão na área do Serviço Social, aborda a temática da crise e da decadência da reação burguesa, iniciada no ciclo da depressão capitalista, cujos primórdios datam de 1970. O período em questão é marcado pela reestruturação produtiva, pela mundialização financeira, pelas contrarreformas do Estado – aspectos que demarcam em seu conjunto os traços mais evidentes da forte ofensiva capitalista. Tal ofensiva voltou-se diretamente contra a classe trabalhadora, intensificando a exploração da força de trabalho, o ataque direto aos salários diretos e indiretos da classe trabalhadora. Assim como Michael Löwy, a autora também destaca a intensificação da crise climática e ambiental e a eclosão da crise sanitária provocada pelo corona vírus. O texto demonstra o caráter mundial das crises de nossos dias, porém corretamente adverte para o caráter mais perverso de suas consequências no Brasil, expressado pela ascensão do ultraneoliberalismo e pelo neofascismo, característica fundamental do governo iniciado em 2019.

O renomado economista argentino, Cláudio Katz, autor de vasta obra sobre a economia da América Latina, aborda em seu artigo as características das novas formas de resistência popular do continente latino-americano. O autor destaca que as revoltas populares foram capazes de conter a restauração conservadora e recriaram cenários progressistas que combateram, de maneira efetiva, a contraofensiva implementada pela direita. O artigo traceja importantes levantamentos sobre a dimensão desses conflitos na América Latina, abordando cenários de vários países, como Bolívia, Chile, Peru, Honduras, Colômbia, sem, entretanto, deixar de destacar a especificidade dos acontecimentos que se deram em países como México, Argentina e Brasil.

Berta Granja e Nuno Pires, autores de nacionalidade portuguesa, defendem a tese da importância e necessidade da internacionalização dos debates sobre as questões sociais por meio da construção de disciplinas acadêmicas e profissionais. Consideram que os conhecimentos científicos são capazes de orientar e suportar a ação do profissional, na medida em que pode conferir a eles um instrumental teórico, de caráter universal, ao pautar temas que se reportem às dinâmicas e processos econômicos, sociais, políticos e culturais. O artigo destaca os desafios da internacionalização das questões e procura apresentar contribuições possíveis que podem advir a partir dos trabalhos e atividades que hoje vêm sendo implementadas na Europa e, em particular, em Portugal.

O artigo *Cooperação internacional em Serviço Social*, de Maria Lucia Garcia e Gary Spolander, propõe a revisão da literatura que versa sobre o tema da cooperação internacional no Serviço Social. Com ênfase nos temas da cooperação internacional em pesquisa e nas ações de cooperação internacional empreendidas na área do Serviço Social, os autores realizaram importante investigação na base de dados Scopus, nos Periódicos da Capes e no Google Acadêmico. Os autores destacam que o processo de internacionalização é parte significativa das diretrizes atuais do Serviço Social e salientam a assimetria pela qual esse processo vem se dando, enfatizando a necessidade do adensamento do debate. As reflexões contribuem de maneira significativa para traçar um diagnóstico do processo de internacionalização que vem ocorrendo na área e viabiliza reflexões sobre os caminhos dos futuros desenvolvimentos das pesquisas no Serviço Social.

Sergio Quintero Lodoño, professor da Universidad de Caldas, discute em seu texto *Convergencias de la reconceptualización del trabalho social em Argentina, Chile e Colombia*, os pontos de convergência da atuação do Serviço Social com o Movimento de Reconceituação, originado no Brasil. A partir de um minucioso levantamento, o autor destaca pelo menos oito pontos da atuação do Serviço Social nesses países, que confluem com as diretrizes do movimento oriundo do Brasil. O texto traz um balanço interessante do movimento nesses países e contribui de maneira significativa para pensar as tendências internacionais do movimento na América Latina.

No artigo *Entre os objetivos profissionais e institucionais*, de Rodrigo José Teixeira, o leitor encontrará uma importante contribuição sobre as condições atuais de assalariamento dos assistentes sociais. O artigo problematiza as tendências atuais que vêm ocorrendo nesse campo e adverte para a necessidade de enfrentar e resistir aos desafios que se colocam diante da categoria. Tanto no que concerne à condição do assistente social, como trabalhador, quanto nos aspectos que ferem diretamente os princípios do código de ética do Serviço Social, a ação de combate e resistência às tendências atuais implica criar alternativas que visem garantir a relativa autonomia do trabalho profissional e fortalecer a profissão do assistente social.

A sequência de sete artigos que confere seguimento à seção de fluxo contínuo que, como de praxe, visa abrir espaço para uma ampla série de temas que atravessam a prática e as reflexões teóricas no Serviço Social. Nesses textos, o leitor encontrará temas que tratam desde a violência social em suas vastas e tristes matizes, passando pelas questões sociais da família e o exacerbamento dos conflitos sociais advindos do capitalismo, até o problema da disputa no Estado pelo fundo público.

Na temática sobre a violência encontramos dois artigos. O primeiro deles, *Violência sem véu*, de Alexandra A. L. T S. Eiras e Joyce Queiroga Resende, trata o tema de maneira mais ampla, buscando trazer elementos que permitam discutir sobre o papel – nefasto – do fenômeno da violência na sociedade brasileira. Resgatando autores consagrados que lidaram com o assunto – Chauí, Ianni, Mione Sales, José Fernando Silva –, as autoras destacam como tão delicada problemática atravessa constantemente o exercício profissional do assistente social.

Já o segundo artigo que fala sobre o problema da violência, *Mortes Violentas Intencionais dos/as negros/as brasileiros/as*, de Francisco Flavio Eufrazio, aborda a dimensão das mortes contra negros/as. O resgate da literatura sobre o tema contribui para a compreensão de como o racismo, a criminalização, a segregação e a perseguição vêm contribuindo para o aumento das Mortes Violentas Intencionais (MVI's) no Brasil.

Ana Paula Bagetti Zeifert e Schirley Kamile Paplowski, no artigo “*Eu sou grande, você é pequena*” retomam a discussão decisiva e delicada sobre o direito da criança e os fundamentos jurídicos estabelecidos em nossos país para a sua concretização. O artigo apresenta a hipótese da existência de pressupostos legais estabelecidos muito recentemente e destaca a influência da Doutrina da Proteção Integral como fundamento das medidas jurídicas que estão sendo pensadas para a abordagem dos direitos das crianças e dos adolescentes. As reflexões das autoras têm a intenção de evidenciar o caráter elementar do direito ao respeito das crianças e dos adolescentes e refletir e fomentar para a necessidade de práticas que se alinhem a esses preceitos.

No artigo *Reflexões sobre o dueto família e gênero na política da saúde brasileira*, as três autoras – Edilane Bertelli, Keli Regina Dal Prá e Michelly Laurita Wiese – analisam a relação entre família e gênero como dimensões constitutivas das políticas de proteção social, conferindo ênfase à estruturação da política de saúde no contexto atual brasileiro. As autoras demonstram o cerne constitutivo das políticas que se ergue sobre a base da reflexão centrada na família, sem, no entanto, considerar a “consustancialidade” das relações concernentes às classes sociais, à dimensão das questões étnico-raciais e de gênero. Sobre a ótica da revisão bibliográfica de estudos feministas as autoras tecem decisivas e incontornáveis problematizações sobre o problema, provocando o debate e destacando a urgência de rever as tendências hoje hegemônicas nas políticas de saúde implementadas no país.

Os três artigos subsequentes abordam temas concernentes a questões econômicas. Em *O fundo público e a relação público x privado na política de saúde em Campina Grande/PB*, Jaidete de Oliveira Correia e Alessandra Ximenes da Silva, trazem uma contribuição importante para o tão debatido tema da disputa pelo fundo público. Por meio de um amplo e preciso

levantamento de dados, a análise das autoras evidencia as tendências ocorridas no município em questão, da contrarreforma na política de saúde, que têm dado indícios significativos da perda do caráter público e universal no serviço de saúde.

Priscilla Medeiros contribui em seu texto para o problema da *Expropriação em tempos de capitalismo*, dando destaque à questão do *trabalho reprodutivo* e seu impacto direto na vida das mulheres. Dando ênfase ao prisma histórico, o artigo visa demonstrar como a submissão do trabalho feminino constituiu elemento significativo para a geração do valor no sistema capitalista de produção. Trazendo à luz as discussões em torno dos temas do patriarcado e do racismo, o artigo demonstra que além do trabalho reprodutivo, pesam sobre as mulheres as opressões, explorações, dominações e precarizações que historicamente incidiram sobre elas, e como tais dimensões exploratórias do capitalismo continuam em vigência em nossos dias.

O artigo de Everton Melo, *Estado brasileiro e a subserviência ao capital*, aborda a função histórica assumida pelo Estado brasileiro, sempre a serviço dos interesses do capital nacional e internacional. A crítica resgata – por meio de uma análise marxista – a gênese, formação e desenvolvimento do Estado no Brasil, analisando o ancoramento de sua trajetória aos ditames do sistema do capital. A abordagem histórica permite demonstrar, apesar dos novos rumos, como a tendência majoritária dessa subserviência se mantém em nossos dias subordinada aos auspícios ferozes do neoliberalismo.

Na seção Entrevista, a professora Carina Berta Moljo colhe o depoimento de Esther Luíza de Souza Lemos, que por meio do resgate de sua experiência no Serviço Social, tece considerações de grande relevância sobre os processos de internacionalização na área. Profissional com larga participação em diferentes órgãos internacionais, em seu depoimento a entrevistada aborda elementos decisivos que permitem ampliar a reflexão sobre a dinâmica da organização política nacional e internacional da categoria. Esther Lemos destaca em suas considerações o Movimento de Reconceituação como perspectiva crítica decisiva que viabilizou, como um “divisor de águas”, a inflexão e rearticulação internacional do Serviço Social, com maior ênfase na América Latina e no Caribe. O resgate da memória do Movimento de Reconceituação, suas virtudes e percalços ao longo de sua trajetória histórica, são decerto elementos fundamentais que contribuem sobremaneira para a compreensão da dimensão dessa grande contribuição brasileira para o estabelecimento dos rumos críticos que o Serviço Social adquiriu e vem adquirindo no mundo.

A seção “Tradução dos Clássicos” foi criada com o objetivo de traduzir textos inéditos no Brasil, visando publicar artigos de grande relevância histórica, cujo intuito é resgatar a

memória de debates importantes que marcaram determinadas épocas. O artigo de Pierre Villar – importante historiador francês – que compõe a seção, segue essa linha estabelecida, na medida em que visa retomar o debate provocado por ocasião do lançamento da influente obra *Palavras e as coisas* (publicada originalmente em 1966 pela editora Gallimard), de Michel Foucault. Escrito em 1967 na importante revista do Partido Comunista Francês, *La Nouvelle Critique*, Villar se contrapõe à tese foucaultiana da ausência da economia política no século XVI, XVII e XVIII, uma das teses centrais por meio da qual Foucault argumenta e busca sustentar sua propositura da *episteme*, forma descontínua das estruturas do saber que permeiam dados contextos históricos. Por meio de dados históricos, em um retorno direto a diversas obras que lidaram com a questão da economia ao longo de séculos, Villar demonstra as inconsistências das teses de Foucault. O rigor das demonstrações não foi suficiente para desbancar a repercussão que *Palavras e as coisas* exerceu na época, e continua exercendo em nossos dias. O resgate do artigo visa retomar o debate e insistir na necessidade do rigor em toda reflexão científica e filosófica. Ao mesmo tempo, adverte para o problema do papel que as obras podem desempenhar historicamente, servindo muito mais para atender às expectativas da atmosfera dos tempos, do que propriamente atuar como contribuição para o debate da apreensão efetiva da realidade. Em termos mais diretos, fica a questão: uma vez demonstrado o erro, por qual motivo persistem no erro? É preciso compreender a gênese e a função social de determinados pensamentos.

Desejamos a todos uma boa leitura e, no ensejo, reafirmamos nosso compromisso em propiciar um espaço de qualidade para divulgação das pesquisas e teses desenvolvidas na área do Serviço Social.

Ronaldo Vielmi Fortes

Carina Berta Moljo

Isaura Gomes de Carvalho Aquino

Mônica Aparecida Grossi

A ofensiva do capitalismo neoliberal contra a Mãe Terra¹

The offensive of neoliberal capitalism against Mother Earth

Michael Löwy*

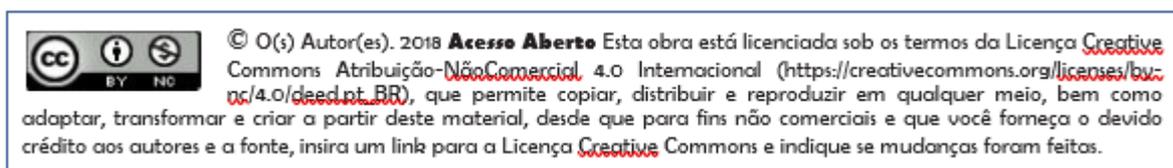
Resumo: Vivemos uma ofensiva do capital, sob a forma neoliberal, contra os serviços públicos, os pobres, os trabalhadores, as mulheres, os indígenas e, enfim, contra a esmagadora maioria da população no Brasil, na América Latina e no mundo. Este artigo concentra-se na ofensiva do capitalismo neoliberal contra a "Mãe Terra", revelando-se como uma verdadeira guerra contra a natureza e a humanidade, cujo aspecto mais dramático é a mudança climática, uma questão política e social fundamental do século XXI. O fortalecimento de alternativas antissistêmicas e radicais, como o ecossocialismo, e de experiências coletivas afirmam a possibilidade de um outro modo de vida.

Palavras-chaves: Capitalismo neoliberal; Crise ambiental e social; Mudança climática; Ecossocialismo; Lutas socioecológicas.

Abstract: We are witnessing an offensive by capital, in its neoliberal form, against public services, the poor people, workers, women, indigenous people, and ultimately, the majority of the population in Brazil, Latin America, and the world. This article focuses on the offensive of neoliberal capitalism against "Mother Earth," revealing itself as a true war against nature and humanity, with the most dramatic aspect being climate change, a fundamental political and social issue of the 21st century. The strengthening of anti-systemic and radical alternatives, such as eco-socialism, affirms the possibility of a different way of life.

Keywords: Neoliberal capitalism; Environmental and social crisis; Climate change; Eco-socialism; Socio-ecological struggles.

Recebido em: 21/03/2023
Aprovado em: 02/06/2023



¹ Transcrição da Conferência de Abertura do VII Seminário Internacional - Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais, promovido pela Faculdade de Serviço Social da UFJF. Transcrição e adaptação por Luciano Cardoso de Souza.

* Sociólogo, formado em Ciências Sociais na Universidade de São Paulo, com Doutorado na Universidade de Paris. Diretor emérito de pesquisas do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), na França. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5679-0927>

Introdução

Bem, primeiro eu gostaria de agradecer o convite da Faculdade de Serviço Social da UFJF, por me dar a oportunidade de realizar esse diálogo. Aliás, as faculdades de Serviço Social no Brasil estão na vanguarda de uma ciência social comprometida com as causas populares, uma coisa bastante interessante, que não existe na França, por exemplo; não tem nada parecido. Então, é realmente para mim um prazer colaborar com a Faculdade de Serviço Social nesse seminário.

Nós assistimos a uma ofensiva capitalista que tem tomado nas últimas décadas a forma do neoliberalismo, que é uma das formas, digamos, mais violenta, mais brutal do sistema capitalista. Mas o problema no fundo é o próprio sistema. Bem, assistimos então a uma ofensiva do capital, sob a forma neoliberal, contra os pobres, contra os trabalhadores, as mulheres, os indígenas, enfim, à esmagadora maioria da população no Brasil, na América Latina e no mundo, mas aqui na América Latina no Brasil em particular.

Essa é uma ofensiva contra os pobres, contra o “pobretariado”, eu diria, e contra os serviços públicos, que, para o neoliberalismo, são pura perda, puro gasto inútil: “Não precisamos de serviços públicos; existem tantos serviços privados, então para quê ter serviço público?” Há uma ofensiva já há anos contra os serviços públicos, inclusive contra o Serviço Social, naturalmente, mas há também uma ofensiva do capitalismo neoliberal contra “a nossa casa comum” – essa é a expressão do Papa Francisco: “a nossa casa comum”, isto é, a Mãe Terra. Então eu gostaria de concentrar as minhas observações nesse aspecto: a ofensiva do capitalismo neoliberal contra a Mãe Terra, isto é, contra a natureza, pois estamos testemunhando uma verdadeira guerra levada cabo pelo capitalismo neoliberal contra a natureza. Mas como nós não podemos viver sem a natureza, é uma guerra contra nós, contra a humanidade. Essa é a situação que nós estamos vivendo, quer dizer, a lógica capitalista de expansão ilimitada está levando à destruição do meio ambiente, em particular, a uma crise ecológica, cujo aspecto mais preocupante, mais dramático, é a mudança climática.

A mudança climática é, como nos advertem os cientistas do grupo internacional de estudo do clima, uma ameaça sem precedente na história da humanidade. Você pode voltar centenas de milhares de anos atrás e não vai encontrar nada parecido com o que pode se perfilar nas próximas décadas. É uma ameaça que resulta, como apontam os cientistas, das emissões com gases do efeito estufa, CO₂, metano, etc., produto da queima do petróleo, do carvão, do gás, etc., da agricultura agroindustrial, etc., aspectos que são fundamentais no sistema capitalista há dois séculos, só que com o neoliberalismo, se multiplicaram por dez. Então essa acumulação de gases na atmosfera está provocando a subida da temperatura. Dizem os cientistas

que se esse aumento de temperatura superar 1,5°C, nós vamos entrar num processo incontrollável de aquecimento global, cujas consequências são dramáticas.

Dois ou três exemplos, de processos que já começaram, que não são para daqui a cem anos, mas já começaram, como a fusão das calotas polares, os gelos da Groenlândia e da Antártida. Se o conjunto desses gelos entrar em fusão, o mar vai subir uns cem metros, mas basta ele subir alguns metros – quatro, cinco, seis metros – para que as principais cidades da civilização humana, Rio de Janeiro, Recife, Nova York, Amsterdam, Londres, Veneza, Hong Kong, etc., fiquem debaixo da água. Esse processo já começou, está se acelerando, a fusão dos gelos polares. Junto com isso, outro processo é a desertificação, que também já começou. Incêndios de florestas em grande escala pelo mundo afora. Rios secando, etc., e o aumento da temperatura, que já chegou na Índia e em outros lugares a 50°C. Quem é que pode viver com 50°C? Então se coloca a pergunta: a partir de que temperatura a vida humana já não será possível nesse planeta? É uma pergunta que se coloca, mas não temos resposta.

Entre parênteses: parece que há alguns anos atrás, o governo americano pediu ao Pentágono uma proposta sobre o que fazer, se com a mudança climática a vida se tornar impossível nesse planeta e a única proposta deles foi mandar um foguete para o planeta Marte. Nesse foguete vão o presidente dos Estados Unidos, o Congresso, o Senado, o estado maior do Exército, alguns cientistas, etc. Fazer o quê no planeta Marte? Não existe “planeta B”, o único planeta é este em que nós estamos. Então precisamos protegê-lo, ou melhor, proteger a vida humana que está sendo ameaçada.

Quem é responsável por esta catástrofe? Os cientistas não falam que é o capitalismo, eles dizem que é o atual sistema econômico. É o que diz também o Papa Francisco na Carta Encíclica Laudato si (2015), onde afirma que o atual sistema econômico globalizado em escala mundial, baseado na propriedade privada e na maximização do lucro, a qualquer preço, é responsável pela desigualdade social, pela injustiça social e pela destruição da nossa casa comum – que é a natureza – e pela mudança climática. Ele aponta bem isso. Então, o responsável é o atual sistema. Tem uma moça, que vocês devem ter ouvido falar, Greta Thunberg, uma jovem extraordinária da Suécia, que deve estar com dezessete anos agora. Ela fez várias declarações, e uma delas eu acho muito pertinente, que diz assim: *é matematicamente impossível resolver a crise ecológica, a crise do aquecimento global, nos quadros do atual sistema econômico.* É isso, está dito, em poucas palavras, é exatamente isso. Só faltou dar nomes aos bois do atual sistema capitalista na sua fase neoliberal. Essa é a situação em que nós estamos, uma situação grave, dramática. Diante disso, o que fazem os responsáveis (os governos do planeta, quase todos, com pouquíssimas exceções a serviço da acumulação do

Capital)? Eles se reúnem a cada ano nas conferências das partes, a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP), para discutir o que fazer em relação à mudança climática. Já são 26 reuniões, já fazem 26 anos que eles se reúnem. O resultado é muito próximo de zero, os resultados são declarações, algumas até boas declarações – no sentido de que precisamos fazer tudo para impedir que a temperatura suba mais de 1,5°C, mas na prática, praticamente nada.

A prova é que a acumulação de gás não só não diminuiu, mas aumentou e se intensificou. Só recuou um pouco na época da crise da pandemia de covid, mas já retomou em grande escala. Então, nada. Aliás, na última conferência das partes (2021), que teve lugar em Glasgow, na Inglaterra, o responsável pela conferência, que é um alto funcionário inglês, conservador, na hora de apresentar os resultados da conferência de Glasgow – a vigésima sexta – ele simplesmente chorou. Esse é o resumo da política dos governos, dos representantes do sistema, em última análise. É realmente de chorar. No fundo, a mentalidade dos grandes proprietários, banqueiros, proprietários de multinacionais do petróleo, etc., e todos os ramos industriais relacionados com o petróleo – a indústria automobilística, química clássica, etc. No fundo, a atitude deles é aquela do Rei Luís XV, da França. Parece que um conselheiro do Rei Luís XV – que foi o rei que precedeu a Revolução Francesa – disse: *Majestade, se a coisa continuar assim vai ter uma revolução na França*. Ele previu o que iria acontecer. Então o rei respondeu: *Olha, depois de mim, que venha o dilúvio*. Essa é a atitude dos membros da casta dirigente, em particular, o que chamo de oligarquia fóssil, ligada às empresas do carvão, do petróleo, do gás, e tudo ao que é relacionado. O interesse deles, o problema deles, é garantir o lucro deste ano, do ano que vem e pronto. O resto é que “venha o dilúvio” e ele virá se a coisa continuar assim. O que foi o dilúvio da Bíblia senão a subida dos mares que submergiu tudo? Pois é o que pode acontecer. Então essa é uma ameaça dramática, sem precedente para todos nós, para toda a humanidade. Se o responsável por essa ameaça, se o responsável por essa crise é o atual sistema capitalista na sua fase neoliberal, precisamos pensar em alternativas antissistêmicas.

Se a raiz do problema é o sistema capitalista neoliberal, então nós precisamos arrancar soluções radicais e arrancar o mal pela raiz. Precisamos atacar o problema pela raiz, e precisamos, portanto, de alternativas radicais. O ecossocialismo é uma dessas alternativas radicais, e na minha opinião, é a mais coerente. Então vou apresentar, em algumas palavras, o que é o ecossocialismo. Como diz a palavra, o ecossocialismo é uma conjunção entre as ideias fundamentais do socialismo revolucionário – com seus manifestantes mais interessantes desde Marx até hoje – e ao mesmo tempo, junto com as colocações fundamentais da ecologia – em particular, o diagnóstico da crise ecológica, etc. Marx já tinha tido a intuição de que o

capitalismo é destruidor do meio ambiente. Em *O Capital* (1983) encontramos várias passagens que apontam para isso, mas não é para ele um tema fundamental, por uma razão muito simples: não era uma questão fundamental na época dele, pois estava começando o processo de destruição do meio ambiente. De maneira nenhuma não era uma questão fundamental e por isso na obra dele, tampouco. Já hoje, a coisa mudou, quer dizer, essa questão da crise ecológica, da catástrofe que se avizinha, a mudança climática, etc., é uma questão, talvez a questão política e social fundamental do século XXI. Temos que pensar o socialismo, e também o que é o capitalismo, em termos novos, pois são desafios novos. Por exemplo, o capitalismo, do ponto de vista dos marxistas ou socialistas, é um sistema brutal de exploração, de injustiça social, e continua sendo cada vez pior. Vocês conhecem os estudos da Oxfam, que mostram que dez bilionários do mundo têm tanto patrimônio quanto metade da humanidade. É uma coisa totalmente absurda.

Além da injustiça social, o capitalismo é um sistema destruidor da nossa casa comum, da natureza, portanto da vida. Assim, também temos que entender o socialismo de uma nova forma, quer dizer, o ecossocialismo é um socialismo que entende que a ecologia não é um aspecto entre vinte e outros do programa, mas é um elemento central da nossa concepção do que é o socialismo. Então do socialismo nós retomamos colocações fundamentais, como a propriedade coletiva dos bens de produção, a planificação democrática, o poder do trabalhador, etc., mas nós colocamos agora no centro da reflexão o respeito pela Mãe Terra – a ecologia – que implica em mudanças fundamentais, implica em uma verdadeira ruptura com os fundamentos da civilização capitalista industrial moderna, em particular, na sua forma neoliberal, mas não só. Por exemplo, para começar pelas fontes de energia, precisamos acabar com o petróleo, o carvão, o gás; claro que não vai se fazer em uma semana, um processo de transição, mas precisamos sair disso antes que seja tarde demais. É uma tarefa urgente. Nós precisamos mudar também todo o sistema produtivo, toda a lógica capitalista da produção, que é a de produzir mercadorias com obsolescência programada.

O que é obsolescência programada? Eu sempre conto a história da minha avó, que tem uma geladeira que durou 40 anos. Péssimo negócio para o fabricante de geladeira. Muito melhor para ele fabricar uma geladeira que quebra depois de cinco anos, que é a obsolescência programada. Então é isso que acontece hoje em dia: todas as mercadorias são programadas para você ter que substituí-las depois de poucos anos, o mais depressa possível para eles. É a lógica do capitalismo. Um capitalista que quiser continuar produzindo bens duráveis e reparáveis vai para a falência. Só ficam os outros, que produzem os bens com obsolescência programada e não reparáveis, onde não há possibilidade de conserto e tem de se jogar fora e comprar outro.

Essa é a lógica do capitalismo, é claro. Então, precisamos sair disso, romper completamente com isso, produzir não mercadorias para lucro, mas valores de uso em função das verdadeiras necessidades da população e não das falsas necessidades criadas pela publicidade, que bombardeia constantemente “compre isso, compre aquilo”, etc. Então é uma mudança muito profunda que propõe o ecossocialismo. Na verdade, o ecossocialismo é um projeto de uma nova civilização, que rompe com a civilização capitalista industrial moderna. Uma nova civilização baseada em outros princípios – princípios de igualdade, solidariedade, respeito pela Mãe Terra – enfim, é uma outra maneira de viver, que não é a do “*American way of life*”, que o imperialismo quer estender por todo planeta.

O ecossocialismo é uma proposta radical, uma proposta revolucionária, eu diria, mas ele não vai cair do céu. Só vai acontecer se nós começarmos a luta pela mudança aqui e agora. Só se começarmos a luta aqui e agora que talvez possamos fazer virar a mesa antes que seja tarde demais, porque o tempo está ficando curto. Então é uma esperança, é uma proposta, é uma aposta, eu diria, uma aposta no sentido de Pascal, que dizia “tem coisa que a gente não pode provar, não pode garantir, mas a gente tem que apostar”. É uma aposta na qual você se engaja toda sua vida. Mas como disse, é uma luta que começa aqui e agora e a estratégia ecossocialista é promover lutas, lutas ecossociais. O que é uma luta ecossocial? É uma luta que ao mesmo tempo é ecológica e social. Vou dar um exemplo que todos conhecem no Brasil: Chico Mendes. Chico Mendes, que era um socialista, um sindicalista socialista revolucionário, que organizou aquela “Aliança dos Povos da Floresta”, que era ao mesmo tempo uma luta social, em defesa do seu trabalho, dos seringueiros, dos camponeses, dos indígenas, e era uma luta em defesa da floresta, portanto uma luta ecológica. Então esse é um belo exemplo de lutas socioecológicas, e como esta, nós temos muitas no Brasil e na América Latina.

Por exemplo, temos hoje em dia no Brasil, lutas em torno da defesa da floresta amazônica, que é uma causa fundamental. Aí temos as lutas dos indígenas, que convergem com as lutas dos camponeses pobres sem terra, as comunidades de base. Essa luta na Amazônia é importantíssima, não só para a população da Amazônia, mas para todo o povo brasileiro, porque da Amazônia é que vêm os rios de chuva que trazem água para o sul do Brasil. Se acabar a Amazônia, vai ter seca no sul do Brasil, vai ter seca, como no Nordeste ou pior ainda. Então é uma causa de todo o povo brasileiro e é uma causa de toda humanidade, porque a Amazônia, como se diz, “é o pulmão do planeta” e sem a Amazônia, a catástrofe vai se acelerar. É uma luta muito importante, é uma luta socioecológica muito importante, junto com as outras lutas de comunidades indígenas, mas também na cidade.

Vou dar um exemplo de uma luta que é socioecológica nas cidades. Há alguns anos atrás,

em São Paulo e em outras grandes cidades, houve um grande movimento de jovens, em cima de uma demanda, de uma palavra de ordem muito concreta em relação ao transporte, que é o passe livre. Como o preço do transporte está caro demais, boa parte da população pobre já não consegue pagar, sendo de péssima qualidade, tudo privatizado, verdadeiras máfias que o controlam. Então o projeto, a alternativa, é um sistema de transporte público de qualidade e gratuito. Com isso vai se reduzir muito a circulação de automóveis, que é uma das fontes de emissões de gases, porque as pessoas vão poder tomar um transporte coletivo. Essa foi uma luta socioecológica. Não triunfou, foi reprimida, mas ficou a palavra de ordem e, cedo ou tarde, vai reaparecer.

Dessas lutas socioecológicas participam jovens, trabalhadores, população pobre da periferia, camponeses sem terra e participam comunidades indígenas – que têm um papel muito importante – e participem também mulheres, que têm um papel de vanguarda, porque elas são as primeiras vítimas da crise ecológica, porque elas que vão buscar água no rio, elas que vão colher os frutos na floresta. Então as mulheres são as primeiras vítimas e não é por acaso que elas estão na primeira linha dessas lutas socioecológicas. Essas lutas, aliás, são ferozmente reprimidas pelos governos, pelos militares, pelas polícias e pelos capangas dos proprietários de terra, das multinacionais, etc. Muitas vezes os dirigentes dessas lutas são assassinados, foi que o aconteceu com Chico Mendes, como sabemos. O mesmo aconteceu com a jovem Berta Cáceres (dirigente indígena de Honduras), que organizou as comunidades indígenas para resistir contra um projeto ecocida e foi assassinada. Ela não é a única. Há outros casos que se sucedem por toda a América Latina e não só. É uma luta difícil, porque o nosso adversário é muito poderoso, ele controla a imprensa, a televisão, as fábricas, os bancos, a terra, a polícia, os governos, controlam tudo. Mas, do nosso lado, potencialmente, temos a esmagadora maioria da população que tem interesse que as coisas mudem. Então nós temos esperança. Não podemos abandonar a esperança, e como dizia Bertolt Brecht, para terminar, “quem luta pode perder, mas quem não luta já perdeu”.

Pergunta da professora Viviane de Souza Pereira (FSS/UFJF): A transformação social que buscamos, que inclui o chamado ecossocialismo, faz-se necessariamente pela construção de uma outra forma de vida, que questione combustíveis, locomoção pela cidade, indústria automobilística, agronegócio, etc. Como você vê a possibilidade de construção desse processo de transformação no tempo de aprofundamento da barbárie que estamos vivendo, onde

paradoxalmente o capitalismo parece ter tomado como nunca uma única forma de vida possível?

Michael Löwy: O capitalismo, evidentemente, o sistema capitalista, a ideologia dele é que não existe outra forma de vida que não seja a capitalista. Já Margaret Thatcher tinha uma fórmula célebre, que em inglês é TINA – que são as iniciais de “*There is no alternative*” – não tem alternativa, o capitalismo é o único sistema possível. Só que isso é absurdo. A humanidade conheceu vários modos de produção, vários sistemas desde a Antiguidade até hoje, que foram se sucedendo. Nenhum sistema é o único possível, nenhum sistema é eterno; todos eles são produto histórico.

Então, se o capitalismo é um produto histórico ele também pode ser historicamente superado pelo processo histórico; mas isso é uma batalha política, uma batalha cultural, uma batalha ideológica: convencer as pessoas de que outro modo de vida é possível. Essa batalha a gente leva com palavras, com discursos – como eu estou fazendo agora – com livros, com folhetos, com artigos, etc., mas também com experiências vividas. As pessoas que se organizam numa cooperativa agroecológica, por exemplo, do MST no Brasil, estão fazendo a experiência que é possível viver de outra maneira. Claro, você não está completamente fora do sistema, mas você está vivendo de outra maneira e, como essa, há muitas outras experiências. Além disso, também no curso das lutas, as pessoas sentem que nesse processo de luta estão se dando outras formas de viver em conjunto. Então é uma experiência de solidariedade, uma experiência de igualdade. Essas experiências são muito importantes.

Precisamos combinar os dois: o trabalho de educação – trabalho de educação popular, no sentido de Paulo Freire, que é muito importante – e um trabalho de organização das lutas e das experiências emancipadoras, que são parte desse combate para quebrar o monopólio ideológico, cultural, do sistema. Nós queremos também, através dessas lutas, provar de que é possível se viver de outra maneira. Por exemplo, essa luta que mencionei, do passe livre, é uma maneira de você provar que o automóvel não é único meio de transporte. Aliás, a maioria da população brasileira não tem automóvel, então não passa por aí. Através das experiências da agricultura camponesa, de cooperativas agroecológicas, etc., você tá mostrando que o agronegócio não é a única maneira de você cultivar a terra. Aliás, no caso do Brasil, o que o agronegócio produz? Ele produz commodities para o mercado mundial, quer dizer, produz gado – que vai para os McDonald's do mundo – e produz soja para engordar os porcos, também nos Estados Unidos, na Europa, etc. Enquanto isso, o povo come arroz e feijão, que é produzido pela agricultura camponesa. Essa que é a realidade. Nós precisamos romper com esse modo de produzir e de consumir. Precisamos apontar para a possibilidade de um outro modo de vida,

através das lutas, das experiências localizadas, através de um trabalho de explicação e de educação popular. É uma tarefa grande, mas eu acho que nós temos a possibilidade de avançar, porque por mais que a classe dominante controle todos os meios de comunicação, mesmo assim a opinião da população, dos trabalhadores, dos pobres, das mulheres, muitas vezes escapa desse controle. Nós temos visto muitos exemplos na América Latina. Na Bolívia se elegeu um presidente, que era o Evo Morales, que não estava de jeito nenhum nos quadros da doutrina capitalista neoliberal. Ele não conseguiu fazer tudo o que queria, mas, enfim, o povo boliviano mostrou que podia fazer o contrário do que diziam a imprensa, a televisão, os meios de comunicação. Essa batalha é difícil, mas não é impossível. Então temos que avançar nesse caminho.

Referências bibliográficas

- FRANCISCO, Papa. *Carta Encíclica Laudato si: sobre o cuidado da casa comum*. São Paulo: Paulinas, 2015.
- MARX, Karl. *O Capital*. Crítica da Economia Política. São Paulo: Abril Cultural (Os Economistas), 1983.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 26). Glasgow, Reino Unido, 2021.

Ofensiva ultraneoliberal no capitalismo em crise no Brasil e no mundo

Ultra-neoliberal offensive in crisis-ridden capitalism in Brazil and worldwide

Elaine Rossetti Behring*

Resumo: O capitalismo em crise e decadência desencadeou uma reação burguesa monumental a partir do fim dos anos 70 do século XX na forma da reestruturação produtiva, da mundialização financeira do capital e das contrarreformas neoliberais dos Estados nacionais. A ofensiva capitalista se deu pela intensificação da exploração da força de trabalho, acompanhada das expropriações, mas também pela punção de valor por meio do endividamento público e privado. Outras faces do mesmo processo foram a intensificação da crise climática e ambiental, e a eclosão de uma crise sanitária sem precedentes e da guerra. O metabolismo destrutivo do capitalismo em crise tem mostrado suas facetas mais perversas e no Brasil se expressa pelo ascenso do ultraneoliberalismo e do neofascismo dos últimos anos. O presente artigo analisa esses processos a partir de uma perspectiva de totalidade.

Palavras-chaves: Crise do capitalismo; Trabalho; Dívida pública; Crise ambiental; Ultraneoliberalismo.

Abstract: Capitalism in crisis and decay triggered a monumental bourgeois reaction from de late 1970s onwards in the form of productive restructuring, the financial globalization of capital and the neoliberal counter-reforms of national states. The capitalista offensive was due to the intensification of the exploitation of the workforce, accompanied by expropriations, but alos by the puncture of value through public and private indebtedness. Other faces of the same process were the intesification of the climate and environmental crisis, and the outbreak of na unprecedented health crises and war. The destructive metabolismo of apitalism on crisis has shown ist most perverse facets and in Brazil it is expressed by the rise of ultraneoliberalismo and neofascismo in recente Years. This article analyzes thes processes from a perspective of totality.

Keywords: Crisis of capitalism; Work; Public debt; Environmental crisis; Ultra-Neoliberalism.

Recebido em: 05/03/2023
Aprovado em: 07/06/2023



© O(s) Autor(es). 2018 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

* Assistente Social com mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora Titular da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Introdução

“O sono da razão produz monstros”
Goya

O presente artigo é resultado, com revisões, de minha participação no VII Seminário Internacional Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais, promovido pela Faculdade de Serviço Social da UFJF, pela qual tenho tanto carinho e onde já estive muitas vezes presencialmente e, na ocasião, *on line*. Assim, abro este texto agradecendo pela oportunidade da contribuição ao Seminário e agora pela publicação, em nome das professoras Carina Moljo e Cláudia Mônica dos Santos, extensivo a todas as pessoas envolvidas na construção desse projeto. Foi uma também uma oportunidade de compartilhar ideias com o professor Michael Löwy, que teve um papel importantíssimo na minha trajetória, não só do ponto de vista acadêmico, mas sobretudo do ponto de vista do seu papel de na esquerda mundial. Ele fez parte da minha formação acadêmica e política, de forma que nossas contribuições ao Seminário tiveram muita conexão. Vamos ao tema da ofensiva ultraneoliberal do capital no mundo.

Vejamos alguns elementos e argumentos acerca da ofensiva capitalista no contexto de sua crise estrutural, maturidade e decadência, e em busca desesperada, desenfreada – e destrutiva - pela valorização do valor. Este é um processo que incrementa a exploração da força de trabalho e seu pressuposto, as expropriações contemporâneas, tendo em vista a subsunção do trabalho às atuais condições de produção e reprodução do capital. Tal crise foi desencadeada no início dos anos 70 do século passado, o que Ernest Mandel caracterizou como uma onda longa com tonalidade de estagnação.

A partir dali o capitalismo mundial começa a encontrar com seus limites históricos e materiais. E, desde então, estamos vivendo num ambiente geral de estagnação com alguns momentos de *stop and go*, mas com a marca geral de uma certa estagnação do crescimento econômico. Mandel já sinalizava na sua obra principal – Capitalismo Tardio (1982) - o movimento geral do capital de queda das taxas de lucro. Por seu turno, tem-se uma reação burguesa à queda das taxas de lucro, o que estamos vivendo no conjunto dos países, porém, evidentemente, com as mediações das particularidades nacionais com suas formações histórico-sociais, e inserção na economia mundial. Isso traz marcas diferentes dessa experiência nos marcos nacionais. Está em curso uma crise estrutural do capital no contexto da decadência desse sistema de produção e reprodução social. Esta é contrarrestada por meio da busca destrutiva do capital pela valorização do valor, incrementando a exploração da força de trabalho e seu pressuposto, as expropriações (MARX, [1867] 1982; FONTES, 2010, BOSCHETTI (Org.),

2018).

Para além das formas clássicas de expropriação que permanecem acontecendo, há também formas contemporâneas, a exemplo da desproteção social tendo em vista a disponibilização da força de trabalho para o capital, com o foco na absorção precarizada e com padrões de reprodução rebaixados da força de trabalho, o que se oferta nas atuais condições de produção e reprodução do capital. O neoliberalismo constitui essa reação burguesa à crise do capital, onde a ofensiva sobre a classe trabalhadora será intensa e duradoura. O que venho caracterizando como ultraneoliberalismo tem inteligibilidade na particularidade brasileira recente (BEHRING, 2021). É nesse contexto geral de crise e de reação burguesa à crise, via neoliberalismo, que vão se produzir monstros, conforme a famosa frase de Goya, que acompanha uma das suas gravuras intitulada O Sono da Razão Produz Monstros.

Alguns desses monstros estão nos perseguindo de forma implacável nesse início de Século XXI. Observemos alguns deles. No contexto em que há forças produtivas para alimentar o conjunto da população mundial temos, segundo o Relatório Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo (2022), da Organização das Nações Unidas (ONU), que 9,8% da população passa fome no mundo. São cerca de 828 milhões de pessoas, quadro este que foi acirrado pela pandemia de Covid a partir de 2020, e pela guerra na Ucrânia, em 2022. Cerca de 2,3 bilhões de pessoas convivem diuturnamente com a insegurança alimentar no planeta. Em função da inflação global dos alimentos, 3,1 bilhões de pessoas no mundo não têm condições de pagar uma dieta alimentar saudável. Portanto, entram nesse circuito os transgênicos da produção em massa de alimentos de baixa qualidade. Inclusive é a esse tipo de consumo destrutivo, esse produtivismo destrutivo, a que muitas vezes estão associados os programas de transferência monetária, que se tornaram centrais na política social contemporânea. Quem denuncia isso é um outro intelectual francês importante, e que nos deixou precocemente em 2021, Michel Husson, criticando os programas de transferência monetária que estimulam um consumo de baixa qualidade e produtivista, destrutivo da natureza. Assim, existe uma conexão que precisamos observar inclusive quando defendemos e discutimos os programas de transferência monetária.

Dentro desse contexto da insegurança alimentar há desigualdades de gênero e raça, sob esses dados, e é importante chamar atenção que essas situações atingem mais deletariamente as mulheres, e as populações negras em todas as partes do mundo; e os imigrantes que hoje se deslocam pelo mundo, especialmente em direção à Europa e Estados Unidos, buscando melhores condições de vida. Já em países como o Brasil, marcados pelos seus cerca de 400 anos de escravização, esta é uma marca indelével da nossa formação social. Aqui, este país de

maiorias negras – fazendo a crítica do IBGE – boa parte da classe trabalhadora brasileira é duramente atingida por essas condições, isso tem corte de gênero, tem corte de raça. E todas as estatísticas no Brasil mulheres negras e homens negros estão na ponta dos ataques e dos impactos destrutivos dessa ofensiva burguesa. Contudo, é preciso sublinhar, essa questão da insegurança alimentar atinge duramente a infância comprometendo o devir. Isso é uma espécie de hipoteca do futuro: o neoliberalismo é isso, o verdadeiro Exterminador do Futuro, fazendo alusão ao filme homônimo. No caso das pessoas idosas, esse processo tem uma relação profunda com a desproteção social.

Vejamos de um outro ângulo: a condição do trabalho e dos trabalhadores neste capitalismo que foi caracterizado como tóxico por Michael Husson. Ricardo Antunes, em seu *Capitalismo Pandêmico* (2022), aponta para uma nova onda de devastação do mundo do **trabalho** – o que ademais vem denunciando no conjunto de sua pesquisa e obras recentes. Sob o jugo de um *sistema de metabolismo antissocial do capital*, tendo em vista uma oferta da força de trabalho em quaisquer condições e a qualquer custo para a extração de mais valia, estão em curso processos destrutivos. No limite, estes resultam na fome já referida, que guarda relação íntima com o pauperismo. Aqui operam as tendências de: rebaixamento generalizado do peso dos salários sobre o PIB, diga-se, do fundo de reprodução da força de trabalho, o que tende a ser maior nos países de capitalismo dependente, marcados pela superexploração da força de trabalho para compensar os termos de troca no mercado mundial, como nos ensina Marini (1973); uma ofensiva tecnológica (a revolução 4.0), que além de ampliar a expulsão de trabalho vivo na produção, e corroborar para as taxas de desemprego, empurra a força de trabalho para o monumental exército de reserva que vem se formando, e também para a uberização e precarização do trabalho. Para Antunes, terceirização, flexibilidade e informalidade passaram a fazer parte do léxico permanente das corporações. E, junto a essas tendências, há a destruição dos direitos do trabalho, com agressivas contrarreformas trabalhistas e de direitos sociais, configurando o que Fontes (2010) caracteriza como expropriações secundárias. São criaturas do capitalismo em crise e decadência, que existem para “aviltar, desvertebrar, desorganizar, isolar, fragmentar e fraturar” a classe que vive do trabalho, na análise de Antunes. Encontrar emprego e trabalho em condições dignas nesse contexto se tornou uma espécie de privilégio dos indivíduos que tem mérito – segundo a apologética neoliberal – e impulso empreendedor no darwinismo social que se instaura, no mundo do *horror econômico* que já denunciava há algum tempo a crítica visceral de Viviane Forrester, em livro homônimo.

O fato é que, nas formas brutais do capitalismo contemporâneo em crise e decadência, que combina a queda tendencial da taxa de lucros com o aumento imediato da massa de lucros

– uma convivência que pode acontecer, como nos explica Marx no Livro III de O Capital –, uma das primeiras “causas contrariantes” à queda tendencial da taxa de lucros desencadeadas pelo capital e elencadas por Marx é a elevação da exploração da força de trabalho, e a compressão dos salários abaixo do valor, seja pela redução do valor de componentes da cesta básica de reprodução, seja pela imposição de derrotas sindicais e políticas à classe trabalhadora. Para Marx, as reações do capitalismo às suas tendências de conflito entre “agentes antagônicos” instauram as crises como “soluções violentas das contradições existentes”; no entanto, ao buscar superar suas barreiras imanes, são mobilizados meios que as recolocam em escala mais ampliada. Esse processo não é automático, pois que para Marx o capital é, sobretudo, uma relação social. Portanto, estamos falando de um processo histórico e social, cujos desdobramentos e perenidade ou não, estão nas mãos de homens e mulheres que podem fazer e fazem a sua história, ainda que não nas condições escolhidas. Nesse sentido, esses processos precisam ser analisados numa perspectiva de totalidade, que articula estrutura e sujeitos, determinações materiais e história, para assim encontrarmos as mediações e contradições a serem dinamizadas por um projeto emancipador e de superação desta ordem decadente, partido da ideia marxiana de que o capital é uma relação social, e nesse sentido, não é perene *ad infinitum*. Quem pereniza este mundo bárbaro é um Francis Fukuyama, que decretou o “fim da história”; ou Margaret Thatcher, que vaticinou que não existe sociedade, mas apenas indivíduos. Cabe à esta geração no presente encontrar caminhos de superação da barbárie do capital.

Uma outra face do mesmo processo é a mundialização do capital, com deslocalizações de empresas, ondas de privatizações, e busca de nichos de valorização, constituindo mudanças na geopolítica mundial e reatualizando o imperialismo e o subimperialismo, categorias fundamentais para pensar a economia mundial hoje. Abre-se um tempo de disputa acirrada de hegemonia, bastando observar a escalada das tensões entre a China e os Estados Unidos. É a operação da outra causa contrariante à queda das taxas de lucro em operação: a saída para o exterior e que forja novas relações hierárquicas e de dependência na economia mundial. Dentro desse movimento temos mudanças importantes nos padrões de reprodução do capital nos vários países, bem como contrarreformas do Estado tendo em vista facilitar o fluxo de capitais e a exploração dos trabalhadores. Tratei deste tema especialmente no meu trabalho sobre o governo Fernando Henrique Cardoso (BEHRING, 2003). Na verdade, ali se inaugurava um longo período contrarreformista no Brasil, de ajuste fiscal permanente. Naquele momento teremos os marcos inaugurais desse processo “austericida” que vai orientar o Brasil por décadas mesmo com governos de tonalidades distintas gestões também levemente diferentes do ajuste. Em 2021, atualizei esse debate da contrarreforma do Estado, tendo em vista facilitar o fluxo de

capitais e constituir os mecanismos de exploração da força de trabalho (BEHRING, 2021).

Num contexto de crise combinada de superprodução e superacumulação, com gigantesca concentração de riqueza na forma líquida/monetária, a busca por nichos de valorização e de punção de valor, em tempos de curto-circuito nas metamorfoses do capital, é frenética. Neste passo, é que se colocam duas das questões mais candentes do nosso tempo: a **questão ambiental e a da dívida pública**. Sobre a primeira, a busca de petróleo, água, lítio, nióbio etc., bem como a produção de alimentos à base de agrotóxicos e pastos em grandes extensões de terras – o que no Brasil tem centralidade – é fortemente destrutiva do futuro. Há nexos importantes já apontados pela ciência entre a **crise sanitária** de Covid 19, iniciada em 2020 e da qual mal saímos, e a destruição ambiental, o que por sua vez acirra a crise climática, abrindo espaços para a proliferação dos vírus, pelo que muitos cientistas apontam para a possibilidade de novas pandemias e epidemias letais nos anos vindouros. A ciência mostrou uma capacidade de resposta bastante grande e rápida, mas ainda assim nós tivemos cerca de 5 milhões de mortos dos quais mais de 700 mil são brasileiros(as), números subnotificados, como indicam várias pesquisas e assume a OMS.

A outra questão candente é a regência do processo como um todo pelo capital portador de juros, cujas instituições reúnem enormes massas monetárias, buscando nichos de valorização ou de punção de valor, neste caso, pela esfera financeira – a dos “papeizinhos” da “moderna bancocracia”, tal como ironizava Marx. Nessa esfera, destacam-se as dívidas públicas titularizadas, que vem se constituindo num mecanismo de forte chantagem sobre os países e seus Estados nacionais, obrigados na hierarquia da economia mundo e com aquiescências internas, a realizarem ajustes fiscais draconianos, tendo em vista pagar regularmente juros encargos e amortizações de dívidas todos os anos, pelo que arcam com um custo social altíssimo. Evidentemente, isso ocorre de forma mediada pela hierarquia da economia mundo, pois que não acontece da mesma forma na França, por exemplo, e no Brasil, este último obrigado a realizar ajustes fiscais draconianos tendo em vista pagar regularmente juros, encargos e amortizações da dívida pública todos os anos, com um custo social e ambiental gravíssimo (BEHRING, 2013).

Os mecanismos de punção de valor pelo endividamento público são parte fundamental da tragédia contemporânea, e se articulam com a ofensiva sobre os trabalhadores, já que pela via tributária, vem crescendo os mecanismos de tributação indireta que incidem sobre suas rendas, cumprindo um papel regressivo, bem como vem se impondo gasto financeiro sobre o gasto social, com o ataque aos direitos sociais já apontado antes. Se observamos a crise de 2008/2009 e seu efeito contágio mundial, ela inicia exatamente pelas cadeias de endividamento

privado em curto-circuito, em função de empréstimos de risco, as *subprimes*. Donde a regência pela finança do processo no seu conjunto coloca um ambiente de instabilidade permanente, e quando as bolhas explodem, o fundo público do Estado capitalista aparece em operação de salvamento, socializando os custos da crise. Tal como também no contexto pandêmico, que gerou um ambiente de crise com a interrupção da rotação do capital, pela situação de confinamento dessincronizado (HUSSON, 2020).

A barbárie capitalista se impõe também pela via tributária pois os trabalhadores vêm pagando mais impostos por mecanismos de crescimento da tributação regressiva indireta, que incide sobre a renda do trabalho. E, ainda, essa lógica impõe o gasto financeiro sobre o gasto social, ou seja, se conjuga com o ataque aos direitos sociais já apontado. Então as seguidas contrarreformas da Previdência, o desfinanciamento da educação e o corte recente de gastos da farmácia popular, no governo Bolsonaro, tudo isso se articula com um ambiente que é forjado.

O fundo público se torna cada vez mais uma espécie de pressuposto geral da lógica financeira da expansão do crédito, nesse capitalismo que se ergue sobre um mar de dívidas – públicas e privadas –, para o que precisa estar a postos e sob a vigilância das agências de notação de risco, que indicam aos países o quanto de ajuste fiscal eles precisam fazer para manter a remuneração dos credores. Então, o neoliberalismo é uma espécie de corolário de tudo isso, como programa econômico e ideologia. O neoliberalismo tem sido uma reação burguesa a partir de fins dos anos 70, à viragem para um ciclo longo com tonalidade de estagnação que remonta ao final dos anos 60 e início dos 70. Os governos de Thatcher, Reagan e Kohl, dentre outros, buscavam naquele momento quebrar o poder dos sindicatos do período fordista keynesiano, exatamente para desencadear essa imensa ofensiva sobre a força de trabalho, tendo em vista alavancar as taxas de lucro, além de desbloquear o fluxo de capitais e colocar o Estado – forte e blindado (nunca mínimo, apesar da verbosidade) (DEMIER, 2017), “desdemocratizado” (BROWN, 2021) – à serviço da adaptação e atratividade aos novos tempos, a partir das contrarreformas. Sobre esse último aspecto, Mandel já nos chamava atenção, desde 1972, para a tendência de limitação das liberdades democráticas no capitalismo maduro, em crise e decadência, já este requisitaria um Estado forte para a garantia das condições gerais de produção e reprodução social, a coerção dos dissensos e as tarefas de integração social. Apontava para a tecnocratização das decisões substantivas e sua retirada da esfera da política, destacadamente da grande política, e sua remissão à esfera da pequena política.

No que diz respeito ao trato das cada vez mais candentes expressões da questão social, tem-se que a gestão do imenso exército de reserva passou a ocorrer pelo incremento de um complexo assistencial-carcerário, o que tem corte de gênero e raça ao redor do mundo, como

nos mostra Löïc Wacquant (2002). O campo da política social – e consequentemente do serviço social – vem sendo duramente atingido, seja pela transformação de políticas e direitos sociais em mercadorias e fontes de punção de recursos, a exemplo da saúde, educação e previdência social; seja pelo trato da pauperização de amplos segmentos por meios assistencialistas e exclusivamente voltados a um consumo de massas de baixa qualidade, como assinei linhas acima, que nada tem a ver com um amplo e consistente sistema de proteção social ou de seguridade social. Dentro disso, observamos também a precarização do trabalho de assistentes sociais, por meio do rebaixamento do valor da sua força de trabalho e erosão das condições de trabalho, já que o fundo público passa a ser intensamente disputado, subfinanciando ou desfinanciando as políticas sociais.

Cabe falar ainda de um antigo “cavaleiro do apocalipse”: a **guerra**. Uma saída clássica para as crises do capitalismo foi historicamente a destruição de forças produtivas por meio das guerras, a exemplo das duas guerras mundiais que vivemos e inúmeras guerras localizadas desde então, justificadas como guerra ao terror ou em defesa do mito “democracia ocidental”, mas sempre se constituindo num desaguadouro de mercadorias – armas – antes em alqueive e justificando novos aportes de fundo público. No entanto, tal saída belicista – que se anuncia nas ameaças nucleares em torno da invasão da Ucrânia e adesões à OTAN de países fronteiriços à Rússia, bem como na elevação do tom a respeito de Taiwan entre EUA e China – dado o potencial destrutivo nuclear acumulado, poderia ter consequências catastróficas para a humanidade e o meio ambiente. Para além do preço dos alimentos e das barganhas em torno da questão energética, o já longo “sono da razão” pode anunciar esse monstro maior.

Postas essas dimensões da ofensiva capitalista contemporânea, na qual o neoliberalismo – essa nova “desrazão” do mundo, parafraseando Dardot e Laval (2016) – é uma espécie de corolário, falemos um pouco do Brasil.

Tenho utilizado a caracterização de **ultraneoliberalismo** para falar de nossa dinâmica **interna** mais recente, pós-golpe de 2016. Ela é inteiramente coadunada ao ambiente mundial do neoliberalismo (ou ultraliberalismo como apontam alguns autores), mas mediada pelas nossas particularidades. O neoliberalismo aporta no Brasil de forma definitiva após a aprovação da Constituição de 1988, bombardeada e retalhada desde então. Após o *outsider* Collor tomar as primeiras medidas neoliberais e ser afastado por impeachment da Presidência da República, tivemos o Plano Real (1994) e o PDRE/MARE de 1995, verdadeiros marcos da ofensiva neoliberal e monetarista no Brasil, e da contrarreforma do Estado. A estabilidade monetária a qualquer custo, especialmente após o acordo com o FMI de 1999, impôs uma série de constrangimentos ao gasto público primário, em detrimento dos gastos financeiros ao longo dos

anos da redemocratização, dos quais destaco o superávit primário, a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Desvinculação de Receitas da União como principais mecanismos de ajuste fiscal e que impediram um *boom* de investimentos nas políticas sociais, o que corresponderia ao espírito constitucional. Além disso, nos governos de FHC, 49 bilhões de dólares em ativos passaram do poder público para a esfera privada. Lembro ainda do trato truculento da greve dos petroleiros em 1995, e da contrarreforma da previdência (regime geral) como partes constitutivas do ataque aos que vivem do trabalho. A partir de 2003, os governos de coalizão de classes do PT realizaram alguns deslocamentos importantes (política de recuperação do salário-mínimo, por exemplo), mas mantendo a lógica geral do ajuste e da estabilidade monetária a constranger os investimentos e o financiamento das políticas sociais. Tanto que as poucas conquistas do período foram desmontadas, quando o grande capital (nacional e estrangeiro) e segmentos da “pequena política” brasileira, com o apoio da mídia e de setores do judiciário dão um golpe de novo tipo, em 2016. Esses segmentos, mesmo beneficiados por inúmeras políticas nos treze anos de governos petistas, não enxergavam no governo Dilma Rousseff a capacidade de conduzir suas demandas no ritmo e intensidade desejados, dentre elas: a intensificação da exploração da força de trabalho; a exploração capitalista dos recursos naturais brasileiros, a exemplo do pré-sal, aquíferos e mineração (com o foco na Amazônia); um ajuste fiscal ainda mais profundo para que o fundo público possa funcionar como pressuposto geral da reprodução do capital, donde decorreu a abrangente contrarreforma da previdência em 2019, em mais um profundo ataque aos direitos dos trabalhadores. Com o golpe de 2016 se instaura o que chamamos de ultraneoliberalismo: o Novo Regime Fiscal – EC 95 e 93 (2016); a contrarreforma trabalhista de 2017; a entrega do pré-sal; a contrarreforma da previdência.

É no contexto golpista e de seus desdobramentos, que o Brasil aporta às desastrosas cifras mundiais, números internos macabros e desproporcionais, em relação a países da América Latina e do mundo. Isto porque tivemos desde 2016 uma combinação de golpe de Estado de novo tipo, crise burguesa orgânica, programa ultraneoliberal de ajuste fiscal e neofascismo no poder (MATTOS, 2020), este último desde 2019. Desde então o Brasil tem sido a cena de um processo de devastação das pessoas e do meio ambiente sem precedentes.

Observemos alguns dados factuais. Mais de 702 mil mortos na pandemia, sendo que parte destas mortes poderia ter sido evitada não fosse negacionismo (e sua truculência e descaso) no trato da pandemia no Brasil; e os aportes pífios de recursos no campo da saúde e em ciência e tecnologia, porque o que o governo Bolsonaro fez foi aumentar de forma insignificante o orçamento da Saúde, o que foi absolutamente insuficiente frente a demanda. Tivemos até junho de 2023, mais de 37,6 milhões de casos.

Sobre a fome no Brasil, nós temos 33,1 milhão milhões de brasileiros que não tem o que comer segundo a Oxfam, e 58,75 milhões de pessoas convivem com situações de insegurança segurança alimentar de alguma forma.

Sobre a força de trabalho, com a diminuição dos impactos da pandemia houve um certo recuo da desocupação no Brasil, que encontrava na faixa de 9,3% da População Economicamente Ativa em fim de 2022, o que significa um número em torno de 10,00 milhões de desempregados. No entanto, é preciso registrar que essa queda correspondeu a um aumento da informalidade – 35,8 milhões de trabalhadores estavam na condição de informalidade dentre as 98 milhões de pessoas inseridas no mundo do trabalho, e o rendimento dos trabalhadores caiu 5,1% enquanto a inflação destacadamente dos alimentos esteve acima de dois dígitos. Ou seja, esses elementos correspondem aos dados sobre a fome levantados pela Oxfam. Se havia em 2022 no Brasil 98,3 milhões de pessoas ocupadas comportando esse grau de informalidade, há temos um outro indicador que o IBGE calcula, a subutilização da força de trabalho, e que inclui os desocupados (10 milhões): são 24,7 milhões de pessoas subutilizadas. Há ainda os que estão em situação de desalento – 4,3 milhões de pessoas. Estes são números da PNAD/IBGE, do segundo trimestre de 2022, que apontavam uma taxa de informalidade de 40% da população ocupada. O número de “empregados” sem carteira assinada, ou seja, desprotegidos, foi o maior da série histórica no último período: 13 milhões de trabalhadores. Então vejam, a retomada pós-pandemia acontece. Porém, numa dinâmica de informalização, diminuição de salários e não alterando significativamente a situação de desalento.

O Brasil, em 2022, com essa sociabilidade dilacerada – e aqui não apontamos elementos sobre a violência endêmica –, foi palco de uma das mais importantes disputas de projetos societários no nível mundial, o que permanece em 2023, apesar da derrota eleitoral da extrema-direita nas eleições presidenciais. Michael Löwy fez referência aos rios voadores da floresta amazônica e recomendo enfaticamente a exposição de Sebastião Salgado sobre a Amazônia, porque vão encontrar nela não só as explicações sobre o papel da floresta e a necessidade estratégica de defendê-la para o Brasil e a humanidade, mas também as resistências dos povos indígenas. Precisamos urgentemente colocar um freio na devastação. Tivemos uma oportunidade eleitoral para a defesa da ciência com aporte de recursos, a defesa da Amazônia, da Mata Atlântica, o combate substantivo à fome. Enfim, para derrotar projeto destrutivo ultraneoliberal e neofascista que esteve em curso no Brasil. Uma oportunidade para sair da condição de ajuste fiscal permanente, superando o teto de gastos, revertendo a contrarreforma trabalhista, e implementando uma série de medidas para recompor as políticas sociais, proteger a população brasileira, e alterar os padrões de produção e de consumo nesse país que tem uma

potência gigante. Uma oportunidade de ser a cena de uma experiência inovadora que contamine e contagie nossa América Latina e o mundo. Mas nossa tarefa não é só eleitoral, e os primeiros meses do terceiro governo de Lula, quando escrevo essas linhas, são fartos em demonstrar as dificuldades de aproveitar esse deslocamento do terreno da luta de classes no Brasil. Precisamos construir os nossos *afrobankers*, lembrando aqui do filme *Medida Provisória* (Direção de Lázaro Ramos, 2022), com uma agenda de lutas anticapitalista, ecossocialista, antirracista, e antimachista para impor ao neofascismo uma derrota sem retornos. Além disso, há uma série de liberdades democráticas precisamos defender, mas uma agenda dos trabalhadores precisa reunir e contemplar esse conjunto de elementos, já que eles estão totalmente interligados na ofensiva do capital. Precisamos, mais do que nunca, de uma contraofensiva das forças do trabalho, uma recomposição da classe trabalhadora como sujeito político. E se a potencialidade dessa recomposição está no movimento de mulheres, que sejamos nós, mulheres, as protagonistas. Se a potencialidade da recomposição da classe trabalhadora está no movimento indígena, sejamos todos Yanomamis, Guaranis Kaiwuás, Pataxós, etc! Se a potencialidade está na luta antirracista do povo preto contra violência policial e a invasão nas comunidades habitadas majoritariamente pela população afrodescendente, vamos construir os afrobunkers, porque fomos e continuamos a ser atacados, como diz o filme *Bacurau* (Direção de Kleber Mendonça e Juliano Dornelles, 2019). Uma contraofensiva passa necessariamente por processo miúdo de organização e de educação popular, sem o que será difícil reverter a imensa corrosão e destruição que se instaurou no país e que, como vimos, tem conexões internacionais, num capitalismo em crise e decadência.

A consciência de classe não brota do além: é processo, é construção histórica, é disputa de hegemonia, como nos ensinava Gramsci. E isso se constrói nas lutas. É por isso que a experiência é importante. Não apenas as experiências alternativas que estão em curso, por exemplo, a produção de arroz e feijão pelo MST, mas experiências de luta: a luta ensina, a luta educa. Se não tem luta, não tem experiência, não tem processo educativo, não tem salto de consciência. É por isso que as direções do campo da esquerda têm que abandonar ou deixar de dar exclusividade a esse eleitoralismo parlamentar. Trata-se de repensar as suas estratégias no sentido da construção das lutas, da coletivização de pautas que realizem a mediação com as necessidades da vida real de milhões e milhões de pessoas.

Construir um o campo crítico ao capitalismo em crise e decadência – anticapitalista –, é bom que se diga, vai para além da tradição marxista, embora nela se encontrem seus fundamentos mais profundos. Há hoje um antineoliberalismo neofoucaultiano crítico, há um pensamento decolonial na América Latina – não aqueles que dizem que o marxismo é mera

branquitude eurocêntrica –, mas segmentos que tem uma preocupação fundamental de traduzir a dinâmica do capital na particularidade da América Latina e construir as lutas sociais, reconhecendo os saberes e a experiência dos povos indígenas. Uma preocupação expressada por Mariátegui e outros marxistas latino-americanos que buscaram esse caminho e fizeram a advertência para essa necessidade. Mas é certo que o anticapitalismo não se reduz à tradição marxista e a própria luta social envolve uma diversidade de sujeitos e de pautas. Os marxistas revolucionários são parte desse processo e buscam oferecer para as lutas o melhor de si, mas não esgotam as lutas. É fundamental articular um espectro o mais amplo possível para as lutas antissistêmicas. Porém estou convencida de que a crítica mais radical e mais visceral ao mundo do capital é a crítica marxista da economia política e que esta não foi superada por nenhuma dessas outras tradições críticas. Por exemplo, os neofoucaultianos, tão em evidência, não oferecem uma leitura mais profunda do que aquela que Marx nos legou ao discutir a lei do valor. Linhas acima, busquei articular a questão da valorização do valor com a queda tendencial da taxa de lucros e as suas causas contrariantes, o que é um raciocínio dialético em Marx, imprescindível para pensar o capitalismo e a sua dinâmica contemporânea. Enquanto houver capitalismo, essas indicações permanecem válidas, mas isso não nos impede, nem deve nos impedir, de ter uma relação democrática com todos os setores que querem superar esse modo de produção e reprodução social que hoje assume sua face mais destrutiva ao encontrar seus limites históricos. Nesse campo da luta ecológica, por exemplo, há uma diversidade enorme de sujeitos e muitos deles não colocam a crítica ao capital no devido lugar. Quase remetem aos falanstérios proudhonianos. Mas precisamos dialogar, insistir, persistir tê-los ao nosso lado. “Vamos precisar de todo mundo, pra banir do mundo a opressão” (Beto Guedes) e a exploração.

Referências bibliográficas

- ANTUNES, R. *Capitalismo pandêmico*. São Paulo: Boitempo, 2022.
- BEHRING, E. R. *Fundo público, valor e política social*. São Paulo: Cortez, 2021.
- BEHRING, E. R. *Brasil em contra-reforma – Desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez, 2003.
- BOSCHETTI, I. (Org.). *Expropriação e direitos no capitalismo*. São Paulo: Cortez, 2018.
- BROWN, Wendy. *Nas Ruínas do Neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente*. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.
- COUTINHO, C. N. A Hegemonia da Pequena Política. In: RIZEK, Cibele Saliba, OLIVEIRA, Francisco de, e BRAGA Ruy (Orgs). *Hegemonia às Avessas – Economia, Política e Cultura na Época da Servidão Financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo – Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DEMIER, F. *Depois do golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

- _____. HOEVELER, Rejane. (Orgs.) *A Onda Conservadora – ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.
- DRAIBE, Sônia. As Políticas Sociais e o Neoliberalismo. *In: Revista USP*. São Paulo: EDUSP, nº 17, 1993.
- FONTES, V. *O Brasil e o capital imperialismo – Teoria e história*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010.
- HUSSON, Michel. O Capitalismo no Fio da Navalha. *Esquerda*, 2020. Disponível em: <<https://www.esquerda.net/artigo/o-capitalismo-no-fio-da-navalha/68841>>. Acesso em 25 out. 2022.
- MANDEL, E. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MARINI, R. M. *Dialética da dependência*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- MARX, K. *O capital*. Livro III, tomos 1 e 2. São Paulo: Abril Cultural, [1895]1982.
- MARX, K. *O capital*. Livro I, tomos 1 e 2. São Paulo: Abril Cultural [1867]1982
- MATTOS, M. B. *Governo Bolsonaro: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil*. São Paulo: Usina Editorial, 2020.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MOTA, A. E. *Cultura da crise e seguridade social*. Um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. São Paulo: Cortez, 1995.
- WACQUANT, L. *Punir os pobres: A nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

La nueva resistência popular em América Latina

The new popular resistance in Latin America

Claudio Katz*

Resumo: Los levantamientos populares contuvieron la restauración conservadora, recrearon escenarios progresistas y afrontan la redoblada contraofensiva de la derecha. Tuvieron efectos electorales inmediatos y provocaron la precipitada salida de los presidentes derechistas en Bolivia, Chile, Perú, Honduras y Colombia. En México, Argentina y Brasil el descontento social no suscitó protestas equivalentes, pero dio lugar a victorias del mismo tipo en las urnas. En Ecuador y Panamá se consiguieron importantes triunfos en la calle contra los atropellos neoliberales y en Haití persiste una sostenida resistencia al caos impuesto por las elites y sus socios imperiales. El análisis de esta lucha es frecuentemente desatendido por los estudios exclusivamente focalizados en la forma de dominio de los opresores. La evaluación de esa resistencia esclarece semejanzas y diferencias con otras regiones.

Palavras-chaves: Rebeliones, América Latina, Neoliberalismo, Progresismo.

Abstract: The popular uprisings held back the conservative restoration. They recreated progressive scenarios and confronted the increasing counter-offensive of the right wing. They had immediate electoral effects and provoked the hasty departure of right-wing presidents in Bolivia, Chile, Peru, Honduras, and Colombia. In Mexico, Argentina and Brazil, social discontent did not give rise to equivalent protests, but led to similar victories at the polls. In Ecuador and Panama, important victories were achieved in the streets against neoliberal abuses. And in Haiti, there is still a steady resistance confronting the chaos imposed by the elites and their imperial partners. The analysis of this struggle is often neglected by those studies exclusively focused on the form of oppressors' domination. The evaluation of this resistance shed light on similarities and differences comparing with other regions.

Keywords: Rebellions, Latin America, Neoliberalism, Progressivism.

Recebido em: 13/01/2023

Aprovado em: 17/04/2023



© O(s) Autor(es). 2018 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-~~Non~~Comercial 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

* Economista, investigador del CONICET, profesor de la UBA, miembro del EDI. Su página web es: www.lahaine.org/katz

Introducción

América Latina persiste como un ámbito convulsionado por rebeliones populares y procesos políticos transformadores. En distintos rincones de la región se verifica la misma tendencia al reinicio de los levantamientos que signaron el debut del nuevo milenio. Esas sublevaciones se aquietaron durante la década pasada y recuperaron intensidad en los últimos años.

La pandemia interrumpió limitadamente esa escalada de movilizaciones, que neutralizaron la corta restauración conservadora del 2014-2019. Ese período de renovado golpismo, no logró desactivar el protagonismo de los movimientos populares.

La rebelión del 2019 en Ecuador inauguró la fase actual de protestas, que ha repetido la tradicional tónica de irradiaciones. Bolivia, Chile, Colombia, Perú y Haití han sido los principales centros de confrontación reciente.

Los efectos políticos de esta nueva oleada son muy variados. Han trastocado el mapa general de los gobiernos, recreando la gravitación del progresismo. Esa vertiente se ha impuesto en el grueso de la geografía zonal. Al inicio de 2023 los mandatarios de ese signo prevalecen en los países que reúnen al 80% de la población latinoamericana (SANTOS; CERNADAS, 2022).

Este escenario ha facilitado también la continuidad de los gobiernos acosados por el imperialismo estadounidense. Luego de soportar incontables embestidas, los diabolizados presidentes de Cuba, Venezuela y Nicaragua siguen en sus cargos.

También ha sido parcialmente contrarrestado el ciclo de golpes militares e institucionales, que apadrinó Washington en Honduras (2009), Paraguay (2012), Brasil (2016) y Bolivia (2019). La reciente asonada en Perú (2023) afronta una heroica oposición en las calles.

Esta rebeldía obstruyó, hasta el momento, la intervención disfrazada de los *marines* en países devastados como Haití. La misma lucha popular propinó duras derrotas a los atropellos intentados por los gobiernos neoliberales reciclados de Ecuador y Panamá.

Pero esta gran intervención desde abajo suscita una reacción más virulenta y programada de las clases dominantes. Los sectores enriquecidos han procesado la experiencia anterior y exhiben menos tolerancia a cualquier cuestionamiento de sus privilegios. Han articulado una contraofensiva ultraderechista para doblegar al movimiento popular. Aspiran a retomar con mayor violencia, la fracasada restauración conservadora de la década pasada. Este complejo escenario exige evaluar a las fuerzas en disputa.

Revueltas com efecto electoral

Varios levantamientos de los últimos tres años tuvieron traducciones electorales inmediatas. Los nuevos mandatorios de Bolivia, Perú, Chile, Honduras y Colombia emergieron de grandes sublevaciones que impusieron cambios de gobierno. Las protestas callejeras forzaron comicios que derivaron en victorias de los candidatos progresistas, contra sus adversarios de ultraderecha.

Esta secuencia se verificó primero en Bolivia. La sublevación confrontó exitosamente con los gendarmes y tumbó a la dictadura. Añez tiró la toalla cuando perdió a sus últimos aliados y a los sectores medios que al principio acompañaron su aventura.

La corrupta gestión de la pandemia potenció ese aislamiento y diluyó el continuismo civil intentado por los candidatos de la centroderecha. La rebeldía desde abajo impuso el retorno del MAS al gobierno y varios responsables del golpe fueron juzgados y encarcelados. La conspiración continuó en el bastión santacruceño y actualmente se dirime si persistirá o será aplastada por una contundente reacción oficial.

Una dinámica semejante se verificó en Chile, como resultado del gran levantamiento popular y sepultó al gobierno de Piñera. La chispa de esa batalla fue el costo del transporte, pero el rechazo a los 30 pesos de esa erogación derivó en una imponente gesta contra 30 años de legado pinochetista.

Ese torrente condujo a dos victorias electorales que precedieron al triunfo de Boric sobre Kast. El gran aumento de la participación electoral con consignas antifascistas en los barrios populares permitió ese logro, en el país-emblema del neoliberalismo regional.

Por esa gravitación de Chile como símbolo del thatcherismo, la asunción de un presidente progresista, en el marco de la Asamblea Constituyente con gran presencia popular en las calles, despertó enormes expectativas.

Una secuencia más vertiginosa e inesperada se registró en Perú. El hastío popular con los presidentes derechistas salió a flote en protestas espontáneas y protagonizadas por jóvenes despojados de sus derechos. Ese levantamiento sucedió a la tragedia sanitaria de la pandemia, que potenció la ineptitud de la burocracia gobernante.

Castillo se transformó en el receptor del malestar popular y el fujimorismo no pudo frustrar su llegada a la Casa de Gobierno. El discurso redistributivo del sindicalista docente creó la expectativa de cortar con la agobiante sucesión de gobiernos conservadores.

En Colombia la rebelión masiva forzó al establishment a resignar por primera vez su manejo directo de la presidencia. Varios millones de personas participaron en imponentes manifestaciones. Las huelgas masivas confrontaron con una represión feroz y lograron tumbar

una reforma regresiva de la salud. Al igual que en Chile se extendieron posteriormente para expresar el enorme malestar acumulado durante décadas de neoliberalismo.

Ese fastidio se tradujo en la derrota electoral del uribismo y del improvisado ultraderechista que intentó impedir la victoria de Petro. Con ese triunfo un líder de centroizquierda llegó a la presidencia, sorteando el terrible destino del asesinato que sufrieron sus antecesores. Lo acompaña una afrodescendiente representativa de los sectores más oprimidos de la población.

En la misma tónica se inscribió el triunfo de Xiomara Castro en Honduras. Su victoria premió la sostenida lucha contra el golpe que en el 2009 prohijó el embajador estadounidense. Esa asonada inició el largo ciclo latinoamericano de *lawfare* y golpismo judicial parlamentario.

Los 15 puntos de ventaja que Xiomara obtuvo sobre su contrincante neutralizaron los intentos de fraude y proscripción. En un dramático contexto de pobreza, narcotráfico y criminalidad, la heroica lucha popular desembocó en la primera presidencia de una mujer. Xiomara comenzó su gestión derogando las leyes de manejo secreto del Estado y de entrega de zonas especiales a los inversores externos.

Pero debe lidiar con la sofocante presencia de una gran base militar estadounidense (Palmerola) y una embajadora de Washington que interviene con toda naturalidad, en los debates internos sobre los asentamientos campesinos y las leyes de reforma del sistema eléctrico (GIMÉNEZ, 2022).

Victorias de outro tipo

En otros países el ascenso de mandatarios progresistas no fue un resultado directo de las protestas populares. Pero esa resistencia operó como un trasfondo del descontento social y la incapacidad de los grupos dominantes para renovar la primacía de sus candidatos.

México fue el primer caso de esta modalidad. López Obrador llegó a la presidencia en el 2018, en una dura confrontación con las castas del PRI y del PAN sostenidas por los principales grupos económicos. AMLO aprovechó el desgaste de las gestiones previas, la división de las elites y la obsolescencia del continuismo a través del fraude. Pero actuó en un contexto de menor impacto de las precedentes movilizaciones del magisterio y los electricistas.

Los sindicatos han quedado muy afectados en México por la reorganización de la industria y no fueron determinantes del giro político en curso. AMLO mantiene una relación ambigua con su referente histórico cardenista, pero inauguró una administración muy distanciada de sus antecesores neoliberales.

Tampoco en Argentina la llegada de Fernández (2019) fue un resultado inmediato de la

acción popular. No reprodujo el arribo de Néstor Kirchner (2003) a la Casa Rosada, en medio de una generalizada rebelión. Previamente el derechista Macri sufrió un contundente revés en las calles, cuando intentó introducir una reforma previsional (2017). Pero no afrontó el periódico levantamiento general que sacude a la Argentina.

En ese país se localiza el principal movimiento de trabajadores del continente. Su disposición de lucha ha sido muy visible en las 40 huelgas generales consumadas desde el fin de la dictadura (1983). La sindicalización se ubica en el tope de los promedios internacionales y empalma con la llamativa organización de los piqueteros (desocupados e informales).

La lucha de esos movimientos ha permitido sostener los auxilios sociales del Estado, que las clases dominantes concedieron bajo el gran susto de una revuelta. Las nuevas formas de resistencia -enlazadas con la belicosidad precedente de la clase obrera- facilitaron el retorno del progresismo al gobierno.

En los últimos tres años, la decepción generada por el incumplimiento de las promesas de Fernández suscitó grandes rechazos, pero con protestas acotadas. Hubo importantes triunfos de muchos gremios, frecuentes concesiones del gobierno y protagonismo callejero, pero la acción del movimiento popular fue contenida

En Brasil la victoria de Lula ha sido un extraordinario logro, en un marco de relaciones sociales de fuerzas desfavorable para los sectores populares. Desde el golpe institucional contra Dilma el dominio de las calles fue capturado por los sectores conservadores que ungieron a Bolsonaro. Los sindicatos obreros perdieron protagonismo, los movimientos sociales han sido hostilizados y los militantes de izquierda adoptaron actitudes defensivas.

La liberación de Lula incentivó el reinicio de la acción popular. Pero ese impulso no alcanzó para revertir la adversidad del contexto, que permitió a Bolsonaro conservar una significativa masa de votantes. El PT retomó la movilización durante la campaña electoral (especialmente en el Nordeste) y revitalizó sus fuerzas en los festejos del triunfo.

En un marco de gran división de los grupos dominantes, hartazgo con los exabruptos del ex capitán y liderazgo cohesionador de Lula, la derrota de Bolsonaro ha creado un escenario de potencial recuperación de la lucha popular (DUTRA, 2022). El temor a ese despunte, indujo al alto mando militar a vetar el desconocimiento del veredicto de las urnas que propiciaba el bolsonarismo.

Pero la batalla contra la ultraderecha recién comienza y para doblegar a ese gran enemigo resulta imperioso reconquistar la confianza de los trabajadores (ARCARY, 2022). Esa credibilidad quedó erosionada por la desilusión con el modelo de pactos con el gran capital que desarrolló el PT en sus gestiones anteriores. Ahora emerge una nueva oportunidad.

Tres batallas relevantes

Otras situaciones de enorme resistencia popular en la región no derivaron en victorias electorales progresistas, pero sí en derrotas mayúsculas de los gobiernos neoliberales.

En Ecuador se registró el primer triunfo de este tipo contra el presidente Lasso, que intentó retomar las privatizaciones y la desregulación laboral, junto a un plan de aumentos de las tarifas y alimentos dictado por el FMI. Ese atropello precipitó la confrontación con el movimiento indigenista y su nuevo liderazgo radical, que propicia un contundente programa de defensa de los ingresos populares.

A mediados del 2022, ese choque recreó la batalla librada en octubre del 2019, contra la agresión lanzada por Lenin Moreno para encarecer el precio de los combustibles. El conflicto se zanjó con los mismos resultados que la pugna anterior y con una nueva victoria del movimiento popular. La gigantesca movilización de la CONAIE ingresó en Quito en un clima de gran solidaridad, que neutralizó la lluvia de gases lacrimógenos gatillada por los gendarmes.

En 18 días de paro el experimentado movimiento indigenista derrotó la provocación del gobierno imponiendo la liberación del líder Leónidas Iza (ACOSTA, 2022). La CONAIE conquistó también la derogación del estado de excepción y la aceptación de sus principales demandas (congelamiento de los combustibles, bonos de emergencia, subsidios a los pequeños productores) (LÓPEZ, 2022).

El gobierno se quedó sin cartuchos cuando perdió credibilidad su insultante discurso contra los indios. Debió ceder ante un movimiento, que volvió a demostrar gran capacidad para paralizar el país y neutralizar los ataques contra las conquistas sociales.

Otra victoria de la misma relevancia se logró en Panamá a mitad del año, cuando los gremios docentes convergieron con los transportistas y los productores agropecuarios, en el rechazo al incremento oficial de la gasolina, los alimentos y los medicamentos. La unidad forjada para desenvolver esa resistencia sumó a la comunidad indígena a un movimiento de protesta, que durante tres semanas paralizó al país. Las marchas de protesta fueron las más importantes de las últimas décadas.

Esa reacción social dobló a un gobierno neoliberal que debió retroceder en sus planes de ajuste. El presidente Carrizo no pudo satisfacer a las cámaras empresariales que exigían mayor dureza contra los manifestantes.

Esa victoria fue particularmente significativa en un istmo que tuvo un gran crecimiento en los últimos dos décadas, aprovechando los lucros que genera la administración del Canal para los grupos dominantes. La desigualdad es apabullante, en un país donde el 10% de las familias más ricas cuenta con ingresos 37,3 veces más altos que el 10% de los más empobrecidos

(D'LEON, 2022).

La invasión estadounidense instaló en 1989 un esquema neoliberal, que complementa esa asimetría con escandalosos niveles de corrupción. Tan sólo la evasión fiscal equivale a la totalidad de la deuda pública (BELUCHE, 2022). La victoria en las calles propinó una severa derrota al modelo que las elites de Centroamérica presentan como el rumbo a seguir por todos los pequeños países.

El tercer caso de una extraordinaria resistencia popular sin derivaciones electorales se verifica en Haití. Las gigantescas movilizaciones volvieron a ocupar el centro de la escena durante el 2022. Confrontaron con las políticas de saqueo económico que implementa un régimen manejado desde las oficinas del FMI. Ese organismo propició el encarecimiento del combustible que desató las protestas, en un país todavía desgarrado por el terremoto, el éxodo rural y el hacinamiento urbano (RIVARA, 2022).

Las marchas callejeras se desenvuelven en un vacío político absoluto. Hace seis años que no hay elecciones, en una administración que prescinde del poder judicial y legislativo. El presidente de turno sobrevive por el simple sostén que aportan las embajadas de Estados Unidos, Canadá y Francia.

El desgobierno actual se prolonga por la indecisión que impera en Washington a la hora de consumir una nueva ocupación. Estas intervenciones con el disfraz de la ONU, la OEA y la MINUSTAH se han recreado una y otra vez en los últimos 18 años con resultados funestos. Los servidores locales de esas invasiones reclaman el reingreso de las tropas foráneas, pero salta a la vista inutilidad de esas misiones.

Esa modalidad de control imperial ha sido en los hechos sustituida por la generalizada difusión de bandas paramilitares que aterrorizan a la población. Actúan en estrecha complicidad con las mafias empresariales (o gubernamentales) que rivalizan por los botines en disputa, utilizando las 500.000 armas ilegales provistas por sus cómplices de la Florida (ISA CONDE, 2022). El magnicidio del presidente Moïse fue apenas una muestra del descalabro que generan las pandillas manejadas por distintos grupos de poder.

Estas organizaciones han tratado de infiltrar también a los movimientos de protesta para desarticular la resistencia popular. Siembran el terror, pero no han logrado confinar a la población a sus casas. Tampoco pudieron recrear expectativas en otra intervención militar extranjera (BOISROLIN, 2022). La rebelión continúa, mientras la oposición busca caminos para forjar una alternativa superadora de la tragedia actual.

Abordajes centrados en la resistencia

La secuencia de resistencias en el último trienio, confirma la persistencia en América Latina de un prolongado contexto de luchas, sujeto al patrón habitual de ascensos y reflujos. Los éxitos y los retrocesos son limitados. No hay triunfos de envergadura histórica, pero tampoco derrotas como las padecidas durante las dictaduras de los años 70.

Esta etapa puede ser caracterizada con distintas denominaciones. Algunos analistas observan un largo ciclo de impugnación del neoliberalismo (OUVIÑA, 2020) y otros destacan la preeminencia de acciones de resistencia popular determinantes de los ciclos progresistas (GARCÍA LINERA, 2021).

Esos abordajes jerarquizan acertadamente el papel de la lucha y la consiguiente gravitación de los sujetos populares. Aportan miradas que superan la frecuente desconsideración de los procesos que se desenvuelven por abajo. En este segundo tipo de miradas predomina un gran desconocimiento de la lucha social y una sesgada indagación de los cursos geopolíticos por arriba. Estudian especialmente cómo se dirimen los conflictos en el campo exclusivo de las potencias, los gobiernos o las clases dominantes.

Esta última óptica suele prevalecer en las caracterizaciones de los ciclos progresistas, como procesos meramente contrapuestos al neoliberalismo. Se resalta su incidencia política democratizadora, sus rumbos económicos heterodoxos o su autonomía de la dominación estadounidense.

Pero con ese enfoque se evalúan los distintos posicionamientos de los grupos dominantes, sin registrar las conexiones de esas estrategias con políticas de control o sometimiento de las mayorías populares. Omiten este dato clave, porque no valoran la centralidad de la lucha popular en la determinación del actual contexto latinoamericano.

Esta distorsión es muy visible en el sesgado uso de las categorías inspiradas en el pensamiento de Gramsci. Se toman esas nociones para evaluar cómo gestionan las clases capitalistas articulando consenso, dominación y hegemonía. Pero se olvida que esa cartografía del poder, constituía para el comunista italiano un elemento complementario de su evaluación de la resistencia popular. Esa rebeldía era el pilar de su estrategia de conquista del poder por parte de los oprimidos para construir el socialismo.

Una aplicación actualizada para Latinoamérica de este último enfoque exige priorizar el análisis de las luchas populares. Las modalidades que utilizan los poderosos para ampliar, preservar o legitimar su dominación enriquecen, pero no sustituyen esa evaluación.

Comparaciones con otras regiones

Al indagar la resistencia de los oprimidos se perciben las singularidades latinoamericanas de esas luchas. En los últimos años, la acción popular presentó semejanzas y diferencias con otras regiones.

En el 2019 se observaba en varios puntos del planeta una fuerte tendencia al despunte de una nueva oleada de protestas, liderada por los jóvenes indignados de Francia, Argelia, Egipto, Ecuador, Chile o el Líbano.

La pandemia interrumpió abruptamente esa irrupción, generando un bienio de miedo y enclaustramiento. Ese reflujo fue a su vez acentuado por la gravitación del negacionismo derechista que impugnó la protección sanitaria. En este marco salió a flote la dificultad para articular un movimiento global en defensa de la salud pública, centrado en la eliminación de las patentes a las vacunas.

Concluido ese dramático período de encierro, las protestas tienden a reaparecer suscitando las prevenciones del establishment, que advierte la proximidad de rebeliones pos pandemia (ROSSO, 2021). Temen especialmente la indignación que genera la carestía del combustible y los alimentos (THE ECONOMIST, 2022). Esa dinámica de resistencia ya incluye un significativo resurgimiento de las huelgas en Europa y de la sindicalización en Estados Unidos, Pero el protagonismo de América Latina continúa como un dato descollante.

En todas partes los sujetos de esa batalla reúnen a una gran diversidad de actores, con significativa relevancia del joven trabajador precarizado. Este segmento sufre un grado de explotación superior a los asalariados formales. Padece la inseguridad de su trabajo, la falta de prestaciones sociales y las consecuencias de la flexibilización laboral (STANDING, 2017).

Por esas razones es particularmente activo en la lucha callejera. Ha sido privado de los ámbitos tradicionales de negociación y afronta una contraparte patronal muy difusa. En distintos países es empujado a imponer sus demandas a través del Estado.

Los migrantes, las minorías étnicas, los estudiantes endeudados son frecuentes actores de esas batallas en las economías centrales y la masa de trabajadores informales ocupa una centralidad semejante en los países periféricos. Este último segmento no integra el tradicional proletariado fabril, pero forma parte (en términos ampliados) de la clase trabajadora y de la población que vive de su propia labor.

Los piqueteros de Argentina conforman una variedad de ese segmento, que forjó su identidad cortando las calles, ante la pérdida del trabajo en los lugares que centralizaban sus exigencias. De esa batalla brotaron los movimientos sociales y distintas variedades de la economía popular. Un papel igualmente relevante, desenvuelven los sectores campesinos que

forjaron el MAS de Bolivia y las comunidades indígenas que gestaron la CONAIE de Ecuador

Los vínculos de estos movimientos de lucha de América Latina con sus pares de otras partes del mundo han perdido visibilidad por el deterioro de las instancias internacionales de coordinación. El último gran intento de esa conexión fueron los *Foros Sociales Mundiales*, auspiciados en la década pasada por el movimiento alterglobalista. Las *Cumbres de los Pueblos* alternativas a los encuentros de gobiernos, banqueros y diplomáticos han perdido incidencia. La batalla contra la globalización neoliberal ya no tiene esa centralidad y ha quedado sustituida por agendas populares más nacionales (KENT CARRASCO, 2019).

Ciertamente persisten dos movimientos globales de gran dinamismo: el feminismo y el ambientalismo. El primero ha logrado éxitos muy significativos y el segundo reaparece periódicamente con inesperados picos de movilización. Pero el ámbito común de campañas globales que aportaban los Foros Sociales no ha encontrado un reemplazo equivalente.

La gran vitalidad de los movimientos de lucha en América Latina obedece a múltiples razones. Pero ha sido muy gravitante su perfil político progresista, alejado del chauvinismo y del fundamentalismo religioso. En la región se ha logrado contener las tendencias reaccionarias que auspicia el imperialismo, para generar enfrentamientos entre pueblos o guerras entre naciones oprimidas.

El Pentágono no ha encontrado la forma de inducir en América Latina los sangrientos conflictos que logró desencadenar en África y en Oriente. Tampoco pudo instalar un apéndice como Israel para eternizar esas matanzas o convalidar el terror perdurable de los yihadistas.

Washington ha sido el invariable promotor de esas monstruosidades para intentar sostener su jefatura imperial. Pero ninguna de esas aberraciones prosperó hasta ahora en el *Patio Trasero* por la centralidad que mantienen las organizaciones de lucha popular.

Por esta razón América Latina persiste como una referencia para otras experiencias internacionales. Muchas organizaciones de la izquierda europea buscan, por ejemplo, replicar la estrategia de unidad o los proyectos redistributivos elaborados en la región (FEBBRO, 2022). Pero todos los pueblos del continente afrontan actualmente un peligroso enemigo ultraderechista, que analizaremos en el próximo texto.

Referências bibliográficas

- ACOSTA, Ana María. Propuestas y exigencias del movimiento indígena y las organizaciones sociales. *Rebelión*, 23 jun. 2022. Disponível em: <<https://rebellion.org/propuestas-y-exigencias-del-movimiento-indigena-y-las-organizaciones-sociales/>>. Acesso em: 10 set. 2022.
- ARCARY, Valerio. Una victoria política gigante. *Correspondencia de Prensa*, 01 nov. 2022. Disponível em: <<https://correspondenciadeprensa.com/?p=30568>>. Acesso em: 13 nov. 2022.

- BELUCHE, Olmedo. Problemas en la Dubái centroamericana. *Jacobin*, 19, jul. 2022. Disponible em: <<https://jacobinlat.com/2022/07/19/problemas-en-la-dubai-centroamericana/>>. Acceso em: 10 set. 2022.
- BOISROLIN, Henry. El prócer Dessalines alienta la insurrección. *Resumen Latinoamericano*, 19 out. 2022. Disponible em: <<https://www.resumenlatinoamericano.org/2022/10/19/haiti-henry-boisrolin-el-procer-dessalines-alienta-la-insurreccion-del-pueblo-haitiano/>>. Acceso em: 01 nov. 2022.
- D'LEON, Milton. Crisis social. Panamá al borde del estallido social. *La Izquierda*, 23 jul. 2022. Disponible em: <<https://www.laizquierdadiario.com/Panama-al-borde-del-estallido-social-luego-de-tres-semanas-de-protestas-generalizadas>>. Acceso em: 10 set. 2022.
- DUTRA, Israel. La victoria de Lula es un gran triunfo democrático contra el autoritarismo. *Viento Sur*, 05 nov. 2022. Disponible em: <<https://vientosur.info/la-victoria-de-lula-fue-un-gran-triunfo-democratico-contra-el-autoritarismo/>>. Acceso em: 10 nov. 2022.
- FEBBRO, Eduardo. Cómo Mélenchon, inspirado por el progresismo latinoamericano. *Página 12*, 11 ago. 2022. Disponible em: <<https://www.pagina12.com.ar/472364-como-jean-luc-melenchon-inspirado-por-el-progresismo-latinoa>>. Acceso em: 10 set. 2022.
- GARCÍA LINERA, Álvaro. "Estamos en la segunda oleada progresista". *Página 12*, 28 fev. 2021. Disponible em: <<https://www.pagina12.com.ar/326515-garcia-linera-estamos-en-la-segunda-oleada-progresista>>. Acceso em: 10 set. 2022.
- GIMÉNEZ, Paula. Un proyecto popular se abre paso en el corazón de Centroamérica. *Nodal*, 10 nov. 2022. Disponible em: <<https://www.nodal.am/2022/11/honduras-honduras-un-proyecto-popular-se-abre-paso-en-el-corazon-de-centroamerica-por-paula-gimenez/>>. Acceso em: 20 nov. 2022.
- ISA CONDE, Narciso. Rebelión popular apunta contra fórmula imperial a favor del caos. *ANRed*, 21 set. 2022. Disponible em: <<https://www.anred.org/2022/09/21/haiti-rebelion-popular-apunta-contra-formula-imperial-a-favor-del-caos/>>. Acceso em: 20 nov. 2022.
- KENT CARRASCO, Daniel. El internacionalismo que viene Punto Cardinal. *Revista Común*, 06 nov. 2019. Disponible em: <<https://www.revistacomun.com/blog/el-internacionalismo-que-viene>>. Acceso em: 20 nov. 2022.
- LÓPEZ, Edgar Isch. Victoria del paro nacional en el Ecuador. *Rebelión*, 01 jun. 2022. Disponible em: <<https://rebelion.org/victoria-del-paro-nacional-en-el-ecuador/>>. Acceso em: 20 nov. 2022.
- OUVIÑA, Hernán. El estado y la reactivación del ciclo de impugnación al neoliberalismo en América Latina (2019-2020). In: BAUTISTA, C.; DURAND, A.; OUVIÑA, H. Estados alterados: reconfiguraciones estatales, luchas políticas y crisis orgánica en tiempos de pandemia. CLACSO, 2020, p. 259-283. Disponible em: <https://www.jstor.org/stable/j.ctv253f5f1.18#metadata_info_tab_contents>. Acceso em: 20 nov. 2022.
- RIVARA, Lautaro. Haití: ¿en la puerta de una nueva ocupación? *Correspondencia de Prensa*, 20 set. 2022. Disponible em: <<https://correspondenciadeprensa.com/?p=29552>>. Acceso em: 20 nov. 2022.
- ROSSO, Fernando. El FMI y la larga sombra de la pandemia. *La Izquierda*, 08 abr. 2021. Disponible em: <<https://www.laizquierdadiario.com/El-FMI-y-la-larga-sombra-de-la-pandemia>>. Acceso em: 20 nov. 2022.
- SANTOS, Manolo; CERNADAS, Gisela. ¿Es posible una segunda ola progresista en América Latina? *Nodal*, 07 jun. 2022. Disponible em: <<https://www.nodal.am/2022/06/es-posible-una-segunda-ola-progresista-en-america-latina-por-manolo-de-los-santos-y-gisela-cernadas/>>. Acceso em: 20 nov. 2022.
- STANDING, Guy. El advenimiento del precariado. *Sin Permiso*, [Entrevista concedida a Pascal Riché], 07 abr. 2017. Disponible em: <<http://www.sinpermiso.info/textos>>. Acceso em: 20

nov. 2022.

THE ECONOMIST. De la inflación a la insurrección. *La Izquierda*, 23 jun. 2022. Disponible en: <<https://www.laizquierdadiario.com/De-la-inflacion-a-la-insurreccion>>. Acceso en: 20 nov. 2022.

Serviço Social - Internacionalizar é preciso!

Social Work - Internationalization is necessary!

Berta Granja*
Nuno Pires**

Resumo: A internacionalização é fundamental para a construção das disciplinas académicas e profissionais, porque o conhecimento científico que orienta e suporta o agir profissional tem que ser universal, mas contendo em si próprio orientações sobre dinâmicas e processos para o necessário ajustamento aos problemas, contextos económicos, sociais, políticos e culturais locais. A internacionalização no serviço social confronta-se inevitavelmente com valores, culturas, contextos sociais e políticos heterogêneos e muitas vezes conflitantes. Por isso o artigo vai abordar os desafios e problemas relacionados com a internacionalização e os recursos que a Europa e Portugal especificamente podem oferecer para apoiar a internacionalização.

Abstract: Internationalization is fundamental for the construction of academic and professional disciplines, because the scientific knowledge that guides and supports professional action has to be universal, but containing within itself guidelines on dynamics and processes for the necessary adjustment to problems, economic, social, and political contexts and local cultures. Internationalization in social work is inevitably confronted with heterogeneous and often conflicting values, cultures, social and political contexts. Therefore, the article will address the challenges and problems related to internationalization and the resources that Europe and Portugal specifically can offer to support internationalization.

Palavras-chaves: Internacionalização; Disciplina profissional; Recursos e internacionalização.

Keywords: Internationalization; Professional discipline; Resources and Internationalization.

Recebido em: 16/02/2023
Aprovado em: 17/05/2023



© O(s) Autor(es). 2018 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional (<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt-BR>), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

* Docente do ISSSP, elemento do departamento de relações internacionais do ISSSP, investigadora do CLISSIS – Centro Lusíada de Investigação em Serviço Social e Intervenção Social.

** Docente do ISSSP, Coordenador do programa Erasmus+ no ISSSP, investigador do CLISSIS – Centro Lusíada de Investigação em Serviço Social e Intervenção Social.

Introdução

Como qualquer disciplina académica e profissional, o serviço social não dispensa a internacionalização, como uma condição necessária à sua construção dinâmica, actualizada e crítica, cujo conhecimento tem que articular o universal com o local, numa procura permanente de aprofundamento desse conhecimento e do seu ajustamento a contextos muito diversos.

Num mundo onde o trabalho dos assistentes sociais, se desenvolve “sobre as múltiplas expressões da questão social que, nos tempos presentes, ampliam o seu fosso de desigualdade e injustiça, assumindo novas configurações e expressões em um mundo globalizado pelo capital financeiro, pelos interesses das grandes corporações, dos mídias, do conhecimento planetarizado, saturado, e a serviço de minorias” (YAZBEK, 2019, p. 16) a internacionalização é uma questão fundamental para a afirmação da profissão e construção da disciplina.

Na intervenção social os profissionais desenvolvem processos e dinâmicas sociais para a mudança social, prover carências, resolver problemas, restaurar laços sociais cooperativos e solidários que permitam a vida e o bem-estar colectivo, necessários à condição humana. E isto exige sínteses do conhecimento das ciências sociais e humanas, articulação interdisciplinar com todas as áreas do conhecimento aplicadas às condições planetárias da vida humana. Os processos de intervenção social têm por base este conhecimento, operacionalizado na acção, em processos de ensaio e erro, que pressupõem uma disposição científica, crítica, reflexiva, experimental com responsabilização ética sobre as consequências da operacionalização, porque se trata de vidas humanas e das relações sociais que daí resultam.

Dadas estas considerações, o artigo vai numa primeira parte analisar o porquê da necessidade da internacionalização para a construção do conhecimento sobre os processos e dinâmicas sociais da intervenção social.

Numa segunda parte procurará identificar alguns dos desafios que a internacionalização pode colocar aos profissionais e investigadores nos processos de investigação e cooperação internacional.

Numa terceira parte vai informar sobre alguns dos recursos europeus que podem sustentar o esforço de internacionalização.

1 - O serviço social como disciplina académica e profissional exige internacionalização

A definição Global da Profissão de Serviço Social foi aprovada nas instâncias internacionais da profissão:

O serviço social é uma profissão baseada na prática e uma disciplina

acadêmica que promove a mudança e o desenvolvimento social, a coesão social e o empoderamento e a libertação das pessoas. Princípios de justiça social, direitos humanos, responsabilidade colectiva e respeito pelas diversidades são centrais para o trabalho social. Apoiado por teorias de serviço social, ciências sociais, humanidades e conhecimentos indígenas, o serviço social envolve pessoas e estruturas para enfrentar os desafios da vida e melhorar o bem-estar.”¹

Os padrões para a formação em serviço social aprovados, apontam para um conhecimento derivado da pesquisa, da experiência adquirida na prática em diversos contextos históricos, socioculturais, económicos e políticos em cada país em que o Serviço Social é exercido. A diversidade de práticas em campos diferentes com suporte em teorias, métodos, técnicas e habilidades, sustentam o exercício profissional nos diferentes níveis, micro, médio e macro. As orientações globais para a formação afirmam ainda que nos contextos mais amplos, internacionais, é necessário estabelecer o vínculo entre o global e o local, para permitir a transferência da formação em Serviço Social entre fronteiras internacionais.

A internacionalização é fundamental para a construção da disciplina porque como afirma Ruano-Borbalan (2014):

(...) la science est aussi un “champ” un secteur de la société constitué par des institutions, des politiques publiques, de professions, des discours accumulés, des corps de connaissances et savoirs articulés les uns aux autres mais distincts et au centre de gravité Variable. (RUANO-BORBALAN, 2014, p. 22).

A internacionalização desenvolve o conhecimento sobre a experiência das políticas sociais ou falta delas, sobre os diferentes serviços e recursos para responder aos problemas das pessoas, sobre as respostas legislativas ao nível local, nacional e / ou regional / internacional, bem como o conhecimento das leis e tratados internacionais. Pode aumentar a compreensão dos papéis do Serviço Social no planeamento político, na implementação, avaliação e processos de mudança social, identificar as diferentes formas de defesa dos direitos humanos, da importância histórica dos movimentos sociais e sua interconexão com questões de classe, género e etnia / racial.

A internacionalização pode contribuir para fortalecer a identidade dos profissionais, como membros de uma profissão reconhecida em todo o mundo. Dubar (1997) e Sainsaulieu (2005), definem a identidade profissional, como identidade em rede, sempre em construção e com ajustes permanentes, legitimada pela actualização do saber que lhe é próprio, que se valoriza na procura de saberes provenientes de fontes diversas, através da investigação

¹ Definição aprovada pela Assembleia Geral IFSW e pela Assembleia Geral IASSW em julho de 2014.

científica. No caso do serviço social, o objecto privilegiado são os contextos, processos e dinâmicas da intervenção do serviço social, com competências, especialização e formação específica.

O método científico pode produzir conhecimentos partindo da experiência, e os produtores desse saber legitimam-se pela sua formação, tecnologias, métodos rigorosos, procedimentos de validação e debate. A legitimação dos saberes provenientes da experiência, produz-se pelo grau de formalização, pelos métodos de recolha e observação, pelos processos de validação, pela sua codificação explícita e escrita, pela publicidade e pela organização em larga escala dos dispositivos de investigação. O serviço social, como disciplina, está a afirmar-se na comunidade científica, procura a sua autonomia epistemológica e metodológica, por isso, não pode prescindir da internacionalização, pois disciplinas como o serviço social:

Para se afirmarem como domínios autónomos precisam de teorias próprias. Necessitam construir unidades novas de conhecimento a partir de outras matérias como economia, sociologia, educação, administração, etc. Fica claro, no entanto, que o desenvolvimento de teorias e métodos próprios, em cada nova área do conhecimento, passa pela transformação de múltiplos conhecimentos em unidades logicamente fundadas. (PAVIANI, 2004, p. 34).

A reflexão sobre os problemas e os processos operacionais da intervenção social que se realiza nos fóruns internacionais, é fundamental para consolidar e valorizar os diversos tipos de saberes: os provenientes da experiência que emergem da acção, os teóricos que se investem depois de apropriados, os processuais que guiam os processos desencadeados na acção, os éticos que definem as opções a tomar e os saberes fazer já formalizados. Simultaneamente, esta reflexão permite desenvolver métodos e esquemas de análise sobre o saber agir para reorganizar, recriar estes saberes, nomeadamente os teóricos e verificar a sua validade na acção.

A reflexão internacional desenvolvida nos encontros internacionais, estimula o desenvolvimento da capacidade argumentativa e conceptual, a partir do 'quotidiano, como parcela do real, e campo de racionalidade, onde componentes singulares e universais concretas e abstractas se evidenciam, imiscuem e combinam com permutas de proximidade e distanciamento'. (ALBUQUERQUE, 2017, p. 23).

Permite ainda a reorganização dos saberes teóricos a descoberta de novos contributos a partir da própria acção, num processo de auto-reconhecimento e a explicitação dos esquemas de pensamento e acção, sob a forma de saberes processuais, procedimentos do serviço social, que demonstrem a capacidade de articulação fecunda entre os saberes teóricos e a prática.

Garret (2007) propõe que assistentes sociais, usem a sua capacidade reflexiva para escrutinar os seus *habitus* pessoais e colectivos, os espaços que ocupam e os seus campos de autonomia.

A reflexividade sobre a acção é uma componente da construção e reconstrução identitária profissional, que se consolida com os processos de reflexão internacional. A acção tem uma lógica de percurso, com passado, presente e futuro que se influenciam mutuamente e o contacto com outras realidades, outros processos históricos e políticos, estimula inevitavelmente confrontos entre o agir profissional e o crescente conhecimento científico acumulado. Este confronto internacional obriga a articular as lógicas do agir profissional, as lógicas dos sistemas e actores onde e com quem interage, alarga a possibilidade de escolhas e decisões, encoraja disposições para a inovação e a criatividade, num processo contínuo e dinâmico que se desenvolve no tempo e nos vários espaços e contextos.

Não participar na reflexão internacional sobre a disciplina profissional e académica é contrariar o processo do desenvolvimento do seu conhecimento, num campo de saber/intervenção que precisa sempre considerar a realidade social, construída por políticas, recursos materiais, mas sobretudo seres humanos em relação. Quem não reflecte, perde de vista as possibilidades, deixa-se dominar pelos constrangimentos e pelas decisões que lhe alheias, perde os objectivos éticos originais. A capacidade reflexiva implica “manter um olhar frio sobre a reflexão antes de mergulhar no calor da acção.” (CROZIER, 1995, p. 217-218).

A prática reflexiva, como prática intelectual, dialógica e social pressupõe, segundo Perrenoud:

Une suite d'opérations intellectuelles, dont les états mentaux ne sont que le point de départ, un état temporaire ou le point d'arrivée. On peut considérer cette suite d'opérations comme une «pratique intellectuelle. Elle est aussi souvent une pratique langagière, dialogique et sociale. (PERRONOU, 2005, p. 36).

Em contexto internacional, explicitar o pensamento pela mediação de conceitos, permite nomear e reconstruir os problemas, (re)construir a experiência e repertórios profissionais, consolidar o saber de acção nas estruturas mentais da racionalidade específica do grupo, com as suas representações operatórias conscientes e infra conscientes. Construir conhecimento nas relações internacionais, significa observar, reflectir sobre o diferente e o semelhante, analisar as experiências e atribuir sentido, para transferir para as situações de trabalho, saber gerir sentimentos, as emoções, vida e as relações com as pessoas. Nestas relações é necessário dominar os suportes da linguagem e os reportórios estruturados de experiência para descrever a realidade, interpretá-la e construir representações operacionais porque “Les praticiens sans réflexion se limitent au même temps qu'ils se détruisent” (SCHÖN, 1994, p. 344).

Essa reflexão deve ser feita para poder deliberar sobre os dados pertinentes dos fenómenos, com base numa actividade analítica que viabilize o recorte dos objectos de

conhecimento e intervenção, identifique os padrões regulares verificados na actividade profissional, para que possam ser reconhecidos, explicitados e transmissíveis, constituindo então uma fonte do saber profissional. Sem dúvida a internacionalização é uma fonte importante para o enriquecimento dessa análise.

Segundo Neto (2000) os processos reflexivos e críticos sobre o saber agir precisam ultrapassar a leitura empirista da própria actividade, vincular a teoria à acção para explicar a dinâmica social e orientar as possibilidades da acção nos processos sociais.

Estes debates e discussões, no plano internacional, têm condições para proporcionar:

- A procura de perspectivas teóricas das ciências sociais para explicação dos problemas colocados à acção profissional, a sua permanente actualização;
- O aumento da percepção dos hiatos entre a teoria e a acção, a conjugação de generalismo das ciências sociais com a especificidade da acção;
- A construção de perspectivas mais lúcidas sobre realidade favorecendo a intenção - como uma disposição para olhar o mundo como objecto de saber, como procura de sentido;
- Os trabalhos escritos que se apresentam nos fóruns internacionais, estruturam e formalizam o saber profissional do grupo, atribuem novos significados, novos sistemas de legitimação. Consolidam as formas de identidade profissional, dando materialidade e visibilidade ao discurso comum sobre o trabalho, que desta forma se tornam objecto de pensamento como afirmam Lopes e Pereira (2004).

Proporcionar uma acção dialógica, cria uma linguagem colectiva, a descoberta de contributos teóricos, recria identidades colectivas inseparáveis das identidades individuais que as suportam, todos mudam e todos podem ganhar nas experiências obtidas nas interacções internacionais. Os eventos internacionais podem ser sequências de reflexividade aberta que, funcionam como grelhas de filtragem identitárias, onde se podem fazer escolhas, ter voz, usar o discurso próprio em primeira pessoa, significa autorizar-se a falar e ter auto-estima para expor e valorizar o seu saber e o mesmo tempo estar aberto a outras experiências e saberes.

A internacionalização foi uma estratégia fundamental para construir e afirmar a disciplina do serviço social em Portugal.

O serviço social português, como disciplina afirmou-se no contexto nacional pelo apoio objectivo do serviço social doutros contextos internacionais. No entanto os protocolos realizados com Universidades do Brasil foram determinantes.

O grau de licenciatura foi reconhecido em 1989, resultou da luta que mobilizou

profissionais, estudantes, docentes e direcções de escolas que nesta altura formavam assistentes sociais em Portugal. Neste processo, foram apresentados pareceres de universidades europeias, norte americanas e da PUC-SP/Brasil, que reconheciam o programa apresentado para os cursos de licenciatura em Portugal, como programas com credibilidade científica.

Ainda durante este processo, a luta pelo reconhecimento de outros níveis de formação (mestrado e doutoramento) e o reconhecimento da investigação em serviço social já estava em curso. Pois mesmo antes, em 1987 foi estabelecido um protocolo com a PUC-SP, e foi iniciado um curso de mestrado. Dada a resistência dos poderes políticos e académicos instalados, com o argumento da ausência de assistentes sociais portugueses com o estatuto de mestre e doutores em serviço social, foram determinantes os protocolos instituídos com o Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa (ISSSL), e mais tarde com o Instituto Superior de Serviço Social do Porto (ISSSP) para formar os primeiros mestres em serviço social na PUC-SP.

No decurso deste processo foi importante o esforço de alguns assistentes sociais portugueses que se inscreveram e concluíram o doutoramento em serviço social da PUC/SP, criou-se assim o primeiro grupo de Doutores em serviço social em Portugal, que abriu o caminho para o reconhecimento dos cursos de doutoramento que posteriormente vieram a ser aprovados em Universidades Portuguesas.

Pode concluir-se que o movimento académico e profissional do serviço social português, foi reforçado e fortalecido pela cooperação internacional, estabelecida nos protocolos com a PUC-SP, e segundo Rodrigues e Andrade (2009), permitiram:

- O acesso a produção teórica ampla;
- Reforço da uma cultura profissional própria pela ligação estabelecida com uma identidade profissional constituída;
- Forte incentivo à investigação;
- Saber legitimado e reconhecido internacionalmente para traçar orientações para a prática e a formação.

2 - Os desafios da internacionalização

A internacionalização está hoje facilitada pela democratização dos meios de transporte e pela generalização do acesso a tecnologias de comunicação permitidas pelos computadores e pelas redes de conexão permitidas pela internet.

Mas viajar para territórios desconhecidos, ou mesmo entrar em interacção com falantes de outras línguas e culturas, por meios virtuais, torna-se difícil quando se iniciam esses desafios. Internacionalizar implica desenvolver competências para falar e escrever em línguas diferentes

da língua materna, portanto, aprender uma língua diferente é um primeiro requisito para enfrentar a internacionalização. Entre Portugal e o Brasil mesmo falando a mesma língua verificam-se diferenças, o que também é verdade para outros falantes de português nos diversos continentes.

Na Europa muitas são as línguas com diferentes origens, com alfabetos e símbolos diferentes.

E se é verdade que em todas as línguas se produz conhecimento, em árabe, em russo, indiano, ou chinês, é necessário admitir que qualquer um de nós, por muito que conheça, só conhece uma parte muito reduzida do conhecimento produzido, o que só acentua a necessidade de cultivar a humildade e a tolerância nas nossas interações internacionais.

Aprender uma ou duas línguas que permitam a interação internacional, para além das fronteiras mais próximas, é hoje um imperativo de todas as profissões e de todos os investigadores em qualquer área do conhecimento. É evidente, que esta aprendizagem deveria ser feita o mais cedo possível, no ensino básico e secundário, mas aprender na escola, não é suficiente porque é necessário praticar a fala e a leitura, sobretudo da linguagem técnica mais específica ao grupo profissional e disciplinar, para consolidar a aprendizagem em línguas diferentes da língua materna. Mas mesmo dominando melhor ou pior outras línguas nunca se resolvem todos os problemas linguísticos, sobretudo nos países cujo alfabeto é diferente do nosso. Fixar por exemplo, o nome de uma rua onde se está alojado, que se escreve de uma forma que não sabemos pronunciar e muito menos ler ou escrever, pode ser um elemento de ansiedade quando nos deslocamos numa cidade de um país estrangeiro.

Viajar implica ainda correr riscos para enfrentar aventuras imprevistas, por melhores que sejam os planos. A incerteza do desconhecido exige criar e desenvolver disposições de abertura a culturas e saberes diferentes, humildade para compreender o caminho feito pelo grupo profissional noutros contextos sociais e políticos, para reconhecer o avanço ou bloqueios dos contextos formativos diferentes dos nossos.

Quem está habituado a estabelecer contactos internacionais tem que se preparar e programar para, por exemplo, gerir diferenças horárias muitas vezes de muitas horas. Mesmo para marcar uma reunião, entre um país da América latina, Portugal e um outro país europeu, já é necessário gerir agendas muito diferentes: quando na América latina estão a acordar, em Portugal estamos a meio da manhã e na Alemanha é hora de almoçar.

É preciso enfrentar o desafio das viagens, dos meios de transporte diferentes, das informações que nos parecem sempre insuficientes, decifrar redes de transportes complexas que nos levam ao desconhecido, sentir a desorientação inicial em espaços que ignoramos.

As culturas e as religiões diferentes também apresentam desafios. Por exemplo conviver com hábitos e produtos alimentares desconhecidos, ajustar quando necessário as formas de vestir a culturas diversas, gerir horários em quotidianos organizados de forma diferentes (em Espanha por exemplo almoçam mais tarde que nos outros países europeus), adaptar-se a dinâmicas de convívio social diferentes da nossa cultura, pode trazer incertezas, medos, incompreensões.

Mas apesar dos desafios e dos riscos, aprofundar e consolidar a cooperação internacional é fundamental, porque como afirma Andrade (2002):

Só pensando, argumentando, debatendo, concordando, discordando, podemos esclarecer dúvidas, optar, avaliar e gerir os riscos (...). Congregar vontades, é um imperativo necessário para desencadear, desenvolver, e difundir processos de construção, apropriação, e transmissão de saberes (...). (ANDRADE, 2002, p. 40).

3 - A internacionalização e os recursos necessários

A internacionalização exige recursos materiais, mesmo quando existem disposições das pessoas e instituições para desenvolver processos, protocolos e eventos de nível internacional.

Apresentam-se agora alguns dos programas que a nível europeu podem trazer recursos para os processos de internacionalização. No entanto, geralmente para que os países estrangeiros fora da EU, tenham acesso a esses recursos é sempre necessário que estejam ligados com países da EU.

3.1 - O programa Erasmus para o ensino superior

O Programa Erasmus+ é já uma história de sucesso na União Europeia. O Erasmus tem impacto na vida de milhares de estudantes, que devido a este programa já estudaram ou estagiaram num país diferente do seu, puderam conviver e estudar com colegas europeus ou escutaram as suas exposições e participaram em aulas orientadas por docentes de outras universidades europeias. Muitos participaram em parcerias, em seminários intensivos, em estágios profissionais.

Este programa tornou-se o mais célebre de todos os programas europeus. Ser estudante ERASMUS, para um professor ou técnico não docente, fazer uma mobilidade para outra universidade transformou-se numa situação normal do quotidiano europeu no ensino superior. Acolher estudantes ERASMUS faz parte da vida das cidades universitárias da União Europeia.

O Erasmus+ - programa da União Europeia (EU) para a educação e formação, juventude e desporto, é um instrumento fundamental para a construção de um espaço europeu de educação e para a promoção da cooperação estratégica europeia neste campo.

O programa Erasmus estabelece como objectivos contribuir para o desenvolvimento da inclusão e coesão social e para a construção de sociedades mais ecológicas, preparadas para a era digital e participação democrática. Prevê instrumentos para reduzir o impacto dos problemas de saúde, deficiência e os obstáculos relacionados com os sistemas de ensino e formação, as diferenças culturais e os obstáculos sociais como as dificuldades de adaptação social, obstáculos e desvantagens económicas.

Relativamente aos países terceiros como é o caso do Brasil os objectivos gerais do programa são contribuir para:

- Melhorar a qualidade do ensino superior,
- Melhorar o nível de competências e facilitar a empregabilidade,
- Promover a educação inclusiva, a igualdade e a equidade.

O programa ERASMUS+ para o ensino superior estrutura-se em diferentes plataformas que a seguir se indicam, que são geridas pela EU e pelas agências nacionais. Dispõem de orçamentos que são aprovados com cada programa plurianual, e que vão variando de acordo com as medidas aprovadas para cada programa.

3.1.1 - Mobilidade individual

Mobilidade alunos, docentes e funcionários do ensino superior, cuja duração depende dos objectivos da mobilidade:

- Para os estudantes as mobilidades tem normalmente a duração de um semestre², para realizar, um período de formação numa instituição de ensino superior europeia, numa empresa ou em qualquer outro local de trabalho pertinente (os docentes e pessoal não docente, geralmente fazem mobilidade de pequena e média duração);
- Programas intensivos mistos são programas curtos e intensivos que utilizam formas inovadoras de aprender e ensinar, incluindo a utilização da cooperação em linha, onde grupos de estudantes ou de pessoal realizarão, como aprendentes, uma atividade de mobilidade física de curta duração no estrangeiro, combinada com uma componente virtual obrigatória (actividades colaborativos em linha);
- Mobilidade internacional que pode envolver países terceiros (relativamente à América Latina, o orçamento com o Brasil e o México em conjunto, não pode ultrapassar 30 % do orçamento de cada projeto).

Os estudantes de países terceiros como o Brasil que estudam nas universidades

² Podem ser de menor duração ou prolongar-se por um ano.

europeias podem aceder às mobilidades ERASMUS em qualquer ciclo do ensino universitário (licenciatura, mestrado ou doutoramento)

O programa actual prevê ainda intercâmbios virtuais nos domínios do ensino superior para desenvolver actividades online, como debates para alunos de Instituições de Ensino Superior e formação de professores.

3.1.2 - Parcerias de cooperação.

Os resultados a obter com estas parcerias devem trazer abordagens inovadoras ao encontro dos respetivos grupos-alvo, um ambiente mais moderno, dinâmico, empenhado e profissional no seio das organizações, maior capacidade e profissionalismo para trabalhar ao nível da UE/internacional. Propõe a cooperação entre organizações e instituições parceiras para a cooperação, (média e pequena dimensão). (Universidades, centros de formação e Academias de Professores Erasmus+).

Parcerias para a excelência, incluindo Centros de Excelência Profissional, Academia de Professores e a Ação Erasmus Mundus.

Destacamos pela sua importância os Mestrados Conjuntos Erasmus Mundus (MCEM) que pretendem ser programas de excelência ao nível académico e com elevado grau de articulação / integração entre instituições académicas.

A sua organização é complexa e tem que cumprir muitos requisitos:

- Programa curricular académico conjunto e inteiramente integrado (política linguística acordada, períodos de estudo);
- Requisitos de admissão de estudantes (regras e procedimentos de candidatura, selecção, propinas, monitorização e avaliação de desempenho conjuntos, serviços comuns oferecidos);
- Sítio Web específico que seja integrado e abrangente (em língua inglesa, assim como na principal língua de ensino);
- Diplomas conjuntos;
- Para ter um mestrado ERASMUS MUNDUS é preciso integrar três instituições de ensino superior de três países diferentes, dos quais, dois têm de ser da EU;
- Um contrato de parceria MCEM, que tem de ser assinado por todas as instituições parceiras. Este contrato de parceria implica questões académicas, operacionais, administrativas e financeiras, que condicionam a gestão financeira e administrativa conjunta, e têm que ser aprovados por todas as instituições envolvidas na parceria.

Parcerias para a inovação e parcerias para promover projetos de reforço de capacidades

no domínio do ensino superior, são parcerias que normalmente exigem que os países terceiros estejam inscritos nos respectivos programas europeus.

3.2 - Os programas de apoio à investigação científica na Europa - (Europa 2020, Horizon entre outros)

Tais programas podem trazer possibilidades de cooperação internacional com países terceiros, mas sempre têm que envolver países europeus:

A sua missão é responder aos desafios na saúde, problemas sociais e económicos e os seus objetivos:

- Enfrentar o desafio verde;
- Desenvolver a Europa digital;
- Pôr a economia ao serviço do povo;
- Promover o modo de vida europeu;
- Fortalecer a Europa no mundo;
- Aprofundar a democracia europeia;
- Melhorar o funcionamento da Comissão Europeia.

3.3 - A Fundação para a Ciência e Tecnologia - FCT

FCT – Agência Pública Nacional para a investigação em Ciência e Tecnologia e Inovação.

Objetivos da FCT:

- Tornar Portugal uma referência internacional;
- Assegurar que o investimento contribui para o crescimento económico e o bem-estar do cidadão;
- Bolsas e contratos com investigadores (bolsas de doutoramento pós doutoramento);
- Financiamento de projetos (serviços, bolseiros, missões no exterior);
- Apoio a centros de investigação;
- Coordenação de políticas públicas para a sociedade de informação e conhecimento em Portugal.

A FCT apoia projetos de investigação desenvolvidos no âmbito dos centros de investigação directamente financiados pela FCT, ou projetos apresentados por equipas de investigação.

Relativamente a países estrangeiros pode financiar missões de investigação de investigadores nacionais a países estrangeiros, publicações de artigos científicos que incluam

autores estrangeiros e missões de investigadores estrangeiros como consultores ou participantes em eventos nacionais entre outras possibilidades.

3.4 - Associação Europeia das Escolas de Serviço Social

Esta associação pode financiar pequenos projetos e apoiar missões, recursos logísticos, para projetos de investigação e participação em Congressos.

Considerações finais

É necessário estimular a escrita profissional, treinar os profissionais para construir discursos argumentativos sobre quem são, que valores defendem, o que fazem, em articulação com as instâncias de formação e de investigação a nível internacional, para isso é necessário o aprender no mínimo outro idioma relevante para as trocas científicas.

É necessário estimular a actividade reflexiva nos contextos territoriais próximos, mas também internacionais, desenvolver disposições de abertura ao desconhecido, ao diferente e ao enfrentamento dos riscos inerentes e capacidade de escuta de outras experiencias, percursos históricos e políticos.

Para que os recursos para a internacionalização sejam acessíveis, é necessário consolidar redes de cooperação internacional, numa perspectiva colaborativa, em situação de igualdade e de vantagens mútuas.

Em síntese o desenvolvimento da investigação e cooperação em rede envolvendo investigadores, profissionais docentes e estudantes é fundamental num período marcado por problemas planetários. Numa perspectiva de construção da reflexão internacional é necessário desenvolver processos de cooperação e investigação com utilidade social e na invenção de respostas que, sem acentuar a prescrição sobre os profissionais, valorizem e reconheçam o saber agir profissional, os seus desafios, poderes e limites, vividos nos diversos contextos socio históricos e políticos, pois a internacionalização, a investigação e os processos reflexivos, como afirma Granja (2011) são e precisam ser aprofundados como objecto da actividade profissional:

Participar nos processos reflexivos e criativos sobre a actividade profissional para a (re)construção permanente do saber da acção e contribuir para o avanço do conhecimento sobre os processos de mudança social e respostas aos problemas sociais (GRANJA, 2011, p. 451).

Referências bibliográficas

- ALBUQUERQUE, C. A reflexividade no quotidiano profissional dos assistentes sociais. In C. ALBUQUERQUE, & C. ARCOVERDE (Eds.). *Serviço social contemporâneo: reflexividade e estratégia* (pp. 28-46). Lisboa: Pactor. (2017).
- ANDRADE, M. Serviço social, Formação Contínua e Éthos Profissional. In *Serviço Social Unidade na Diversidade – Encontro com a identidade profissional*. (org) HENRIQUES, A; FARINHA, M. A. Actas do 1º Congresso Nacional de Serviço Social. Aveiro: APSS (2002).
- CROIZIER, M. *La crise de l'intelligence: essai sur l'impuissance des élites à se reformer*. Paris: InterEditions (1995).
- DUBAR, C. *A Socialização: a construção de identidades sociais e profissionais*. Porto: Porto Editora (1997).
- GARRET, P.M. *Making social work more Bourdieusian: why social professions should critical engage with de work of Pierre Bourdieu*. European Journal of Social Work. Vol. 10, nº 2, pp: 225-234.
- GRANJA, B. *Identidade e Saber dos Assistentes Sociais*. Dissertação de Doutoramento Repositório da Universidade do Porto (2008).
- _____. *A competência reflexiva processual em serviço social na ação profissional junto às populações*. Cadernos de Pesquisa, 41 (143): 428-453. (2011).
- LOPES & PEREIRA. Escrito de trabalho e construção social da acção educativa institucional: Efeitos de um processo de investigação acção. In *Formação, identidade e praticas profissionais*: Porto: Afrontamento (2004) Pp: 169-195.
- NETO, J.P. Método e teoria nas diferentes matrizes do serviço social. In BORGIANI, E. MONTANO, C. (org). *Metodologia y serviço social*. S. Paulo: Cortez (2000).
- PAVIANI, J. Disciplinaridade e interdisciplinaridade. In PIMENTA, C. (org). *Interdisciplinaridade, Humanismo, Universidade*. Porto: Campo das Letras (2004).
- RUANO-BORBALAN, JC. Les voies de la Construction des Savoirs Legitimes. In MARCEL JAEGER (coord). *Conference de consensus Le travail Social et la Recherche*. Paris: Dunod (2014) pp: 18-33.
- RODRIGUES, F. ANDRADE M. Intercambio e produção de conhecimentos – Brasil e Portugal em tempos de viragem. In *Revista serviço social e sociedade*, nº 100 out-dez (2009) pp749-771.
- SENSALIEU, R. *Identité et relations au travail*. Education Permanente nº 128 pp: 187-206, (2005).
- SCHÖN, D. *Le praticien reflexive: à la recherche du savoir caché dans l'agir professionnel* Québec, Editions Logiques (1994).
- YAZBEK, M. C. Prefacio in GUERRA, Y; LEITE, J.L.; ORTIZ F. G. *Temas Contemporâneos em Serviço Social uma análise dos seus fundamentos*. Campinas: Papel Social (2019).
- Outros documentos:
 Fundação para a Ciência e Tecnologia. (2022). Fundação para a Ciência e Tecnologia. <https://www.fct.pt/>
 Agência Nacional Erasmus+ Educação e Formação. (2022). Erasmus +. Portugal. Educação e Formação. <https://erasmusmais.pt/>
 European Association of Schools of Social Work. (2011). EASSW. <https://www.eassw.org/>
 Conselho Europeu. Conselho da União Europeia. (2023). Horizonte Europa. <https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/horizon-europe/>

Cooperação internacional em Serviço Social: uma revisão de literatura

International cooperation in Social Work: a literature review

Maria Lúcia Teixeira Garcia*

Gary Spolander**

Resumo: Inseridas em uma experiência de cooperação internacional, nos propomos, neste artigo, a partir de revisão de literatura, refletir sobre o tema cooperação internacional no Serviço Social. Para isso, realizamos levantamento utilizando dois descritores: cooperação internacional em pesquisa e Serviço Social e cooperação internacional em pesquisa em Serviço Social (em inglês e português) nas bases de dados Scopus, Periódicos Capes e Google Acadêmico. Foram selecionados 16 artigos sem repetição. Exploramos as variáveis país de procedência, periódico utilizado e foco dos textos. Além disso, verificamos os relatórios de avaliação trienal (2004, 2007, 2010, 2013) e quadrienal da Capes (2017 e 2021). Os textos selecionados são majoritariamente em língua inglesa e com autores procedentes dos países centrais (Estados Unidos, Alemanha e Reino Unido – 39%). O Brasil respondeu por 10%. O artigo enfatizou a internacionalização como um processo que faz parte do Serviço Social. Entretanto, as relações assimétricas entre os países centrais e periféricos repercutem sobre o fluxo desse processo, que engloba desde a delimitação do foco das pesquisas até as relações no interior das equipes, sendo mister adensarmos o debate no Brasil.

Palavras-chaves: Internacionalização do Serviço Social; Pesquisa internacional; Serviço Social.

Abstract: Inserted in an experience of international cooperation, we propose in this article, based on a literature review, to reflect on the theme of international cooperation in Social Work. We carried out a survey using 2 descriptors: international cooperation in research and Social Work and international cooperation in research in Social Work (in English and Portuguese) in Scopus, Periódicos Capes and Google academic databases. 16 articles without repetition were selected. We explored the variables country of origin, journal used and focus of the texts. In addition, we verified how Capes' triennial (2004, 2007, 2010, 2013) and quadrennial (2017 and 2021) evaluation reports. The selected texts are mostly in English and with authors from central countries (United States, Germany and United Kingdom – 39%). Brazil accounted for 10% (with north-south partnership productions and 1 by Brazilian authors). The article emphasized internationalization as a process that is part of Social Work. However, the asymmetrical relationships between the central and peripheral countries have an impact on the flow of this process, which ranges from the delimitation of the research focus to the relationships within the teams. It is essential that we deepen the debate in Brazil.

Keywords: Internationalisation of Social Work; International research; Social Work.

* Docente do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Doutora em Psicologia Social (USP) e Pós-doutora em Política Social (UFES). Bolsista em PQ do CNPq. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2672-9310>

** Doutor em Serviço Social. Professor do Departamento de Serviço Social da Robert Gordon University (Escócia). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2758-4555>



© O(s) Autor(es). 2018 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-~~Non~~Comercial 4.0 Internacional (<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt-BR>), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

Introdução

"I think you travel to search and you come back home to find yourself there!"

(Chimamanda Ngozi Adichie)

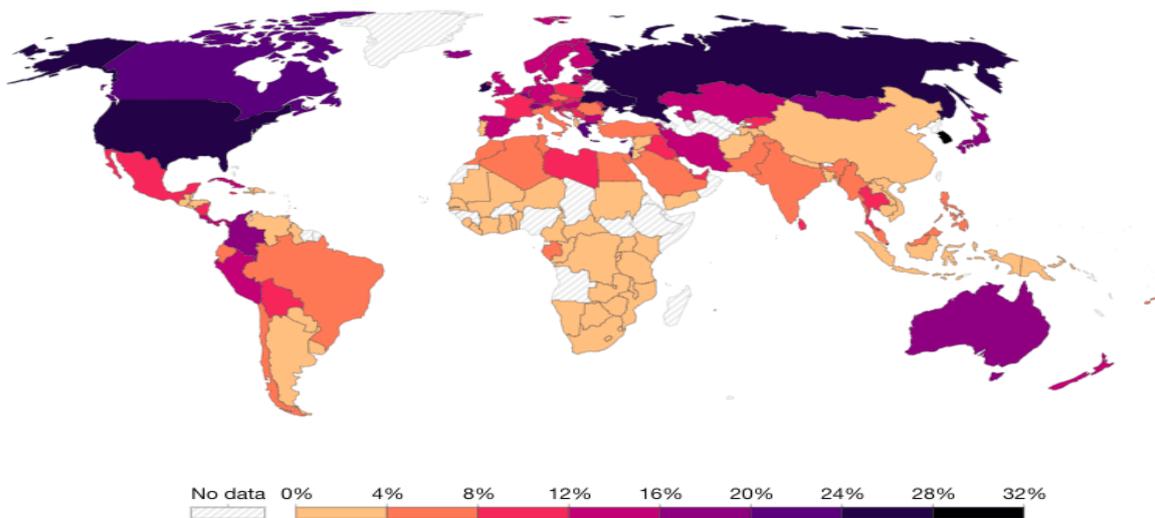
Com esta frase de Chimamanda, começamos este texto abordando a cooperação internacional. Como um tema atual e relevante, a cooperação internacional traz em si múltiplas dimensões. Primeiro, o processo de incentivo às pesquisas em cooperação internacional e o foco na estruturação de políticas de internacionalização nas instituições de ensino superior (IES) no Brasil são relativamente novos (CARVALHO; ARAÚJO, 2020). Por outro lado, a interlocução entre pesquisadores é constitutiva da própria natureza da Ciência e de seu processo de investigação, e isso não é recente². A partilha das descobertas é condição para novas investigações. Em poucas palavras, a internacionalização pode ser vista como parte de um movimento próprio das atividades de ensino e pesquisa e, portanto, como uma tendência que se forma dentro do ambiente de investigação e formação em nível superior (LEHER, 2018).

Esse processo segue um fluxo ao longo das últimas 40 décadas. Na Conferência Mundial sobre o Ensino Superior da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), em 1998, a cooperação é definida como via para promoção do avanço da educação superior em todo o mundo, por meio da constituição de redes e intercâmbio de experiências. Se a constatação de 1998 é da necessidade de avanço da educação superior, vemos em 2010 que as desigualdades entre os países permanecem, pois a proporção da população com 15 ou mais anos que tem ensino superior completo é muito pequena (Mapa 1) – em muitos dos países periféricos, é menos de 1% (BARRO; LEE, 2021). Assim, as possibilidades de cooperação e as relações desiguais nesse processo são parte constitutiva do trabalho conjunto internacional.

¹ Tradução livre: Eu acho que você viaja para buscar algo e regressa a casa para se encontrar lá.

² Dados do Banco Mundial apontam que o número de pesquisadores envolvidos em atividades de pesquisa em todo o mundo aumentou em quase 1,5 vezes de 1996 (788 por 1 milhão) a 2015 (1.151 por 1 milhão) (BANCO MUNDIAL, 2018).

Mapa 1 – Proporção da população com 15 ou mais anos com ensino superior completo em 2010.



Fonte: Barro e Lee (2021).

A despeito disso, a Unesco (1998) defendia que uma via para tornar o conhecimento acessível a todos se daria por meio da cooperação internacional – sem questionar o tipo de educação que se ofertava e o que a cooperação internacional difundiria. Enfatizava o fomento da “cooperação Norte-Sul com vistas a se obter o financiamento necessário para fortalecer a educação superior nos países em desenvolvimento” (UNESCO, 1998). Ou seja, esse debate ocorre em um contexto marcado por crises financeiras *cíclicas* (NETTO, 2012) e por relações colonizadas.

Hobsbawn (1994) nos lembra que, no início da década de 1990, o mundo capitalista viu-se com taxas de desemprego em massa, depressões cíclicas severas, contraposição cada vez maior entre ricos e pobres.

À medida que a década de 1980 passava para a de 1990, foi ficando evidente que a crise mundial não era geral apenas no sentido econômico, mas também no político [...] Entre 1990 e 1993, poucas tentativas se fizeram de negar que mesmo o mundo capitalista desenvolvido estava em depressão. Ninguém afirmava a sério saber o que fazer a respeito, além de esperar que aquilo passasse (HOBBSAWN, 1994, p. 17-47).

É mister lembrarmos que, em termos educacionais, as décadas de 1980 e 1990 foram marcadas pela eclosão de um movimento de reformas educacionais por todo o mundo, instaurando aquilo que Hargreaves, Earl e Ryan (2001) denominam de ‘nova ortodoxia oficial’, um movimento que é caracterizado pela padronização em torno de políticas de avaliação, de financiamento, de formação de professores e de currículo, e a visão de desenvolvimento preconizada por grandes organismos financeiros internacionais como o Banco Mundial (GARCIA; FERREIRA, 2013).

No Brasil, a década de 1990 traz a internacionalização das instituições de ensino superior (IES) como um componente da educação superior. A internacionalização, nos Boletins da Capes, aparece pela primeira vez em 1994 com a exigência de “nível internacional”, com referência à produção intelectual de um curso de conceito A. Naquela época, o “nível internacional” foi a forma encontrada para diferenciar os cursos de pós-graduação, tendo em vista que um grande número desses havia atingido o nível mais alto da escala de avaliação. E o termo “inserção internacional” aparece no volume 6, número 2, do InfoCAPES de 1998 (Capes, 1998). O termo aparece relacionado à discussão sobre a **avaliação da produção intelectual**, mais especificamente sobre a diferença entre o que é **produção de nível internacional e o que é produção de circulação internacional**. Era necessário, no discurso da agência, “[...] estabelecer parâmetros para medir a inserção internacional dos programas” (FIORIN, 1998, p. 35).

A inserção da Capes do termo internacionalização como indicador (para diferenciar os programas de pós-graduação e o discurso da Unesco de cooperação como via de desenvolvimento) ocorre em um contexto de crise. Ao mesmo tempo, é mister entendermos que a cooperação internacional é um processo contraditório, que serve como

[...] instrumento de conformismo científico-tecnológico, expressão contemporânea da sociabilidade humana, [que] ao mesmo tempo em que **veicula ideologias reprodutoras das relações sociais dominantes, veicula também ideologias antagônicas e contraditórias** [...] ao mesmo tempo reprodutora das relações sociais de produção capitalista e espaço de luta de classes, para superar estas relações (NEVES, 2002, p. 23-24, grifos nossos).

Ou seja, reafirmamos aqui nossa recusa a uma educação superior na legitimação do padrão de poder colonial (QUIJANO, 2005) e reconhecemos as assimetrias existentes na arena nacional e internacional. Assim, faz-se necessária a politização do debate sobre a educação superior, bem como reconhecer que esse debate sobre a internacionalização na pós-graduação é eivado de contradições, envolvendo múltiplos sujeitos e instituições situados em tempos e espaços distintos e desiguais. Embora haja um *modus operandi* global de gestão das políticas públicas, o poder de decisão está nas mãos de poucos que, no geral, habitam os países centrais.

Em termos europeus, o processo de Bolonha³ (1999) e sua padronização do ensino superior trouxe a mobilidade de funcionários, estudantes e egressos como um de seus elementos centrais⁴, desenvolvendo a cooperação internacional entre indivíduos e instituições, como fator

³ O Processo de Bolonha tem seu marco inicial em 1998, quando ocorre um encontro de ministros da Educação de quatro países europeus (Alemanha, França, Itália e Reino Unido). E, em 1999, um novo encontro, então, com 29 países, resulta na Declaração de Bolonha, com o objetivo explícito de construir um espaço europeu de ensino superior e conduzir a uma Europa da ciência e do conhecimento.

⁴ Destacado pelos ministros responsáveis pelo ensino superior dos países participantes no Processo de Bolonha na

que contribuiria para a qualidade do ensino superior e da pesquisa (PATRICIO; HARDEN, 2010; WIELEWICKI; OLIVEIRA, 2010). Bolonha traz a premissa de criação de uma infraestrutura para um mercado global. Anos após, a Conferência Regional do Ensino Superior da América Latina e do Caribe (de 2008) e a II a Conferência Mundial de Educação Superior (CMES) (de 2009) estabeleceram que a internacionalização seria essencial para reduzir as diferenças entre os países. Mas precisamos questionar a internacionalização para que e para quem.

[...] a geoeconomia política do conhecimento configura verdadeiros centros de atração, a partir dos quais o grosso da produção científica e tecnológica vem gravitando. Os EUA são a maior potência científica e tecnológica, o maior centro de atração de ‘cérebros’ e de captação de recursos por meio de taxas estudantis; a China é a principal potência emergente, assumiu a liderança em áreas tecnológicas sensíveis e implementou agressiva política de formação de novos cientistas nos principais centros e laboratórios do mundo para alcançar níveis ainda maiores de soberania tecnológica; a Alemanha, Grã-Bretanha e França seguem como potências científicas e tecnológicas em diversas áreas industriais estratégicas (LEHER; SANTOS, 2023, no prelo, grifos nossos).

Ou seja, as diferenças entre os países em termos do desenvolvimento mascaram também outras dimensões: ao se privilegiar uma agenda de formação superior e de pesquisa em áreas de conhecimento relacionadas aos ramos produtivos preponderantes (como vemos no Brasil com a grande área vinculada ao agronegócio), reafirmam-se as desigualdades históricas entre as áreas de conhecimento (RIBEIRO *et al.*, 2020).

Há, ainda, que considerarmos algumas outras questões. Por exemplo, entre 1990 e 2016, os pesquisadores do Reino Unido estiveram frequentemente envolvidos em pesquisas europeias de políticas sociais comparativas (que incluíam também o serviço social), com financiamento da União Europeia. Com a saída do Reino Unido da União Europeia, o aporte de financiamento cessou e isso impactou a manutenção de cooperações internacionais. Há ainda aspectos vinculados a cooperações de longa duração que requerem financiamento que transcendam um único ciclo de financiamento. Para o ensino superior e a pesquisa, as perdas foram além do recurso, colocaram o Reino Unido menos atrativo para pesquisadores e estudantes europeus, além da perda de acadêmicos que estão deixando o Reino Unido (FAZACKERLEY, 2023).

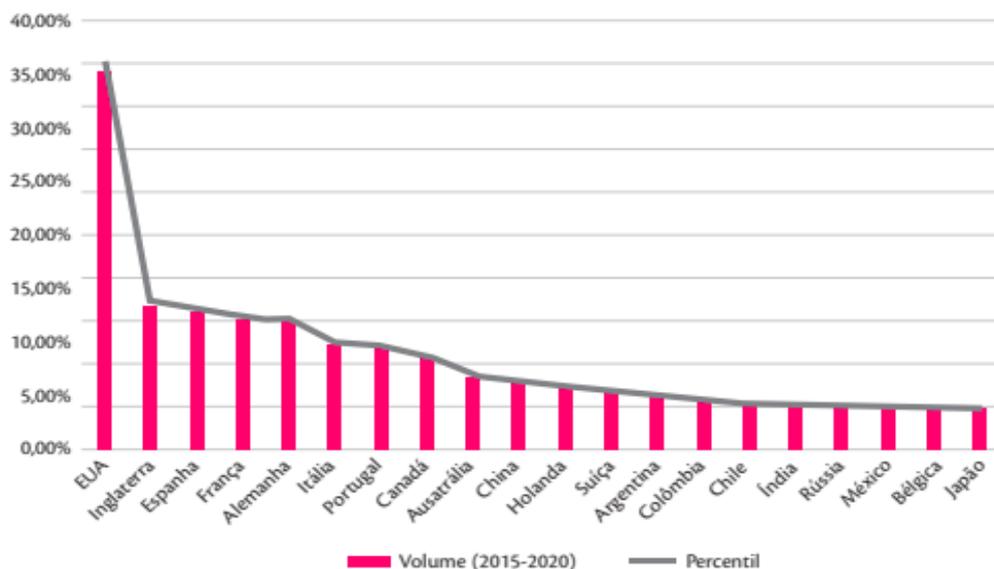
Por outro lado, as relações de solidariedade nacional e internacional ocuparão um lugar de destaque na agenda das universidades. São lutas complexas que reafirmam o compromisso das universidades públicas, gratuitas e laicas com o bem-viver dos povos (LEHER, 2008). Além disso,

5ª Conferência Ministerial de Bolonha (2007).

defendemos que a cooperação internacional também precisa ser pensada como um processo no qual as/os pesquisadoras/es se envolvem para serem melhores profissionais e seres humanos.

Assim, como um tema da agenda de pesquisa, apresenta debates que oscilam entre aspectos relacionais (BAGSHAW; LEPP; ZORN, 2007), a importância da cooperação internacional e a organização internacional da categoria (KNIEPHOFF-KNEBEL; SEIBEL, 2008), debates específicos (como no campo da saúde) (ABELL; RUTLEDGE, 2009), *de questões geracionais* (RØRSTAD; AKSNES; PIRO, 2021) e *de gênero*⁵ (AKSNES, PIRO, RØRSTAD, 2019), e, por fim, questões vinculadas à política de educação superior (GARCIA *et al.*, 2021). Acrescentaríamos aqui a pressão das agências de fomento à pesquisa e pós-graduação para a internacionalização da ciência no Brasil, condição para a mudança na posição do país nos *rankings* internacionais de produção científica. E isto fica claro no relatório “Panorama da Ciência Brasileira 2015-2020” do Observatório em Ciência, Tecnologia e Inovação (OCTI) do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE, 2021). Esse relatório indicou que cerca de um terço da produção de artigos científicos de autores vinculados a instituições brasileiras é realizado por meio de colaboração internacional (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Distribuição percentual da participação de países na colaboração internacional dos artigos com a participação de, ao menos, um autor vinculado a uma instituição brasileira.



Fonte: CGEE (2021).

Outros dados indicaram que em 2021, em termos de cooperação educacional e

⁵ Vabø (2012) constatou que a participação entre pesquisadores homens e mulheres se expressa de forma diferente – nos Estados Unidos apenas 28% das acadêmicas do sexo feminino e 37% dos acadêmicos do sexo masculino (de todos os níveis) relatam colaborações de pesquisa com colegas internacionais; no Reino Unido, 69% dos acadêmicos masculinos e 53% das acadêmicas femininas relatam tal colaboração; na Alemanha, as proporções são de 52% para homens e 43% para mulheres acadêmicas.

mobilidade de alunos brasileiros para instituições de ensino superior estrangeiras com apoio do governo brasileiro, aproximadamente 52% foram para França e Estados Unidos. E, em termos de atração de alunos/as estrangeiros/as, 30% eram de Cabo Verde, Benim ou Moçambique. Ou seja, os dados exemplificam barreiras como o idioma para alunos e docentes envolvidos em programas de intercâmbio ou econômicas (ou dependentes de financiamento estrangeiro) (ADEFILA *et al.*, 2023[no prelo]).

Em relação à mobilidade de professores brasileiros para o exterior em 2021, os destinos mais frequentes foram Estados Unidos, Alemanha, Espanha e França. Em termos de publicação de brasileiros em colaboração internacional, esta cresceu em média 7% ao ano na última década. Em 2021, os impactos das publicações colaborativas com Japão, China e Índia foram os maiores entre os 20 principais países parceiros do Brasil. Por outro lado, os dados revelaram uma estagnação relativa do impacto da produção científica do Brasil desde 2016 (COBRADI, 2022). E Luiz Davidovich (presidente da Academia Brasileira de Ciências) nos lembrava em 2022 que isso é resultado do descaso do governo federal com a ciência e que isto repercute sobre essa estagnação. Esse sistemático desfinanciamento da educação superior repercute sobre as fontes de recursos para apoio ao processo de internacionalização. Os recursos alocados para a internacionalização foram reduzidos significativamente pelo governo Bolsonaro – em 2021, o orçamento total da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) foi 73,4% menor do que em 2015. Em um levantamento sobre mobilidade estudantil, Robles e Bhandari (2017) relataram falta de recursos financeiros para iniciativas internacionais. Assim, tomando o Brasil como exemplo, se por um lado as universidades brasileiras sofrem ano a ano com orçamento reduzido, por outro são pressionadas a aumentarem a pesquisa internacional e o intercâmbio de alunos e de docentes estrangeiros (TUMENAS, 2021). Esses aspectos comprometem o desenvolvimento da internacionalização nas IES brasileiras (ARINOLA *et al.*, 2023 [no prelo]).

Partimos do pressuposto de que a cooperação se constitui em uma associação entre pesquisadoras/es em uma relação marcada por diálogo e tomada de decisões conjuntas, resultando em definição conjunta de projetos e a partilha de custos. Mas também entendemos que há múltiplas dimensões que perpassam os processos reais de internacionalização, inserindo-se em uma realidade prenhe de contradições que perpassam o processo que equipes de pesquisadores, no cumprimento da sua atividade de pesquisa e formação, enfrentam para construir e conduzir uma agenda de trabalho em comum com colegas de diversos países. Ou seja, vivenciamos experiências de trabalho acadêmico e internacionalização, contradições similares, porém não necessariamente idênticas (GARCIA *et al.*, 2021).

Com essas questões em mente, e inseridas em uma experiência de cooperação internacional, nos propomos, neste artigo, a partir de revisão de literatura, refletir sobre o tema cooperação internacional no Serviço Social.

Para tanto, realizamos levantamento utilizando dois descritores: cooperação internacional em pesquisa e Serviço Social e cooperação internacional em pesquisa em Serviço Social (em inglês e português), nas bases de dados Scopus, nos Periódicos Capes e no Google Acadêmico. Da base Scopus (textos em inglês) foram listados 46 artigos (sem repetição), e destes, 6 tratavam sobre o Serviço Social. Na base Periódicos Capes foram listados foram listados 3.687 artigos; destes, 7 (sem repetição) tratavam do tópico em tela. Por fim, no Google Acadêmico, identificamos 3 textos sem repetição. Como critérios de inclusão, selecionamos textos que tratassem de cooperação internacional envolvendo o Serviço Social. Foram selecionados 16 artigos sem repetição. Exploramos as seguintes variáveis: país de procedência, periódico utilizado e foco dos textos. Nossa pergunta de pesquisa foi: o que o Serviço Social ao redor do mundo escreve sobre cooperação científica no Serviço Social? Que tópicos são privilegiados nesse debate? Além disso, verificamos como os relatórios de avaliação dos programas de pós-graduação da área de Serviço Social na Capes (trienais 2004, 2007, 2010 e 2013; e quadrieais 2017 e 2021) apresentam dados sobre a cooperação internacional na área.

Este texto, além desta introdução, está dividido em duas seções. Primeiro vamos refletir sobre a cooperação internacional e o que as/os autores tratam do tema, para, na segunda seção, explorar o debate no Serviço Social. Também destacaremos nesta seção questões sobre cooperação internacional a partir de dados do Serviço Social no Brasil.

Cooperação internacional em Serviço Social: um fino equilíbrio desequilibrado

Nosso ponto de partida nesta reflexão parte da vivência acumulada em cooperações Norte-Sul como também cooperações Sul-Sul. E, neste percurso, fomos constatando que sentíamos falta de textos que descrevessem os processos de cooperação. Isso foi parte dos textos que escremos sobre a temática (SPOLANDER *et al.*, 2014; SPOLANDER; GARCIA; PENALVA, 2016; GARCIA *et al.*, 2022a,b; GARCIA *et al.*, 2021; GARCIA; FERREIRA, 2023). Ou seja, vamos falar aqui como esse processo de pesquisa em cooperação internacional foi constituindo-se para nós, dialogando com os textos e com as lições que acumulamos.

Relatos de cooperação em pesquisa em serviço social na Europa, como os de van Ewijk (2011), identificam questões que desafiam os processos de cooperação internacional, tais como: encontrar um equilíbrio entre dissenso e consenso no interior da equipe; garantir uma adequada implementação e valorização dos resultados da investigação; reconhecer, respeitar e lidar com os diferentes papéis dos investigadores (DEHERTOGH; DRIESSENS; DIERCKX, 2011). Outro aspecto também é o desenvolvimento de confiança entre os membros da equipe,

assumindo postura tolerante e respeitosa com os outros (opiniões e perspectivas) (ENVULADU *et al.*, 2022). Os autores acrescentam que, muitas vezes, as parcerias não têm conhecimento prévio de todas as pessoas das equipes. Quando ingressamos nessa cooperação, não conhecíamos seus membros e o processo de estranhamento foi quase instantâneo. Esse estranhamento era de várias ordens: dificuldades de comunicação, divergências teóricas e direcionamentos definidos pela agência financiadora do projeto. Nossas dificuldades se encontravam com o relatado por Engelbrecht *et al.* (2014), que referem que, apesar dos benefícios, esse é um processo crivado por vários desafios, tais como: obstáculos ao financiamento e dificuldades de comunicação. Outro aspecto é o foco nos produtos da cooperação, e não no processo dessas cooperações internacionais de pesquisa. Além disso, formar uma equipe de pesquisa não garante os resultados de pesquisa desejados – o processo de gerenciamento da pesquisa é igualmente importante.

Acrescentaríamos aqui outro aspecto pouco destacado nos artigos: as aventuras e desventuras vividas por pesquisadoras/es em longas viagens e períodos fora de casa e do trabalho em suas universidades (só quem se aventura sabe do que estamos falando). Ou seja, os artigos sobre pesquisa em cooperação internacional encobrem os desafios do processo, preferindo discutir os resultados. Há também questões de desigualdade em termos de poder. Por exemplo, pesquisadores africanos e brasileiros têm dificuldades para acessar o financiamento da pesquisa, ou há desigualdades no aporte de recursos entre as agências de fomento (vemos isso nos editais do CNPq e da União Europeia, por exemplo).

Em termos metodológicos, as pesquisas participativas e suas variantes requerem um esforço para compreender e desvendar profundamente desigualdades de poder enraizadas embutidas nas relações internas/externas (STOECKER, 1999). É também um processo que requer a construção coletiva do objeto de estudo a ser pesquisado. O tempo aqui é vital para o desenho metodológico; tempo que muitos pesquisadores não têm disponível. Essas assimetrias se expressam ainda por agendas muitas vezes determinadas pelas agências de financiamento e por relações verticalizadas no processo de tomada de decisão.

Formulações passo a passo aplicando princípios-chave, começando com uma compreensão do contexto, abrangendo o recrutamento e a utilização de apoio e demonstrando compromisso com o envolvimento sustentado e a disseminação de respostas programáticas culturalmente relevantes, é uma dinâmica que requer tempo e envolvimento das/os pesquisadoras/es, nem sempre possível considerando as condições de trabalho atuais as universidades.

Shaw (2019, 2020), em sua experiência em uma rede de pesquisa internacional, reflete

que a permanência desta se deu porque continha uma diversidade mutuamente crítica. Por outro lado, este mesmo autor chama a atenção das desigualdades nesse campo, entre elas, as restrições em termos nacionais. Cerca de 95 a 98 por cento das citações em periódicos dos EUA por estudiosos dos EUA são de outros estudos dos EUA (SHAW, 2014). Ou seja, a definição dos veículos de comunicação científica também expressam assimetrias nesse campo.

Para esse autor, o Serviço Social precisa reconhecer que a pesquisa internacionalmente deve assumir diversas formas, e não se restringir a um modelo padrão qualquer, à medida que a pesquisa em um *scopo* internacional permite a investigadores e profissionais compartilhem conhecimentos e recursos.

Por outro lado, o desafio de interpretar o Serviço Social a partir de uma perspectiva crítica e radical em um contexto internacional requer uma compreensão das diferenças presentes na profissão nos diferentes países (e suas tradições) (SPOLANDER *et al.*, 2014). É mister também compreender a formação social, econômica e política e o estágio de desenvolvimento na dinâmica capitalista de cada país envolvido na cooperação.

Assim, a seguir, debateremos a questão da cooperação internacional no Serviço Social.

A cooperação internacional no Serviço Social de dentro para fora e de fora para dentro

A superação de fronteiras tem sido um elemento central no desenvolvimento do Serviço Social no mundo, desde seus primórdios no final do século XIX e início do século XX (KNIEPHOFF-KNEBEL; SEIBEL, 2008). Essas autoras destacam dois aspectos: o papel feminino nesse processo e a influência que teve no desenvolvimento de organizações sociais internacionais. Em termos de perfil das/os assistentes sociais, a questão de gênero se faz presente: nos Estados Unidos 83% dos assistentes sociais são sexo feminino (COUNCIL ON SOCIAL WORK EDUCATION, 2017); no Reino Unido, em torno de 84% (BASW, 2016); e no Brasil são um pouco mais de 92% (CFESS, 2022).

A cooperação é intrínseca ao Serviço Social (ABELL; RUTLEDGE, 2009) no processo de pesquisa e intervenção, “[...] compartilhando recursos, poder e autoridade” (GRAHAM; BARTER, 1999, p. 7).

O crescimento da cooperação internacional no Serviço Social (DAS; ANAND, 2014; JONES; TRUPELL, 2012; KREITZER *et al.*, 2012; TAYLOR; SHARLAND, 2015) destaca a importância e os esforços que estão sendo feitos por pesquisadoras/es ao redor do mundo. Há ainda pressão derivada da Agenda Global (JONES; TRUPELL, 2012). Para esses autores, a conjuntura marcada por

[...] recessão mundial, a globalização dos sistemas econômicos, o aumento da desigualdade dentro e entre nações, movimentos migratórios extensos, aumento de pandemias, mudanças climáticas, catástrofes naturais e novas formas de conflito, obrigam o Serviço social [...] a encontrar novas formas de responder a novas realidades (JONES; TRUPELL, 2012, p. 5).

A “internacionalização”, como resultado da ascensão da política neoliberal e competição de pesquisa (KIM, 2009), resulta também processos quantitativos de avaliação focados menos no conteúdo da produção acadêmica e mais no veículo em que são publicadas e no número de citações que coleta (ENGWALL, 2008). Barata (2019, p. 2), referindo-se à realidade da avaliação da pós-graduação no Brasil, afirma:

[...] o uso cada vez mais acrítico dos indicadores quantitativos; a tendência de avaliar o desempenho dos programas por meio do desempenho individual dos docentes ao invés de tomar o programa em si como unidade de análise; o engessamento dos programas que se guiam mais pelo alcance dos critérios do que pela busca permanente da qualidade.

Os editais de financiamento de pesquisas também centram os critérios sobre indicadores de publicação em língua inglesa, em periódicos melhor ranqueados. No Europass (currículo *vitae* para editais da União Europeia) dois itens se destacam: publicação e premiações de cada pesquisador/a.

Por outro lado, e também parte desse processo, as/os pesquisadoras/es envolvidos vêm produzindo uma nova geração de pesquisadores com experiências internacionais em Serviço Social (SPOLANDER; GARCIA; PENALVA, 2016). Essa nova geração, ao interagir com pesquisadores internacionais, vivencia processos importantes em sua formação.

Concordamos com Spolander, Garcia e Penalva (2016), que ressaltam a necessidade de problematizarmos quanto ao propósito, à natureza e à utilização das cooperações internacionais, que incluem as condições e relações de trabalho das/os docentes, que incluem a sobrecarga de trabalho e sofrimento psíquico presente na realidade das universidades. Almer (2018) indica que as transformações estruturais implementadas nas universidades afetaram as condições de trabalho e resultam em intensificação e extensão do trabalho, confusão entre trabalho e tempo livre, precarização, autoexploração e automarketing. Prasad *et al.* (2018) destacam os efeitos negativos para a saúde de docentes universitários, tais como estresse, depressão e insegurança. Por isso, nacional e internacional, a preocupação e o cuidado com a saúde mental é parte do processo de cooperação.

Cooperação internacional do Serviço Social desde o Brasil

As relações internacionais são constitutivas da história e trajetória do Serviço Social no Brasil e no mundo⁶ – nas décadas de 1950/1960, havia um intercâmbio entre profissionais

6 Por exemplo, a Associação Internacional de Escolas de Serviço Social (IASSW) – organização mundial de escolas de serviço social – foi criada na primeira Conferência Internacional de Serviço Social, em Paris em 1928, contou com a presença de mais de 2.400 delegados de 42 países, também resultou no estabelecimento de duas organizações parceiras, o Conselho Internacional de Bem-Estar Social (ICSW) e a Federação Internacional de

brasileiros e americanos, que ocorria por meio de instituições como Serviço Social da Indústria e conferências internacionais (IASSW, 2023).

No caso do diálogo no contexto latino-americano, esse remete às décadas 1960-1970 do século XX na América Latina. O Centro Latino-Americano de Trabalho Social e a Associação Latino-Americana de Escolas de Serviço Social (Celats-Alaets) – hoje Alaets – desempenharam um papel exemplar na introdução do pensamento crítico no Serviço Social na América Latina vinculado aos interesses das classes subalternas, quando a pós-graduação e a pesquisa acadêmica davam seus primeiros passos nessa área (CARDOSO; CESAR, 2015).

Montaño (2011, p. 766) refere

[...] a forte presença do debate brasileiro nos eventos internacionais (desde meados dos anos 1960), na revista *Acción Crítica* (da Alaets-Celats, desde 1979), no mestrado latino-americano em Honduras, coordenado pelo Celats (desde 1978), além da participação intensa nos diversos cargos na Alaets (Associação Latino-Americana de Escolas de Trabalho Social) e no Celats (Centro Latino-Americano de Trabalho Social).

Com a criação dos programas de pós-graduação no Brasil (mestrado a partir da década de 1970 e doutorado a partir dos anos 1980) (GARCIA; NOGUEIRA; FORTI, 2016), essa relação se expande, com a vinda de pesquisadores da América Latina para a formação em nível de pós-graduação no Brasil. Prates e Carraro (2019, p. 10, grifos nossos), em pesquisa sobre internacionalização dos PPGs da área de Serviço Social, apontam que as

[...] principais dificuldades encontradas pelos PPGs: **escassos recursos** disponíveis para estimular a participação de alunos e professores em eventos internacionais e custear a tradução de artigos para línguas estrangeiras; **poucos editais que financiam processos de internacionalização** e notadamente a **dificuldade de domínio de línguas estrangeiras** por professores e alunos, em especial a língua inglesa.

Recursos escassos e insuficientes para financiamento da internacionalização e barreiras linguísticas aparecem novamente retratados à medida que pensamos as cooperações com países de língua inglesa (5% dos brasileiros falam inglês e, dentro desse índice, 1% possui fluência total no idioma).

A cooperação internacional nos relatórios de avaliação da área de Serviço Social na Capes

Em uma revisão dos três relatórios trienais (2004, 2007, 2010 e 2013) e dois quadrienais (2017 e 2021), vemos que a internacionalização assume progressivamente papel de destaque. Em 2004 e 2007 o destaque é dado ao crescimento e amadurecimento da área de Serviço Social

Assistentes Sociais (IFSW).

na Capes, com ampliação de convênios para intercâmbios acadêmicos – com instituições nacionais e internacionais, com um corpo docente composto de doutores (alguns com pós-doutorado desenvolvido no exterior). Merecem destaque nessa inserção internacional os programas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com atração de estudantes de países da América Latina e de Portugal (CAPES, 2004).

De acordo com Coelho e Guedes (2021, p. 549) a:

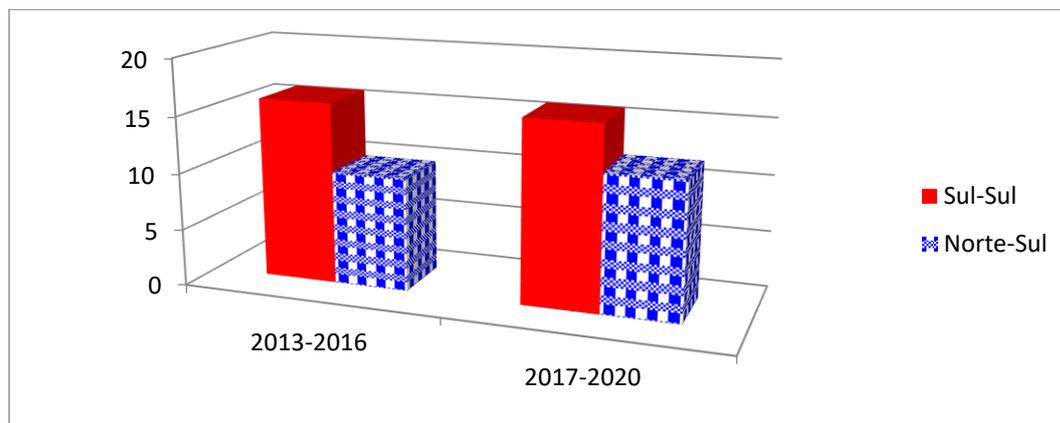
[...] relação entre o Serviço Social brasileiro e o português se intensificou em determinados momentos da trajetória sócio-histórica da profissão nos dois lados do continente [...] o momento em que foram firmados os protocolos de cooperação científica entre a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e as escolas portuguesas, o qual representou relevante contribuição para o reconhecimento do Serviço Social como licenciatura em Portugal na década de 1980.

Por outro, o relatório de 2007 destaca a **necessidade de os programas diversificarem sua produção**, privilegiando os níveis nacional e internacional. Também ressalta que a produção bibliográfica do Serviço Social circula, nacional e internacionalmente, principalmente nos diversos países da América Latina, em países europeus, com destaque a Portugal, e em países de língua portuguesa da África, contribuindo para o conhecimento da questão social e das políticas sociais na contemporaneidade, bem como para o avanço teórico-metodológico do Serviço Social (CAPES, 2007).

No relatório em 2010, a área apontava que os programas de pós-graduação mantinham intercâmbios com países da América Latina (Argentina, Chile, Uruguai e Colômbia), África (Moçambique, Angola e Cabo Verde) e Europa (França, Itália, Portugal e Inglaterra). Entretanto, esse relatório destacava que as redes de pesquisa requeriam maior estruturação (CAPES, 2010).

Nos relatórios da trienal 2013 e quadrienal 2017, as cooperações internacionais realizadas pela área reafirmam o compromisso com o fortalecimento do Serviço Social na América Latina, na África e em Portugal e na Espanha. A internacionalização para a área significa o exercício da ação colaborativa com os continentes e o espraiamento de uma dada concepção da profissão. Escolas de Serviço Social brasileiro colaboram com a estruturação (ou reestruturação) de escolas de Serviço Social nesses países. Assim, as cooperações na área majoritariamente se estruturam no modelo sul-sul (Gráfico 1), com tendência recente de cooperações norte-sul.

Gráfico 1 – Cooperações internacionais dos PPGs da área de Serviço Social na Capes (quadrienais 2013-2016 e 2017-2020).

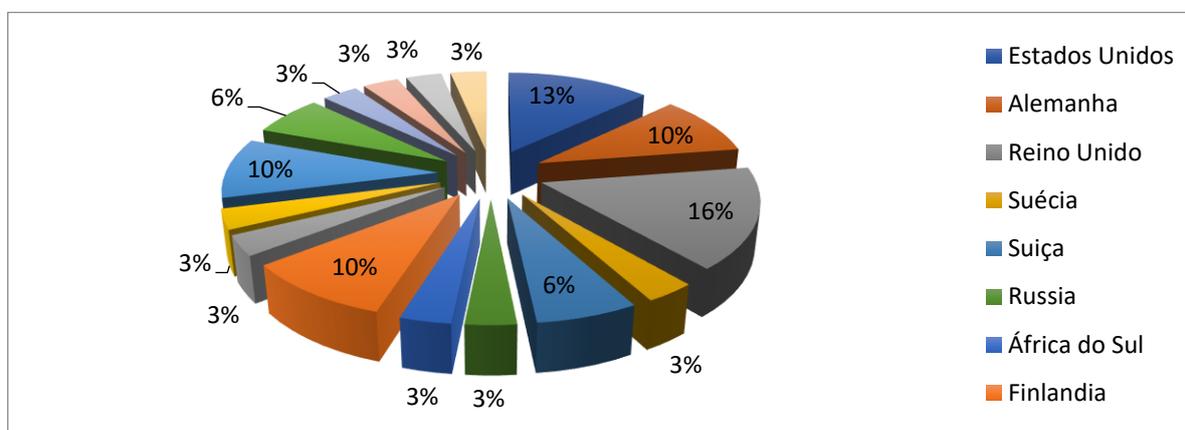


Fonte: Relatório da área de Serviço Social nas quadrienais 2013-2016 e 2017-2020. Sistematização dos autores (2023).

A cooperação internacional em pesquisa: o que dizem os artigos?

Os textos selecionados são majoritariamente de língua inglesa e com autores procedentes dos países centrais (Estados Unidos, Alemanha e Reino Unido – 39%). O Brasil respondeu por 10% (com produções em parceria do tipo norte-sul e 1 de autoras brasileiras) (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Nacionalidade dos autores dos artigos selecionados



Fonte: Scopus, Portal de periódicos Capes e Google Acadêmico. Sistematização dos autores (2023).

63% dos autores eram do sexo feminino e 37% masculino. Ou seja, a relação foi de quase 2 autoras por autor. É mister aprofundar esse debate em termos de problematizações futuras. Em termos dos periódicos utilizados, destacam-se *journals* em inglês, vinculados a editoras como Sage (3), Taylor e Francis (4), Bristol University press (2), OJS (2), Oxford Academic (2), Wiley Online Library (1), Elsevier (1) e Scielo (1). Ou seja, entre os periódicos destacam-se 5 das 10 principais editoras mundiais (Elsevier, Springer, Wiley, Taylor & Francis

(T&F), Sage, Oxford University Press (OUP), American Chemical Society (ACS), Wolters Kluwer (Kluwer), Institute of Electrical and Electronics Engineers (IEEE) e Royal Sociedade de Química (RSC)) (SANG-JUN; PARK, 2020).

Dessa lista, destacamos dois periódicos:

a) Social Work Journal, editado pelo National Association of Social Work (NASW) e divulgado pela Oxford University Press, que é considerado o primeiro periódico do Serviço Social (criado em meados dos anos 1950)⁷;

b) European Social Work Research, criado em 2022 e publicou seu primeiro número em 2023.

Tabela 1 – Periódicos utilizados para publicação

Nome do periódico	N.
International social work	3
Social work education	2
European Social Work Research	2
Transnational Social Review: A Social Work Journal	1
The British Journal of Social Work	1
Social work & society	1
Social work (New York)	1
Serviço Social & Sociedade	1
Revista de Políticas Públicas (UFMA)	1
Critical and radical social Work	1
Conflict resolution quarterly	1
Children and Youth Services Review	1

Fonte: Scopus, Capes periódicos e Google acadêmico. Sistematização dos autores (2023).

Cinco artigos descrevem aspectos do processo de cooperação, como pode-se observar nestes recortes: “O artigo fornece “insights práticos e reflexões sobre o projeto de diálogo internacional que provou ser uma experiência de aprendizado perspicaz para alunos e funcionários” (JULKUNEN; RUCH; NURMI, 2022); “[...] reflete criticamente sobre a experiência da pesquisa em um contexto internacional a partir de um processo de cooperação envolvendo equipes da Universidade Federal do Espírito Santo, da Universidade de Coventry, da Universidade Robert Gordon e da Universidade de Havana” (GARCIA *et al.*, 2022); “Em nosso trabalho internacional em vários continentes e representando diferentes disciplinas, entre si e com os outros, vivemos a alegria de colaboração, bem como refletimos sobre seu lado

⁷ Informações disponíveis na página do periódico, disponível no link: <https://academic.oup.com/sw/pages/About>.

Conclusão

O artigo enfatizou a internacionalização como um processo que faz parte do Serviço Social. Entretanto, as relações assimétricas entre os países centrais e periféricos repercute sobre o fluxo desse processo, que engloba desde a delimitação do foco das pesquisas até as relações no interior das equipes, passando pelo financiamento.

Todo esse percurso traz alguns pontos para reflexão: a direção e os processos de internacionalização nos indicam pontos fundamentais para adensarmos o debate no Brasil. Por outro lado, é mister ampliarmos a produção bibliográfica sobre o tema, a começar pelo o Brasil. Tal assertiva se sustenta ante a pressão pela internacionalização dos programas de pós-graduação no Brasil e pela ausência de financiamentos que sustentem as ações de internacionalização.

Concluimos parafraseando Adichie: nossa viagem permite olhar nossa realidade e repensar os caminhos pelos quais a cooperação em pesquisa internacional na área deve ser problematizada e adensada. Precisamos definir coletivamente os novos rumos e desafios da cooperação internacional.

Referências bibliográficas

- ABELL N; RUTLEDGE, SE. Awareness, acceptance and action: Developing mindful collaborations in international HIV/AIDS research and service. *British Journal of Social Work*, v. 40, n. 2, p. 656-675, maio 2009. DOI: [10.1093/Bjsw/Bcp047](https://doi.org/10.1093/Bjsw/Bcp047).
- ADEFILA, A. *et al.* Evaluating International student experience in Brazil. [2023?]. No prelo.
- AKSNES, D. W.; PIRO, F. N.; RØRSTAD, K. Gender gaps in international research collaboration: a bibliometric approach. *Scientometrics*, 120, p. 747-774, jun. 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/s11192-019-03155-3>>. Acesso em: 5 maio 2023.
- ALMER, T. Precarious, Always-On and Flexible: A Case Study of Academics as Information Workers. *European Journal of Communication*, v. 33, n. 4, p. 381-395, jun. 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0267323118783794>>. Acesso em: 5 maio de 2023.
- BARATA, R. B. Mudanças necessárias na avaliação da pós-graduação brasileira. *Interface*, Botucatu, n. 23, e180635, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/Interface.180635>>. Acesso em: 5 maio 2023.
- BARRO, R. J.; LEE, J-W. *Educational Attainment Data from 1950 to 2010*. 2021. Disponível em: <<http://www.barrolee.com/>>. Acesso em: 5 maio de 2023.
- BAGSHAW, D.; LEPP, M.; ZORN, C. R. International research collaboration: Building teams and managing conflicts. *Conflict Resolution Quarterly*, 24, p. 433-446, jul. 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.1002/crq.183>>. Acesso em: 5 maio 2023.
- BASW. *The Great Divide*. 2016. Disponível em: <https://www.basw.co.uk/system/files/resources/basw_85441-5_0.pdf>. Acesso em: 5 maio 2023.
- CAPES. *INFOCAPES*: Boletim Informativo da Capes, v. 6, n. 2, abr./jun. 1998. Disponível em: <<https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/1998INFOCAPESn21998.pdf>>. Acesso em: 23 maio 2023.

- CAPES. *Relatório de avaliação da área de Serviço Social*. Trienal 2004. Brasília: Capes, 2004.
- CAPES. *Relatório de avaliação da área de Serviço Social*. Trienal 2007. Brasília: Capes, 2007.
- CAPES. *Relatório de avaliação da área de Serviço Social*. Trienal 2010. Brasília: Capes, 2010. Disponível em: <<http://trienal.capes.gov.br/wp-content/uploads/2011/01/SERVI%C3%87O-SOCIAL-RELAT%C3%93RIO-DE-AVALIA%C3%87%C3%83O-FINAL-jan11.pdf>>. Acesso em: 5 maio 2023.
- CAPES. *Relatório de avaliação da área de Serviço Social*. Trienal 2013. Brasília: Capes, 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/avaliacao/avaliacao-trienal-2013/03022022_SevioSocial.pdf>. Acesso em: 5 maio 2023.
- CAPES. *Relatório de avaliação da área de Serviço Social*. Quadrienal 2017. Brasília: Capes, 2017. Disponível em: <<https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/20122017-servico-social-quadrienal-pdf>>. Acesso em: 5 maio 2023.
- CAPES. *Relatório de avaliação da área de Serviço Social*. Quadrienal 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/avaliacao/19122022_RELATORIO_AVALIACAO_QUADRIENAL_comnotaServioSocial.pdf>. Acesso em: 5 maio 2023.
- CARDOSO, I. C. C.; CESAR, M. J. Revisitando um clássico da interlocução do Serviço Social com a tradição marxista. *Em Pauta*, Rio de Janeiro, 1. semestre, n. 35, v. 13, p. 225- 247, 2015.
- CARVALHO, S. B. R. de; ARAÚJO, G. C. de. Gestão da internacionalização das instituições de ensino superior. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas; Sorocaba, SP, v. 25, n. 1, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.uniso.br/avaliacao/article/view/3920>>. Acesso em: 23 maio 2023.
- CFESS. *Perfil de assistentes sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional*. 2022. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf>>. Acesso em: 5 maio 2023.
- CGEE. Panorama da ciência brasileira: 2015-2020. *Boletim Anual OCTI*, ano 1, jun. 2021. Disponível em: <https://www.cgee.org.br/documents/10195/11009696/CGEE_Pan_Cie_Bra_2015-20.pdf>. Acesso em: 5 maio 2023.
- COBRADI. *A Cooperação educacional e científica brasileira em foco: Relatório COBRADI 2021*. Brasília: IPEA, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11621/1/Relatorio_Cobradi_2021_A_coo_peracao_Educacional_PublicacaoPreliminar.pdf>. Acesso em: 5 maio 2023.
- COELHO, K. F.; GUEDES, O. de S. O legado da cooperação científica entre o curso de Serviço Social da PUC-SP e escolas portuguesas. *Serviço Social & Sociedade*, n. 142, p. 549-567, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-6628.264>>. Acesso em: 5 maio 2023.
- COUNCIL ON SOCIAL WORK EDUCATION. *Profile of the Social Work workforce*, 2017. Disponível: <<https://www.socialworkers.org/LinkClick.aspx?fileticket=wCttjrHq0gE%3D&portalid=0>>. Acesso em: 5 maio 2023.
- DAS, C.; ANAND, J. C. Strategies for critical reflection in international contexts for social work students. *International Social Work*, v. 57, n. 2, p. 109–120, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0020872812443693>>. Acesso em: 5 maio 2023.
- DEHERTOGH, B; DRIESSENS, K; DIERCKX, D. Two birds of a feather? Collaboration in social work research in Europe. *European Journal of Social Work*, v. 12, n. 1, p. 1-9, 2011.
- ENGELBRECHT, L. *et al.* Reflections on a process model for international research collaboration in social work. *International Social Work*, v. 59, n. 4, p. 438-451, 2014. Disponível em:

- <<https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/0020872814531305>>. Acesso em: 5 maio 2023.
- ENGWALL, L. The university: a multinational corporation? In: ENGWALL, L., WEAIRE, D. (eds.). *In the university in the market. Proceedings of a symposium in Stockholm*, London: Portland Press, 2008.
- ENVULADU, E. A. *et al.* International Research Collaboration During the Pandemic: Team Formation, Challenges, Strategies and Achievements of the African Translational Research Group. *International Journal of Qualitative Methods*, 21, 2002. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/16094069221115504>>. Acesso em: 5 janeiro 2023.
- FAZACKERLEY, A. Brexit causes collapse in European research funding for Oxbridge. *The Guardian*, 4 fev. 2023. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/education/2023/feb/04/brexit-causes-collapse-in-european-research-funding-for-oxbridge-universities>>. Acesso em: 5 maio 2023.
- FIORIN, J. L. Considerações em torno do novo processo de avaliação. *INFOCAPES – Boletim Informativo da CAPES*, Brasília, DF, v. 6, n. 2, p. 33-35, abr./jun. 1998.
- GARCIA, M. L. T.; NOGUEIRA, V. M. R.; FORTI, V. L. *Documento de Área Serviço Social*. Brasília, DF: Capes, 2016. Disponível em: <<http://capes.gov.br/images/documentos/Documentos de area 2017/32 SSOC docarea 2 016.pdf>>. Acesso em: 5 jul. 2018.
- GARCIA, M. L. T. *et al.* Internacionalização, excelência na formação e novas parcerias em pesquisa: o caso da relação Ufes-Coventry. In: WASSEM J.; PEREIRA, E. M. de A; FERREIRA, E. B. (org.). *Novos e velhos desafios da internacionalização da Educação Superior na contemporaneidade*. São Paulo: Annablume, 2021, v. 1, p. 147-178.
- GARCIA, M. L. T. *et al.* Cooperação internacional: reflexões sobre uma experiência de 10 anos. *Revista de Políticas Públicas da UFMA*, v. 26, p. 725, 2022a.
- GARCIA, M. L. T. *et al.* De Colaboração à Cooperação internacional em Serviço Social: desafios à vista desde o Brasil. In: REIDEL, T. *et al.* (org.). *Serviço Social: Perspectivas Internacionais sobre Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional*. São Paulo: Alexa Cultural, 2022b, v. 1, p. 183-210.
- GARCIA, M. L. T.; FERREIRA, E. B. Internacionalização da Pós-Graduação: para quê? Para quem? Como? *Argumentum*, v. 15, n. 2. No prelo.
- GRAHAM, J. R.; BARTER, K. Collaboration: A Social Work Practice Method. *Families in Society*, v. 80, n. 1, p. 6-13, 1999. Disponível em: <<https://doi.org/10.1606/1044-3894.634>>. Acesso em: 8 jan. 2023.
- HARGREAVES, A.; EARL, L.; RYAN, J. *Educação para mudança: recriando a escola para adolescentes*. São Paulo: Artmed, 2001.
- HOBBSAWN, E. *A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- IASSW. Brief history. 2023. Disponível: <<https://www.iassw-aiets.org/about-iassw/brief-history/>>. Acesso em: 4 maio 2023.
- JONES, D. N.; TRUPELL, R. (2012). The global agenda for social work and social development: A place to link together and be effective in a globalized world. *International Social Work*, 55(4), 454-472. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0020872812440587>>. Acesso em: 5 maio 2023.
- JULKUNEN, I.; RUCH, G.; NURMI, A. Social work in a superdiverse society: an exploration of cooperation in professional practice. *European Journal of Social Work*, 2022. Disponível em: <[10.1080/13691457.2022.2066634](https://doi.org/10.1080/13691457.2022.2066634)>. Acesso em: 5 maio 2023.
- KIM, T. Transnational academic mobility, internationalization and interculturality in higher education. *Intercultural Education*, v. 20, n. 5, 395-405, 2009. Disponível em:

<<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14675980903371241>>. Acesso em: 8 jan. 2023.

- KNIEPHOFF-KNEBEL, A.; SEIBEL, F. W. Establishing international cooperation in social work education: The first decade of the International Committee of Schools for Social Work (ICSSW). *International Social Work*, v. 51, n. 6, p. 790-812, 2008. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0020872808095251>>. Acesso em: 8 jan. 2023.
- KREITZER, L. et al. Canadian and EU social work students in a cross-cultural program: What they learned from the experience. *International Social Work*, v.55, n. 2, p. 245-267, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0020872811427047>>. Acesso em: 8 jan. 2023.
- LEHER, Roberto. *Universidade e heteronomia cultural no capitalismo dependente: um estudo a partir de Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.
- LEHER, R.; SANTOS, M. R. S. Geoeconomia política do conhecimento e os desafios para a internacionalização da pós-graduação. *Argumentum*, v. 15, n. 2, [2023?]. No prelo.
- LOMBE, M et al. A. From rhetoric to reality: planning and conducting collaborations for international research in the global south. *Soc Work.*, v. 58, n.1, p. 31-40, jan. 2013. DOI: 10.1093/sw/sws056.
- MONTAÑO, C. A pós-graduação e a pesquisa no Serviço Social latino-americano: uma primeira aproximação. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 108, p. 762-780, out./dez. 2011.
- NETTO, J. P. Crise do capital e consequências societárias. *Serv. Soc. Soc.*, n. 111, p. 413-429, jul. 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-66282012000300002>>. Acesso em: 5 maio 2023.
- NEVES, Lúcia Maria Wanderley. *Educação e política no Brasil de hoje*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- PATRICIO, M.; HARDEN, R. The Bologna Process: A global vision for the future of medical education. *Medical teacher*, n. 32, p. 305-315, 2010.
- PRATES, J. Cruz; CARRARO, Gissele. Os processos de internacionalização da área do Serviço Social na formação pós-graduada. *Anais [...]*. Brasília, DF: ABEPSS, 2018.
- QUIJANO, A. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- RIBEIRO, D. B. et al. Financiamento à ciência no Brasil: distribuição entre as grandes áreas do conhecimento. *R. Katál.*, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 548-561, set./dez. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592020v23n3p548/44332>>. Acesso em: 8 jan. 2022.
- ROBLES, C.; BHANDARI, R. *Higher education and student mobility: a capacity building pilot study in Brazil*. New York: Institute of International Education, 2017.
- RØRSTAD, K., AKSNES, D. W.; PIRO, F. N. Generational differences in international research collaboration: A bibliometric study of Norwegian University staff. *PLoS ONE*, v. 6, n. 11, e0260239, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1371/journal.pone.0260239>>. Acesso em: 8 jan. 2022.
- SANG-JUN, K., PARK, K. S. Market share of the largest publishers in Journal Citation Reports based on journal price and article processing charge. *Sci Ed*, v. 7, n. 2, p. 149-155, 2020.
- SCHILLING, S. et al. International Cooperation in Social Work: Some Reflections on a Swiss-Russian Cooperation Project. *Social Work & Society*, v. 11, n.1, p. 1-10, 2013.
- SHAW, I. A science of social work? Response to John Brekke, Research on Social Work Practice, v. 24, n. 5, p. 524-526, 2014. DOI: 10.1177/1049731514543408.
- SHAW, I. *Research and the Social Work Picture*. Bristol: Policy Press, 2019.
- SHAW, I. The nature and disposition of a traditional network: a paradoxical case. *European Journal of Social Work*, v. 23, n. 4, p. 606-621, 2020. DOI: 10.1080/13691457.2018.1530645.

- SHAW, I. International collaboration in social work research. *European Social Work Research*, v. 1, n.1, p. 36-46, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.1332/MIAT2784>>. Acesso em: 5 maio 2023.
- SPOLANDER *et al.* The implications of neoliberalism for social work: Reflections from a six-country international research collaboration. *International Social Work*, v. 57, n. 4, p. 301-312, 2014.
- SPOLANDER, G., GARCIA, M. L. T; PENALVA, C. Reflections and challenges of international social work research. *Critical and radical social work*, v. 4, n. 2, p.169-183. Disponível em: <<https://doi.org/10.1332/204986016X14651166264273>>. Acesso em: 5 maio 2023.
- STOECKER, R. Are Academics Irrelevant?: Roles for Scholars in Participatory Research. *American Behavioral Scientist*, v. 42, n. 5, p. 840-854, 1999. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/00027649921954561>>. Acesso em: 5 maio 2023.
- TAYLOR, B. J., & SHARLAND, E. The Creation of the European Social Work Research Association. *Research on Social Work Practice*, v. 25, n.5, p. 623–627, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/1049731514558686>>. Acesso em: 5 maio 2023.
- TUMENAS, F. Financiamento das universidades líderes nos rankings internacionais, um caminho para as universidades públicas brasileiras? *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas; Sorocaba, SP, v. 26, n. 1, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.uniso.br/avaliacao/article/view/4664>>. Acesso em: 23 maio 2023.
- UNESCO. *Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: visão e ação*. Paris, 1998. Disponível em: <<http://www.nepp-dh.ufrj.br/onu12-2.html>>. Acesso em: 5 maio 2023.
- VABØ, A. Gender and International Research Cooperation. *International Higher Education*, n. 69, p. 19-20. <https://doi.org/10.6017/ihe.2012.69.8637>. Disponível em: <https://ejournals.bc.edu/index.php/ihe/article/view/8637>. Acesso em: 12 maio 2023.
- WALDIS, B.; DUFF, D. The dynamics of transnational research collaboration illustrated by a project on social media in poverty reduction. *Transnational Social Review*, v. 7, n. 2, p.174-187, 2017. Disponível em: <[10.1080/21931674.2017.1314613](https://doi.org/10.1080/21931674.2017.1314613)>. Acesso em: 12 maio 2023.
- WIELEWICKI, H. G.; OLIVEIRA, M. R. Internacionalização da educação superior: Processo de Bolonha. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 67, p. 215-234, abr./jun. 2010.
- WORLD BANK. *World Development Indicators Database*. Researchers in R&D (per million people), 2018. Disponível em: <<https://ourworldindata.org/grapher/researchers-in-rd-per-million-people>>. Acesso em: 5 maio 2023.

Convergencias de la Reconceptualización del Trabajo Social en Argentina, Chile y Colombia

Convergence the Reconceptualization of Social Work in Argentina, Chile and Colombia

Sergio Quintero Londoño*

Resumo: Este artículo hace parte de la investigación “O Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina (Argentina, Brasil, Chile, e Colômbia): determinantes históricos, interlocuções internacionais e memória”, llevada cabo entre 2016-2021. Constituye un primer balance introductorio sobre Argentina, Chile y Colombia, retomando la producción publicada en dos libros (Cortez 2021 y UFJF 2022). El objetivo es identificar los puntos de convergencias en las experiencias de Reconceptualización vivida en los países mencionados. Como resultado del balance se encontraron 8 puntos que dan unidad al proceso latinoamericano: 1) Cepillar la historia a contrapelo, 2) El pasado que ilumina el presente, 3) El Trabajo Social se inscribe en una totalidad mayor, 4) El Trabajo Social se articuló de manera directa con procesos y luchas sociales, 5) El movimiento estudiantil fue escenario privilegiado para el Trabajo Social, 6) El Trabajo Social interlocuta/incorpora las ciencias sociales y el marxismo, 7) La Reconceptualización parte del desarrollismo y consolida una crítica radical, 8) La Reconceptualización también sufrió límites teórico-metodológicos y políticos; por fin, una nota adicional.

Palavras-chaves: Trabajo Social, Reconceptualización, Desarrollismo, Crítica, Renovación.

Abstract: This article is part of the research project "The Reconceptualization Movement of Social Work in Latin America (Argentina, Brazil, Chile, and Colombia): historical determinants, international dialogues, and memory," conducted between 2016-2021. It provides an introductory balance of Argentina, Chile, and Colombia, drawing on the published work in two books (Cortez 2021 and UFJF 2022). The objective is to identify points of convergence in the Reconceptualization experiences in the aforementioned countries. As a result of this balance, eight points were found that provide unity to the Latin American process: 1) Brushing against the grain of history, 2) The past that enlightens the present, 3) Social Work is inscribed in a larger totality, 4) Social Work was directly articulated with social processes and struggles, 5) The student movement was a privileged setting for Social Work, 6) Social Work engages/incorporates the social sciences and Marxism, 7) Reconceptualization emerged from developmentalism and consolidated a radical critique, 8) Reconceptualization also encountered theoretical-methodological and political limits. Finally, an additional note.

Keywords: Social Work, Reconceptualization, Developmentalism, Critique, Renovation.

Recebido em: 20/02/2023
Aprovado em: 26/05/2023

* Doutor em Serviço Social pela UERJ. Docente da Universidade de Caldas – Colômbia. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9232-7083>



© O(s) Autor(es). 2018 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

Introducción

La investigación titulada “*O Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina (Argentina, Brasil, Chile e Colômbia): determinantes históricos, interlocuções internacionais e memória*”, financiada por CNPq, coordinada por las profesoras Marilda Villela Iamamoto y Claudia Mônica dos Santos, aporta una voluminosa y significativa producción académico/política al Trabajo Social, tanto en Brasil como en otras latitudes que van más allá del escenario regional¹.

Esta producción no sólo goza de amplitud, sino también de profundidad, en tiempos en los que ambas características son escasas en el mundo académico. La investigación toma como objeto de estudio la Reconceptualización en Argentina, Brasil, Chile y Colombia, así como las interlocuciones internacionales con Europa (España, Portugal y Reino Unido), y Norteamérica (Estados Unidos). Los resultados sólo fueron posible gracias al trabajo constante del grupo de investigadoras/es, que en los diferentes países están integrados por estudiantes de pregrado, maestría y doctorado, así como docentes con una larga tradición investigativa y un reconocimiento destacado.

Como resultado de las pesquisas se obtuvo la publicación de artículos científicos en América Latina y Europa, capítulos de libros y dos libros (compilaciones) en portugués: uno publicado por la Cortez Editora en 2021, coordinado por Marilda Villela Iamamoto y Claudia Mônica dos Santos; y otro por la Editora de la Universidad Federal de Juiz de Fora (UFJF), publicado en 2022, organizado por Alexandra A. L. T. S. Eiras, Carina Berta Moljo y Maria Lúcia Duriguetto².

En el presente trabajo se realiza un balance introductorio sobre América Latina, tomando como material de análisis los capítulos sobre Argentina, Chile y Colombia en los libros publicados por la Cortez y la UFJF. La intención es identificar los puntos de convergencia entre estos países, más allá de las particularidades señaladas por las/os investigadoras/es. Si bien, tales particularidades son tan relevantes como las tendencias generales, el análisis aquí elaborado pretende llamar la atención sobre *las generalidades del movimiento*.

¹ Una primera versión de este artículo fue presentada en el XXIII Seminario de ALAEITS en Uruguay 2022.

² La primera compilación de Iamamoto y Dos Santos (2021) fue titulada *A história pelo avesso. A reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais*; y la segunda, de Eiras, Moljo y Duriguetto (2022), fue titulada *Perspectivas histórico-críticas no Serviço Social América Latina, Europa e EUA*.

En total fueron analizados 8 capítulos (4 de la Cortez y 4 de la UFJF), de los cuales 3 corresponden a Argentina, 3 a Chile y 2 a Colombia³. No fue incorporado Brasil, siendo necesario un análisis posterior en el que se incluya el país lusófono.

Sin perder de vista las particularidades de cada país, que en últimas son el material inédito aportado por la investigación, a continuación se exponen 8 puntos de convergencia que, de acuerdo al material analizado, caracterizan el movimiento de la Reconceptualización como un todo. En algunos casos serán utilizadas (tal vez de manera excesiva) las citas textuales, mientras que en otros se opta por la referencia genérica de los textos.

Puntos de convergencia:

1 - *Cepillar la historia a contrapelo.*

Expresando con nitidez una de las herencias más destacadas de la Reconceptualización, la totalidad de los textos despliega su reflexión histórica a partir de una pluralidad teórica en la que se encuentran diversas expresiones críticas. Si bien la teoría de Marx y los marxismos son fuente privilegiada en la producción analizada, éste no agota el campo analítico del objeto, sino que establece una interlocución complementaria con otras teorías.

Ahora bien, en medio de la pluralidad teórica se identifica una unidad política que opta por analizar la historia desde el relato y los intereses de la clase trabajadora y los sectores subalternizados. Sin perder la objetividad que exige la investigación científica (que no puede ser confundida con neutralidad), se opta por una reflexión comprometida con los valores emancipadores que inspiraron las luchas sociales y profesionales de las décadas 1960 y 1970.

La recuperación de las experiencias más significativas de las luchas sociales y los avances del pensamiento crítico en el escenario profesional, muestran que a pesar de la hegemonía conservadora (en la que la Reconceptualización logra crear puntos de inflexión), la historia es el resultado de contradicciones, en las que se hace necesario rescatar el legado de “los oprimidos”, de “los dominados”, “del pueblo”. Esta recuperación crítica del pasado

³ Los textos referentes a Argentina son: (Moljo, Pagaza y Siqueira) *Tendências teórico-políticas no Serviço Social argentino nas décadas 1960-1970: a Reconceituação em debate*; (Marro, Duriguetto y Panez) *O Trabalho Social argentino na Universidades, nas ruas, nas villas e sindicatos: reconceitualizando sua histórica*. (Moljo et al.) *Movimento de Reconceituação na Argentina: influências teórico-políticas e culturais*. Los dos primeros de la Cortez Editora y el último de la Editora de la UFJF.

Los de Chile son: (Arancibia y Calderón). *Reconceituação e projeto emancipatório na Universidade Católica de Valparaíso*. (Marro et al.) *Notas introdutórias da influência do pensamento de Paulo Freire no Movimento de Reconceituação do Serviço Social no Chile (1970-1973)*. (Orellana). *Serviço Social e a tradição dos oprimidos: a importância do estudo da reconceituação do Serviço Social no Chile*. Siendo el primero publicado por Cortez y los otros dos por la UFJF.

Los textos de Colombia son: (Quintero). *O processo de modernização do Serviço Social na Colômbia: determinantes histórico-sociais*. (Quintero). *A Frente Nacional e a Reconceituação do Serviço Social na Colômbia*.

buscando trascender la historia de los vencedores; al decir de Walter Benjamin, citado por Orellana (2022), convoca al/la historiador/a materialista a “*cepillar la historia a contrapelo*”.

El mismo Orellana (2022) plantea que “*La hipótesis explorada en este artículo argumenta que el estudio reconceptualizador de la historia chilena a partir de la perspectiva de la tradición de los oprimidos es una manera en la que el Trabajo Social puede contribuir para la profundización de las fisuras del presente*”. (p. 61)⁴.

Es así que la Reconceptualización es reconstruida y analizada como un proceso privilegiado en la constitución profesional, apuntando de manera clara y directa al compromiso político que ésta logró explicitar, y que es traído hasta el tiempo presente, enfrentando las versiones mistificadas de la “neutralidad valorativa”.

En las diferentes investigaciones se hace evidente la intención de analizar con rigor la Reconceptualización, rescatando relatos, vivencias y experiencias de los actores; así como los procesos estructurales, institucionales, editoriales y organizativos, protagonizados por los sectores del colectivo profesional (estudiantes, docentes, profesionales) identificados con lo que para el caso brasileiro Netto (2012) denominó como *intención de ruptura*. El rescate de las voces críticas al interior de la profesión se realiza en una clara articulación con las voces críticas de los sectores subalternizados, encontrando mediaciones entre proyectos profesionales y societarios que despliegan sus capacidades para contribuir con procesos emancipatorios.

2 - El pasado que ilumina el presente.

En tanto que el periodo analizado responde a las décadas 1960 y 1970 se hace uso de diversas técnicas investigativas tales como revisión de archivos, de prensa, entrevistas y grupos focales con quienes protagonizaron los acontecimientos del pasado. En algunos casos las exposiciones priorizan la reconstrucción factual con fechas, lugares, sujetos, instituciones, leyes, etc., mientras que en otras ocasiones se enfocan en la identificación de tendencias y contradicciones más abstractas.

La historia no es vista solamente como la vivencia de sujetos individuales, sino como una procesualidad en la que se enfrentan intereses, proyectos colectivos y societarios. Además, el pasado no es visto como un cuerpo inerte, sino como un proceso aún vivo que se expresa en el presente. Así entonces, el movimiento de la Reconceptualización, a pesar de ser claramente datado entre 1965 y 1975, es asumido como experiencia histórica que ilumina el presente.

Al decir de Moljo, Siqueira y Zampani (2022), “*Es en este contexto que el legado del Movimiento de la Reconceptualización debe ser críticamente recuperado, releído a partir de*

⁴ Traducción propia.

las condiciones actuales, seguramente no como simple extensión del pasado, sino como parte de la historia de luchas, sus errores y aciertos, sus nexos históricos". (p. 90)⁵.

En el mismo sentido se pronuncia Orellana citando a Lowy: "[...] *la historia – en el sentido de la historiografía – no debe ser un lujo, un paseo ocioso, un asunto de curiosidad arqueológica, sino que debe servir para el presente*" (LOWY *apud* ORELLANA, 2022, p. 63)⁶.

No es extraño que en los deferentes análisis históricos se hagan recurrentes reflexiones sobre el tiempo presente, dejando claro que el escenario contemporáneo es consecuencia de las *condiciones legadas por el pasado*. A pesar de que ninguno/a de los/as autores/as de los textos analizados vivió la Reconceptualización, es perceptible la apropiación que ellos/as hacen de la historia, sintiéndose parte de ésta, y responsables de recoger su legado para la construcción de proyectos profesionales contemporáneos.

Por otra parte, sin que sea explicitado en el desarrollo de los textos, llama la atención el hecho de que muchos/as de los/as protagonistas de la Reconceptualización entrevistados en el marco de la investigación, aún hoy, cincuenta años después, continúen extrayendo lecciones valiosas para el debate contemporáneo.

A pesar del transcurrir de las décadas (y no por mucho tiempo), aún se hace posible un encuentro de generaciones (protagonistas e investigadores de la Reconceptualización) que contribuye para ver los movimientos diacrónicos del objeto, intentando descifrar sus contribuciones al momento actual.

3 - El Trabajo Social se inscribe en una totalidad mayor.

Lejos de reproducir los relatos autoreferenciales en los que el Trabajo Social es resultado de su propia existencia, los estudios de la Reconceptualización aquí analizados acuden de manera permanente al análisis de las condiciones socio-históricas de las clases y luchas sociales. Rompiendo con perspectivas endógenas, se entiende que el proceso de desarrollo profesional está mediado por las relaciones antagónicas de la sociedad capitalista en las que se presentan conflictividades diversas.

Más allá de ser un "pañó de fondo" o un simple "escenario contextual" las luchas y enfrentamientos vivenciados durante el periodo analizado son *mediaciones fundamentales*, y en algunos casos, relaciones determinantes para el proceso profesional. Así como en algunos casos las fuerzas conservadoras y/o modernizantes tuvieron impacto directo en el Trabajo Social (especialmente en el periodo desarrollista y posteriormente con la restauración

⁵ Traducción propia.

⁶ Traducción propia.

conservadora), así mismo fueron evidentes los impactos en la profesión por parte de sectores y luchas contestarías, progresistas, anticapitalistas y revolucionarias⁷.

A pesar de que todos los textos reconocen la dinámica capitalista en la que están inscritos los acontecimientos de la Reconceptualización, son destacadas las particularidades de América Latina, entre las que se podría mencionar: la doctrina desarrollistas implementada por Estados Unidos de Norteamérica, incluyendo en ella la modernización de la educación superior, y la incorporación de tales ideas en el Trabajo Social (no se pasa por alto la incorporación amigable o tensionante de las políticas desarrollistas por parte de gobiernos nacionales en América Latina); el ciclo de crisis del capital, que tiene como causa y consecuencia (entre otras razones) los movimientos de protesta y contestación por parte de diversos segmentos de la clase trabajadora, tales como el campesinado, el movimiento obrero, el movimiento estudiantil, procesos comunitarios, de pobladores, villeros y organizaciones guerrilleras; tienen relevancia impar la Revolución Cubana y la experiencia de la Unidad Popular en Chile; la imposición coercitiva de las dictaduras cívico-militares también es analizada como parte constitutiva de la Reconceptualización, sobre todo en el proceso de contención a las dinámicas renovadora, que arroja como resultado diversos tipos de restauración conservadora.

Parte de la incidencia en el Trabajo Social proveniente del desarrollismo de la década 1950 y sus posteriores expresiones modernizantes de la década 1960, se pueden reflejar en los siguientes apartados:

En 1957, el gobierno argentino solicitó a la ONU asesoría sobre la enseñanza en Trabajo Social en el país, recibiendo la asesoría de la asistente social chilena Maidagán de Ugarte, que propone a revisión de enseñanza en el país, adoptando los ideales desarrollistas proclamados por la CEPAL, por la ONU, entre otros organismos internacionales. (MOLJO, SIQUEIRA Y ZAMPANI, 2022, p. 77)⁸.

Con un foco más dirigido a los impactos del pensamiento crítico, el caso chileno, Marro, Durigetto y Panez (2022) citando a Panez, dicen que:

La presencia de aquel universo organizativo de la clase trabajadora, de las políticas y de las acciones implementadas, principalmente durante el gobierno de la UP, constituyen la condición política central para el desarrollo de la ruptura profesional con los constructos teóricos y práctico-interventivos que localizan la profesión en la órbita del conservadurismo. (p. 49)⁹.

Por su parte, Arancibia y Calderón (2021), haciendo referencia al proyecto profesional

⁷ Entre los textos analizados, todos coinciden en recuperar las condiciones socio-históricas en las que se inscribe la profesión, descifrando las mediaciones entre lo social y lo profesional. De allí proviene una idea que ha venido tomando fuerza y que consiste en reconocer “el Trabajo Social en la historia”, más que “la historia del Trabajo Social”.

⁸ Traducción propia.

⁹ Traducción propia.

reconceptualizador en la Universidad Católica de Valparaíso, manifiestan que “*el proyecto se perfila como una batería teórica de base que, más allá de exponer la importancia de la teorización partiendo del Trabajo Social, se articula con un proyecto político más grande, encabezado en la época por la UP.*” (p. 192)¹⁰.

Queda claro que el Trabajo Social no es un “ente autónomo” que responde unilateralmente a las voluntades de los sujetos profesionales, sino que se encuentra mediado por las relaciones conflictivas y contradictorias de la sociedad capitalista.

4 - El Trabajo Social se articuló de manera directa con procesos y luchas sociales.

Para las/os autoras/es abordadas/os, el hecho de que el Trabajo Social se inscribiera en una totalidad mayor no representa una *inscripción pasiva*, sino una *relación activa* en los procesos y enfrentamientos identificados. El nuevo compromiso ético y político surgido de los fundamentos renovados por la Reconceptualización, exigió la combinación de reflexiones críticas y acciones consecuentes de lado de los más variados sectores que se enfrentaron al tradicionalismo, al imperialismo y al capital.

La idea de una “praxis transformadora”, “del agente de cambio” o de la “práctica emancipadora/liberadora” llevó a una acción decidida por parte del colectivo profesional, especialmente de los/as estudiantes, acompañando las luchas de campesinos/as, obreros/as, pobladores/as, y demás segmentos subalternizados.

Después de caracterizar la heterogeneidad de luchas y actores sociales en la Argentina de 1960-1970, Marro, Duriguetto y Panez (2021) manifiestan que hubo un vínculo directo del Trabajo Social con tales procesos.

Cuando expresivos segmentos profesionales establecen relaciones y vínculos con los sujetos que hacen la historia a contrapelo – que, en el caso argentino, se efectiva, sobretodo, por la vía de la militancia política y/o universitaria – es que se operan cambios significativos en la formación profesional. (p. 163-164)¹¹.

El grado de compromiso político alcanza tal nivel que, de acuerdo con algunos planteamientos, se confunde el ejercicio profesional con la acción militante, cayendo en ocasiones en el *mesianismo* y el *voluntarismo revolucionario*. (IAMAMOTO, 2003). Fueron reiterados los casos en los que estudiantes se van a vivir en las comunidades, las villas, zonas periféricas urbanas o en zonas rurales pauperizadas, buscando la forma de “trabajar con el pueblo”. Incluso se reconocen algunos vínculos de actores de la Reconceptualización con organizaciones clandestinas y grupos guerrilleros.

¹⁰ Traducción propia.

¹¹ Traducción propia.

Según Marro, Duriguetto y Panez (2021),

Nuestra hipótesis es que la relación entre la profesión y las diferentes expresiones de los movimientos sociales de las clases subalternas fue una mediación fundamental para que el Trabajo Social argentino rompiera con sus bases conservadoras y cuestionara su función social en la reproducción de los conflictos de clase. (MARRO, DURIGUETTO Y PANEZ, 2021, p. 158)¹².

A pesar de que la fundamentación teórico-metodológica se ve fortalecida durante la Reconconceptualización, a tal punto de considerarla parte constitutiva de la profesión; el *quehacer práctico*, en muchas ocasiones con pretensiones de resultados inmediatos, ocupó un lugar destacado en el *ethos* del movimiento. Si la aspiración mayor era el enfrentamiento al imperialismo, y la superación del orden social capitalista, el camino que se identificó como el más adecuado fue el de la acción militante junto a diferentes segmentos de la clase trabajadora.

5 - El movimiento estudiantil fue escenario privilegiado para el Trabajo Social.

Si se tiene en cuenta que el movimiento de la Reconceptualización se llevó a cabo especialmente en los centros de formación profesional (que para entonces ya se ubicaban en las universidades), y que fue protagonizado mayoritariamente por estudiantes, es fácilmente comprensible que fuese el *movimiento estudiantil universitario* el principal escenario de lucha política del Trabajo Social.

Las luchas estudiantiles enfrentan en primer nivel condiciones propias de la formación profesional o de la vida universitaria, sin embargo, producto de con concepción política articulada a proyectos societarios, también logra llevar a cabo luchas sociales, alcanzando distintos grados de articulación con otros sujetos colectivos.

En esta dirección, los estudiantes de Trabajo Social tuvieron una participación orgánica en uno de los movimientos más representativos de las luchas de la época, el movimiento estudiantil universitario, siendo uno de los conductos a través de los cuales los propios estudiantes establecen vínculos con otras organizaciones y movimientos. (MARRO, DURIGUETTO Y PANEZ, 2021, p. 165)¹³.

Tal y como llama la atención la cita anterior, no se puede pasar por alto el hecho de que las reivindicaciones y luchas universitarias, producto del “espíritu de la época”, estuvieron inmersas en el pensamiento antiimperialista y anticapitalista. Estas luchas, difícilmente podrían ser realizadas de manera autónoma por el estudiantado, por lo cual se hacían necesario análisis y acciones compartidas.

A la luz de la radicalización ideológica de la juventud, crece el movimiento estudiantil; sus luchas ganan proyección nacional y se articulan a las agendas y reivindicaciones del movimiento operario, sobretodo en ciudades como

¹² Traducción propia.

¹³ Traducción propia.

Córdoba y Rosario (BRENNAN; GORDILLO, 1994). Tenemos aquí una inédita aproximación entre el movimiento operario y estudiantil, una relación central en los conflictos de clase de ese periodo. (MARRO, DURIGUETTO Y PANEZ, 2021, p. 160)¹⁴.

En este mismo sentido se puede evidenciar la articulación del movimiento universitario de Chile con organizaciones o movimientos de pobladores; así como en el caso de Colombia, la articulación de las/os estudiantes con organizaciones sociales, comunitarias y hasta guerrilleras. Se debe destacar que para finales de 1960 e inicios de la década de 1970, se presentan significativos procesos de movilización estudiantil tales como el Cordobazo en Argentina, y el Programa Mínimo de los Estudiantes en Colombia, entre otros, logrando colocar al movimiento estudiantil como un actor destacado en las luchas sociales de la región latinoamericana.

6 - El Trabajo Social interlocuta/incorpora las ciencias sociales y el marxismo.

Como consecuencia de una apertura política vivida en las universidades a finales de 1960, se facilita el ingreso (en muchos casos a través de las militancias) de teorías sociales críticas al orden social establecido. Las corrientes antiimperialistas, que tienen como principal foco de crítica el “imperialismo yanqui” abren paso, como posibilidad y necesidad, a teorías que habían sido inéditas en el debate profesional.

En este caso una vez más se refleja la mediación entre las contradicciones sociales y el avance del proceso profesional, dado que serán las agendas políticas (con sus respectivos planteamientos político-ideológicos), las que inciden de manera decidida en la reflexión del Trabajo Social.

Sea a través de la formación profesional compartida en los primeros semestres con estudiantes de otras áreas de conocimiento; sea por el intercambios estudiantil a través de las militancias; o sea por la influencia de docentes destacados de otras profesiones (con destaque para de la sociología), en el Trabajo Social se incorporan reflexiones teórico-metodológicas provenientes de las distintas ciencias sociales. Incluso en algunos casos se enuncia la pretensión de construir en el Trabajo Social una síntesis crítica de las ciencias sociales.

En el estudio del caso argentino, Moljo, Siqueira y Zampani (2022) develan las corrientes teórico-políticas presentes en la Reconceptualización. “*Los principales aportes provinieron de la teoría de la dominación y la dependencia, del marxismo, de las propuestas “concientizadoras” del pedagogo brasileño Paulo Freire y también de la teología de la*

¹⁴ Traducción propia.

liberación". (ALAYÓN y MOLINA, *apud* MOLJO, SIQUEIRA y ZAMPANI, 2022, p. 75)¹⁵.

En el mismo sentido, analizando el caso de Colombia, Quintero (2022) dice que,

En la profesión se enfrentan perspectivas teóricas y políticas que buscan la modernización (influenciada por el pensamiento conservador renovado, y particularmente, por el desarrollismo), y por corrientes de pensamiento que buscan una renovación crítica (influenciada por la teología de la liberación, la pedagogía social y las diversas interpretaciones marxistas). (p. 99)¹⁶.

Arancibia y Calderón (2021), reconstruyendo y analizando la experiencia de la Universidad Católica de Valparaíso, rescatan un texto de gran impacto no sólo para el Trabajo Social chileno, sino para diversos países de la región latinoamericana; tal texto fue titulado *¿Qué es el Trabajo Social?* En este documento (dicen las autoras):

Encontramos autores de la corriente desarrollista y de la teoría de la dependencia, a saber, Prebisch, Cardoso, Faletto, así como Gunder Frank, Santos y Marini; autores críticos al capitalismo y con una perspectiva centrada en América Latina, como es el caso de Zemelman y Hinkelammert; autores que asumen una postura de crítica al colonialismo, tales como Quijando; autores que rescatan la educación popular de Freire. (p. 181)^{17, 18}.

Lo que salta a la vista es que, contrario a versiones ampliamente divulgadas al interior de la profesión, la Reconceptualización no será un movimiento exclusivamente marxista, sino que en él se encuentra una gran diversidad teórico-política, configurando lo que anteriormente fue denominado como una pluralidad crítica.

7 - La Reconceptualización parte del desarrollismo y consolida una crítica radical.

Durante los primeros años de la Reconceptualización (segunda mitad de la década 1960) son recurrentes las expresiones en favor de las ideas desarrollistas; no obstante, éstas ya no son incorporadas de manera acrítica, tal y como había sucedido años atrás, cuando son acogidos los mandatos directos de la Organización de las Naciones Unidas (ONU), o la Organización de los Estados Americanos (OEA), sino que son "contextualizados" por propuestas como las de la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), u otras que hacen mayor énfasis sobre las condiciones particulares de la región.

La doctrina desarrollista que venía de la posguerra, en la década de 1950 fue adoptada por diferentes gobiernos latinoamericanos como los de Perón en Argentina, Frei Montalva en Chile, Rojas Pinilla y el Frente Nacional en Colombia. Esta doctrina, si bien permitió mejorar condiciones de vida en cada uno de los países, cuando se consolida gracias a la *Alianza para el*

¹⁵ Traducción propia.

¹⁶ Traducción propia.

¹⁷ Traducción propia.

¹⁸ La influencia de Freire, así como la Teología de la Liberación son dos de las referencias más encontradas en las experiencias abordadas.

Progreso, se configura como una modernización conservadora que tiene como principal objetivo la contención de las ideas revolucionarias y la estabilización del capital en América Latina.

Moljo, Siqueira y Zampani (2022) expresan con claridad la orientación del proyecto desarrollista modernizante: “*En el caso del desarrollismo, destacamos que, desde la década de 1950, esas ideas venían siendo divulgadas en América Latina como una estrategia global, que tenía como uno de los objetivos adecuar los mercados latinoamericanos a las necesidades del capital internacional*”. (p. 76).¹⁹ De manera muy similar lo plantea Quintero (2022), “*No solo para Colombia, sino para varios países latinoamericanos queda clara la estrategia modernizadora, que combina la doctrina desarrollista de la Alianza para el Progreso y la represión violenta contra sectores anticapitalistas.*” (p. 95)²⁰.

Ya analizando las condiciones peculiares de Chile, Marro, Duriguetto y Panéz, mencionan lo siguiente:

Tal como fue indicado en el ítem anterior, el proyecto de la DC objetiva el apaciguamiento de las contradicciones de clase. Para tal propósito, desenvuelve una serie de políticas sociales tendientes a la ampliación controlada de derechos sociales de las clases subalternas. En los marcos de ese programa, el gobierno de Frei se propuso desenvolver, junto con la reforma agraria, una reforma educacional que aumentase los niveles de alfabetización del país, en un contexto en que el analfabetismo alcanzaba el 60% de los sectores rurales y casi el 40% en los sectores urbanos. (ARAVENA & DIAZ, 2016, p. 91). Con el apoyo de la FAO y de la UNESCO, fueron creados el Instituto de Desarrollo Agropecuario (INDAP) y el Instituto de Capacitación e Investigación de la Reforma Agraria ICIRA), que tuvieron una destacada actuación de Frei. (MARRO, DURIGUETTO Y PANEZ, 2022, p. 50)²¹.

Ahora bien, el ciclo desarrollista va encontrando sus límites en la medida que avanzan las propuestas socio-políticas más críticas de carácter antiimperialista y anticapitalista. Este nuevo matiz radical incursiona en el Trabajo Social a través de diversos medios.

Moljo, Pagaza y Siqueira (2021) haciendo un análisis sobre las revistas *Hoy en el Servicio Social* y *Selecciones de Servicio Social*, muestran cómo a finales de la década 1960 e inicios de 1970 se expresa un pensamiento más crítico. Con base en la reflexión sobre las revistas, plantean lo siguiente: “*El periodo situado entre el fin de la segunda mitad de los años 1960 (en especial a partir de 1968-1969 y 1974) marca los “años de oro” de la radicalización del Movimiento de Reconceptualización en el territorio argentino*”. (p. 140-141)²².

¹⁹ Traducción propia.

²⁰ Traducción propia.

²¹ Traducción propia.

²² Traducción propia.

La idea de dos períodos en la Reconceptualización en Argentina es compartida por Marro, Duriguetto y Panez (2021) que identifican el primer periodo entre 1965-1968 (marcado por planteamientos más desarrollistas), el segundo que se abre en 1968-1969, en el cual, debido a su posición política más decidida, genera ataques por parte de los sectores conservadores articulados a la Unión Católica Internacional de Servicio Social. Como una expresión evidente de la radicalización durante el segundo semestre son referenciadas las reformas curriculares del curso de Trabajo Social en Córdoba en 1973 y el de Santa Fe en 1974.

En el caso chileno, Arancibia y Calderón (2021) analizando las tesis de la UCV (denominadas en Chile como *memorias* y en Brasil como Trabajos de Conclusión de Curso TCC), reconocen dos periodos que conllevan a una tensión con el tradicionalismo.

Según los enfoques y las teorías empleadas, se distinguen dos periodos. El primero, con 69 ejemplares, comprende el periodo entre 1964-1969, dando cuenta de un Trabajo Social tradicional de corte funcionalista con fuerte influencia norteamericana y europea, sumado a los primeros gérmenes de crítica en 1969. En el segundo periodo, por su parte, abarcando el periodo de 1970-1973, se expresa un giro significativo en la producción de conocimientos, que coincide con el comienzo del gobierno de la Unidad Popular. (ARANCIBIA Y CALDERÓN, 2021, p. 186)²³.

8 - La Reconceptualización también sufrió límites teórico-metodológicos y políticos.

A pesar de que el Movimiento de la Reconceptualización logra propiciar un proceso de renovación crítica para el Trabajo Social gracias a las mediaciones con el movimiento socio-histórico, también presentó límites teórico-metodológicos y políticos, que en algunos casos fueron recogidos como parte del proceso de autocrítica, y en otras ocasiones, fueron objeto de lo que Netto (1981) denominó como crítica conservadora.

Intentando señalar parte de los límites de la Reconceptualización Marro, Duriguetto y Panez (2021) plantean que “*Es en consecuencia del acentuado énfasis en la dimensión ideopolítica de la profesión que es posible constatar también la presencia de posturas mesiánicas y voluntaristas en el trabajo profesional.*” (p. 172), sin embargo, al mismo tiempo que reconocen el límite, expresan los aportes del proceso de politización; “*más allá de una cierta sobrevaloración de la dimensión ideopolítica del Trabajo Social, ese rico y fecundo proceso nos dejó enseñanzas y desafíos.*” (p. 173).²⁴

Em esa misma dirección apuntan Moljo, Siqueira y Zampani (2022):

Así, o que interessa em este texto es entender que la Teoría de la Dependencia no fue apropiada por el Movimiento de la Reconceptualización por medio de sus fuentes originales, inclusive por los grupos más progresistas en Argentina. Ella aparece inmersa en un resultado teórico mezclado entre Teología de la

²³ Traducción propia.

²⁴ Traducción propia.

Liberación, peronismo de izquierda, concepciones freirianas y fragmentos marxistas, que tenían la práctica política militante y la transformación de las “injusticias sociales” como su foco principal. Ese proceso más amplio que el Trabajo Social contaminó positivamente – con todos sus límites – la profesión y los profesionales que gradualmente pasaron a debatir los caminos a seguir dentro y fuera de la profesión, identificando, casi siempre, la acción político-militante (más o menos a la izquierda) y su actividad profesional. (p. 77)²⁵.

En el caso de Chile, la revisión de las tesis logra mostrar que la apropiación conceptual de la obra de Marx se da a través de terceras personas, lo que puede traer contribuciones o vulgarizaciones.

La apropiación de los marxismos en los TCC tiene pocas referencias directas a textos de Marx, pautándose en interpretaciones a través de otros autores, particularmente Althusser, con la división entre infraestructura y superestructura como reflejo de las condiciones materiales y con el uso del concepto de ideología. También en el proyecto de la Escuela se ve la categoría de praxis, citada a partir de la obra de autores como Karel Kosik y Hugo Zemelman. (ARANCIBIA Y CALDERÓN, 2021, p. 191)²⁶.

En síntesis, a pesar de que en los textos analizados no se utilizan las expresiones ya conocidas en el debate profesional, lo que se logra percibir es que por el lado político hubo una sobrevaloración del trabajo profesional, cayendo en el mesianismo y el voluntarismo; mientras que en el campo teórico, la obra de Marx es apropiada a través de otros autores (y no de la fuente directa), pudiendo resbalar en lo que fue denominado como “marxismo positivista”, o marxismo sin Marx.

Nota adicional.

El análisis aquí presentado expone los puntos de convergencia entre los textos escogidos (Argentina, Chile y Colombia), intentando mostrar algunas tendencias generales del Movimiento de la Reconceptualización, sin embargo se debe aclarar que además de los puntos aquí expuestos, se podrían identificar otros, si se abordara la totalidad de producciones de la investigación, dado que en ésta, además de abordar otros países, también se indagó sobre instituciones y procesos de articulación latinoamericana tales como el Centro Latinoamericano de Trabajo Social (CELATS) y las organizaciones gremiales.

Es claro que la Reconceptualización hace parte constitutiva de la historia profesional, sin embargo tal historia no es un pasado inerte, sino que ha dejado muchos legados a la formación y al trabajo profesional, así como a la investigación. Su reconstrucción y análisis es fundamental para fortalecer la construcción de un proyecto profesional crítico que se enfrente

²⁵ Traducción propia.

²⁶ Traducción propia.

a la ofensiva neoconservadora instalada en los tiempos contemporáneos.

Analizar el Trabajo Social en el presente exige de una mirada al pasado, a través de la cual se logra identificar que gran parte de la estructura fundamental de la profesión que hoy tenemos, proviene de las conquistas logradas en las décadas 1960-1970. Algunas de las herencias más destacadas de la Reconceptualización al Trabajo Social contemporáneo, que son esbozadas en este trabajo son: el reconocimiento de la historia y las contradicciones que en ella se presentan, como escenario ineludible en el que se realiza la formación, trabajo e investigación profesional; el compromiso ético y político, así como la articulación activa con diversas organizaciones, procesos y proyectos sociales que despliegan su capacidad para enfrentar la lógica del capital; la pluralidad y cualidad en la fundamentación teórico-metodológica, potencializando una praxis creadora que contribuya (con sus límites y posibilidades) en el proceso emancipatorio de la historia; el reconocimiento de las tensiones internas como una expresión profesional de las contradicciones sociales.

En la actualidad, cuando la historia de los vencidos aún se presenta como historia oficial y hegemónica, es pertinente recuperar los legados, superar los límites y profundizar los esfuerzos en la construcción de una profesión competente y comprometida con las fuerzas emancipadoras; justamente ese ha sido el objetivo central de la investigación desarrollada, y su continuidad en los años venideros.

Referências bibliográficas

- ARANCIBIA y CALDERÓN. Reconceituação e projeto emancipatório na Universidade Católica de Valparaíso. In: IAMAMOTO y DOS SANTOS. *A história pelo avesso: A reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais*. São Paulo: Cortez Editorial, 2021.
- IAMAMOTO, M. V. *El Servicio Social en la contemporaneidad: Trabajo y formación profesional*. São Paulo: Cortez Editora, 2003.
- MARRO, DURIGUETTO y PANEZ. Notas introdutórias da influência do pensamento de Paulo Freire no Movimento de Reconceituação do Serviço Social no Chile (1970-1973). In: EIRAS, MOLJO y DURIGUETTO. *Perspectivas histórico-críticas no Serviço Social América Latina, Europa e EUA*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2022.
- _____. O Trabalho Social argentino na Universidades, nas ruas, nas villas e sindicatos: reconceituando sua histórica. In: IAMAMOTO y DOS SANTOS. *A história pelo avesso: A reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais*. São Paulo: Cortez Editorial, 2021.
- MOLJO, SIQUEIRA y ZAMPANI. Movimento de Reconceituação na Argentina: influências teórico-políticas e culturais. In: EIRAS, MOLJO y DURIGUETTO. *Perspectivas histórico-críticas no Serviço Social América Latina, Europa e EUA*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2022.
- MOLJO, PAGAZA y SIQUEIRA. Tendências teórico-políticas no Serviço Social argentino nas décadas 1960-1970: a Reconceituação em debate. In: IAMAMOTO y DOS SANTOS. *A*

história pelo avesso: A reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais. São Paulo: Cortez Editorial, 2021.

NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64.* São Paulo: Cortez Editora, 2012.

_____. Crítica conservadora a la Reconceptualización. *In: Acción Crítica*, 9, 5-24. Lima – Perú: CELTAS, 1981.

ORELLANA. Serviço Social e a tradição dos oprimidos: a importância do estudo da reconceituação do Serviço Social no Chile. *In: EIRAS, MOLJO y DURIGUETO. Perspectivas histórico-críticas no Serviço Social América Latina, Europa e EUA.* Juiz de Fora: Editora UFJF, 2022.

QUINTERO. A Frente Nacional e a Reconceituação do Serviço Social na Colômbia. *In: EIRAS, MOLJO y DURIGUETO. Perspectivas histórico-críticas no Serviço Social América Latina, Europa e EUA.* Juiz de Fora: Editora UFJF, 2022.

_____. O processo de modernização do Serviço Social na Colômbia: determinantes histórico-sociais. *In: IAMAMOTO y DOS SANTOS. A história pelo avesso: A reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais.* São Paulo: Cortez Editorial, 2021.

Entre os objetivos profissionais e institucionais: fortalecendo o Serviço Social

Among the professional and institutional objectives: to strengthen Social Work

Rodrigo José Teixeira*

Resumo: O artigo apresenta uma reflexão acerca da condição de assalariamento de assistentes sociais e explicita que essa condição pode, muitas vezes, colocar desafios entre os objetivos do Serviço Social, expressos nos princípios do código de ética, nas competências e atribuições da Lei que Regulamenta a Profissão, e os objetivos das instituições que empregam assistentes sociais. A partir de elementos da pesquisa documental realizada para a tese de doutoramento e de reflexões posteriores, o artigo apresenta uma revisão bibliográfica, indicações para garantir a relativa autonomia no trabalho profissional e fortalecer a profissão de Serviço Social.

Palavras-chaves: Trabalho de assistentes sociais; Fundamentos do Serviço Social; Conjuntura brasileira e latino-americana.

Abstract: The article presents a reflection on the condition of salary of social workers and explains that this condition can often pose challenges among the objectives of Social Work, expressed in the principles of the code of ethics, in the competences and attributions of the Law that Regulates the Profession, and the objectives of the institutions that employ social workers. Based on elements of documentary research carried out for the doctoral thesis and subsequent reflections, the article presents a bibliographical review and indications to guarantee relative autonomy in professional work and strengthen the social work profession.

Keywords: Work of social workers; fundamentals of Social Work; Brazilian and Latin American conjuncture.

Recebido em: 15/03/2023
Aprovado em: 18/05/2023



© O(s) Autor(es). 2018 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

* Assistente Social, doutor em Serviço Social, docente do curso de Serviço Social da UFF - Rio das Ostras.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2993-5294>

Introdução

Parte-se do Serviço Social inscrito na história, nas tramas das relações entre as classes sociais e estas com o Estado, apreender o Serviço Social na história é reconhecer que os sujeitos, homens e mulheres, fazem a história, mas não a fazem como querem e sim, segundo condições objetivas dadas (MARX, ENGELS; 1982), apreender essas condições é o que permite saltos qualitativos na incidência política e profissional, assim, esse artigo tem como objetivo discutir elementos que permitem reforçar o/a assistente social como trabalhador/a assalariado/a, que ao vender sua força de trabalho, em distintos espaços sócio-ocupacionais, se depara com os objetivos da instituição empregadora e os objetivos da profissão. Essas reflexões podem reforçar, no cotidiano de trabalho e na formação profissional, a construção de incidências aos objetivos construídos pelo Serviço Social, os quais expressam valores, princípios e a direção social construída historicamente pela profissão, em detrimento de objetivos ultraneolibérias expressos nas políticas sociais.

Trata-se de uma síntese da pesquisa documental desenvolvida na tese de doutorado e de participações em eventos e seminários¹, nos quais foi possível avançar em alguns itens de análise.

Nesse sentido, o artigo se desenvolve em três momentos: uma breve análise da dinâmica do capitalismo mundial e suas particularidades na América Latina; a apreensão do significado social do Serviço Social e as políticas sociais; e, os desafios aos assistentes sociais diante sua condição assalariada, os objetivos da instituição que o contrata frente seus objetivos profissionais.

A pandemia de COVID-19² aprofundou as desigualdades sociais, mostrou nitidamente, e mais uma vez, que o capitalismo e a política neoliberal que sustenta o estado burguês, permitem acessos diferentes aos direitos sociais entre os mais ricos e os mais pobres, com distinção de raça, classe e diferentes identidades de gênero.

Não se considera a COVID-19 só uma questão ambiental, é social, econômica, política, multifacetada, apreende-se que a Covid-19 acentuou as contradições postas no modo de produção capitalista, mas não explica o que fundamenta tal contradição. Os fundamentos das

¹ Tese de doutorado defendida na Escola de Serviço Social da UFRJ, sob orientação da Profa. Dra. Yolanda Aparecida Demetrio Guerra, em agosto de 2019, ver em TEIXEIRA (2019); da palestra proferida no VII Seminário Internacional da Faculdade de Serviço Social da UFJF, com o tema Serviço Social: lutas e resistências internacionais (2022) e da palestra realizada nas comemorações dos 55 anos do Colegio de Trabajadores Sociales de Costa Rica (2022), com o tema: Competencias profesionales, exigencias institucionales y las resistencias de Trabajo Social en el contexto de la pandemia.

² Ao escrever esse artigo a Organização Mundial da Saúde, declarou, no dia 05 de maio de 2023, fim da emergência global de saúde, o que pode ser considerado o fim da pandemia, contudo, seguem recomendações como uso de máscaras caso apresente sintomas e ampla campanha mundial de vacinação.

desigualdades originadas no capitalismo, seguem assentadas na exploração do trabalho, na não distribuição da riqueza socialmente produzida, mas apropriada por uma minoria; e, na estratégia de ampliação do desemprego para ampliação das taxas de mais valia.

Esses elementos são extremamente importantes para a análise acerca da formação e do trabalho de assistentes sociais. As demandas que nos chegam cotidianamente são produtos dessas contradições. Ou seja, a necessidade da pobreza é proporcionalmente igual a necessidade de ampliação da riqueza concentrada nas mãos de uns poucos. As necessidades sociais que atendemos trazidas pelas pessoas que buscam os serviços sociais, expressam essa dinâmica capitalista nas particularidades do cotidiano de cada sujeito.

Assim, apreender os elementos macrossociais permite aos assistentes sociais, ultrapassar a barreira do imediatismo, buscar os fundamentos que explicam as contradições postas na realidade e trazidas pelas pessoas e famílias que atentemos, visando garantir ou, minimamente, assegurar as condições básicas de vida da população, afinal, como já indicou Marx e Engels (1982), as pessoas precisam estar em condições, estarem vivas, alimentadas, abrigadas, com moradia e educação para fazerem história.

1 - Alguns aspectos socioeconômicos e conjunturais para apreensão do Serviço Social na atualidade

O capitalismo se metamorfoseia para continuar a acumular e transformar tudo em objeto de sua própria valorização, nessas primeiras duas décadas do século XXI, em um mundo não mais abertamente “bipolarizado” como no período a guerra fria, o mundo passa por outra grande confrontação em nossos tempos, por um lado a OTAN e seu avançar bélico (a necessária e histórica produção de guerra, de venda de armas e munição, para recuperação financeira do capital) e a Rússia, ampliando seu domínio e disputando o imperialismo, o que desencadeia uma guerra na Ucrânia, podendo demonstrar uma possibilidade de construção de uma nova geopolítica para o mundo.

Alia-se a isso outro elemento dessa quadra histórica, o crescimento econômico da China, desde o início do século XXI, sua ampliação no mercado internacional alterou as correlações de forças entre os blocos econômicos.

A China constrói relações comerciais com um amplo hall de países latino americanos. Tem-se caracterizado como o principal parceiro comercial do Brasil, em 2022, seguida pelos E.U.A. Ao mesmo tempo a Rússia vem construindo sua incidência desse lado do atlântico, como por exemplo o seu papel decisivo, sob a ameaça norte americana em invadir militarmente a Venezuela em 2019, por meio da tentativa de impor um novo presidente naquele país.

Isso não passa ileso as ameaças norte americanas, que tem na América Latina sua principal área de influência e tentativa de dominação e implantação de suas necessidades econômicas imperialistas. Essas investidas imperialistas dos E.U.A devem ser duramente combatidas pela América Latina e se configura como um dos elementos que unifica a luta por um continente livre e cheio de possibilidades em suas particularidades sócio-históricas.

A isso, se acrescenta a visita de Lula da Silva, em abril de 2023 à China e a visita do Chanceler Russo Servay Lavrov ao Brasil no mesmo mês. Assim como, a indicação de Dilma Rousseff, a presidência do Novo Banco do Desenvolvimento, reforçando o bloco econômico do Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS), que somados já acumulam 31,5% do Produto Interno Bruto (PIB) Global, enquanto o grupo dos sete países mais ricos do mundo somam 30% do PIB Global³. As alterações nas economias globais podem alterar a geopolítica atual trazendo novas formas de exploração e novas expressões da questão social.

A relação de dependência dos países periféricos⁴, na geopolítica mundial, o mito do progresso desenvolvimentista, baseado na livre concorrência se revela ineficaz, sendo substituído pela violência entre as potências econômicas que se embatem para reproduzir seu domínio.

Essa dinâmica se expressa em regressão nas particularidades de cada país, trazendo à tona uma dinâmica ultraconservadora, ultra neoliberal, que resulta na destruição da natureza, em nome do avanço de terras nas mãos de uns poucos, do agronegócio e do agrotóxico que envenenam as matas e aos rios em detrimento da agroecologia e da agricultura familiar, assim como, expressa valores ultraconservadores, como racismo, violência de gênero e de orientação sexual, xenofobia, violência patriarcal. Pesquisas de Marro (2022) diz que o Brasil vem apresentando o aumento da violência de gênero e a exploração sexual em áreas extrativistas em seu território. Assim como pudemos observar, que a política de Jair Messias Bolsonaro foi de devastação das terras indígenas, podendo se caracterizar como genocídio do povo Yanomami, no norte do Brasil.

Piccolo (2022, p. 147) reflete que

os efeitos ambientais e sociais dessa reprodução ‘destrutiva’ do capitalismo incluem desde sempre a força de trabalho humana; desemprego crônico e precarização generalizada do trabalho assalariado, são realidades nacionais mundiais, também acirradas nas periferias. também, a nossa região segue sendo uma das fontes de recursos naturais estratégicos mais importantes do mundo. Reservas de água doce no Paraguai e no México; de petróleo na Venezuela, Brasil, México e Argentina; de gás natural na Bolívia; a

³ Segundo site <https://monitormercantil.com.br/pib-dos-brics-ultrapassa-o-dos-paises-do-g7/#:~:text=Os%20atuais%20Brics%20agora%20contribuem,do%20G7%20caiu%20para%2030%25>. Acessado em 20/04/2023.

⁴ Ver mais em Marini (2011) Fernandes (1975) entre outros.

biodiversidade da Amazônia são estudados pelas grandes corporações internacionais, ramificadas em estados nacionais que integram blocos regionais.

Os dados de desemprego na América Latina também deve ser uma fonte de preocupação dos que lutam por uma sociedade igualitária e emancipada, os/as assistentes sociais não podem deixar de se atentarem, compreendendo que o desemprego é uma expressão da desigualdade que alimenta o capitalismo.

De acordo com a OIT a região latino-americana perdeu 49,1 milhões de empregos entre 2019 e 2020, e ainda há um déficit de 4,5 milhões de vagas de trabalho a serem recuperados.

Para a instituição internacional a recuperação econômica lenta, o aumento na inflação dos países da região e pouco espaço fiscal para realocação de verba pública impedem a geração de empregos na América Latina e Caribe⁵.

A ampliação do desemprego é sentida por nós assistentes sociais sob duas angulações analíticas, a **primeira** é nossa condição de trabalhadores/as assalariados/as, com a redução dos nossos postos de trabalho, contração sem vínculos e segurança no trabalho, contratação por projetos o que dificulta a criação de vínculo com as pessoas atendidas, diminuição de salários e carga horária de trabalho, dificultando nossa condição de sobrevivência e acesso a bens e serviços. Em **segundo** lugar se amplia a demanda que chega aos nossos atendimentos, o desemprego – expressão da questão social – faz com que muitas pessoas busquem serviços de saúde, habitação, emprego, assistência social públicos mais vezes, e em momentos de ultra neoliberalismo diminui-se as funções do Estado, diminuindo os serviços prestados, dificultando mais uma vez nosso trabalho profissional, que tem nas políticas sociais sua mediação primordial.

O desemprego, entre outros elementos, acarreta a ampliação da fome. O Brasil em particular voltou, no governo de Bolsonaro, a altos índices de fome. A fome no Brasil não é produto direto da pandemia, é, também, um resultado da subida do preço do dólar e uma priorização de abastecimento do mercado externo, principalmente China, ampliando a acumulação de capital a fome no país.

A fome e o desemprego não podem ser analisados sob aspectos isolados, ao contrário, compõem a totalidade no modo de produção capitalista. O Banco Mundial⁶ reconhece que o os

⁵ Ver mais em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2020/09/30/oit-america-latina-perdeu-cerca-de-34-milhoes-de-empregos-com-a-pandemia.htm> acessado em 15-05-2023.

⁶<https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2022/06/panorama-da-economia-mundial/> Acessado em 12 de maio de 2023; *Estêvão Kopschitz Xavier Bastos. Panorama da economia mundial*, em 2 de junho de 2022. Cf., também, Política monetária contra a alta dos preços. Evolução das taxas em dois países. *Jornal O Globo. Economia*, 16/06/2022, p.13.

impactos econômicos da atual guerra, tem sido maior que o da pandemia.

Esses elementos atingem a todos/as os/as trabalhadores/as, mas não da mesma forma, as mulheres são as mais atingidas, uma vez que precisam assumir duplas e/ou triplas jornadas de trabalho, a população negra que muitas vezes sem acesso a educação e trabalho com dignidade sofre ainda mais com o peso do racismo que é um dos elementos que estruturam o capitalismo.

O relatório a CEPAL, em 2022, indica que 94,2 milhões de pessoas passam fome na América Latina e Caribe; a pobreza e a pobreza extrema aumentam, em níveis superiores aos observados antes da pandemia. Os índices esperados, em 2022, na região, são de 33,0% de pobreza e 14,5% de pobreza extrema, segundo a fonte citada.

Contudo, uma onda de esperança nos incendeia, a resistência latino-americana volta a nos inundar de alegria na esperança de tempos melhores. A eleição de Lula da Silva, sua incidência na economia global, pode ser um suspiro de esperança no sentido de ampliação de alguns direitos, contudo, sem ilusões de uma mudança radical na estrutura de poder e de exploração da classe trabalhadora.

1.1 - E o Serviço Social com tudo isso?

Parte-se de que os anos de 1960 a 1980 permitiram a massa crítica da profissão, em seu processo de renovação, apreender o significado social da profissão na sociedade capitalista. Processo esse que se inicia com o Movimento de Reconceituação na América Latina e seus VII Seminários⁷, o primeiro ocorre em 1965 em Porto Alegre e os demais em diferentes países do continente (GOIN, 2019; ANDER-EGG, 1994) e que impactam fortemente as elaborações teóricas e política dos anos subsequentes.

Em meio a uma conjuntura de ditadura nos países da América Latina, o Serviço Social no continente, organizou e protagonizou importantes fatos históricos, entre eles alguns avanços importantes, como a laicização da profissão, a ampliação da necessidade de investir em pesquisas e programas de pós graduação em nossas áreas.

O Movimento de Reconceituação do Serviço Social latino-americano caracterizou-se como um processo de ininterruptas tentativas de romper com o conservadorismo e apresentou conquistas e limites ao Serviço Social. Netto (2005b, p. 11-13) apresenta como conquistas: a) a articulação de uma unidade e intercâmbio latino-americano; b) a explicitação da dimensão

⁷ O Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina caracterizou-se por um período de aproximadamente 10 anos, 1965-1975 (ALAYON, 2007; BATISTONI, 2017 entre outros), com forte influência dos movimentos contestatórios no continente e visava uma crítica ao Serviço Social tradicional (NETTO, 2010).

política da ação profissional; c) a interlocução crítica com as ciências sociais; d) a inauguração do pluralismo profissional; e o que, para o autor, parece ser a principal conquista, e) a recusa do profissional de Serviço Social de situar-se como agente técnico puramente executivo, como executor terminal de políticas sociais, reivindicado espaços de planejamento, avaliação e pesquisas.

Apresenta como limites: a) a confusão entre ação profissional e prática militante; b) o rechaço das “teorias importadas”, que culminou num relativismo acadêmico sobrevalorizando a produção autônoma; c) o “confusionismo ideológico, que procurava sintetizar [...] a esquerda cristã e as novas gerações revolucionárias” (NETTO, 2005b, p. 13)⁸.

O Movimento de Reconceituação Latino-Americano teve uma forte participação da Asociación Lationamericana de Escuelas del Trabajo Social (ALAETS)⁹ e seu órgão acadêmico, o Centro Latinoamericano del Trabajo Social (CELATS)¹⁰, teve como primeiras diretoras acadêmicas as brasileiras Consuelo Quiroga e Leila Lima Santos. Lopes (2016, p. 328) relata que “é provável que a forte experiência no chamado ‘Método BH’ (que vinha do método básico desenvolvido no Chile, anos antes) tenha sido uma referência importante para que as duas brasileiras assumissem os cargos de direção”.

O CELATS teve um papel importantíssimo na América Latina, com destaque as suas influências na formação e no trabalho de assistentes sociais. Em depoimento, Leila Lima Santos (2009, p. 80) relata:

o CELATS inseriu os debates no contexto político da época, fazendo com que a discussão no âmbito acadêmico e na prática profissional se aproximasse dos movimentos políticos e populares em diferentes países da região e às mais expressivas entidades das ciências sociais latino-americanas (FLACSO, CLACSO, CSUCA). Os resultados dos trabalhos do CELATS foram permeabilizando as escolas e faculdades de Serviço Social em toda América Latina e muito particularmente no Brasil.

O conjunto ALAETS/CELATS teve um papel importante nas décadas de 1970 e 1980, com publicações críticas que circulavam a América Latina¹¹; apoiou politicamente

⁸ Essas são alguns elementos, para maiores reflexões, ver Netto (2010), especialmente capítulo 2, item 2.1 e 2.2.

⁹ Los dos primeros objetivos que proclama la asociación: a) promover el acercamiento y la coordinación entre las escuelas y asociaciones de escuelas, estudiantes y docentes de Trabajo Social latinoamericano, con fin de lograr establecer unidad en los aspectos básicos de la formación teórico-práctica; b) promover el acercamiento entre las escuelas asociaciones de escuelas, de estudiantes y docentes de Trabajo Social, con las organizaciones de Trabajo Social que existen en cada país. (CELATS, 1985, p. 10).

¹⁰ O CELATS “es un organismo internacional de cooperación técnica que tiene como propósito fundamental contribuir, desde la acción de los trabajadores sociales, a las tareas del desarrollo y de la promoción popular. [...] El Centro desarrolla cuatro líneas: - investigación; - capacitación; comunicación y; - proyectos de acción.” (CELATS, 1985, p. 12-16).

¹¹ Um exemplo é que “durante 1983, el curso de capacitación por correspondencia llegó a 600 profesionales en 18 países” (CELATS, 1985, p. 16).

organizações sindicais e associações profissionais de diferentes países. Tais movimentos acadêmicos e políticos tensionavam, a partir da conjuntura do continente, um Serviço Social intrinsecamente ligado à luta da classe trabalhadora.

O CELATS teve um papel importante, também, na pós-graduação em Serviço Social. No ano de 1978, construiu o primeiro mestrado em Serviço Social da América Latina – *Maestría Latinoamericana en Trabajo Social* (MLATS). O MLATS foi desenvolvido em convênio com a Universidade de Honduras, em Tegucigalpa, “esta universidade tinha um considerável grau de autonomia e seu Reitor, Reyna, era um respeitado e democrático acadêmico”, segundo relata Leila Lima Santos, (2007a, p. 171) em entrevista à revista Em Pauta (UERJ).

O objetivo do MLATS era lograr a formação de um grupo de profissionais altamente qualificados teoricamente, com vocação investigativa e comprometidos com uma nova mirada a respeito do marco institucional e à realidade social do continente. O programa de estudos desse mestrado esteve orientado ao estudo e à análise das políticas sociais com a ideia de converter as instituições em processos de organização favorável à participação social. A ideia era criar um significativo programa de formação e investigação latino-americano. (SANTOS, 2007a, p. 172).

A reconceituação possibilitou construir uma tendência no Serviço Social latino-americano que se autodenomina de Trabajo Social Critico. Há muitas expressões dela e tem crescido a produção de conhecimento dessa temática. O *Trabajo Social Critico* situa sua análise na realidade social com enfoque sócio-histórico, analisa o sujeito segundo suas determinações econômicas, históricas e sociais, ultrapassa o imediato e busca conhecer os fundamentos da realidade social e da profissão, para assim construir estratégias de intervenção na vida das pessoas que atendemos.

Assim, entendemos o significado social da profissão, construído no seio do movimento de reconceituação, com destaque a obra seminal de Iamamoto e Carvalho (1982). Desse modo, analisa-se a realidade a partir do concreto, dos processos sociais e históricos¹² que permitem apreender o significado social da profissão na sociedade capitalista e suas particularidades nas distintas formações sociais, econômicas e culturais de cada território, por meio das expressões da questão social nesses países.

Para melhor apreensão da relação proposta nesse artigo entre os objetivos profissionais e os objetivos institucionais, se faz necessário analisar as categorias de totalidade e mediação, sem as quais a profissão é tomada de forma isolada, endogenista e acrítica, para depois

¹² A concepção de história pode ser encontrada em Marx e Engels (1982), Marx (1986) entre outros autores da mesma verve teórica.

entrarmos nas particularidades dos objetivos institucionais e do Serviço Social.

Segundo Kosik (1969, p. 40), o “princípio metodológico da investigação dialética da realidade social é o ponto de vista da totalidade concreta que, antes de tudo, significa que cada fenômeno pode ser compreendido como momento do todo”. A totalidade é uma categoria concreta, é a essência constitutiva do real. Nesse sentido, a totalidade concreta expressa o diferencial do método materialista, histórico e dialético (LUKÁCS, 1981).

A apreensão da totalidade concreta é possível por meio de inúmeras e complexas mediações¹³, sem as quais a totalidade é uma abstração. A apreensão das mediações desses complexos dinâmicos ocorre por meio da relação dialética entre as formas pelas quais o fenômeno se expressa, ou seja, sua aparição na realidade social e sua forma de se relacionar com a essência, com as legalidades sociais¹⁴. Nesse sentido, a totalidade constitui-se de mediações complexas apreendidas pela dialética materialista.

Outro elemento de análise é o significado social da profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011). Considera a necessidade social do Serviço Social como uma demanda da classe burguesa, e por seus representantes do Estado para intervir junto aos trabalhadores. Para Iamamoto e Carvalho (2011), a profissão é concebida como uma atividade que exerce um dado controle social no desenvolvimento da ideologia dominante à cada época. Sua atuação assenta-se pela mediação das políticas sociais, na criação das condições objetivas da reprodução da força de trabalho junto aos trabalhadores e suas famílias, seu trabalho assalariado incide nas expressões da questão social que se torna o objeto de intervenção desse profissional.

O trabalho da/o assistente social é tensionado pelas contradições próprias da sociedade capitalista, e a reproduz

pela mesma atividade, interesses contrapostos que convivem em tensão. Responde tanto as demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer a um ou outro polo pela mediação de seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo nesses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p. 81).

Podemos observar essa contradição, por exemplo, quando inserimos, principalmente as mulheres trabalhadoras, chefes de família, em programa de transferência de renda. Ao cadastrá-las em uma plataforma eletrônica, seus dados passam a fazer parte do controle das vidas das

¹³ “As categorias centrais da dialética de Lukács são os conceitos intimamente inter-relacionados de ‘totalidade’ e ‘mediação’.” (MÉSZÁROS, 2013, p. 59).

¹⁴ Ver mais em Lukács (1981), Pontes (2009), entre outros.

classes trabalhadoras, importante mecanismo para o Estado; ao mesmo tempo, o dinheiro, produto do trabalho coletivo, da riqueza socialmente gerada e da extração de mais valia, que se transforma em impostos e taxas volta a população, agora por meio desses programas de transferência. O que é importante para que as famílias acessem as necessidades sociais básicas, por meio de compra de mercadorias, agora subsidiadas pelo Estado. Esse movimento econômico permite a ampliação de uma totalidade que engloba: produção, distribuição e consumo das mercadorias produzidas pelas grandes empresas. Ou seja, nossas ações atendem interesses dos trabalhadores, ao receberem um recurso que poderão comprar: comida, roupa, remédios, mas, também atende interesses empresariais: ampliando a produção e fazendo com que novas mercadorias circulem, movendo tanto a economia como a extração de mais valia.

Outro elemento de análise é a questão social que só pode ser analisada e apreendida como produto da contradição capital e trabalho, no sentido em que a produção é socializada e sua apropriação é privada, sendo, portanto, constituinte do modo de produção capitalista. Assim, a questão social ancora-se na “lei geral da acumulação capitalista”, apresentada em detalhes por Marx (2010). Nesse cenário, o elemento que se destaca é o pauperismo como fenômeno próprio à expansão do capital, é nesse bojo que faz sentido um mercado de trabalho que permitirá emergir uma profissão: o Serviço Social.

É necessário também, captar a questão social nas particularidades sócio-históricas no Brasil. Em seu processo de reprodução ampliada do capital que teve como base a violência, a escravidão, o coronelismo e o mandonismo como características que não podem ser abandonadas na análise da questão social no país.

A Política Social é analisada como a mediação estatal no confronto entre capital e trabalho incidindo diretamente nas refrações da questão social. Em um momento específico do desenvolvimento capitalista (capitalismo monopolista) e das alterações na função do Estado, a política social terá seu amadurecimento. Responde ora aos interesses do capital, ora aos interesses dos trabalhadores, a depender da correlação de forças entre as classes. Pode apresentar algumas melhorias na qualidade de vida dos trabalhadores, mas sem alterar a essência exploradora do capitalismo. Cabe destacar que mesmo os países capitalistas que consolidaram um sistema de seguridade social baseada no princípio da universalidade, não alteraram o estatuto da propriedade privada, estrutura do próprio capitalismo¹⁵.

O Serviço Social é chamado, então, à operacionalização das políticas sociais, como agentes executores de tais intervenções estatais. Não se trata aqui de pensar a profissão como

¹⁵ Para uma análise aprofundada de política social, ver: Behring (2003, 2002); Behring e Boschetti (2006); Motta (1995), entre outros.

profissionalização da caridade ou evolução da filantropia; mas sim pensar o Serviço Social como profissão que se insere no mercado de trabalho especializado e o/a assistente social como vendedor da sua força de trabalho (IAMAMOTO, 2011, NETTO, 2005).

Essa diferenciação faz-se necessária uma vez que há uma tendência contundente, em pesquisas recentes¹⁶, de uma espécie de mimese entre os objetivos da política social e da profissão, sobre isso nos debruçaremos a seguir.

2 - A condição de classe trabalhadora do/a assistente social e os objetivos das instituições empregadoras e do Serviço Social.

Iamamoto (2009) reflete que o debate acerca do significado social da profissão, difundido em sua obra seminal de 1982, foi amplamente divulgado, contudo, cabe refletir também sobre o significado do trabalho de assistente social. Tal significado do trabalho exige mediações históricas e conjunturais, sem as quais as contradições entre trabalho assalariado e resistências no trabalho profissional ficam comprometidas.

É nesse sentido que as tensões entre trabalho assalariado e a direção social do trabalho profissional defrontam-se no cotidiano profissional.

Segundo a autora, “o significado social do trabalho profissional do assistente social depende das relações com os sujeitos sociais que o contratam, os quais personificam funções diferenciadas na sociedade” (2009, p. 215). O significado social, por mais que tenha uma dimensão qualitativa em todos os espaços sócio-ocupacionais, ele não se identifica diretamente “nas diferenciadas condições em que se realiza esse trabalho porquanto envolvido em relações sociais distintas” (p. 215).

A condição de assalariamento, como funcionário público, em organizações empresariais ou organizações sociais, envolve a incorporação de determinantes que compõe o contrato de trabalho. Assim como oferecem, em maior ou menor condição, os meios pelos quais o trabalho do assistente social se realiza, os recursos financeiros e humanos para a intervenção em uma determinada expressão da questão social. As expectativas, exigências e necessidades dos empregadores também aparecem e “materializam requisições, estabelecem funções e atribuições, impõem regulamentações específicas ao trabalho a ser empreendido” (IAMAMOTO, 2009, p. 218).

Outro vetor decisivo são as demandas trazidas pelos sujeitos, suas necessidades sociais, que chegam ao trabalho profissional como demandas imediatas. O que exige do profissional a

¹⁶ Iamamoto (2009); Raichelis (2018), Teixeira (2019).

necessidade de reelaboração teórico-prática dessa demanda para que, na particularidade da vida social do sujeito, reconstrua-se o objeto de intervenção. Segundo Pontes (2009), é capturando as mediações no concreto que se reconstrói, intelectivamente, o objeto de intervenção no trabalho de assistente social. Cabe destacar que esse campo de mediações é denso de complexidades e tenso de contradições.

No seu trabalho cotidiano a/o assistente social depara-se com situações concretas vividas singularmente pelos sujeitos que utilizam os serviços prestados. Tais situações são atravessadas de determinações que expressam as requisições das lutas de classes e das bandeiras de luta da organização da classe trabalhadora. É um desafio ao trabalhador/a assistente social, envolto/a a essas contradições que também o/a caracteriza como sujeito da classe trabalhadora, a passagem das singularidades das vidas dos/as usuários/as às lutas maiores da classe em sua universalidade e particularidade. É necessário que o/a assistente social tenha um amplo conhecimento teórico-metodológico crítico, mas também e principalmente, de vida prática nos movimentos sociais de esquerda para “atribuir visibilidade aos fios que integram o singular no coletivo” (IAMAMOTO, 2009, p. 216).

É nesse sentido que uma dupla determinação é posta: as requisições que chegam por meio dos empregadores e a tensão do desvendamento da demanda institucional em demandas sociais no trabalho profissional, “a consideração unilateral das imposições do mercado de trabalho, conduz a uma mera adequação do trabalho profissional às exigências alheias, subordinado a profissão ao mercado e sujeitando a/o assistente social ao trabalho alienado” (IAMAMOTO, 2009, p. 219).

É no tensionamento entre condição assalariada e a direção social do trabalho profissional que a relativa autonomia se coloca para o profissional. Iamamoto (2009) defende que a efetividade dessa relativa autonomia é dependente da correlação de forças econômicas, políticas e culturais que envolvem diversos sujeitos institucionais que sofrem profundas transformações sociais em “tempo de capital fetiche”.

Nesse sentido que a apreensão da condição de trabalhador/a assalariado/a do/a profissional, nas contradições de sua sempre relativa autonomia, das legislações sobre a profissão, de um código de ética profissional construído coletivamente com princípios vinculada à luta geral dos/as trabalhadores/as que podemos entender e fortalecer os objetivos da profissão em detrimento dos objetivos da instituição empregadora, que em tempos de retomada do conservadorismo, os objetivos institucionais podem referenciar-se mais aos ideários neoliberais que as necessidades das pessoas que atendemos.

Algumas aproximações para explicitar os motivos que podem expressar que, em alguns

momentos, há uma mimese/mescla entre os objetivos da instituição empregadora com os objetivos do Serviço Social. Destacamos alguns elementos.

Reflexionemos quando o/a profissional foca seu exercício em, somente, cumprir as metas estabelecidas institucionalmente; em somente inserir ou não o/a usuário/a em programas e projetos sociais; em se restringir ao requisitado pela instituição; quando inserimos critérios mais rigorosos dos que já estão postos na política, em momentos de poucos recursos, benefícios ou programas sociais; quando captamos as expressões da questão social, somente pelo viés restrito dos problemas individuais; ao não refletir se nossos laudos, pareceres, relatórios sociais podem ser instrumentos garantidores de direitos, ou se somente explicitamos se estão ou não dentro dos critérios estabelecidos pela política social, e não expressamos nossas análises vinculadas as atribuições privativas e competências profissionais.

A/O profissional de Serviço Social tem a capacidade teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política de ultrapassar a análise imediata, se o profissional se limita a informar se há ou não recurso, se pode ou não ser incluído em programas e projetos, o/a assistente social tende a somente reproduzir os objetivos institucionais e da política social e não os objetivos do Serviço Social em seu cotidiano de trabalho.

Somente quando consideramos a totalidade em que o/a usuário/a está inserido/a, quando a/o consideramos sujeito da classe trabalhadora, que tudo produz, mas não acessa a riqueza produzida, é que podemos nos aproximar dos objetivos profissionais e construir respostas condizentes com uma direção social crítica. Nesse sentido, que não podemos perder no horizonte as interações entre raça, classe e gênero, nas particularidades do país e do território de nossa atuação, sem tais determinações não se pode captar as expressões da questão social que chegam no nosso cotidiano de trabalho.

Para isso, é preciso construir resistência, Teixeira (2020) exemplifica que o/a profissional deve conhecer a realidade concreta em que está inserido, o território em que a política social está sendo executada; produzir dados de quantos usuários/as estão sem recursos; quais alternativas concretas de organização coletiva é possível naquele espaço; realizar grupos de discussão com os/as usuários/as que não acessam seus direitos para discutir as expressões da questão social naquele território; conhecer e participar da organização coletiva, dos movimentos sociais, das frentes pela defesa da saúde, da assistência social que lutam por melhores condições para os usuários/as atendidos/as; realizar seu exercício profissional em consonância com os movimentos sociais, politizando as expressões da questão social junto à população, assim, pode conseguir ultrapassar o imediato, analisar aquela demanda singular no conjunto das particularidades da vida social, tendo a universalidade como horizonte estratégico

de busca da totalidade social.

Analisamos que não se trata somente de uma vontade individual em trazer à tona os objetivos da profissão, mas das condições objetivas que colocam desafios cotidianos a efetividade de tal direção. As diferentes formas de contratação, por exemplo, é um desafio posto a essa efetividade, mas não uma barreira. Podem colocar desafios a objetivação da direção social da profissão em detrimento dos valores das instituições empregadoras. Muitas organizações sociais apresentam Missão, Visão e Valores totalmente atrelados mais à lógica neoliberal do que à emancipação humana e a plena expansão dos indivíduos sociais.

O burocratismo em que as instituições se reafirmam, quer nas inúmeras formas de tecnologia da informação que se configura mais como mecanismo de controle da classe em detrimento dos direitos sociais. Ao ficar mais voltados ao burocratismo e ao sistema de informação do que o reconhecimento das expressões da questão social, o/a profissional reforça mais os objetivos institucionais em detrimento dos objetivos do Serviço Social.

Há uma tendência nas instituições e nas organizações sociais que gestam a política social uma transferência da lógica de gestão das empresas privadas para a lógica da gestão da política pública, com metas de atendimento a serem cumpridas, quantidade de relatórios, laudos e pareceres por mês, entre outros. Os processos seletivos para contratação de assistentes sociais, algumas vezes, voltam-se mais para a especialização e conhecimentos relativos ao domínio instrumental da política social em detrimento dos referenciais teóricos que sustentam o projeto de profissão. Isso muitas vezes leva aos profissionais a especializarem-se nas políticas em detrimento da reflexão sobre os valores e princípios do código de ética e das atribuições e competências expressas na Lei que Regulamenta a Profissão.

Em algumas vezes, a educação permanente de assistentes sociais, muitas vezes, ocorre somente nas capacitações oferecidas pelos órgãos de Estado em detrimento da educação permanente oferecida em espaços de debate da categoria profissional, como lives do CFESS e da ABEPSS, e debates oferecidos pelos CRESS.

Participar somente da capacitação para implantação, gestão e execução das políticas sociais pode ocasionar que os objetivos da política social sobressaiam aos objetivos da intervenção profissional¹⁷. Os objetivos das políticas sociais continuam sendo necessários à garantia de necessidades básicas da população usuária dos serviços, expressam as lutas sociais da classe trabalhadora, mas não podem ser confundidos com as respostas construídas pela profissão.

¹⁷ Uma excelente reflexão pode ser encontrada em Guerra (2018), a autora reflete se a capacitação é nas políticas ou para as políticas.

Tais capacitações podem incidir que muitas vezes, a linguagem¹⁸ profissional da/o assistente social está encharcada dos determinantes teóricos que sustentam a política social em detrimento dos Fundamentos do Serviço Social. Expressões como os “níveis de vulnerabilidade social” postos na política de assistência social no Brasil, por exemplo, encobertam o pauperismo e seus desdobramentos nas expressões da questão social, sem perceber a matriz teórica que sustenta aquele termo.

Dessa forma, *a incidência das práticas mecanicistas em detrimento do rigoroso trato teórico-metodológico na análise da realidade para intervenção profissional pode permitir que a ação profissional desenvolva-se mais direcionada à execução das políticas sociais do que nas respostas construídas a partir da análise da realidade realizada pelo Serviço Social.* Se a questão social e suas refrações não se configuram como objeto de trabalho do/a assistente social, a política social ganha centralidade na ação profissional. A condição de classe trabalhadora, a precarização dos espaços de trabalho, aliadas a uma formação profissional também precária, fortalece a incidência da centralidade dos objetivos da política social na intervenção profissional em detrimento das respostas profissionais.

Considerações Finais

O artigo apresentou alguns elementos para refletir sobre como garantir os objetivos do Serviço Social, profissão inscrita na divisão social e sexual do trabalho no Brasil, em detrimento dos objetivos das instituições empregadoras e das políticas sociais, que muitas vezes, reproduzem valores e princípios ultraneoliberais.

Se nossa ação cotidiana não se realizar com a orientação das entidades da categoria, na defesa do Código de Ética, da Lei que Regulamenta a Profissão e do conjunto dos conteúdos das Diretrizes Curriculares, há uma tendência em reproduzir valores das instituições empregadoras.

Apresentar elementos da conjuntura nacional e latino-americana, assim como revisar a bibliografia do movimento de reconceituação permite à assistentes sociais se comprometerem com a realidade social, com os movimentos sociais e com o legado histórico da profissão.

Assim, pode-se verificar no artigo alguns tensionamentos entre a relação dos objetivos da instituição empregadora e do Serviço Social. O que pode apontar a necessidade da retomada de um trabalho na direção da politização da população usuária, da ação pedagógica em nosso trabalho profissional, importante referência deixada pelo movimento de reconceituação com

¹⁸ Linguagem aqui analisada como materialização da consciência, segundo Marx e Engels (1982), na obra *A Ideologia Alemã*.

grande influência de Paulo Freire e sua pedagogia emancipatória, e das ações que efetivem a dimensão político-organizativa a serem construídas com os/as usuários/a dos serviços.

A politização das demandas não está posta nas políticas sociais, ao contrário, é a direção social na defesa dos reais interesses das pessoas atendidas pelo Assistente social, que se configura como opção individual da/do assistente social que quer ultrapassar o “imediatismo da prática profissional” (COELHO, 2010) é que garante esse trabalho.

Alguns pontos sumariados para garantir os objetivos do Serviço Social em espaços de trabalho de assistentes sociais:

1 – Fortalecimento coletivo da profissão, da organização coletiva de assistentes sociais, e da reafirmação da Lei 8.662/93 e do Código de Ética do/a Assistente Social;

2 – A apreensão teórica crítica acerca da totalidade da vida social, nas particularidades do território que se ocupa. Sem tal apreensão o exercício profissional pode ocorrer de forma mecanicista, somente respondendo aos objetivos institucionais;

3 – A luta constante por uma formação profissional de qualidade, com rigoroso trato teórico-metodológico, nas particularidades das distintas formações sociais, e com qualidade técnico-operativa para construir respostas profissionais, reafirmando as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, de 1996;

4 – Reforço da análise crítica da questão social no Brasil e das suas expressões históricas como objeto de intervenção do Serviço Social;

5 – A reflexão constante e cotidiana se nossas ações expressam a direção social crítica;

6 – Disputar política e teoricamente a direção social das políticas sociais, participando dos espaços de controle e planejamento de tais políticas. Assim, como das frentes em defesa da qualidade, gratuidade, universalidade das políticas sociais, entre outras ações.

A direção social do Serviço Social é uma construção coletiva, sua opção política nas ações estratégicas requer um movimento individual e coletivo dos profissionais envolvidos no trabalho. A politização das demandas trazidas pela população é, muitas vezes, a alternativa a uma ausência expressiva de políticas sociais que atendam às reais necessidades das/os usuários/as dos serviços.

Referências bibliográficas

ANDER-EGG, Ezequiel. *Historia del Trabajo Social*. Buenos Aires: Lumen, 1994.

BEHRING, Elaine Rossetti. *Brasil em Contra-Reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo, Cortez, 2003.

_____. *Política Social no Capitalismo Tardio*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

- BEHRING, Elaine, BOSCHETTI, Ivanete. *Política Social: fundamentos e história*. Cortez Editora, São Paulo: 2006.
- CELATS. *Nuestra Razón de Ser*. Servicios Editoriales Adolfo Areta: Lima, 1985
- COELHO, Marilene A. Imediaticidade na Prática do Assistente Social. *Serviço Social: temas, textos e contextos*. 4o. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.
- DULCICH, Ramiro. A ABEPSS na Internacionalização do Serviço Social do Brasil. *Revista Libertas*. V. 22, n. 22. Jan/jun 2022.
- GOIN, Marileia. *Fundamentos do Serviço Social na América Latina e no Caribe: conceituação, condicionantes sócio-históricos e particularidades profissionais*. Papel Social: Campinas, 2019.
- GUERRA, Yolanda. Capacitação nas Políticas ou para as Políticas Sociais? a formação profissional em questão. *Anais. XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social*. Vitória. 2018
- HARVEY, David. *O novo imperialismo*. Loyola: São Paulo, 2005
- IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 33ª ed., Cortez Editora, São Paulo: 2011.
- IAMAMOTO, Marilda. Proposta de Interpretação Histórico-Metodológica. In: IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 33ª ed., Cortez Editora, São Paulo: 2011.
- _____. *Serviço Social em Tempo de Capital Fetice: capital financeiro, trabalho e questão social*. 3ª ed. Cortez Editora, São Paulo: 2009.
- KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. Paz e Terra, Rio de Janeiro: 1969.
- LIMA, Boris. Primera Experiencia de Maestría Latoniamericana de Trabajo Social. In: *Acción Crítica*. n. 06. ALETS/CELATS, 1979.
- LOPES, Josefa Batista. O Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina como marco na construção da alternativa crítica na profissão: a mediação da organização acadêmico-política e o protagonismo do Serviço Social brasileiro. SILVA, Maria Liduína de Oliveira (org). *Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo*. Editora Cortez: São Paulo, 2016.
- LUKÁCS, György. As bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem, In: LUKÁCS, György. *O Jovem Marx e outros Escritos de Filosofia*. 2ª ed. Editora UFRJ, Rio de Janeiro: 2009.
- _____. O Marxismo Ortodoxo. In: NETTO, José Paulo (org). *Lukács*. Coleção Grandes Cientistas Sociais, n. 20. Editora ática: São Paulo, 1981.
- MARRO. Katia Íris. A Questão Social pela Lente das Rebeliões e Insurgências Subalternas Contra o Extrativismo: quando as desigualdades sociais não são silenciosas. *Revista Goitacá*, v. 1, n. 2, p. 1-20, jul-dez/ 2022.
- MARX, Karl; ENGELS, Friederich. *A Ideologia Alemã*. 3ª ed. Ciências Humanas, São Paulo: 1982.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Volume I, 27ª ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro: 2010.
- _____. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- MÉSZÁROS, István. *O Conceito de Dialética em Lukács*. Boitempo editorial: São Paulo, 2013.
- MOTA, Ana Elizabete. *Cultura da Crise e Seguridade Social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90*. Cortez, São Paulo: 1995.
- NETTO, José Paulo. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. 4ª ed. Cortez Editora, São Paulo: 2005a.
- _____. O Movimento de Reconceituação: 40 anos depois. *Serviço Social e Sociedade*, n. 84. Ano XXVI, nov. 2005b.

- PICCOLO, Ramiro M. Dulcich. A ABEPSS na internacionalização do Serviço Social do Brasil. *Revista Libertas*, Juiz de Fora, v. 22, n.1, p. 144-155, jan. / jun. 2022.
- PONTES, Reinaldo. *Mediação e Serviço Social*. 6ª Ed. Cortez, São Paulo: 2009.
- RAICHELLIS, Raquel. Serviço Social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo. RAICHELLIS, Raquel; ALBUQUERQUE, Valéria; VICENTE, Damares. *A Nova Morfologia do Trabalho no Serviço Social*. Ed. Cortez: São Paulo, 2018.
- SANTOS Leila Lima. Serviço Social na América Latina: 1970-1980. *Revista em Pauta*. n. 20, Rio de Janeiro, 2007.
- TEIXEIRA, Rodrigo José. *Fundamentos do Serviço Social: uma análise a partir da unidade dos núcleos de fundamentação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS*. 2019. 325 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.
- TEIXEIRA, Rodrigo José. *Trabalho do/a assistente social: debate sobre os objetivos do Projeto Profissional e das Políticas Sociais*. *Revista Emancipa: o cotidiano em debate*. CRESS-SP: São Paulo, 2020.
- YAZBEK, Maria Carmelita. El Servicio Social como especialización del trabajo colectivo. BORGIANI, Elisabete; GUERRA, Yolanda; MONTAÑO, Carlos. *Servicio Social Critico: hacia la construcción del nuevo proyecto ético-político profesional*. Biblioteca Latinoamericana de Servicio Social, n. 10. Cortez editora: São Paulo, 2003.

Violência sem véu: uma reflexão inspirada na experiência como Assistente Social

Violence without veil: a reflection inspired by the experience as a Social Worker

Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eiras^{*}

Joyce Queiroga Resende^{**}

Resumo: O presente artigo analisa o fenômeno da violência por meio das reflexões suscitadas no exercício profissional do Serviço Social, em nossa experiência como Assistente Social, trazendo elementos para entender as expressões da violência na sociedade brasileira e sua particularidade na totalidade da vida social, na sociedade capitalista. Utilizamos como referência teórica sobre o tema produções de Marilena Chaui, Octávio Ianni, Mione Apolinário Sales e José Fernando Silva.

Palavras-chaves: Violência; Serviço Social; Cotidiano; Capitalismo.

Abstract: This article analyzes the phenomenon of violence through the reflections raised in the professional practice of Social Work, in our experience as a Social Worker, bringing elements to understand the expressions of violence in Brazilian society and its particularity in the totality of social life, in capitalist society. We used productions by Marilena Chaui, Octávio Ianni, Mione Apolinário Sales and José Fernando Silva as a theoretical reference on the subject.

Keywords: Violence; Social Work; Cotidian; Capitalism.

Recebido em: 21/10/2022

Aprovado em: 07/02/2023



© O(s) Autor(es). 2018 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

* Assistente social, doutora em Serviço Social, professora titular na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4095-7950>

** Assistente social, mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Introdução

Este artigo trata da violência, cuja expressão na realidade brasileira tem sido reconhecida por diferentes estudiosos e cuja visibilidade através das mídias e meios de comunicação social contribui para fixar determinados estereótipos em relação àqueles que a praticam, reforçando preconceitos sociais que dificultam a compreensão deste fenômeno em sua multidimensionalidade. Privilegiamos nesta reflexão sobre este tema, a leitura de produções teóricas elaboradas por Chauí, Ianni, Sales e Silva, com as quais estabelecemos um diálogo, a partir da experiência no exercício profissional do Serviço Social.

Em nosso exercício profissional lidamos rotineiramente com as expressões da questão social¹, dentre as quais se situa a violência. Nesse cotidiano, paradoxalmente, aqueles que sofrem a violência de modo mais duro, em seu dia a dia, dificilmente a percebem em sua profundidade. Via de regra eles incorporam e aceitam desempenhar o papel social que lhes é “destinado”, “trabalhador”, “pobre”, “subordinado”, “vítima”, “criminoso”, resignando-se à dura realidade.

Por sua vez, as concepções ainda vigentes no imaginário social evidenciam a presença de conteúdos próprios do autoritarismo social (CHAUI, 2021) no cotidiano, tão característico da formação sócio-histórica brasileira, que reproduzem estigmas e preconceitos sobre quem pode ou não ser violento.

Entretanto, o que não ocorre com frequência é uma explicação capaz de revelar a processualidade histórica-econômica-sociocultural constituinte e constitutiva, presente nas expressões da violência, e este artigo visa contribuir nesta direção.

A esse respeito, em nossa cultura e no imaginário brasileiro, acostumamo-nos a lidar com a violência como algo individualizado. Como argumenta Chauí (2021), no Brasil, construímos o mito de uma sociedade pacífica e não violenta. E a autora destaca cinco mecanismos ideológicos sobre a violência presentes na cultura brasileira: a “exclusão”, a “distinção”, “o jurídico”, “o sociológico” e a “inversão do real”. Pela *exclusão* afirma-se que a sociedade brasileira não é violenta e quando ela ocorre é praticada por pessoas que não são desta nação. Pela *distinção* entre essencial e acidental, a violência não é reconhecida como inerente ao brasileiro, mas como ação episódica, acidental e sua prática não altera a nossa

¹ De acordo com Ianni (2004 b: p. 103) a questão social está presente na história da sociedade brasileira nas “várias repúblicas formadas desde a Abolição da Escravatura e fim da monarquia”. Ela se apresenta como “um elo básico da problemática nacional, dos impasses dos regimes políticos ou dilemas dos governantes. Reflete disparidades econômicas, políticas e culturais, envolvendo classes sociais, grupos raciais e formações regionais. Sempre põe em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal”. “As várias modalidades do poder estatal [autoritário ou democrático] defrontam-se com ela”.

essência pacífica. No mecanismo *jurídico*, a violência é compreendida como restrita ao meio da delinquência e da criminalidade e legitima-se a ação policial na proteção dos “cidadãos de bem”. No mecanismo *sociológico*, a violência foi explicada como um momento na história de transição para a modernidade, com intensa migração para as cidades, causando, temporariamente, atos isolados de violência das “classes mais pobres”. E a *inversão do real* está posta na existência e disseminação de concepções que justificam a “dominação natural do homem” que protege a mulher, em sua “fragilidade feminina”, e/ou o paternalismo branco “civilizatório” em relação aos povos não brancos (“inferiores”); e a repressão e violência direta e indireta contra a população LGBTQIA+ diante dos “valores sagrados” e da preservação da “família”.

Esse mito da sociedade não violenta tem sido interiorizado como forma de explicação, produzindo valores, ideias, comportamentos e práticas, manifestando-se, ainda, em ações concretas na realidade. A permanência desse mito propaga a ideia de que a violência existe, porém, de maneira factual localizada em determinados grupos que seriam, segundo Chaui, os “portadores da violência”, em suas palavras,

A sociedade brasileira não percebe que as próprias explicações oferecidas são violentas porque está cega para o lugar efetivo da produção da violência, isto é, a estrutura da sociedade brasileira. Dessa maneira, as desigualdades econômicas, sociais e culturais, as exclusões econômicas, políticas e sociais, a corrupção como forma de funcionamento das instituições, o racismo, o machismo, a intolerância religiosa, sexual e política não são consideradas formas de violência, isto é, a sociedade brasileira não é percebida como estruturalmente violenta e a violência aparece como um fato esporádico da superfície. (CHAUI, 2021, p. 41).

Desse modo, quando realizamos a análise da violência no âmbito da totalidade da vida social, apreendemos nitidamente sua transversalidade no cotidiano de milhões de pessoas. E quando nos deparamos com as violências presentes na vida individual daqueles que procuram os serviços sociais, fica difícil negar a sua relação com os processos histórico-econômico-sócio-culturais e é quase impossível não nos indignarmos diante do que testemunhamos.

No entanto, também nós, assistentes sociais, estamos imersas(os) no imaginário da sociedade pacífica, e ainda é necessário explicitar o fenômeno da violência em sua complexidade para compreendermos os processos com os quais nos deparamos, cotidianamente, em nosso exercício profissional.

Assim, este texto foi elaborado como um exercício de reflexão, a partir de referências teóricas que questionam o fenômeno da violência e tentam analisá-la em sua complexidade e amplitude, evitando sua redução à dimensão individual.

Neste artigo, apresentamos referências teóricas através do diálogo com Marilena Chaui

(2021) e Octávio Ianni (2004) para a compreensão da violência, a partir de análises suscitadas pela nossa experiência como assistente social, em diferentes contextos, e pela incorporação de produções em nossa área, como as de Sales (2007) e Silva (2007, 2008). Indicamos, ainda, algumas das condições postas pelo pertencimento à classe trabalhadora, no Brasil, na atualidade, que reproduzem processos de subordinação e dominação, estruturalmente associados ao fenômeno da violência. Evidenciamos, assim, essa dimensão da *violência estrutural* cuja apreensão torna-se necessária para o (a) assistente social em seu cotidiano profissional.

Na redação deste artigo, descobrimos nuances e perspectivas, que a nosso ver, ao serem compartilhadas, contribuem para o trabalho dos(as) assistentes sociais, profissionais diariamente expostos(as) às diferentes formas de expressão da violência na sociedade capitalista.

Sobre a violência

Inspiradas, sobretudo, na leitura de Marilena Chaui (2021) e Octávio Ianni (2004) propomos algumas formulações que são transversais nesta reflexão sobre a violência.

A primeira delas é que explicar o fenômeno da violência é algo complexo e exige uma perspectiva multidimensional, evitando o equívoco de reduzir o seu entendimento a um único condicionante. A sua elucidação está associada às noções de força e de poder em relação a outrem e à necessária compreensão da particularidade histórica, a qual evidencia nas relações sociais, o exercício do poder pela coerção e, pela submissão de indivíduos e de grupos aos interesses de uma classe dominante.

Na apreensão de sua particularidade histórica os processos econômicos e socioculturais destacados por Ianni (2004) evidenciam a dominação pela concentração da riqueza e configuração das classes sociais, que reproduzem o lugar e o papel social dos indivíduos, e a relação assimétrica de poder entre eles. Na definição de tais lugares e papéis sociais impõem-se diferenças de gênero, raça e etnia, construídas historicamente, e assimetrias entre homens e mulheres, brancos e não-brancos.

Inspiradas em Chaui (2021), pensamos que essa dimensão assimétrica nas relações de poder é um aspecto central para compreender o fenômeno da violência, e distingue lugares de domínio e de subordinação, embora permanentemente em movimento, sendo alvo de disputa e contestação. Por sua vez, o aparato repressivo envolvido na manutenção do *status quo* e da ordem dominante, obstaculiza as possibilidades de alteração e regulamenta e/ou justifica os atos de violência propriamente ditos, praticados nas ações de dominação, como castigos físicos,

punições, assassinatos e extermínio, conforme nos lembra o excelente texto de Sales (2007).

Desse modo, no processo de colonização da América em sua particularidade histórica predominou a exploração econômica, a conquista de territórios e submissão de inúmeras pessoas que foram colocadas em situação de servidão, escravizadas e vitimadas pelo morticínio, vidas vilipendiadas e violentamente subordinadas ou anuladas pelo assassinato. Concordamos com Aimé Césaire (1978) que o processo de colonização foi constituído de atos de violência, crueldade e pilhagem, justificado pela racionalidade europeia de conquista e submissão de povos e terras.

Esta violência presente desde os atos de colonização se expressa em suas múltiplas manifestações na história desses países, objetiva e subjetivamente. A “invenção do racismo”, na relação do homem branco com as diferentes etnias dos povos originários e africanos, trazidos para o continente americano, foi uma das formas de dominação violenta mais bem sucedidas, desde o século XV e que, infelizmente, permanece na contemporaneidade atravessando todas as nossas relações em sociedade. Essa violência está associada à destruição do que é diferente, do que é estranho a um padrão instituído como correto, belo ou moralmente aceito pela classe e interesses sociais dominantes, na idealização almejada de criar uma sociedade equilibrada e perfeita (IANNI, 2004). Na América Latina esses padrões foram historicamente instituídos a partir de uma perspectiva eurocêntrica consolidando formas de dominação e violência.

Assim,

Sobre vários aspectos, a violência é um evento heurístico de excepcional significação, revela o visível e o invisível, o objetivo e o subjetivo, no que se refere ao social, econômico, político e cultural, compreendendo o individual e o coletivo, a biografia e a história. Desdobra-se pervasivamente pelos polos da sociedade e do indivíduo. (...) Nasce como técnica de poder, exercita-se também como modo de preservar, ampliar ou conquistar a propriedade, adquire desdobramentos psicológicos surpreendentes no que se refere aos agentes e as vítimas. Entra como elemento importante da cultura política com o qual se ordenam, modificam ou transformam as relações entre os donos do poder e os setores sociais subalternos, os governantes e a população, as elites e as massas. (IANNI, 2004, p. 169).

Nas sociedades capitalistas, a violência está intimamente relacionada à concentração dos meios de produção e do capital nas mãos de poucos possuidores e à distribuição desigual da riqueza socialmente produzida.

A contradição entre capital e trabalho (MARX, 2017), entre as condições de vida do conjunto dos trabalhadores e daqueles que concentram a riqueza, pode gerar reivindicações, lutas, manifestações e movimentos sociais e, ainda, atos de desespero mediante uma realidade de exclusão e violação.

Nestas sociedades, as marcas das desigualdades estão presentes na realidade cotidiana

da maioria da população, no conjunto de pessoas que vivem nas periferias urbanas, privadas de direitos fundamentais, como: trabalho, moradia, educação, saúde e acesso aos equipamentos culturais.

Por sua vez, o sistema coercitivo do Estado é estrategicamente direcionado às pessoas que vivem nas periferias, discriminando-as como se fossem a causa e não como parte da violência da qual são alvos há muitos anos. Essas formas de violência, que são invisibilizadas e/ou individualizadas,

(...) torna evidente, explícito e transparente o nexos essencial entre riqueza e pobreza, emprego e desemprego, prosperidade e miséria, a fluência e carência, lei e injustiça, ordem e desordem, monopólio da violência pelas elites governantes e classes dominantes simultaneamente à invenção da violência pelos grupos sociais e classes sociais subalternos, pelos humilhados e ofendidos, pelos famélicos da terra. (IANNI, 2004, p. 207).

Nesse sentido, a realidade de “apartheid dos jovens pobres [...] não será uma prerrogativa brasileira ou latino-americana: ela se dá nos guetos étnicos americanos (hispânicos, negros, italianos, irlandeses, etc.)” e na Europa, “com destaque para França e Inglaterra, e seu crônico problema cultural-imigratório, ligado, por vezes, à condição de juventude operária” (SALES, 2007, p. 127).

A diferença entre a violência legal e a ilegal, atribuída de forma recorrente aos pobres e trabalhadores, decorre muitas vezes do perigo político que essa classe oferece para o poder dominante, e à construção ideológica (o imaginário veiculado sobre quem pratica a violência) somam-se os recursos de coerção e manipulação pelo medo para garantia da ordem social.

De acordo com Sales (2007) a visibilidade punitiva na contemporaneidade perpassa significativamente as mídias televisiva e impressa, e a indústria cultural, com a divulgação de situações e processos criminais que ganham grandes espaços nos noticiários, principalmente, para discorrer sobre a ineficiência do sistema judiciário em punir os chamamos “criminosos”.

Assim, há o reforço de práticas punitivas e a ênfase em reformas penais, com forte apoio das camadas mais conservadoras da sociedade que clamam pela instituição e legalização da pena de morte, como uma forma de anular o crime com a execução do “meliante” e/ou bradam pela redução da idade penal, como acontece atualmente no Brasil.

Esse imaginário e essa estigmatização afeta, sobretudo, a juventude pobre associada, indiscriminadamente, à prática da violência, ensejando reclames de punição e indiferença à sua condição de vida e existência. Por isso, “tudo o que os jovens pobres questionam e produzem irreverentemente, aqui e alhures, e a tudo o que reagem é concebido, invariavelmente, como violência, mesmo se tratando de meras transgressões ou incivilidades” (SALES, 2007, p. 127).

No Brasil, Chauí (2021) destaca o estigma das classes subalternas e da população

identificada como “classe perigosa”. A autora afirma que as classes dominantes têm medo dos de baixo e receiam a perda de poder, de controle e privilégio, já as classes subalternas têm medo de sofrer violência, coerção e injustiça. Pelo medo de perder o poder da violência as classes dominantes afirmam que as classes populares são violentas e perigosas.

A visibilidade negativa e a disciplina coercitiva sobre as classes subalternas contribuem para a fabricação dos sujeitos criminalizados. Criam-se imagens ilusórias sobre a realidade concreta, individualiza-se o olhar sobre determinados grupos sociais, traduzindo-os como seres criminosos ou potencialmente criminosos; reafirma-se o poder das leis punitivas, a obediência, submissão e a exclusão. Esses sujeitos tornam-se perversamente visíveis, objeto constante de vigilância, repressão e punição (SALES, 2007).

Todavia, quem são esses sujeitos criminalizados? Conforme dados estatísticos e estudos existentes, sabemos que esses possuem classe, raça e gênero bem determinados. “Em 2019, os negros representaram 77% das vítimas de homicídios (...) as mulheres negras representaram 66% do total de mulheres assassinadas no Brasil” (IBGE, p. 49, 2021). Já o Anuário Brasileiro de Segurança Pública do ano de 2022 reforça a informação de que a população que reside ou circula pelas periferias são as vítimas frequentes da letalidade da violência.

Assim, a juventude negra, pobre e periférica é a que mais sofre os impactos de uma sociedade violenta e racista. São visibilizados pela mídia como adolescentes e jovens infratores, como geradores da violência na sociedade devido ao local onde nascem e/ou vivem, clivados como descendência da criminalidade, reforçando ideologias geneticistas; afirma-se também, os estereótipos de que são sujeitos desocupados, vivendo na vagabundagem por vontade própria e sem interesse em trabalho.

De acordo com Sales (2007), observamos que há uma dimensão de visibilidade/invisibilidade da violência no decorrer da história. Inspirada nas teorias de Foucault em “*Vigiar e Punir*” (1996), a autora evidencia a vigilância dos corpos de forma a criar pontes entre a razão e a violência, entre o saber e o poder, a visibilidade de verdades parciais a favor de uma universalidade de dominação dos indivíduos. A disciplina dos corpos vigiados, a disciplina imposta com base em uma política de medo e coerção articula-se a um tipo seletivo de liberdade e democracia, que, quando confrontadas com o cotidiano dessas pessoas, são referências formais e não reais.

Essa legalização e normalização da violência fazem parte da despolitização do cotidiano e alienação em relação à realidade concreta, focando a explicação da sua complexidade em motivos parciais, reiteram-se práticas discursivas/teóricas organizadas de forma política, administrativa, burocrática e cultural por um poder dominante ou classe dominante que “molda”

o pensamento e ações de sujeitos sociais, visando controlar a vida das pessoas conforme a necessidade do sistema (SALES, 2007).

Segundo Sales (2007, p. 175), as técnicas de dominação se “nutrem da força, da legitimidade e da autoridade do conhecimento e da racionalidade, sendo acionadas, segundo as táticas e objetivos do poder, argumentos teóricos, enunciados científicos e saberes muitas vezes alegados como inquestionáveis”.

Assim, a prática institucionalizada da violência, como a criminalização de grupos e de movimentos sociais, por exemplo, se opõe à prática da democracia política, por não reconhecer o conjunto da população como sujeitos de direitos, que podem lutar por direitos e serem contra os privilégios de uma classe dominante, sendo o poder de dominação exercido através de opressão, força, intimidação e medo, inclusive pelo próprio Estado.

Entretanto, a violência também precisa ser pensada a partir dos atos praticados pelos sujeitos. Desse modo, Chaui (2021) imprime o seguinte sentido à violência:

Etimologicamente, "violência" vem do latim *vis*, força e significa: 1. Tudo o que age usando a força para ir contra a natureza de algum ser (é desnaturar); 2. todo ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém (é coagir, constranger, torturar, brutalizar); 3. todo ato de violação da natureza de alguém ou de alguma coisa valorizada positivamente por uma sociedade (é violar); 4. todo ato de transgressão contra aquelas coisas e ações de alguém ou uma sociedade definem como justas e como um direito (é espoliar ou a injustiça deliberada); 5. consequentemente, violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão e pela intimidação, pelo medo e pelo terror. *A violência é a presença da ferocidade nas relações com o outro enquanto outro ou por ser um outro*, sua manifestação mais evidente se encontra na prática do genocídio e na do *apartheid*. É o oposto da coragem e da valentia porque é o exercício da crueldade. (CHAUI, 2021, p. 35-36, grifos da autora).

A autora indica, ainda, a oposição entre violência e ética. A ética relaciona-se a um sujeito ético, enquanto ser racional, consciente, um ser livre que detém conhecimento, domínio da linguagem e é responsável pelo que faz. Aqueles que praticam a violência deliberadamente tratam os seres como irracionais, passivos, inertes e insensíveis, como mera mercadoria e instrumento para uso de terceiros. Tratar os seres dessa forma, retirando sua humanidade, destituindo-os de liberdade, razão, vontade e responsabilidade, como “coisas”, isso é violentar.

Chaui (2021) destaca que a ideologia neoliberal alargou o espaço privado em detrimento do espaço público, com a recusa de instâncias regulatórias das leis e dos direitos sociais, levando ao entendimento de que seres humanos são descartáveis em prol da maximização dos lucros. Redimensionando, com isso, as condições para o exercício da violência, ampliando as possibilidades de aumento do crime organizado com capacidade de deteriorar e corromper o

sistema judiciário e político, levando à impunidade de líderes governamentais, administradores públicos e demais representações públicas.

A esse respeito, Ianni (2004, p. 142) afirma que no novo ciclo de globalização do capitalismo, desenvolvem-se as classes sociais e os “grupos sociais-mundiais”, gestando-se “estruturas mundiais de poder nas quais predominam total ou amplamente os interesses das elites governantes e das classes dominantes mundiais”. A violência se expressa objetiva e subjetivamente no “(...) narcotráfico, sequestro e tráfico de órgãos, terrorismo niilista e terrorismo nazista, esquadrões da morte e lógica da destruição criativa, desemprego estrutural e lumpenização generalizada, terrorismo de Estado e geopolítica de guerra, racismos e fundamentalismo” (IANNI, 2004, p. 143). A violência causa danos físicos, sociais e psicológicos interferindo de forma significativa no desenvolvimento dos sujeitos sociais e/ou coletividades.

Assim, o “capitalismo é um vasto, complexo e sempre expansivo processo político, econômico e sociocultural que leva consigo a vocação de produzir e reproduzir, criar e recriar, inovar e substituir, engendrar e destruir” (IANNI, 2004, p. 144). Nesse contexto, a violência pode levar não somente à morte do corpo, mas também do espírito.

Na próxima seção dedicamo-nos a compreender alguns aspectos da violência no Brasil, na atualidade, na dimensão da totalidade social e nas condições postas pela sociedade capitalista.

A violência na totalidade da vida social

A objetividade da sociedade capitalista, incluindo seus valores e o que é esperado da realização individual, articula-se subjetivamente com a perspectiva de obter trabalho e renda para usufruir do que é produzido coletivamente. Espera-se que cada indivíduo trabalhe e seja capaz de suprir suas necessidades pela renda auferida e que o trabalho realizado lhes confira dignidade, valorizando seu caráter.

Como lidar, então, com o desemprego e a impossibilidade de que todos alcancem simultaneamente um bom emprego? Como enfrentar a frustração de milhões de indivíduos que não logram êxito no mercado de trabalho, justamente, pela impossibilidade na realidade de que isso ocorra, de fato, para todos?

No Brasil, a taxa de desocupação no trimestre de junho a agosto caiu a 8,9%, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 30/09/2022, o que representa 9,7 milhões de pessoas.

É o menor patamar desde o trimestre encerrado em julho de 2015, quando foi de 8,7%².

Esses dados foram comemorados positivamente. Contudo, quase dez milhões de pessoas estão “desocupadas”, ou seja, não auferem renda mediante uma ocupação formal ou informal no mercado de trabalho. Por sua vez, a renda *per capita* foi de R\$1.353,00, em 2021, recuo de 6,9% em relação à 2020, menor valor em uma década³.

Entretanto, para o mês de setembro de 2022, o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) calculou o valor do salário mínimo necessário para uma família de quatro pessoas, dois adultos e duas crianças, em R\$6.306,97, para suprir as necessidades básicas, sobretudo as de alimentação⁴.

No ano de 2022, o salário-mínimo nominal no Brasil é de R\$1.212,00. Assim, mesmo que dois adultos trabalhem em um domicílio e tenham duas crianças, estes possuirão, de acordo com o cálculo do DIEESE, um terço do valor necessário para suprir suas necessidades básicas. Ou seja, em 2022, 38,22% do total da força de trabalho, 36.414 milhões de indivíduos com e sem carteira assinada e que recebem um salário-mínimo, não teriam como satisfazer suas necessidades básicas e nem as de seus filhos e/ou familiares⁵.

Não é de se estranhar que a pauta da classe trabalhadora elaborada pela CONCLAT (Conferência Nacional da Classe Trabalhadora) em abril de 2022, tenha as seguintes reivindicações (2022)⁶: política de valorização do salário mínimo, programa de renda básica, políticas ativas de geração de trabalho e renda, marco regulatório de ampla proteção social, trabalhista e previdenciária, promover para mulheres, população negra, juventude, LGBTQIA+ e pessoas com deficiência, políticas ativas de geração de trabalho e renda, proteção aos desempregados, eliminação da fome, combate da carestia e segurança alimentar, dentre outros. Em outros termos, defende-se:

O Trabalho Decente, nos termos da OIT (Organização Internacional do Trabalho), como princípio de trabalho produtivo e de qualidade, com proteção social, liberdade sindical, equidade, segurança, dignidade, direito de negociação coletiva, eliminação de todas as formas de discriminação e erradicação de todas as formas de trabalho forçado e do trabalho infantil. (CONCLAT, 2022, p. 10).

Desemprego, pobreza e fome são vivenciados cotidianamente e pesam na vida de milhões de indivíduos, agora, neste exato momento em que redigimos este artigo.

Contudo, no cotidiano, os meios de comunicação e as mídias sociais focalizam as

² Desemprego cai a 8,9%, atinge 9,7 milhões de pessoas e é o menor desde 2015 - 30/09/2022 - UOL Economia

³ Renda per capita cai a R\$ 1.353 e atinge menor valor em dez anos | Economia | O Globo

⁴ DIEESE - análise cesta básica - Salário mínimo nominal e necessário - outubro/2022

⁵ Trabalhadores que ganham até um salário mínimo chegam a 38% (uol.com.br)

⁶ <https://www.dieese.org.br/documentossindicais/2022/CONCLAT-pautas-centrais-sindicais-07-abril.html>

situações excepcionais, tanto para exaltar aqueles bem-sucedidos quanto para enfatizar que existem possibilidades em algumas áreas e novas oportunidades, mas nunca para mostrar o tamanho do problema, qual seja: não há possibilidades para todos! E a maioria está na “corda bamba”, equilibrando-se para continuar vivo e assistindo ao banquete do lado de fora da festa.

Nesta sociedade em que a produção da riqueza alcança níveis inimagináveis (medida em trilhões de reais e de dólares), a pobreza e a fome são um fenômeno de extrema violência e condicionam a vida de inúmeras pessoas à instabilidade e à insegurança, bem como às situações vexatórias e indignas.

Esta dimensão estrutural e condicionante é violenta e submete o conjunto dos trabalhadores às concepções dominantes e hegemônicas. É também o solo que opõe os trabalhadores entre si, na luta pela sobrevivência, seja na disputa pelas melhores condições de trabalho e renda, inclusive no nível da formação profissional e acadêmica.

A ideologia meritocrática assenta-se nesta realidade de oportunidades restritas e advoga em prol da competitividade e da lógica de que o melhor vencerá. Contudo, as exigências crescentes colocam o “sarrafo” sempre mais alto e este mecanismo pode se virar contra aqueles que se acreditam vencedores. Além disso, em uma sociedade estruturalmente vinculada à competição ninguém se sente, de fato, seguro. A instabilidade instiga todos a temerem um ao outro e instiga à intolerância ao diferente e àqueles que podem constituir ameaça ao que foi “conquistado” até aqui.

Esse fenômeno é em si mesmo extremamente violento e se reproduz cotidianamente com particularidades na corporeidade de cada indivíduo. O gênero, a cor da pele e a sexualidade, atravessados pela condição de classe, intensificam os estigmas, criando uma escala de violações que tende a se manifestar na vida individual.

Expressões da violência observadas no cotidiano do Serviço Social

O Brasil conserva traços de uma sociedade colonial escravista, com predomínio do espaço privado sobre o público e de uma hierarquia familiar patriarcal e machista, em que, simbolicamente, o homem branco, líder da família, “deve mandar e ser obedecido” pelos demais integrantes. O outro “inferior sem poder de mando”, não é reconhecido como sujeito autônomo eticamente, nem politicamente, tampouco como cidadão. Essa relação assume a forma de opressão, de mando e obediência, marcada pela tutela e clientelismo, normalizada historicamente, como signo de prestígio, privilégio e poder. Este campo cultural-simbólico expressa-se em um “autoritarismo social” (CHAUI, 2021) que se apresenta para nós, assistentes sociais, nas situações de vida das pessoas que buscam e utilizam os serviços sociais.

Se prestarmos atenção observaremos que as definições macroeconômicas que impactam nos negócios, seja na agricultura, pecuária, indústria ou serviços, são realizadas de modo fechado ao escrutínio da sociedade e ao conhecimento do amplo conjunto de indivíduos, que não participam dessas decisões, em tese, de caráter privado, e sob a lógica do mercado. Tais definições condicionam a vida de muitas pessoas, que se descobrem envolvidas em fluxos migratórios para manutenção das condições de vida e sobrevivência.

Hoje em dia, a partir da atuação como Assistente Social, escutamos relatos quanto à necessidade de migração na busca de melhores condições de vida e trabalho. Porém, o que muitos encontram após longas e constantes mudanças é uma nova situação de dificuldade e precariedade. Relatam a dificuldade de conseguir um emprego, a falta de informações e orientação nos equipamentos públicos de cidadania, como por exemplo, a retirada de segunda via de documentos, não raras vezes perdidos durante a mudança; dificuldade de inserção nas escolas. Dificuldade de acesso a benefícios sociais, como exemplo, o Auxílio Brasil (anteriormente chamado Bolsa Família), um dos programas de transferência de renda da política de Assistência Social para pessoas e conjuntos familiares em situação de “vulnerabilidade social e econômica”.

Nesse sentido, a divisão do espaço urbano entre centro e periferia, não expressa somente um aspecto geográfico, são demarcações de acesso ou não à infraestrutura urbana, aos serviços de saneamento básico, energia elétrica, água encanada e tratada, atendimento de qualidade da saúde, escolas, lazer etc.

A grande maioria da população usuária do Serviço Social situa-se nas regiões periféricas, território onde se investe menos em infraestrutura, serviços e equipamentos públicos.

Nas visitas domiciliares realizadas pelos assistentes sociais podemos presenciar de forma empírica o quanto a população se encontra em situação precarizada e insalubre, ao mesmo tempo em que nos encontramos limitados para viabilizarmos o acesso às políticas sociais, pois os aparatos existentes são insuficientes para suprir essas necessidades básicas.

Conforme alerta Chauí

uma sociedade é democrática quando institui algo mais profundo que é condição do próprio regime político, ou seja, quando institui *direitos* e que essa instituição é uma criação social, de tal maneira que a atividade democrática social se realiza como luta social e, politicamente, como um contrapoder social que determina, dirige, controla, limita e modifica a ação estatal e o poder dos governantes. (CHAUI, 2005, p. 352).

A luta social é o mecanismo de contestação e de busca pela efetivação das referências jurídico-normativas dos “direitos socialmente conquistados”, mas, ela tem sido utilizada como estratégia frequente no cotidiano desses trabalhadores? Diante de realidades tão duras, como seria possível evitar a alienação de pessoas que tem ocupação tão imediata com a sobrevivência física? Indagamos até que ponto as lutas sociais têm sido desacreditadas pela população empobrecida, inclusive pela dificuldade de resultados concretos a partir delas, reforçando as “saídas” individuais?

No campo simbólico-cultural que sustenta tais ideologias, Chauí (2021) destaca algumas concepções que reforçam o autoritarismo social. Dentre elas, a concepção do “núcleo tradicional familiar” que recusa a igualdade real, naturalizando a inferioridade de mulheres, trabalhadores, negros, indígenas, idosos, imigrantes ou estigmatizando como anormalidade a homossexualidade, em detrimento das desigualdades econômicas, sociais, raciais e de gênero, invisibilizando a violência contra essas pessoas e grupos.

No cotidiano do trabalho com famílias, observamos a reprodução de discursos e posturas arraigadas nas pessoas, como a delegação de trabalhos domésticos e cuidados dos filhos às mulheres e a busca de “bom casamento”, com atribuição de fragilidade natural que engendra a proteção masculina; o homem (proprietário) como detentor da força e alicerce da família; a correção da desobediência (entendida como desvio do que é instituído socialmente como correto) por meio da violência física; a reprodução de falas homofóbicas, racistas, xenófobas, expressadas como opiniões/valores individuais e/ou religiosos.

Na concepção de “mando e obediência” não há espaço para o princípio da igualdade jurídica e a luta contra a opressão social e econômica das classes subalternas não é aceita, sendo tratada com repressão e, desse modo, as leis são percebidas como inúteis no sentido de assegurar e proteger uma igualdade jurídica entre os diferentes sujeitos.

No cotidiano, ainda que os direitos sejam reconhecidos legalmente, não se encontra a sua efetivação para o conjunto da classe trabalhadora e subalterna.

No que tange a saúde, ainda que o Sistema Único de Saúde (SUS) seja universal, sem necessidade de contribuição prévia, o que vivenciamos é a ausência de investimento na amplitude exigida e o consequente sucateamento na oferta dos serviços, que causa longas esperas por tratamentos, consultas, exames, além do fantasma da falta de vagas, nas internações de emergência.

Na educação, sujeitos e famílias encontram obstáculos para o acesso a creches e escolas públicas de qualidade, pois não há vagas e/ou estrutura suficientes para atender a todos que necessitam, o Estado deixa de investir em educação pública de qualidade em prol da lógica de

mercado e da educação privada, porém a maioria da classe trabalhadora não pode pagar pelo ensino privado.

O acesso à habitação digna é direito de poucos e grande parcela da classe trabalhadora encontra-se em condições precárias de moradia, vivendo em locais insalubres, sem saneamento básico, sem conseguir adquirir sua casa própria despendendo sua escassa renda em aluguéis. Não obstante os programas sociais como o “Minha Casa Minha Vida” criado em 2009, durante o Governo Lula, hoje renomeado e subdimensionado no “Casa Verde e Amarela”, tenham beneficiado muitas famílias de baixa renda, eles não resolveram a questão habitacional e nem promoveram o acesso à infraestrutura e serviços básicos.

Em relação à cultura e ao lazer, não se reconhecem as diferentes formas de expressão artísticas periféricas, e, via de regra, “muito” do que é de origem da classe trabalhadora, periférica e não-branca é tido como inferior; mesmo que as manifestações artísticas consigam sair desses territórios têm dificuldade de adentrar outros locais mais privilegiados devido a preconceitos e discriminações; o investimento em lazer e arte na periferia é subdimensionado, e aparece de modo residual nas ações de algumas instituições.

Por sua vez, nesse autoritarismo social, de acordo com Chauí (2021) o “reconhecimento da cidadania a partir da perspectiva cultural do senhor de escravos” faz com que hoje em dia ainda não se entenda a conquista de direitos como fruto das lutas da classe trabalhadora, e sim como concessões da classe dominante.

Observamos que as conquistas jurídico-legais ainda são percebidas como concessão de um governante, obra da vontade pessoal e, por isso, podem ser retiradas, dependendo da vontade dele ou da necessidade econômica. O discurso da benevolência e caridade do Estado ainda é muito presente no cotidiano de trabalho do assistente social. Há pouco reconhecimento do dever do Estado e isso favorece a alienação das pessoas quanto à luta por afirmação do acesso aos direitos conquistados, por melhores condições de vida, pelo voto em representantes nos quais se vejam reconhecidos como iguais. Pois o voto acaba sendo utilizado como moeda de troca por benefícios particulares. Além, no contraponto disso, que é a presença de uma visão messiânica de representantes políticos como possíveis salvadores do povo e da nação. A falta de investimento em educação de qualidade reitera essa alienação, pelo desconhecimento da própria história, das lutas da classe trabalhadora e subalterna pela conquista de direitos e, de sua saga, ainda que sob pressão e coerção por parte do Estado.

Para manter o controle dos conflitos na sociedade, difunde-se uma ideia de sociedade pacífica e não violenta e, ignoram-se os conflitos. Assim, qualquer prática que ofereça algum risco à acumulação capitalista é considerada perigo à manutenção da ordem, sendo enfrentada

com repressão violenta, policial e militar.

Em nosso cotidiano, observamos que a população mais afetada pela ideologia de uma sociedade não violenta e ao mesmo tempo alvo da violência estrutural e direta é a população pobre e não-branca. No exercício profissional é comum escutar, principalmente das mães, relatos sobre a sua preocupação com a vida de seus filhos e suas filhas, expondo o medo da inserção destes na criminalidade, bem como sobre a dificuldade de criar seus filhos como bons cidadãos diante das dificuldades sociais e financeiras, ou de como enfrentar situações de violência direta cometida por policiais, ou de como devem se comportar em espaços públicos para evitar situações vexatórias por sua condição de classe e raça. Contudo, o que realmente se destaca é o medo da repressão institucionalizada por agentes da polícia e outras instituições de garantias de direitos, demonstrando também aflições quanto a sua segurança enquanto mulheres, trabalhadoras e na sua maioria pretas e pardas, no sentido de serem culpabilizadas por qualquer tipo de violência que venham a sofrer. É contraditório que os equipamentos que deveriam assegurar proteção a toda população se apresentem tão seletivamente a quem devem ou não proteger, a quem devem ou não repreender.

Chauí (2021) ressalta a composição majoritária das classes subalternas que carregam historicamente estigmas sociais, suspeição e culpa. A população negra considerada como inferior em todos os âmbitos, devido ao racismo, também é percebida como “a raça perigosa”; os indígenas são considerados irresponsáveis, preguiçosos e devendo ser exterminados ou civilizados; os trabalhadores rurais e urbanos, são ignorantes, atrasados e perigosos, sendo autorizadas ações policiais contra os mesmos, caso esses sujeitos apresentem algum tipo de insubordinação; a criança então descendente da classe trabalhadora já é vista como pessoa com tendência natural à criminalidade; mulheres não são ouvidas nos casos de violência sexual e outras formas de violação dos seus direitos, sendo julgadas e novamente violentadas ao procurar ajuda nas instituições de direito, culpabilizadas pela ocorrência, os homossexuais, sobretudo as e os travestis, são alvos de violência e assassinato, e frequentemente, sofrem prisões.

Esta sociedade opera no sentido de silenciar opiniões antagônicas de grupos e classe sociais e de evitar conflitos e risco para o poder dominante e os meios de comunicação contribuem para isso, quando monopolizam as informações que evidenciam proposições tidas como verdade absoluta, sem apresentar questionamentos ou as contradições presentes neste processo. As mídias (rádio e televisão) ainda são uma referência para grande parte das pessoas e influenciam na manutenção do “senso comum” em relação às concepções e práticas de violência e nelas o espaço para diversidade de ideias ainda é limitado.

Esse cotidiano permeado, como evidenciamos, pelo autoritarismo social descrito por

Chauí (2021), explicita um conjunto de limitações para o trabalho do assistente social, desde à compreensão da própria *violência estrutural* que perpassa a vida das pessoas que buscam os serviços sociais, até as constantes frustrações face aos impactos pífios das políticas existentes para alteração das condições de vida, superação da pobreza, a saída da miséria e da insegurança alimentar.

Considerações finais: reflexões para o enfrentamento da violência

No decorrer deste artigo, enfatizamos a necessidade de uma perspectiva de totalidade para apreender o fenômeno da violência, em suas mais diversas manifestações cotidianas no Brasil, no intuito de desvelar como parte de sua complexidade, sua estrutura e enraizamento em processos históricos, que guardam a sua particularidade e combinam-se no campo simbólico-cultural evidenciando os traços de um autoritarismo social, reiterado nas práticas individuais e coletivas.

Desvelar a violência, torná-la visível, retirar o véu sobre os componentes simbólicos e ideológicos que a mascaram, é uma tarefa que só pode ser realizada pela conexão com a totalidade da vida social, principalmente, com os processos históricos, econômicos, socioculturais que a engendram.

Nesta perspectiva, a violência revela-se associada às desigualdades sociais fruto da questão social própria da sociedade capitalista. Nesta sociedade, as condições da produção da riqueza e do acúmulo de capital tornam-se indissociáveis da reprodução da pobreza (IAMAMOTO, 2007; NETTO, 2001).

As expressões da questão social materializam diferentes formas de violência na vida da classe trabalhadora, e, a violência

(...) é uma categoria que se realiza como complexo social, que pertence às relações humano-sociais (longe de qualquer paradigma biologicista) e que carece, para seu enfrentamento, de reconstrução crítica apoiada na razão que se debruça sobre o mundo e, a partir dele, formula conceitos e propõe alternativas práticas. (SILVA, 2008, p. 268).

Os assistentes sociais trabalham cotidianamente com as manifestações da violência e podem reproduzir em sua prática ações estereotipadas, preconceituosas e discriminatórias reforçando o autoritarismo social. Isso pode acontecer se o profissional não estiver atento à realidade concreta e pode ser evitado se insistir em decifrá-la em sua processualidade histórica.

Silva (2008) afirma que o profissional do Serviço Social tem uma posição privilegiada pois atua diretamente com os usuários, o que pode contribuir para apropriação dessa realidade, para a reflexão crítica e produção de novos conhecimentos dentro e fora da academia.

Entretanto, muitos assistentes sociais apresentam dificuldade de decifrar as particularidades da violência a partir de suas manifestações cotidianas.

Isso pode ser explicado pela expressão e organização do trabalho na sociedade capitalista e os processos de alienação que lhe são pertinentes (MARX, 2017), bem como pelas requisições imediatistas e burocráticas da própria instituição empregadora. Além das fragilidades na formação teórica, por vezes fragmentada, sobretudo, com a proliferação do Ensino à distância (EAD), de baixo custo e aligeirado. Segundo Silva,

Cria-se, então, um cenário perverso: o mesmo ingrediente necessário para uma densa apropriação do movimento do real (a vivência de experiências concretas), quando tomado isoladamente, consome a força, o potencial criativo do assistente social na divisão do trabalho, atribuindo-lhe a responsabilidade de ‘gerenciar praticamente’ mazelas sociais, oriundas da violência estrutural, implícita no próprio metabolismo do capitalismo contemporâneo, que é objetivada, com certa independência, por meio de ações violentas, também potencializadas por individualidades e suas respectivas subjetividades. (SILVA, 2008, p.267).

Por sua vez, os elementos que levam à normalização da violência expressa na desigualdade social e econômica neste estágio perpassam a análise de Chauí, Ianni, Sales e Silva, destacando-se o modo como essa *violência estrutural* é transmutada atribuindo-se aos indivíduos a incompetência e responsabilidade pela situação de pobreza e/ou miserabilidade em que vivem.

Ao adotarmos essa perspectiva da *violência estrutural* compreendemos sua complexidade e capilaridade na totalidade da vida social, e a necessidade de desvelar os processos pelos quais ela se manifesta na vida individual e coletiva. Trata-se, assim, de um componente transversal, com distinções de lugares e poderes construídos historicamente.

Assim, não é possível separar a *violência estrutural* de suas marcas na construção social dos indivíduos. Na particularidade da sociedade capitalista, seja pela concentração dos meios de produção e da riqueza socialmente produzida, que opõem, contraditoriamente, trabalhadores e capitalistas, empregados e patrões, seja pela designação de territórios e daqueles que os habitam ou pela segregação e discriminação da pobreza, seja pela histórica construção do racismo, do machismo e da homofobia, a violência ramifica-se conforme a corporeidade dessas pessoas, alijadas dos meios de produção e na maioria das vezes, do mercado de trabalho.

Na imediaticidade desta sociabilidade invertem-se os nexos e quem sofre a violência cotidiana, pela invisibilidade e pelo estigma da pobreza e da periculosidade, são justamente aqueles que são alvo da repressão e acusados de violentos.

É claro que esse estigma encontra razões na realidade concreta, porque são também os indivíduos que compõem a classe trabalhadora e subalterna aqueles que estão expostos a aceitar

soluções vexatórias e/ou perigosas para a manutenção da sobrevivência.

Ariano Suassuna foi muito perspicaz ao representar o “cangaceiro”, pessoa cruel e violenta, em sua construção como indivíduo, criança pobre e imersa em um contexto violento, em que ele “elege” a prática da violência como ato de sobrevivência. No “Auto da Compadecida”, esse cangaceiro foi absolvido pela “Mãe Maria”, “advogada dos pecadores”, mas na vida, frequentemente, eles continuam sendo miseravelmente punidos.

As vítimas da violência certamente merecem cuidado e atenção do Estado e da sociedade, elas são, em sua maioria, oriundas da classe trabalhadora e subalterna. Provavelmente e talvez, por razões diferentes, a violência seja um consenso na indignação de todos, na atualidade. Em “sã consciência”, nenhum de nós aceita a prática da violência e a todos ela continua escandalizando.

Essa complexidade posta pelo fenômeno da violência convoca-nos a explicitá-la e a buscar caminhos para sua superação, afinal, a história é construída coletivamente e cada ação praticada e reflexão realizada constituem momentos de disputa no plano sociopolítico e cultural para construção de algo diferente do que está posto.

O desvelamento da violência em conexão com a totalidade da vida social expõe sua relação com a particularidade da sociedade capitalista e promove a percepção das condições objetivas postas pelo desenvolvimento histórico do ser social (LUCÁKS, 2012). Essas indicam avanços no desenvolvimento das forças produtivas e da tecnologia; colocam, ainda, recursos e possibilidades de agenciar, coletivamente, melhores condições de vida para o conjunto dos indivíduos. Tal constatação nos faz vislumbrar perspectivas de objetivação de novas bases materiais que alterem os processos de produção da subalternização. Porém, é necessário que nos dediquemos a projetar novos horizontes para a vida social, o que queremos concretamente, em termos do exercício da cidadania, e que nos lancemos a disputar os rumos desta sociedade.

O caminho para explicar o fenômeno da violência exige tratamento no plano econômico-sociocultural, envolve disputas na arena política, inclui lutas e movimentos que promovam o acesso aos direitos sociais e garantam as condições concretas para o efetivo exercício da cidadania.

Na atualidade, é preciso usar a riqueza socialmente produzida em prol de todos os indivíduos e do exercício efetivo e universal da cidadania, o que constitui a possibilidade de agir para a redução das desigualdades sociais, acumular forças e fundar novas bases para construção de novas relações de poder, mais simétricas e menos violentas.

Referências bibliográficas

- BRASIL VOLTA AO MAPA DA FOME. TV SENADO, 13 de agosto de 2022. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/tv/programas/inclusao/2022/08/brasil-volta-ao-mapa-da-fome>>. Acesso em 07/10/22.
- CASTILHO, Daniela Ribeiro; LEMOS, Esther Luíza de Souza. Necropolítica e governo Jair Bolsonaro: repercussões na seguridade social brasileira. *Katálysis*, Florianópolis, v.24, n. 2, p. 269-279, maio/ago. 2021. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/rk/a/TyMKscqwjWfwpbScmWpwCvc/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 31/03/22.
- CÉSAIRE, Aimé. *Discurso Sobre o Colonialismo*. Tradução do francês por Noémia de Sousa. Livraria Sá da Costa Editora. 1ª edição, 1978
- CHAUÍ, Marilena; ITOKAZU, Ericka Marie. *Sobre a violência*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2021.
- CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Cortez, 2005.
- COHN, Amélia. *As Políticas de Abate Social no Brasil Contemporâneo*. Lua Nova, São Paulo, n. 109: 129-160, 2020. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/ln/a/Y3jzjrjsLPLS9QfRhnC3kvG/?lang=pt>>. Acesso em 20/03/22.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA - Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022. Disponível em <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=5>>. Acesso em 19/09/22.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. *Serviço Social em tempo de capital fetiche*. SP: Cortez, 2007.
- IANNI, Octávio. *A cultura da violência*. Capitalismo, violência e terrorismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- _____. *Pensamento Social no Brasil*. São Paulo: EDUSC/ANPOCS, 2004 b.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E PESQUISA. Desemprego Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>>. Acesso em 22/03/22.
- IPEA - Instituto Brasileiro De Geografia E Pesquisa; Atlas da Violência 2021. Daniel Cerqueira et al., — São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em <[https://forumseguranca.org.br/atlas-da-violencia/#:~:text=Neste%20Atlas%20da%20Viol%C3%Aancia%202021,dos%20Santos%20Neves%20\(IJSN\)](https://forumseguranca.org.br/atlas-da-violencia/#:~:text=Neste%20Atlas%20da%20Viol%C3%Aancia%202021,dos%20Santos%20Neves%20(IJSN))>. Acesso em 01/04/2021.
- LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MARX, Karl. *O capital*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- NETTO, José Paulo. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2001.
- SALES, Mione A. S. (In)Visibilidade perversa: adolescentes infratores como metáfora da violência. São Paulo: Cortez, 2007.
- SILVA, José Fernando S. O recrudescimento da violência nos espaços urbanos: desafios para o Serviço Social. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 89, p. 130-154, mar. 2007.
- _____. Violência e Serviço Social: notas críticas. *Rev. Katál.* Florianópolis v. 11 n. 2 p. 265-273 jul./dez. 2008. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/rk/a/PPCnXsKcBgJwXDxdWZKcCKB/?lang=pt>>. Acesso em 11/02/22.

Mortes Violentas Intencionais dos/as negros/as brasileiros/as: ensaios sobre seus determinantes

Intentional Violent Deaths of Brazilian Blacks: Essays on their determinants

Francisco Flavio Eufrazio*

Resumo: O ensaio em tela objetiva indicar prováveis determinantes da questão racial que podem contribuir, cedo ou tarde, direta ou indiretamente, no aumento das Mortes Violentas Intencionais (MVI's) dos/as negros/as. A análise sobre esses possíveis determinantes foi elaborada a partir de revisão bibliográfica, a fim de resgatar estudos sobre o racismo em suas variadas manifestações que, na atualidade, podem estar se convertendo na mais cruel manifestação do racismo: o genocídio negro causado por MVI's. É possível indicar, a partir de revisão bibliográfica, que determinantes como racismo, criminalização, perseguição, segregação dos/as negros/as, além da "guerra às drogas" e da violência policial, tem contribuído para o aumento das MVI's dos/as negros/as no Brasil.

Palavras-chaves: Racismo; Mortes Violentas Intencionais de negros/as; Violência.

Abstract: The essay aims to indicate probable determinants of the racial issue that may contribute, sooner or later, directly or indirectly, in the increase of Intentional Violent Deaths (MVI's) of blacks. The analysis of these possible determinants was elaborated from a bibliographic review, in order to rescue studies on racism in its various manifestations that, currently, may be becoming the most cruel manifestation of racism: the black genocide caused by MVI's. It is possible to indicate, from a literature review, that determinants such as racism, criminalization, persecution, segregation of blacks, in addition to the "war on drugs" and police violence, have contributed to the increase in the MVI's of blacks in Brazil.

Keywords: Racism; Intentional Violent Deaths of Blacks; Violence.

Recebido em: 03/04/2023

Aprovado em: 23/05/2023



© O(s) Autor(es). 2018 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

* Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Mestre em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Doutorando em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6835-349X>

Introdução

As Mortes Violentas Intencionais (MVI's) dos/as negros/as são o conteúdo formativo do genocídio negro, tipificadas como homicídio, feminicídio, roubo seguido de morte, lesão corporal seguida de morte, estupro seguido de morte – Morte por Intervenção Policial (MIP), juvenicídio –, infanticídio, maus tratos qualificados pelo resultado de morte, dentre outros nos quais à morte decorre de uma agressão intencional, inclusive homicídios de autoria desconhecida. É uma variação de crimes que comporta um complexo de especificidades geradas por conjunto de determinantes.

No Brasil, as MVI's dos/as negros/as é uma questão racial por ser expressão do racismo, revelando resultados de um conjunto de fatores que articulados ao racismo são potencializados das MVI's dos/as negros/as, como o patriarcado e o capitalismo. Não obstante, verifica-se que as MVI's dos/as negros/as indicam ser refrações do conjunto das desigualdades sociais estabelecidas pelo sistema capitalista que, ao serem adensadas ao racismo, mas também ao patriarcalismo, determinam a produção de “novas desigualdades no interior das desigualdades já existentes” (EUFRAZIO, 2022, p. 33).

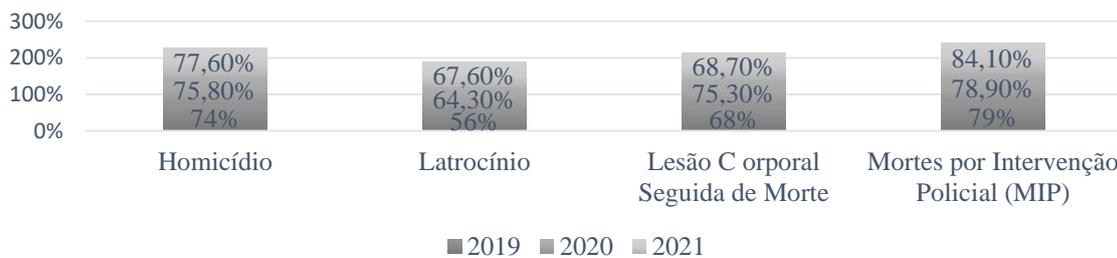
Igualmente, verifica-se que na execução das MVI's contra os/as negros/as estão contidas determinações específicas, sobretudo quando tratamos de contextos territoriais distintos, pois as MVI's se tornaram um dos mecanismos mais utilizados pela sociedade brasileira, através das ações da necropolítica: para manter a preservação do domínio demográfico do poder a partir da diminuição quantitativa dos/as negros/as. Tendo em vista que no Brasil, em 2019, 74,4% das vítimas de MVI's foram pessoas negras, já em 2020, 76,2% das vítimas de MVI's também foram pessoas negras. Em 2021, esse percentual se elevou para 77,9%, segundo dados do FBSP (2022). Esses percentuais, quase que majoritariamente, foram constituídos por mortes derivadas de intervenção policial. Isso porque “as polícias brasileiras atuam a partir de um padrão de policiamento que comporta um número de mortes em confronto muito superior aos observados em vários países desenvolvidos do mundo” (LIMA et al, 2016, p. 52). Em 2021, por exemplo, 84,1% das MVI's dos/as negros/as em território nacional foram decorrentes do trabalho policial, segundo dados do FBSP (2022).

As principais ocorrências que mais provocam as MVI's dos/as negros/as no Brasil e suas qualificações/tipificações estão referenciadas a partir do Código Penal em vigor, com exceção das MIP's e do juvenicídio. O Código Penal, além de determinar tipificações para as ocorrências, dispondo da periodicidade da pena e da classificação em grau, conceito e categoria, também apresenta e representa um conjunto de normas jurídicas que regulam o poder punitivo

do Estado¹, definindo crimes e a eles vinculando penas ou medidas de segurança. Contudo, se percebe pelos quantitativos referentes às MVI's dos/as negros/as e pela temporalidade de suas evoluções acima exposta, que nem as definições, tampouco as disposições contidas no Código Penal: parece não penalizar os/as atores/as das MVI's dos/as negros/as, pois se por um lado a violência é proveniente do medo, por outro ela é normalizada pela ausência dele. Dito de outra forma: a impunidade do crime é sua principal pólvora.

Mas a injustiça não é a única situação presente na vida dos familiares que convivem com a dor e com a mágoa da perda, por ela está acompanhada da insegurança, prima da desproteção e irmã siamesa da violência. Esse conjunto de situações indesejáveis é latente na vida dos/as negros/as, fazendo desses potenciais vítimas de MVI's, as quais os/as reduzem a cadáveres, a mais um corpo frio ao chão jogado, seja pela via do homicídio, do latrocínio, da MIP, da lesão corporal seguida de mortes etc.

Gráfico 1 - Mortes Violentas Intencionais dos/as negros/as no Brasil por tipos de ocorrência (2019-2021)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados dos anuários do Fórum Brasileiro de Segurança Pública V.14 (2020), V.15 (2021) e V.16 (2022).

Pelo gráfico acima, identificamos quatro formas predominantes de violentar letalmente os/as negros/as. Quatro tipos de ocorrências que finda a vida negra e que constantemente estão acima da taxa de 50%. Quatro circunstâncias que constituem o conjunto viabilizador das MVI's dos/as negros/as. Quatro principais meios de manter o controle demográfico do poder a partir da diminuição quantitativa dos/as negros/as. Quatro formas contemporâneas de violência que substituíram os troncos, as correntes, o acoite, os grilhões. Quatro subcategorias para conceituar e analisar as MVI's dos/as negros/as. E, embora esteja ciente que é preciso haver análises sobre as respectivas ocorrências visando desconverter o problema quantitativo em informações qualitativas, busco contribuir com breves ensaios sobre possíveis determinantes potencializadores das MVI's dos/as negros/as causadas pelas ocorrências expostas no gráfico acima. Sendo assim, o objetivo desse trabalho é indicar curtos

¹ Trabalhamos com a ideia de Estado punitivo elaborada por Loic Wacquant (2004). Neste Estado punitivista, o autor considera haver: um “controle punitivo dos/as negros/as do gueto pelo viés do aparelho policial e penal, que estende e intensifica a tutela paternalista já exercida sobre eles pelos serviços sociais” (p. 62).

ensaios de prováveis determinantes da questão racial que podem contribuir, cedo ou tarde, direta ou indiretamente, no aumento das MVI's dos/as negros/as. A análise sobre esses possíveis determinantes foi elaborada a partir de revisão bibliográfica, a fim de resgatar estudos sobre o racismo em suas variadas manifestações que, na atualidade, podem estar se convertendo na mais cruel manifestação do racismo: o genocídio negro causado por MVI's.

Racismo: pólvora das Mortes Violentas Intencionais dos/as negros/as

Racismo: determinante societário estrutural, formado por um conjunto de práticas racistas fundamentadas na concepção de raças, que vivem experiências desiguais e combinadas, constituindo um “processo em que condições de subalternidade e de privilégio [...] se distribuem entre grupos raciais [e] se reproduzem nos âmbitos da política, da economia e das relações cotidianas” (ALMEIDA, 2020, p. 34). O racismo, por ser matriz da questão racial, estar impregnado no cotidiano, na dinamicidade e na capilaridade das relações sociais, raciais e de gênero, fazendo da divisão da sociedade de classe uma sociedade segmentada racialmente, além de agudizar as relações de gênero edificadas sobre patriarcalismo.

O racismo está presente no desenvolvimento do ser social, contribuindo para e sendo modificado por esse desenvolvimento. O racismo não é uma determinação societária estática, tampouco neutra. Ele não é cristalizado, sequer bloqueado por outras determinações societárias como classe ou gênero. Não é à toa que Heleieth Saffioti (2015), por exemplo, diz que classe, gênero e raça se constitui um nó. Um nó indissociável, integralmente dependente, socialmente diversificado, historicamente reinventado e pornograficamente unido. Por não ser estático, o racismo está em constante alteração, principalmente quando ocorre mudanças nos procedimentos de dominação e de conquista de poder, seja no campo político, social, econômico ou cultural. Também é evidente que o racismo é uma herança inevitável da ordem senhorial e escravocrata, que se prolonga e se reproduz em nossos dias na medida que se mantêm e se revitaliza (FERNANDES, 2008).

O racismo e com ele as expressões da questão racial, aparecem como um polo dinâmico “básico” da situação de contato entre segmentos raciais distintos, oferecendo vantagens a uns e danos a outros. O racismo torna uma raça subjugada a outra. Enquanto uma é tornada essência, a outra é feita apêndice, caricaturada como perigosa, como um risco eminente, como uma degeneração biológica, humana, social e racial, por isso o grande quantitativo de MVI's dos/as negros/as, por isso a existência do genocídio negro característico de nacionalidades constituídas no símbolo do racismo. Neste sentido, identifico que o racismo é a pólvora das MVI's dos/as negros/as, por ser o seu determinante primário e por desencadear

os demais que se atrelam a questões também relacionadas a violência, sobretudo em sua versão letal, fazendo das MVI's dos/as negros/as um eficiente método de manter a concentração do poder e da ordem racial estabilizada através da diminuição demográfica desses sujeitos, fenômeno esse relacionado as “formas de racismo mascaradas”, analisadas e defendidas por Nascimento (2016), que aponta o racismo como mecanismo de dominação e extermínio.

Criminalização dos/as negros/as: uma via determinante das Mortes Violentas Intencionais

A discussão sobre criminalização não se esgota na questão de raça, apesar da raça ser determinante prioritário para ser criminalizado/a. Além disso, é uma discussão que é parelha a outras, pois o exercício de criminalizar é constituído por vias distintas, seja ele influenciado por questões econômicas, territoriais, discriminativas, geracionais etc. Contudo, para Xavier (2020, p. 20), criminalizar negros/as, em particular à juventude que constituem parte desse segmento racial, é dá continuidade num tratamento de “inferioridade e na veiculação de imagens simbólicas de negros/as como subordinados/as, que fazem parte do repertório perverso de setores da sociedade que emprega a criminalização como medida antecedente ao genocídio desse grupo”.

Essa realidade, pelo que podemos apreender da obra “*encarceramento em massa*” (Borges, 2019), descende da tradição de policiar e exterminar segmentos raciais que, majoritariamente, formam as parcelas populacionais parelhas à pobreza e que constituem, pela ótica racista, problemas que a sociedade precisa resolver. Hoje, as respostas encontradas pela sociedade civil e pelo Estado é a eliminação, a partir da violenta crueldade, exercida, consubstancialmente, por forças de segurança pública através de suas ações de policiamento: 84,1% das mortes causadas pela violência policial foram de pessoas negras em 2021 (FBSP, 2022).

Os/as negros/as que predominantemente convivem com uma das mais graves expressões da questão social que é a pobreza², são aqueles/as que mais enfrentam essa crueldade, derivada de aspectos racistas que quase se assemelham ao um frenesi por quem a executa e que reflete um modelo de sociedade racista, altamente masoquista para com o/a negro/a. Mas a pobreza não é a única expressão da questão social que esgota as determinações da criminalização, pois os/as negros/as residentes em periferias, pobres, informalizados ou

²Segundo Carlos Madeiro (2019), os/as negros/as são 75% entre os/as mais pobres. Os/as brancos/as são 70% entre os/as mais ricos/as. Em níveis de rendimento, os/as negros recebem menos de 934 reais quando comparado ao rendimento de brancos/as em ocupações formais.

desempregados/as não são criminalizados/as apenas por serem pobres, desocupados/as, informalizados/as ou periféricos/as, mas predominantemente por serem negros/as. E nota-se,

desta forma, como é construída a imagem do “criminoso” a partir da população pobre e periférica, sobretudo negra. Tal estereótipo é reforçado constantemente pelos meios de comunicação – cujos interesses visam à reprodução do capital – como potencial ameaça à manutenção da segurança pública, gerando na sociedade ondas de medo personificadas em violência que rebatem, majoritariamente em [pessoas negras]. (BUOZI, 2018, p 543).

Em geral, criminalizar o/a negro/a não é a mesma coisa que criminalizar outro indivíduo racialmente distinto, por haver no exercício de criminalizar: parâmetros racistas que reduzem o segmento racial negro em agente passível da criminalização, em denominador comum para o direcionamento da violência, em escopo do experimento para avaliar, habitualmente, a efetividade e a eficiência das MVI's. A criminalização do/a negro/a é uma criminalização, antecipadamente, racial, fomentada pelo racismo, pelo desprezo aquilo que foi constituído social e racialmente inferior, ameaçador e violento, já que a criminalização dos/as negros/as não é apenas social, ela predominantemente racial e determinadamente genocida. Sendo assim, é possível sugerir que o

processo de criminalização, nos componentes de produção e de aplicação de normas penais, protege seletivamente os interesses das classes dominantes, pré-seleciona os indivíduos estigmatizáveis distribuídos pelas classes e categorias sociais subalternas, [...] administra a punição pela oposição de classe do autor e [reprime as] massas miserabilizadas e sem poder das periferias urbanas, especialmente as camadas marginalizadas como o povo negro. (SANTOS, 2008, p 126, grifos meus).

Um exemplo dessa realidade foi o que ocorreu em 2021. Segundo o levantamento feito pelo portal de notícia UOL³, os/as negros/as representaram 60% das pessoas que, injustamente, foram presas, no respectivo ano. Sobre isso, Borges (2019), já nos informou que o encarceramento em massa dos/as negros/as é uma manifestação da criminalização desacerbada desse segmento racial. Isso porque no ato de criminalizar concentra aspectos estigmatizantes de raça, de classe, de gênero, de território, de sexualidade, de idade, dentre outros que constituem o conteúdo formativo da criminalização. E, apesar do fato de haver um *menu* de determinações imbricadas que constitui o exercício de incriminar, pode-se dizer que a raça é o fulcral determinante dele, pois são os/as negros/as, seja eles/as periféricos/as ou pobres, quem mais o enfrenta. Essa ocorrência está condicionada à realidade racista na qual os/as negros/as foram impedidos/as de compor espaços distintos da organização social, de gerir ou determinar

³ UOU. Negros representam 60% dos presos injustamente no Brasil, 2021. Para mais informações acesse: <<https://rollingstone.uol.com.br/noticia/negros-representam-60-dos-presos-injustamente-no-brasil/>>. Acesso em: 05/01/2023.

normas, ou mecanismos de controle, de domínio ou de conservação, e reduzidos a meros espectadores das relações sociais que se constituíram no Brasil (FERNANDES, 2008).

A criminalização desse segmento racial, em particular de sua juventude – como coloca Xavier (2020) – tornou-se uma prática de defesa do segmento racial economicamente dominante para impedir, primeiro: uma ascensão educacional, política, social e econômica do/a negro/a na sociedade de classes, que se formou no Brasil; e, segundo: para impedir a perpetuação da raça negra, pois criminalizar também é sinônimo de violência, em particular de violência policial que é intencionalmente letal sobre a respectiva raça: segundo dados do FBSP (2022), o percentual de negros/as mortos/as pela ocorrência da violência policial em 2020 foi de 78,9%, essa taxa em 2021 se elevou para 84,1%. Não é à toa que mesmo sendo o Brasil um dos países de maior população carcerária do mundo⁴ e de grande quantitativo de negros/as no cárcere⁵, a tendência é de diminuição do segmento negro encarcerado, pois são os/as negros/as que mais morrem, tanto dentro quanto fora das prisões.

Ianni (1966), ao analisar a formação das raças nacionais, afirma que ela é reflexo da constituição de raças ocorrida em outras nacionalidades ou a partir de outras nacionalidades, porém com aspectos diferentes e reverberações particulares. Segundo o autor, esse processo, no fim e ao cabo, deliberou uma percepção do/a negro/a como vil frente ao branco/a, culturalmente constituído como apêndice, institucionalmente injustiçado/a, socialmente estigmatizado/a e racialmente criminalizado/a. Esse processo constitutivo das raças desencadeou aspectos representativos da dominação do poder e do direito a ter direitos, assim como, deliberou estruturas hierárquicas e subordinativas entre as raças. A isso somam-se aspectos da criminalização, os quais resultaram na redução do/a negro/a gerada por uma banalização de uma raça, criando, posteriormente, superioridade entre raças que se materializa na perseguição religiosa, na escravização de povos, na subtração cultural, tanto como forma de satanizar e condenar os/as negros/as, quanto de endeusar e preservar os/as brancos/as (CHAUI, 2003).

O exercício de criminalizar os/as negros/as tornou-se algo inerente à sociedade brasileira, mesmo antes de sua divisão em classes, embora tenha sido na sociedade de classes que esse exercício tenha se intensificado. Isso significa que criminalizar o/a negro/a é

⁴ Segundo Adriano Lucas (2020), o Brasil é o quarto país com maior quantitativo de pessoas no cárcere: 607.731 brasileiros/as estavam pressas em 2020. Em terceiro lugar encontra-se a Rússia, com uma população carcerária em torno de 642.444 pessoas presas. Em segundo lugar temos a China, com 1.657.812 pessoas presas e em primeiro lugar os Estados Unidos, com uma população carcerária em torno de 2.217.000.

⁵ Segundo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), a população carcerária total em 2020 era constituída de 56,64% de negros/as. Contudo, ressalta-se que neste ensaio, para fins de compreensão, considera-se pretos/as e pardos/as como um único segmento racial: negro. Para mais informações acesse: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiaZmY1NjZlNmMtZmE5YS00MDlhLWUyNGYtYmNiYTkwZTg4ZmQlIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>.

processual e não estático. Criminalizar os/as negros/as é mutável e dinâmico, pois sua consumação depende de sua adequação as mudanças do real e as nuances das estruturas do poder. Criminalizar não é um receituário, pois o uso de determinadas “justificativas” para criminalizar os/as negros/as não são semelhantes, tampouco conflitantes. Compreender o ato de criminalizar é dialético, complexo e exige estratégias para identificar suas vias de materialidade, sobretudo àquelas que produzem, cedo ou tarde, direta ou indiretamente: mais MVI’s dos/as negros/as.

Perseguir, segregar e criminalizar: preparativos das Mortes Violentas Intencionais dos/as negros/as

A perseguição aos negros/as faz parte de um arsenal político, historicamente revitalizado e institucionalmente aceito, que fortalece e dá suporte à teia racista na intenção de perpetuar os prestígios e os privilégios do segmento racial economicamente dominante. Segundo Clóvis Moura (2019), a perseguição aos/as negros/as no Brasil se iniciou ainda durante o período escravista, através da síndrome do medo dos senhores escravocratas, que enxergavam na organização dos/as negros/as uma ação perigosa ao seu *status quo*. Foi um tipo de perseguição que representou uma sentença de criminalização aos/as negros/as resistentes e insatisfeitos/as com a escravidão e com seu prolongamento. O autor ressalta que as ações repercutidas dessa síndrome estiveram, quase que integralmente, direcionadas aos/as negros/as livres que compunha as primeiras frentes negras revolucionárias, ao menos para situação do/a escravizado/a. Já para àqueles/as escravizados/as, suas repercussões resultaram na latência da perseguição, a partir de aspectos ameaçadores e violentos, executados como medidas de segurança para conter possíveis rebeldias.

Em poucas palavras, os senhores escravistas foram para os/as negros/as livres a primeira rusga em sua luta e para os/as escravizados/as: seus carrascos, seus assassinos, sua primeira via de letalidade intencional, a fim impedi-lo/as de contribuir, futuramente, no movimento da quilombagem de caráter “emancipacionista que antecedeu, em muito, o movimento liberal abolicionista” (MOURA, 2019, p. 22). De modo geral, a perseguição ao/a negro/a buscou limitá-lo/a, contê-lo/a, criminalizá-lo/a, violentá-lo/a, eliminá-lo/a e perpetuar as relações de vantagens e de domínio edificadas na estrutura racista, que têm na segregação entre raças sua continuidade. Ocorre que a perseguição aos/as negros/as e com ela a segregação das raças foi e ainda é “um fator político importante, utilizado para naturalizar desigualdades e legitimar [...] o genocídio de grupos sociologicamente considerados minoritários” (ALMEIDA, 2020, p. 31).

No Brasil, a segregação das raças determina, racialmente: o direito à vida, o direito de possuir segurança, proteção e defesa de sua integridade física, o direito de ser percebido racialmente como segmento populacional que contribui com o desenvolvimento político, econômico, social, ambiental e humanitário. Essa segregação, acionada pelo racismo tem determinado qual raça domina e qual deve ser dominada, realidade que evidencia uma adequação de um sistema de castas *num* de classes ainda em construção, que emprega parâmetros segregacionistas como mecanismo de hierarquizar segmentos raciais e com isso determinar a incidência da latência das desigualdades, opressões, explorações e violências.

Ao serem segregados/as, os/as negros/as convivem com a mais prejudicial expressão do racismo: o genocídio negro. Isso porque a segregação do/a negro/a, válida, homologa e naturaliza suas MVI's, fazendo delas uma imprescindibilidade – aquilo que não se pode dispensar. Nascimento (2019), ao analisar o genocídio do negro brasileiro, no que ele defende como processo de um racismo mascarado, nos fornece valiosas contribuições sobre o assunto. O autor defende a tese de que o genocídio do negro brasileiro não ocorre apenas pela violência letal, por haver outras vias que, direta ou indiretamente, o estimulam. E sendo clínico nessa afirmativa, ele possibilita cogitar que a questão da segregação de raças influencia diretamente na ocorrência de MVI's de negros/as, pois segregar estabelece um regime de exclusão baseado em discriminações, preconceitos, diferenças e hierarquias entre raças, criando empecilhos para que parâmetros judiciais e legislativos não sejam determinantes de sentenças racialmente igualitárias ou antirracistas.

Exemplo disso foram as aprovações de Leis punitivas sobre o/a negro/a ainda no período escravocrata, que não apenas buscaram contribuir ao movimento senhorial limitador de mudanças raciais profundas, mas que repercutiram positivamente numa espécie de “apoio legal à continuidade da morte do/a negro/a”. Em 1835, 53 anos antes da Abolição, foi aprovada, na província Bahiana, a Lei de nº quatro, que dispunha de medidas punitivas sobre os/as escravizados/as. Em seu primeiro artigo encontrava-se determinações que a Regência Permanente em Nome do Imperador D. Pedro Segundo fez saber a todos os súditos do Império que a Assembleia Geral Legislativa Decretou a seguinte disposição:

Art. 1º - Serão punidos com pena de morte os escravos ou escravas, que matarem por qualquer maneira que seja, propiciarem veneno, ferirem gravemente ou fizerem outra qualquer ofensa física a seu senhor, a sua mulher, a descendentes ou ascendentes, que em sua companhia morarem, e o administrador, feitor e às suas mulheres que com eles conviverem. Se o ferimento ou ofensa física forem leves, a pena será de açoites à proporção das

circunstâncias mais ou menos agravantes.⁶

Tal disposição, como outras de mesmo teor racista, fez parte de uma realidade racial diferenciada, que buscou sua manutenção a partir de deliberações legais contributivas ao modelo racialmente estratificado, colocando o/a negro/a sob o julgo, punição, sentença e veredito do segmento racial economicamente dominante. Essa realidade se liga ao fato que a questão racial em suas múltiplas expressões como a criminalização do/a negro/a e o genocídio negro, refletem todo um aparato sócio-histórico que foi constituindo as relações de raças, de classes e de gênero a partir de uma divisão racialmente sexual do trabalho, de um sistema produtivo racial e sexualmente desigual e hierárquico, de um racismo e patriarcado legal, aceito e íntimo do desenvolvimento político e econômico do país. Ainda sobre as deliberações de Leis racistas, Sobrinho (2011), ao investigar o tráfico negreiro entre as províncias brasileiras, analisa também a resistência dos/as negros/as e aponta aspectos significativos da rivalidade entre senhores de pessoas escravizadas e os/as negros/as livres que constituíram o movimento dos jangadeiros⁷ contrários a continuidade do sistema escravista, no Ceará.

Após se oporem ao movimento dos jangadeiros, os senhores escravocratas deliberaram ações legais que impediram o avanço da organização negra e de sua resistência na província cearense, ao consolidarem, por exemplo, “os direitos da propriedade privada nas mãos de um segmento social privilegiado”, a partir de 1850, com a Lei da Terra (SOBRINHO, 2011, p. 250). Ao deliberarem tal Lei, esses senhores impediram que os/a negros/as mudassem, ao menos que timidamente, as relações de opressão e exploração postas sobre si, pois não oportunizaram aos/as negros/as bases igualitárias de alteração sistemática da ordem societária de classes resultante da escravocrata. Pelo contrário, essa e demais Leis criaram empecilhos para os/as negros/as, ao auferirem vantagens sociais e raciais aos/as brancos/as. Para o segmento racial economicamente dominante elas resultaram em sua permanência nas instâncias de poder, no aumento do seu lucro, na sua segurança e na sua manutenção orgânica, ao instante que o segmento negro tais Leis só contribuíram na inflamação da questão racial, pois intensificaram sua matança, ao instante que protegendo e fomentando vantagens aos/as brancos/as.

Segundo Bento (2022), essa realidade racial precisa ser percebida também como oportunismo, pois se fala muito da herança da escravidão e nos seus impactos negativos para os/as negros/as, “mas quase nunca se fala na herança escravocrata e nos seus impactos positivos” para os/as brancos/as (BENTO, 2022, p. 23). O fato é que as vantagens sociais

⁶ Coleção das Leis do Governo do Império do Brasil, 1835, p. 5-6. Trecho extraído do livro “Sociologia do negro brasileiro”, Clóvis Moura, 2019, p. 270.

⁷ Para mais informações acerca do movimento dos jangadeiros no Ceará ver Sobrinho (2011).

estabelecidas no segmento racial economicamente dominante foram e ainda são perpetuadas como prova benevolente de um Estado submisso aos parâmetros, predominantemente, raciais e patriarcais, pois a sociedade de classes que se formou no Brasil contém mais determinações de raça e gênero do que de classe, embora haja uma imbricação entre elas. Ainda segundo a autora, tais abordagens não são levantadas ou fomentadas porque há, precisamente no Brasil, um “pacto da branquitude” (BENTO, 2002), um consenso de posicionamentos racistas, uma validação social e institucional do exercício de subordinar os/as negros/as aos/as brancos/as, uma realidade tácita que minimiza ao racismo ao instante que o prolonga, que negligencia às MVI’s dos/as negros/as ao normalizar o genocídio negro.

Nessa realidade encontram-se aspectos pré-concebidos e discriminatórios contra os/as negros/as e acima de tudo contra o seu potencial, pois algumas assimilações feitas dos/as negros/as como culpados/as, violentos/as, ameaçadores, vingativos/as favoreceram a tradição de criminalizá-los/as, os/as caracterizando/as como “invasores do que os/as brancos/as consideram [como] seu espaço privativo, seu território” (BENTO, 2022, p. 75, grifos meus). Além disso, Moura (2019), declarou que foi uma verdadeira “paranoia que se apoderou [da sociedade] e determinou o seu comportamento básico em relação às medidas repressivas contra os/as negros/as em geral” (MOURA, 2019, p. 276, grifos meus). Percebe-se, em relação a isso, que os/as negros/as brasileiros/as não foram introduzidos no “sistema associativo”⁸, que eles/as não detêm o privilégio da defesa e da proteção associativa, que eles/as não detêm o direito da dúvida, tampouco a possibilidade de serem percebidos/as com semelhantes, como sujeitos associados/as. Tal realidade racial está relacionada aos interesses do segmento racial economicamente dominante, que procura exterminar o segmento negro para manter a preservação do domínio demográfico do poder a partir da diminuição quantitativa dos/as negros/as.

Em suma, foi mais vantajoso ao sistema escravocrata e ao capitalista manter o/a negro/a subjugado/a ao imprevisível, do que modificar uma realidade branca confortável. Da mesma forma, foi mais vantajoso cultivar relações desiguais entre as raças, durante o movimento diversificador de raças, do que nivelar social, política e economicamente a diversidade racial. Por isso a existência da criminalização, perseguição e segregação em larga escala dos/as negros/as, por eles/as, assim como outros segmentos raciais/etnias – indígenas, quilombolas e ciganos – terem sido historicamente criminalizados, perseguidos e segregados.

⁸ De acordo com Rousseau (2011), o sistema associativo é a base do contrato social e do Estado, formados por acordos entre seus membros com intuito de assegurar defesa e proteção aos seus associados.

“Guerra às drogas” e violência policial: Potências de Mortes Violentas Intencionais dos/as negros/as

Em todo o Brasil os/as negros/as têm 2,8 mais chances de serem mortos/as por intervenção policial, a veracidade dessa informação relaciona-se intimamente com justificativas frágeis e inconsistentes da “guerra às drogas”, que, no fim e ao cabo, representam apenas discursos covardes e medíocres para não assumir a real intencionalidade dessa “guerra” que é: matar negros/as, fundamentada no racismo-classista. A “guerra às drogas” é uma caricatura criada pelo Estado e pela polícia para justificar e validar as MVI’s dos/as negros/as. Infelizmente são ações que, visando fundamentá-las e autenticá-las, estão produzindo efeitos positivos, ao menos para os segmentos raciais condescendentes com essa realidade disfarçada sobre o manto da política de proibição de drogas, que tem em argumentos de proteção à saúde pública “validações”, seja pela propagação realizada pela mídia tradicional, pelas elites brancas e racistas ou por demais apoiadores.

Foi partir dos anos 1960, que o discurso e as práticas repressivas em relação às drogas assumem um caráter belicista. Em 1961, a Convenção Única sobre Entorpecentes da ONU – defendida, patrocinada e sediada pelos Estados Unidos e ratificada por cerca de cem países – lançou as bases legais da política internacional de “guerra às drogas” vigente até os dias atuais. A adoção do modelo bélico para o tratamento de determinadas Substâncias Psicoativas (SPA) pode ser explicada por dois fatores principais. Em primeiro lugar, trata-se do período da Guerra Fria, no qual a militarização das relações internacionais e nacionais de cada Estado era interessante para justificar e manter os gastos bilionários com armamentos por parte dos dois blocos antagônicos, liderados pelos Estados Unidos e pela União Soviética. Em segundo lugar, a década de 1960, no mundo ocidental, é a década dos chamados movimentos de contracultura, da ascensão da luta operária, dos movimentos pela independência na África e contra as ditaduras na América Latina. (RYBKA et al, 2018, p. 102).

No Brasil, essas deliberativas se convertem, atualmente, em uma política de “guerra às drogas” voltada a matar negros/as. Isso porque a “guerra às drogas” no Brasil se converte no extermínio e no encarceramento em massa da população jovem, pobre e negra – em sua maioria. A convivência diante da violência letal atrelada ao enfrentamento do mercado de drogas ilícitas se perpetua na evolução dos quantitativos de MVI’s dos/as negros/as decorrentes de intervenções policiais, materializadas a partir de ocupações militares, nas Unidades Policiais Pacificadoras (UPP’s), nas rajadas de tiros, nos carros anfíbios, na utilização de metralhadoras, de lançadores de granadas, de jipes, de tanques e de outros instrumentos viabilizadores da militarização das periferias brasileiras e das grandes chacinas, como a que ocorreu em 2014, no complexo de periferias da Maré, na cidade do Rio de Janeiro, ou das ações militares rotuladas pela mídia tradicional como onda de resposta aos ataques do Primeiro Comando da Capital

(PCC), na cidade de São Paulo, em 2006, que provocaram mais de 493 mortes, sendo 400 delas jovens negros/as, pobres e periféricos/as.

Em relação ao caso paulista, este cominou no Movimento Mães de Maio⁹, decorrente das mães que perderam seus filhos/as para polícia, sendo esse fato e sua vivacidade uma das pedras de toque para identificar o complexo de contradições inerentes às intervenções policiais. Segundo Isabela Inês Bernardino de Souza Silva e Isabela Maria Pereira Paes de Barros (2021), não é de hoje que há uma constância de contradições entorno das intervenções e operações policiais, porque desde os “anos 1960 e 1970, diversas intervenções e operações policiais foram empreendidas nas favelas e comunidades brasileiras visando fins sem meios adequados e funcionais” (SILVA, BARROS, 2021, s/p).

Se por um lado as ações policiais visam a eliminação do crime organizado para impedir a filiação de jovens e como resultado inibi-los/as do mundo do crime, por outro, elas não estão acompanhadas de outras ações que eliminem ou se propõem amenizar o grau de desigualdades sociais e raciais posta sobre eles/as. Além disso, é notório que tais ações são substancialmente irrelevantes também quando amparadas em justificativas do extermínio do mercado de drogas, porque se por um lado elas procuram paralisar a perda de jovens para às drogas e assim diminuir o quantitativo de usuários de psicoativos, por outro, e paradoxalmente, essas ações empregam o uso maciço da força policial, não apenas imprimindo o despreparo e o mau planejamento das intervenções, mas evidenciando tentativas de vilipendiar o problema da dependência química mediante perspectivas preconceituosas, discriminatórias e conservadoras, tendo em vista que “os contínuos fracassos das intervenções não resultam em mudanças procedimentais significativas”, pois são construídas a partir de “condições para o emprego maciço da violência” (ALVES e PEREIRA, 2021, p. 467).

E é por esse tipo de violência caricaturada como “medida de segurança” que o fomento das MVI’s dos/as negros/as por intervenção policial vem aumentando consideravelmente na medida que diminui a munção do/a agente da segurança pública. De modo geral, são atitudes que visam assegurar a concentração do poder e das vantagens sociais no segmento racial economicamente dominante a curto, médio e longo prazo, porque são os/as jovens negros/as o público predominante das MVI’s provocadas pela intervenção policial em contexto nacional, logo, é a atual e futura geração dos/as negros/as que sofrem e morrem por ela.

⁹ O movimento é constituído por uma rede de mães, familiares e amigos(as) das vítimas da violência do Estado, situado em São Paulo, com maior concentração na capital e na Baixada Santista. Formado a partir do massacre ocorrido em maio de 2006. O movimento visa lutar pela verdade, pela memória e por justiça para todas as vítimas da violência discriminatória, institucional, letal e policial.

Além disso, é necessário destacar que há, mesmo no interior das corporações civis e militares mortes de negros/as, porque 67,7% de todo o quantitativo de policiais assassinados foi constituído por negros/as, majoritariamente, entre 30 e 55 anos, executantes de relações de trabalho precarizadas: apenas 6% de policiais militares negros/as são efetivos/as, esse número cai entre os/as civis para 3,35%, segundo o perfil nacional de instituições de segurança pública (Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2021). Neste caso, é cabível presumir que o agente policial negro/a não apenas contribui com o tipo de ocorrência que mais mata negros/as, pois ele também convive com o risco relativo de se tornar mais uma estatística das MVI's dos/as negros/as, tanto dentro quanto fora do serviço, porque há a presença do risco eminente. Essa realidade traduz, concretamente, a busca incessante da preservação do domínio demográfico do poder a partir da diminuição quantitativa dos/as negros/as, porque o decaimento demográfico de um segmento racial é a garantia da permanência do outro no poder, a frente das estruturas regulatórias e de organização social, bem como, na ocupação de posições sociais de prestígio e de vantagem.

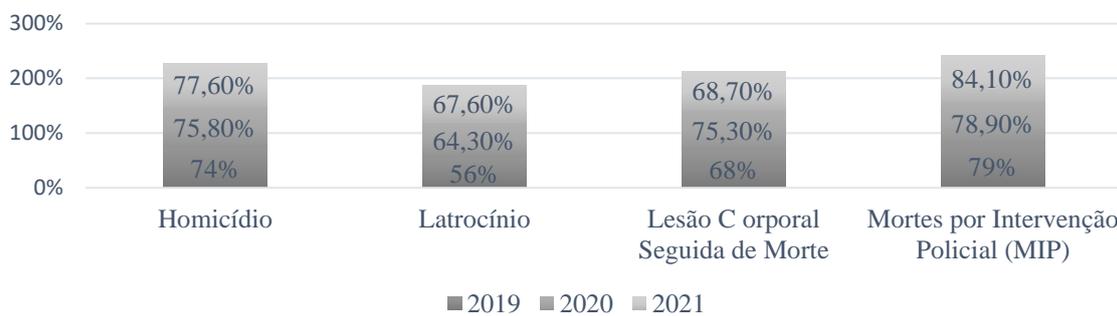
É uma situação racial condimentada pelas relações capitalistas e racistas que criaram na sociedade de classes barreiras raciais invisíveis que segregam e que limitam experiências mútuas de correlação entre diferentes segmentos raciais, devido à conjuntura de clandestinidade compulsoriamente vivida pelos/as negros/as e mantida pela impetuosidade da violência policial sobre eles/as. Tendo em vista que a

cor/raça da vítima é uma das variáveis determinantes da violência policial, e o biótipo “negro” é o alvo predileto e, ao que tudo indica, de fácil identificação pela polícia. Fica evidente que os negros e seus descendentes no Brasil são assassinados pela polícia três vezes mais que os brancos, ou seja, se no plano biológico, o da mistura racial, não é fácil saber quem é negro no Brasil, no plano das relações raciais, ou sociológico, a identificação parece ser simples e, na maioria das vezes, fatal para os negros. (OLIVEIRA, 2016, p. 50).

Hoje, o apartheid moderno, infelizmente, é visto na relação entre a favela e seu entorno, em que tais comunidades – historicamente ocupadas, em sua maioria, por negros/as, que passaram a migrar para as periferias das cidades em habitações precárias após à Abolição da escravidão brasileira – são palco de técnicas de policiamento extremistas, herdadas dos períodos ditatoriais nacionais, e neste complexo panorama de relações entre favela e asfalto, formado por relações desiguais e conflitantes entre moradores e policiais, que os tipos experimentais de “segurança” ganham forma: uma segurança tipicamente letal e genocida proposta pelo Estado e pelas instituições policiais para proteger as elites brancas e racistas de negros/as e pobres. Em poucas palavras: um modelo de segurança voltado a eliminar a pobreza e a raça majoritária a ela associada (OLIVEIRA, 2016).

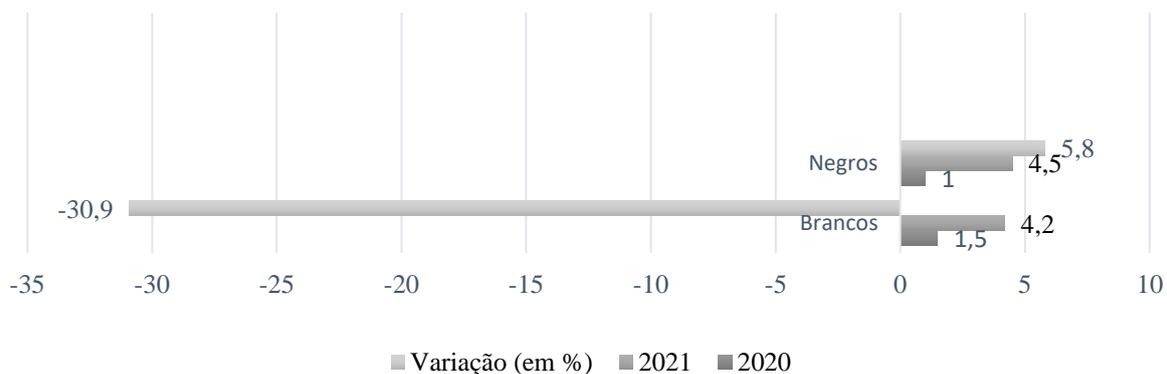
O Estado e suas instituições policiais ver nos/as negros/as potenciais escopos de materializar toda sua cólera, sua força, seu ódio. Essas ações para alguns representam a confiança e a esperança depositada no Estado e nas forças policiais de se valer da proteção contra aqueles subjetivamente feitos/as de inimigos/as e de ameaçadores da Lei e da ordem. Para outros/as, essas ações são características latentes do existente fascismo à brasileira, que normaliza às MVI's dos/as negros/as por intervenção policial para assegurar o controle social a partir das pilhas de corpos negros perfurados a bala, derramando sangue, exalando impunidade e ilustrando o grau de racismo existente em todo país.

Gráfico 1 (reprodução) - Mortes Violentas Intencionais dos/as negros/as no Brasil por tipos de ocorrência (2019-2021)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados dos anuários do Fórum Brasileiro de Segurança Pública V.14 (2020), V.15 (2021) e V.16 (2022).

Gráfico 2 - Taxas de Mortes Violentas Intencional por intervenções policiais entre brancos/as e negros/as. Total 2020-2021 e variação



Fonte: reproduzidos pelo autor a partir de dados nos anuários do Fórum Brasileiro de Segurança Pública V.16 (2022).

Conforme ambos os gráficos, é possível afirmar que as intervenções policiais são às principais causadoras das MVI's de negros/as. Os/as agentes da segurança pública se tornaram a principal via de violentar letalmente negros/as, devido à estrutura racista, classista e patriarcal que mantém

a violência e a tortura com que a polícia tem tradicionalmente tratado os/as negros/as e as classes populares, [e que] longe de se constituírem numa

“distorção” devido ao “despreparo” do aparelho de repressão, têm uma função eminentemente política - no sentido de contribuir para preservar a hegemonia das classes dominantes e assegurar a participação ilusória das classes médias nos ganhos da organização política baseada nessa repressão e no racismo. (OLIVEN, 2010, p. 11).

Portanto, evidenciar essa realidade vivida pelos/as negros/as se faz necessário. Primeiro porque é preciso reconhecer a existência das MVI's causadas, majoritariamente, pela violência policial para combatê-las e segundo porque se constitui enquanto um ato de denúncia da persistência do racismo impregnado em todas as esferas da sociedade nacional, especialmente no interior das corporações militares. Neste caso, escrevo o seguinte: o grande quantitativo de MVI's dos/as negros/as pela ocorrência da violência policial decorre de uma introjeção e naturalização do racismo nas corporações militares e civis, se materializando pela via da violência armada que tem contribuído para preservar o domínio demográfico do poder vinculado a diminuição demográfica do/a negro/a, como fator essencial para preservar posições de prestígio e de vantagem dos/as brancos/as através da eliminação dos/as negros/as, que, no fim e ao cabo, reflete uma diminuição concorrencial, conforme constatamos a partir das análises de Ferreira (2020), Vianna e Neves (2011) e Pimenta (2014).

Os/as negros/as, independentemente do seu pertencimento social, sempre estiveram subjugados/as a ideia de “segmento racial incapaz”. “Incapazes” de contribuir no sistema de classes, sobretudo em seus espaços deliberativos, políticos ou legislativos. “Incapazes” de serem percebidos/as como vítimas, como sujeitos semelhantes, dotados/as de direitos e deveres, por isso o grande quantitativo de negros/as em ocupações subalternizadas e desvalorizadas, por isso o crescimento das MVI's dos/as negros/as, por isso o grande contingente de negros/as habitando territórios desprovidos de serviços básicos de infraestrutura, de locomoção, de acessibilidade, dentre outros que caracterizam ações, serviços, projetos, programas e benefícios conquistados pela classe trabalhadora a serem executados pelo Estado.

A desproteção estatal vivida pelos/as negros/as é simultaneamente uma proteção ao segmento racial economicamente dominante, direcionando a esse segmento racial vantagens sociais de permanência no domínio das estruturas do poder ao destinar primazia de proteção, de defesa, de segurança, de cuidado e de socorro em quaisquer circunstâncias, através da precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública, além de dar preferência na formulação e na execução das políticas sociais a partir da destinação privilegiada de recursos públicos. Para os/as negros/as, ocorre uma destinação oposta caracterizada por ações punitivista, violentas, sanguinárias, controladoras e cruéis materializadas em grande proporção pelas forças de policiamento do Estado, como é perceptível nos gráficos acima e nos

dados seguintes.

Segundo dados do FBSP (2022), os/as brancos/as representaram, em 2021, 32,3% das MVI's provocadas por intervenção de policiais civis e militares, sendo 26,8% dessas mortes pelo uso de arma de fogo. Os/as negros/as, representaram, no mesmo ano, 67,7% de mortes por intervenção policial, constituído o total de 57,5% das mortes provocadas pelo uso de arma de fogo, implicando uma situação de vilipêndio com a vida negra. Uma vida aviltada, profanada, desrespeitada, ultrajada, violentada. Uma vida feita cadáver, legitimada ao assassinato, ao extermínio, ao genocídio. Infelizmente, são os/as negros/as os/as mais impactados/as pela violência letalmente armada praticadas pelos/as agentes da segurança pública, sendo essa uma eficiente mediação do controle demográfico do segmento negro.

Infelizmente, o modelo de segurança pública em funcionamento não expressa eficácia na defesa e na proteção do segmento racial negro, por estar a serviço da máquina estatal punitivista e sanguinária, e por ser exemplo da descontinuidade dos direitos sociais constituintes da Seguridade Social em tempos de crise econômica neoliberal (WACQUANT, 1999), (MANDEL, 1982). Noutras palavras e paradoxalmente: segurança pública no Brasil é uma representação onipotente da insegurança socio-racialmente-sexual. Ao não proteger eficazmente o social, tampouco o racial, o modelo de segurança pública se converte num cotidiano violento e letal (BRIGAGÃO, 1985). E, habitualmente, sua ineficácia é sinônimo de mais MVI's de negros/as, tanto pela ausência de resolutivas do problema, quanto por sua contribuição a ele. Isso tem ocorrido porque a morte de um/a negro/a reflete uma sociedade habituada à violência soberana e destrutiva, determinada pela Necropolítica racista e patriarcal que provoca mais mortes de negros/as (MBEMBE, 2016). Para Mbembe (2016) os Estados modernos adotam em suas estruturas internas o uso da força do policiamento como uma política de segurança para suas populações. E, por vezes, os discursos utilizados para validar essas políticas de segurança podem acabar reforçando alguns estereótipos, segregações, inimizades e até mesmo extermínio de determinados segmentos raciais, a partir de uma ideia de 'licença pra matar' em prol de um discurso de ordem.

Considerações finais

Considero haver um conjunto imbricado de determinantes potencializadores das MVI's dos/as negros/as. Neste breve ensaio, destaquei o racismo como o prioritário e como matriz da questão racial, que determina e homologa formas de violência contra o segmento negro, ao passo que gera na sociedade brasileira passividade, vilipêndio e negligência diante das MVI's dos/as negros/as. Sinalizei a criminalização do segmento negro e suas reverberações

como manifestação da questão racial e do próprio racismo como potencialidade e determinante viabilizador das MVI's dos/as negros/as pôr está imbricada à perseguição e segregação desses sujeitos, que no fim e ao cabo, se constituem enquanto preparativos para a execução das respectivas mortes.

Por fim, apontei dois agravos sociais que tem, habitualmente, aumentado os quantitativos de negros/as mortos/as pela violência letal no Brasil: a “guerra às drogas” e a violência policial. São agravos que imprimem a descontinuidade dos serviços públicos, sobretudo daqueles referentes a proteção e defesa civil/social. De modo geral, pelo que tem ocorrido no Brasil nas últimas duas décadas¹⁰, é possível concluir que o emprego de operações policiais nas grandes periferias brasileiras perpassa justificativas da “guerra às drogas”, por estarem associadas a parâmetros racistas e discriminatórios. São operações que visa a eliminação de facções, do mercado de drogas, mas também de negros/as, pobres e de dependentes de psicoativos, porque empregam o uso maciço da força e da violência desvinculada da segurança.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020.
- ALVES, Ygor Diego Delgado, PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. O surgimento da Cracolândia como problema público: O desenvolvimento do mercado lucrativo do crack e sua exploração político-midiática. *Dilemas*, v. 14, p. 465-488, 2021.
- AMA, *Prevenção da violência*, 2018. Disponível em: <<https://www.ama-assn.org/delivering-care/public-health/preventing-violence>>. Acesso em: 05/01/2023.
- BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BORGES, Juliana. *Encarceramento em massa*. 1ª ed. Editora Jandaíra, - São Paulo, 2019.
- BRIGAGÃO, Clóvis. *A militarização da sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1985.
- BUOZI, Jaqueline Garcez. A manipulação das consciências em tempos de barbárie e a criminalização da juventude negra no Brasil. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, 2018. n. 133, p. 530-546. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/wXYSzbcMNKwwLmdJcPGw9CM/>>. Acesso em: 06/01/2023.
- CHAUI, Marilena. A filosofia como vocação para liberdade. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 7-15, dez. 2003.
- EUFRAZIO, F. F. Do desemprego negro no Brasil contemporâneo. *Revista Em Favor De Igualdade Racial*, Rio Branco, Acre, v. 5, n.2, p. 30-42, mai-ago. 2022. Disponível em: <<https://periodicos.ufac.br/index.php/RFIR/article/view/5785>>. Acesso em: 05/01/2023.
- FBSP. *Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública*. V. 14, 2020.
- FBSP. *Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública*. V. 15, 2021.
- FBSP. *Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública*. V. 16, 2022.

¹⁰ ARAÚJO, Thayana; BARRETO, Elis Barreto. Negros são maioria das vítimas de operações policiais em 5 estados, diz estudo. CNN BRASIL. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/negros-sao-maioria-das-vitimas-de-operacoes-policiais-em-5-estados-diz-estudo/>>. Acesso em: 14/02/2023.

- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classe*. São Paulo: Globo, 2008.
- IANNI, Octavio. *Raças e classes no Brasil*. 1ª ed. Brasiliense, 1966.
- LIMA et al, *Estado, polícias e segurança pública no Brasil*. Revista Direito GV, São Paulo, V. 12, n. 1, p. 49-85, jan-abr, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rdgv/a/k8CfD9XbDpJ8vzyfJqXP3qN/l>>. Acesso em: 05/01/2023.
- MANDEL, E. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural. 1982.
- MBEMBE, Achille. “Necropolítica”. *Artes & Ensaios*, n. 32, pp. 122-151, 2016.
- MOURA, Clóvis. *Sociologia do negro brasileiro*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- NASCIMENTO, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.
- OLIVEIRA, Enio Walcacer de. A criminalização do negro e das periferias na história brasileira. *Vertentes do Direito*. V.3 n.1, 2016.
- OLIVEN, Ruben George. A violência como mecanismo de dominação e como estratégia de sobrevivência. In: *Violência e cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2010, pp. 5-13.
- RYBKA, Larissa Nadine et al. Os mortos e feridos na “guerra às drogas”: uma crítica ao paradigma proibicionista. *Estudos de Psicologia*. Campinas, 35(1), 99-109. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/estpsi/a/HhsZqTPYTgtJjCVdLWYK9Bx/>>. Acesso em: 05/01/2023.
- SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. 3. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2015 [1969].
- SILVA, Isabela Inês B. de Souza; BARROS, Isabela Maria P. Paes de. As operações policiais em favelas do Rio de Janeiro durante a pandemia da Covid 19. *Coletiva*, Recife, n. 30, jan.fev.mar.abri 2021. Disponível em: <<https://www.coletiva.org/dossie-seguranca-publica-n30-artigo-operacoes-policiais-em-favelas-do-rio-de-janeiro>>. Acesso em: 05/01/2023.
- SOBRINHO, J. H. F. *Catirina, minha nêga, tão querendo te vendê: escravidão, tráfico e negócios no Ceará do século XIX (1850 – 1881)*. Fortaleza: SECULT/CE, 2011.
- VIANNA, P. C.; NEVES, C. E. A. B. Dispositivos de repressão e varejo do tráfico de drogas: reflexões acerca do racismo de Estado. *Estudo de Psicologia*, Natal, v. 16 n. 1, p. 31-38, 2011.
- VILAR, Felipe. Mulher é morta a tiros dentro de residência na cidade de São Bento. *Diário do Sertão*, 2022. Disponível em: <<https://rebrand.ly/8gtr8y1>>. Acesso em: 05/01/2023.
- WACQUANT, Loïc. *As prisões da miséria*. Paris, Éditions Raisons d'Agir, 1999.
- XAVIER, Lúcia. Racismo: criminalização e genocídio da população negra. Quando vamos começar a respirar? *Em Pauta*, Rio de Janeiro, n. 46, v. 18, p. 18-37, 2º Semestre de 2020. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/52018>>. Acesso em: 05/01/2023.

“Eu sou grande, você é pequena”: o direito da criança ao respeito e os fundamentos jurídicos para sua concretização no Brasil

"I am big, you are small": the child's right to respect and the legal grounds for its implementation in Brazil

Anna Paula Bagetti Zeifert*
Schirley Kamile Paplowski**

Resumo: Relacionar-se com crianças e adolescentes a partir da perspectiva de que são seres humanos “inteiros” é algo bastante novo para o ordenamento jurídico brasileiro. Partindo dessa constatação e de que ela se relaciona aos impactos do respeito, a presente pesquisa é orientada por dois questionamentos: o que compreende o direito ao respeito quando falamos de crianças e adolescentes? Quais são os elementos jurídicos que subsidiam esta análise? Sob emprego do método hipotético-dedutivo, a hipótese delineada apontou para a existência de pressupostos legais, mas bastante recentes, nos quais se insere a ideia de respeito, antecedidos por uma longa trajetória de desconsideração da dignidade infantoadolescente. A profunda alteração no assunto se deu com o advento da Doutrina da Proteção Integral e o reconhecimento de que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos, confirmada ao final. A presente análise foi dividida em duas seções, com objetivo de evidenciar o caráter elementar do direito ao respeito e fomentar as práticas alinhadas a ele.

Abstract: To relate to children and adolescents from the perspective that they are "complete" human beings is something quite new for the Brazilian legal system. Based on this observation and on the fact that it is related to the impacts of respect, this research is guided by two questions: what is understood by the right to respect when we talk about children and adolescents? What are the legal elements that subsidize this analysis? Using the hypothetical-deductive method, the hypothesis outlined pointed to the existence of legal assumptions, but quite recent, in which the idea of respect is inserted, preceded by a long trajectory of disregard for the dignity of children and adolescents. The profound change in the subject occurred with the advent of the Doctrine of Integral Protection and the recognition that children and adolescents are subjects of rights, confirmed at the end. This analysis has been divided into two sections, with the purpose of evidencing the elementary character of the right to respect and to encourage practices in line with it.

* Pós-Doutorado pela Escola de Altos Estudos - Desigualdades Globais e Justiça Social: Diálogos sul e norte, do Colégio Latino-Americano de Estudos Mundiais, programa da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO Brasil e UNB). Doutora em Filosofia (PUCRS). Professora do Programa de Pós-Graduação em Direito – Mestrado e Doutorado em Direitos Humanos - e do Curso de Graduação em Direito (UNIJUI). Integrante do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos, Justiça Social e Sustentabilidade (CNPq). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4424-1626>

** Mestra em Direito pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito da Unijui (Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul), com área de concentração em Direitos Humanos. Bacharela em Direito, também pela Unijui (2019). Assessora de Juíza de Direito (Tribunal de Justiça do RS). Foi bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), através do Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições Comunitárias de Ensino Superior (Prosuc). Integrante do Núcleo de Estudos Aplicados Direitos, Infância e Justiça (Nudijus/UFC). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3503-967X>

Palavras-chaves: Direito da criança e do adolescente; Doutrina da proteção integral; Dignidade; Respeito; Pessoa em condição peculiar de desenvolvimento.

Keywords: Child and adolescent law; Doctrine of integral protection; Dignity; Respect; Person in a peculiar condition of development.

Recebido em: 31/03/2023

Aprovado em: 01/06/2023



© O(s) Autor(es). 2018 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

Introdução

Dia após dia, nega-se a inúmeras crianças o direito de ser criança, como já advertia Eduardo Galeano (2011). Vez após vez, assiste-se à ofensa aos direitos e à dignidade dos mais vulneráveis, enfaticamente daqueles que estão se desenvolvendo nos aspectos físico, mental, emocional e cognitivo. A violação cotidiana ultrapassa o “mundo dos fatos” e adentra no mundo artístico – ou melhor seria dizer que a violação ultrapassa as artes e adentra na “vida real”? –, espaço esse que permite refletir sobre a intensidade de um determinado fenômeno: a violação do direito ao respeito e da dignidade de crianças e adolescentes.

Ao se chegar ao mundo das artes, especialmente com relação à literatura, uma conhecida história brasileira bem ilustra uma infância permeada de adversidades. Cuida-se de *O meu pé de Laranja Lima*, do escritor José Mauro de Vasconcelos (1968). Na comovente, profunda e pouco ficcional história, Zezé é um meninozinho que por várias ocasiões descobre a dor de uma forma diferente, acostumando-se a ela. Com tão pouca idade, prova de muitas amarguras, como a violência física, a fome, o desprezo, a carência de respeito, o rechaço por viver em situação de pobreza.

Em certa medida acostumado às mais diversas formas de violência e de privação, Zezé encontra alegria na sua imaginação, como também nas amizades, uma delas bastante peculiar: a do senhor “Portuga”, um homem idoso que permite a Zezé sentir-se amado e protegido. Na sua presença, ninguém machucava o menino e isso o tornava mais feliz. No pequeno grande universo de Zezé, a figura daquele homem, sua presença e amabilidade representavam felicidade e proteção.

Infelizmente, não são raras as crianças e os adolescentes que crescem em ambientes hostis, violentos e escassos do mínimo para assegurar seu desenvolvimento, quer na família, na comunidade ou na sociedade em geral. Por vezes, a única referência de afeto é alguém diverso

das pessoas que integram o núcleo familiar. A necessidade de amor e de respeito não se trata de uma demanda exclusiva daqueles que se reconhecem como adultos e faz parte igualmente do processo de desenvolvimento do ser criança e do ser adolescente. Tal necessidade está intimamente relacionada com a condição de pessoa humana.

A demanda pelo básico – mas caro e estimado – respeito não se nega apenas em ficção. A história de Zezé se repete dia após dia neste vasto Brasil, porquanto a realidade compreende uma infinidade de exemplos de um mal que nos acomete diariamente: a violação dos direitos da criança e do adolescente, mais especificamente do direito ao respeito, que pode ser compreendido como uma vertente da qual os demais direitos se fundamentam. Em outras palavras: todo e qualquer direito, se violado, implica também violação do direito ao respeito, por ação ou omissão.

Atualmente, o plano normativo reconhece crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, mas se conflita com o plano dos fatos. Considerando isso, buscamos alcançar respostas aos seguintes problemas de pesquisa: o que compreende o direito ao respeito quando falamos de crianças e adolescentes? Quais são os elementos jurídicos que subsidiam esta análise? A fim de respondê-los, empregamos o método hipotético-dedutivo, com procedimentos bibliográficos e documentais. A hipótese para tanto aponta para a existência de pressupostos legais (expressos) e principiológicos bastante recentes sobre a concepção de direitos a crianças e adolescentes, no qual se insere a ideia de respeito. Tais pressupostos são precedidos por uma longa história de desproteção e desconsideração desses grupos, cenário que sofreu profunda alteração com o advento da Doutrina da Proteção Integral.

Para tanto, o estudo contém duas seções. Inicialmente, a ideia de respeito e sua implicação prática foi aprofundada. Após isso, a segunda seção compreendeu os aspectos jurídicos do respeito enquanto direito, fundamentalmente pela Doutrina da Proteção Integral. Mencionada doutrina absorveu os valores fundamentais da Convenção sobre os Direitos da Criança, rompeu com a doutrina anterior e assentou as bases para um Direito da Criança e do Adolescente, em substituição ao chamado “Direito do Menor”. Uma de suas principais referências no plano nacional é o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Constituição da República Federativa de 1988.

A partir desta modesta análise, objetivamos evidenciar o caráter elementar do direito ao respeito, apesar de não ser usual na linguagem, nas relações sociais e também nas relações jurídicas que versem sobre o público infantoadolescente. Antes de adentrar no desenvolvimento deste estudo, propriamente, compreendemos que o respeito principia por esta própria atividade científica, pelas palavras. Por isso mesmo, rejeitamos o emprego de expressões objetificantes

da infância (a exemplo do termo “menor”). Ao nos referirmos ao público infantoadolescente, utilizamos tanto o sentido empregado pela Convenção sobre os Direitos da Criança, que nomina enquanto *criança* toda pessoa com idade inferior a dezoito anos, quanto aquele do Estatuto da Criança e do Adolescente (que distingue *criança* de *adolescente*, sendo aquela a pessoa que conta até doze anos de idade incompletos; ao passo que *adolescente* compreende entre doze e dezoito anos de idade incompletos).

Tecendo considerações sobre o direito ao respeito

Dentre os múltiplos documentos jurídicos elaborados e aprovados após o marco temporal de 1988, um reconhece em seu próprio preâmbulo as necessidades que Zezé expressa indiretamente na sua fala. Cuida-se da Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989, a qual afirma que a criança deve crescer no seio da família, em um ambiente de felicidade, amor e compreensão. Nessas condições, assegura-se o desenvolvimento pleno e harmonioso da criança e do adolescente, em uma relação de respeito com ela e com ele. Por isso que podemos falar em *direito ao respeito*, como convincentemente Janusz Korczak (1986) argumenta.

Contudo, antes de compreender o respeito como um direito, torna-se imprescindível visualizá-lo como lente, que condiciona e interfere nas relações, tratamentos, diálogos, afetos. Após isso, apenas, é que tratá-lo como direito se torna possível, muito devido à sua carga subjetiva e implicação prática.

A abrangência de possibilidades para se demonstrar a aplicabilidade do direito ao respeito incorre em outra idêntica possibilidade: a amplitude de formas de sua ofensa, o que se inicia até mesmo por práticas sutis, como o pensamento, ao se julgar, por exemplo, que uns são melhores, mais sábios e capazes que outros por critérios de idade, tamanho e experiência. Tanto é assim que o elogio que parece ser mais interessante de se dizer à criança é de como ela é grande. “Todos nós crescemos convencidos de que o grande vale mais do que o pequeno. ‘Sou grande’, grita, contente, o garotinho trepado em cima de uma mesa. ‘Sou mais alto que você’, constata com orgulho, comparando-se com outra criança da mesma idade” (KORCZAK, 1986, p. 69). O grande é que impressiona, aparentando que somente o avantajado é merecedor de respeito, orgulho, admiração e estima.

Um pátio grande, uma cidade grande, uma escola grande, uma árvore grande...esses é que impressionam. Além de impressionar, o tamanho, não raro, condiciona determinadas condutas e relações. Pelos exemplos a criança aprende – aqui enfaticamente aqueles que são dados pelas pessoas adultas; aprende por esses comportamentos a menosprezar o que é fraco (KORCZAK, 1986). O fato de a criança ser pequena, todavia, não pode – e nem deveria –

autorizar a ser tratada com menosprezo, desconfiança, suspeitas, acusações, humilhação.

Toda criança já nasce com a condição de ser uma pessoa humana, não importando quaisquer requisitos. Nela já reside a respiração de um novo tempo, da renovação da vida, do “testemunho da eternidade” (DALLARI, 1986, p. 21). Com frequência, ainda ouvimos discursos que buscam vincular uma necessidade de proteger o público infantoadolescente porque sobre seus ombros recai o que chamam de futuro; o futuro de um país, de um grupo, de uma família. Sem negar as perspectivas de vida, é importante anotar que essa narrativa oculta, em certa medida, que a criança, mais do que o amanhã, é sobretudo o hoje. A criança merece e deve ser respeitada porque ela *já é* o tempo e o momento, a vida, a sociedade, a família. Por isso que Dallari (1986, p. 21) enfatiza: “Toda criança nasce com o direito de ser. É erro muito grave, que ofende o direito de ser, conceber a criança como apenas um projeto de pessoa, como alguma coisa que no futuro poderá adquirir a dignidade de um ser humano”.

Pelo simples fato de existir, a criança já é uma pessoa e por isso mesmo merece ser respeitada. A obviedade da afirmação, todavia, não implica sua aceitação por unanimidade na sociedade. Revela, por outro lado, um passado de profunda negação a um tratamento respeitoso sobre crianças e adolescentes, visualizados enquanto *objetos* na sociedade brasileira, ora sob uma perspectiva de proteção social (recebendo assistência), ora de controle e disciplinamento (diante do papel idealizado para conformar a mão de obra ao desenvolvimento econômico do Estado), ora de repressão (principalmente em face de adolescentes de famílias pobres, com vistas a impedir a delinquência e a ociosidade) (PINHEIRO, 2006).

Por diferentes vias e durante largo curso de tempo, aproximadamente até o final da década de 1980, a visão predominante sobre a criança não a considerava como pertencente, de fato, à categoria de *pessoas*. A discriminação esteve presente no imaginário social e nas ações cotidianas, permitindo tratá-la como sujeito inferior, em outro nível de humanidade, incapaz de falar por si e de gozar diretamente de direitos. Isso não significa dizer que, durante as diferentes representações sociais¹ sobre a criança, não houvesse divergência dentro da própria sociedade, como também não houve homogeneidade durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte 1987-1988, que consagrou a representação da criança e do adolescente como

¹ Um dos conceitos centrais que orienta a pesquisa de Ângela Pinheiro (2006) é de *representação social*. As representações não são um fato da natureza; “elas se gestam nos cenários sociais e organizam as práticas sociais” (PINHEIRO, 2006, p. 28). A formulação deste conceito central foi promovida pelo psicólogo social Serge Moscovici, com base no qual Pinheiro (2006, p. 35) compreende as representações sociais “como categorias de pensamento que expressam a realidade”, explicando-a, tanto por justificativas quanto por questionamentos. Moscovici (1978) revela esse evento a partir da soma dos conhecimentos provenientes da Sociologia, da História e da Psicologia Social. Para ele, a representação pode ser entendida como uma imagem: da cidade, de um determinado profissional, da criança.

sujeitos de direitos. É justamente sobre a possibilidade de diferentes representações coexistirem que Pinheiro (2006) adverte, a dificultar na condição plena de sujeitos de direitos na atualidade.

Se inserida em outros contextos de desigualdade, a somar no quesito de idade e tamanho, como pertencer aos estratos mais empobrecidos, o tratamento que a criança receberá pela sociedade tende a ser ainda mais desrespeitoso. “Fraca, pequena, pobre, dependente, ela não passa de um *cidadão em potencial*” (KORCZAK, 1986, p. 74, grifo nosso). Sob a condição de “cidadão em potencial” o seu tempo presente é ignorado; o que importa é quem ela virá a ser, se isso for possível: agora ela é *apenas* uma criança, “um fedelho [...], um futuro homem, um quase nada no presente. Só um dia existirá de verdade”.

Compreender que crianças e adolescentes merecem e necessitam de cuidado, amor e respeito está intimamente relacionado à incorporação do pensamento – ou da representação social – de que esses grupos são pessoas humanas inteiras, são sujeitos de direitos. Como tais, não compete à legislação, apenas, afirmar a sua condição de pessoa e de titular de direitos, medida que deve integrar o pensamento social e individual, orientar as ações públicas e privadas, influenciar na adoção de medidas por parte de instituições, grupos, relações, do Estado, da família, da comunidade, da sociedade.

Com a instalação da Doutrina da Proteção Integral, um rol de direitos foi assegurado a crianças e adolescentes, cuja titularidade independe de condições como riqueza, uma determinada origem, região de residência, situação familiar, etnia ou cor. O cerne da questão reside no fato de que, embora a legislação não permita discriminações que venham a prejudicar crianças e adolescentes, inclusive vedando-as de forma expressa, há condições estruturais da própria sociedade brasileira que mantêm e que naturalizam um padrão de desigualdade entre grupos, inibindo o desenvolvimento integral. Considerando isso, ao analisar a realidade do tempo presente, é preciso dimensionar os desafios à efetividade da dignidade infantoadolescente conexa (e não descolada) com as questões históricas, principalmente a respeito da distância entre as conquistas legislativas e a realidade social (DIMENSTEIN, 1997; PINHEIRO, 2006; RIZZINI; KAUFMAN, 2007).

Nessa mesma direção é que Pinheiro (2006, p. 24) adverte: “é fundamental levar em conta as especificidades da vida das crianças e dos adolescentes, nessa complexa e desigual vida social brasileira”. Tais especificidades permitem compreender que há realidades diversas que convivem em uma mesma sociedade; são crianças e adolescentes que, em diferentes medidas, enfrentam circunstâncias particulares, algumas delas compartilhadas em grupos, como a pobreza e a desigualdade. Por isso, é preciso distinguir as vivências das crianças e dos adolescentes – no plural – “que estão inseridos em diferentes classes sociais, sobretudo os que

estão integrados nas classes subalternas, porque é nesse segmento que reside o maior desrespeito à sua condição de sujeitos, de portadores de direitos” (PINHEIRO, 2006, p. 24).

As violações à dignidade da criança e do adolescente são praticadas sem ter em conta a classe social; todavia é necessário tomar nota para o fato de que a proporção de algumas privações e violações são mais intensas quando a realidade infantoadolescente é inserida em um contexto de vulnerabilidade econômica, se pertencente às camadas mais empobrecidas, conforme Pinheiro (2006) também reconhece e consoante a literatura avaliza, a exemplo da própria obra de Vasconcelos (1968).

Esse é um dos motivos pelo quais podemos dizer que não é acertado falar em *universo* da infância e da adolescência para efeito de abordar os temas que lhe são inerentes. Etimologicamente, a palavra “universo” se origina do latim *universus*, que combina dois elementos (*unus*, referente a um, unidade; e *versus*, a indicar movimento giratório) (VESCHI, 2019). Por intermédio de *unus*, o termo assume a feição de totalizar sob uma única forma, uma unidade. É neste ponto que ela conflitua com o fato de vivermos sob modos e realidades diversas, quando não opostas, dentro dos mesmos grupos etários.

A infância (e o mesmo se aplica à adolescência) “não é uma característica natural nem universal dos grupos humanos, mas aparece como um componente estrutural e cultural de muitas sociedades”, consoante Ana Cristina Coll Delgado e Fernanda Müller (2005, p. 162). Significa dizer que a ideia de infância não é a mesma para diferentes territórios, tempos e culturas. Não é um fenômeno vinculado ao corpo, à biologia, ao crescer, exclusivamente, mas ao ser e estar, ao viver, ao relacionar. Há uma variedade de infâncias a partir de diferentes culturas, não consistindo em um fenômeno único e universal.

Partindo de tais fatos, melhor seria falar em *infâncias e adolescências*, como fenômenos permeados por diferentes realidades e características. É a partir disto também que incorporamos esse pensar amplo para uma investigação fundamentalmente jurídica. Significa dizer que, além do reconhecimento da pluralidade de infâncias pela variedade de suas inserções sociais, de suas brincadeiras, modos de ser e estar, reconhecemos essa pluralidade porque há múltiplos fatores que incidem sobre elas, enfaticamente de ordem econômica e de acesso a direitos, que constituem essas experiências de modo muito divergente quando confrontadas. São, em outras palavras, experiências muito diversas sobre respeito e dignidade.

Trata-se do caso de pensar sobre uma infância que se desenvolve no seio de uma família com acesso a recursos econômicos em abundância e de confrontá-la com uma outra infância, bastante comum, que não possui sequer moradia com tratamento de esgoto e acesso à água potável, além de enfrentar a pobreza monetária, a fome e a exploração do trabalho infantil.

Considerar que essas realidades divergentes estão presentes no “mesmo Brasil” torna-se imprescindível para examinar como determinadas crianças e adolescentes enfrentam maiores obstáculos às condições básicas de existência, de dignidade e de gozo dos seus direitos – ainda que desfrutem da mesma condição perante a lei.

Neste ânimo é que tomamos empréstimo da ideia de “pluriverso”, porque parece pertinente referir-nos à pluralidade de infâncias e adolescências, para a pluralidade de universos, os quais coexistem, como também dualizam-se. Teoricamente tratando desta ideia, Marina Di Napoli Pastore (2020) explica que o conceito de *pluriverso* foi desenvolvido pelo antropólogo Massimo Canevacci, quando este aborda as culturas juvenis e defende a inexistência de uma visão unitária e global capaz de resumi-las em um código.

A criança se diferencia do adulto, como também das outras crianças e adolescentes, diante dos diversos grupos e classes sociais em que estão inseridos(as). Por isso, também, que é equivocado abordar o tema a partir da crença de que a população infantil seja homogênea. Em concretude, crianças e adolescentes têm “percursos sociais diferenciados” (PINHEIRO, 2006, p. 37) e convivem, sob diferentes proporções, com a efetividade e a violação de seus direitos mais básicos.

Diante desses motivos, ousamos falar não em “universo da infância e da adolescência”, mas em *pluriverso das infâncias e adolescências*, para efeito de narrar, conhecer, analisar e expor as diferentes realidades, vivências, obstáculos e dificuldades na efetivação dos direitos reconhecidos e consagrados a meninas e meninos no país. Nesse sentido, podemos reler a passagem de Zezé para considerar que muitas e diversas são as causas de sofrimento aos infantoadolescentes brasileiros, embora não seja possível falar da mesma pluralidade quanto àqueles que protegem, cuidam, respeitam e efetivam a qualidade de pessoa humana.

A violência contra os mais jovens segue sendo um elemento persistente, mesmo sob um Estado Democrático de Direito, cujos índices permanecem altos². Apontamos que os dois maiores obstáculos ao saudável e digno desenvolvimento de meninas e meninos no país são, pois, a violência e a pobreza multidimensional, essa última no sentido de privação múltipla de direitos. Tais impasses ofendem o gradual reconhecimento de direitos humanos a esta população, bem como simbolizam afronta a viver uma vida que valha a pena viver (isto é, uma vida digna).

² A pretexto, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em parceria com o Unicef, divulgou em outubro de 2021 o *Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil*. Os dados, estarrecedores, confirmam as graves violações de direitos a que meninas e meninos estão expostos no país.

O direito da criança e do adolescente ao respeito a partir da Doutrina da Proteção Integral

A Doutrina da Proteção Integral é de tamanha importância ao Direito da Criança e do Adolescente e ao ordenamento jurídico como um todo, vez que é a partir dela que, pela primeira vez, crianças e adolescentes titularizaram direitos fundamentais como pessoas humanas que são (AMIN, 2014a). Um novo paradigma que permitiu “repensar profundamente o sentido das legislações para a infância, transformando-as em instrumentos eficazes de defesa e promoção dos direitos humanos específicos de *todas* as crianças e *todos* os adolescentes”, conforme nos ensina Emilio García Méndez (1998, p. 32). A nova doutrina rompeu com a velha, a Doutrina da Situação Irregular, e passou a fundamentar um novo tratamento a crianças e adolescentes – não apenas no Brasil, como também na América Latina em geral (MÉNDEZ, 1998).

A Doutrina da Proteção Integral representou profunda mudança e divergência à Doutrina da Situação Irregular, sua predecessora. Ainda que muitas práticas encontrassem larga ocorrência na sociedade, sua consagração sobreveio com o fito de vislumbrar um novo tempo de dignidade a meninas e meninos, conformando uma ruptura para novos costumes. Tamanha é a conversão, que é possível dizer que, no cenário brasileiro, é apenas com essa Doutrina que podemos tratar do respeito como um direito para crianças e adolescentes. Em verdade, apenas com ela é que esse público passou a titularizar direitos.

O sentido de “doutrina” no campo do Direito da Criança e do Adolescente possui um sentido próprio. Veronese (2020, p. 82) explica que, nesta seara, “[...] a expressão ‘doutrina’ diz respeito, na realidade, a toda uma evolução na normativa internacional e nacional na construção e conteúdo dos direitos afetos às crianças e adolescentes”. O sentido dessa doutrina repousa no fato de que toda criança e todo adolescente merecem e titularizam direitos da pessoa humana, além de “[...] direitos próprios, especiais que, em razão de sua condição específica de pessoas em desenvolvimento, estão a necessitar de uma proteção especializada, diferenciada e integral” (VERONESE, 2020, p. 118).

Os precedentes históricos da Doutrina da Proteção Integral incluem questões nacionais e internacionais. O primeiro momento em que a referida doutrina se constituiu como marco normativo decorre da Declaração de Genebra sobre os Direitos da Criança, de 1924, a qual situou a criança sujeito, reconhecendo as suas necessidades, dentre as quais de cuidado e proteção (VERONESE, 2020). Após essa primeira conquista, outras disposições seguiram a mesma linha, a exemplo da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, ao que se somam a Declaração Universal dos Direitos da Criança (1959) e a Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989 (VERONESE, 2020).

“A construção histórica da Doutrina da Proteção Integral revela, pois, a sua longa trajetória histórica, até que tenha alcançado o atual modelo protetivo [...]”, a implicar “significativas alterações de valores, de concepções, das regras jurídicas” (VERONESE, 2020, p. 89). A nível constitucional, a referida doutrina obteve triunfo somente no texto promulgado em 1988, como resultado da intensa atuação da sociedade civil, com destaque ao protagonismo das próprias crianças e adolescentes, que se articularam para buscar o reconhecimento de direitos. Uma prática de defesa inédita capitaneada pelo Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (PINHEIRO, 2006).

“Foram múltiplas mãos e diversificadas palavras – práticas e discursos – de adultos, crianças e adolescentes que forjaram as práticas de afirmação de direitos, que tinham no movimento em defesa dos direitos da criança e do adolescente seu pilar principal” (PINHEIRO, 2006, p. 180). Não é sem motivo que a Constituição resultante dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte 1987-1988 foi chamada de *Constituição Cidadã*. Ela “não só” previu instrumentos de participação popular e um conjunto de direitos fundamentais irrevogáveis, como resultou da intensa participação da própria sociedade, de organizações, movimentos sociais e agentes, os quais pressionaram a Assembleia para o reconhecimento e a defesa dos direitos, mormente, aqui, de crianças e adolescentes.

Em pesquisa que considera a realidade brasileira e a de demais países latino-americanos, Méndez (1998) elenca traços centrais que identificam as legislações baseadas na Doutrina da Proteção Integral. São oito pontos, que incluem: a definição de funções a determinados agentes, a desvinculação dos problemas sociais como de caráter apenas individual, a afirmação de princípios, de objetivos e a consideração de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos. Nas palavras do próprio pesquisador, o primeiro traço central é que, “sem ignorar a existência de profundas diferenças sociais, as novas leis se propõem a ser instrumento para o conjunto da categoria infância e não somente para os que estão em circunstâncias particularmente difíceis” (MÉNDEZ, 1998, p. 33). No caso da experiência brasileira, a forma como as leis inicialmente distinguiram a criança do adulto ocorreu essencialmente no aspecto penal e, quando de diplomas específicos, não se destinavam a todas as crianças ou adolescentes, mas apenas sobre aquelas(es) que recaía a designação de “menor”.

Com base em um novo paradigma, as legislações mudaram seu foco. Agora, não mais selecionavam a quais crianças e adolescentes suas disposições eram aplicáveis, e seus mandamentos passaram a se destinar a todo um conjunto de pessoas, cujo critério se tornou, em essência, um fator objetivo, etário, cronológico. As discriminações admissíveis passaram a ser apenas aquelas consideradas positivas, assim entendidas como as medidas que buscam

equilibrar situações de desigualdade. Tais providências ensejam um tratamento diferenciado “[...] a grupos historicamente discriminados com o objetivo de corrigir desvantagens causadas pela discriminação negativa – a que causa prejuízos e desvantagens” (ALMEIDA, 2021, p. 34)³.

Outro traço central diz respeito a órgãos e agentes do sistema de justiça. Com base na Doutrina da Proteção Integral, o Poder Judiciário e seus membros já não são semelhança de um “bom pai de família”, mas cumpridores do Direito e dos princípios de justiça. Por isso que Méndez (1998, p. 33) fala de hierarquização da função judicial, pois lhe é devolvida a missão específica de dirimir conflitos de natureza jurídica. Ainda, “nas legislações mais avançadas desse tipo, não somente é prevista a presença obrigatória do advogado, mas também se outorga ao Ministério Público função importantíssima de controle e contrapeso”. A esses agentes incumbe garantir a efetividade e a proteção dos direitos e da dignidade de crianças e adolescentes, não lhes competindo, todavia, atuar de forma arbitrária e sem observância das regras jurídicas e garantias constitucionais.

O terceiro elemento central consiste em uma mudança quanto à ideia de situação irregular. Já não é mais a criança ou o adolescente que pode ser considerada(o) “irregular”, condição que, a depender do caso, pode recair sobre a sociedade ou a pessoa responsável por determinada instituição. Ao mesmo tempo, retira-se o caráter individual dos problemas de ordem estrutural, para efeito de percebê-los como resultado de ações e omissões públicas, não como desajuste, patologia ou delinquência.

Neste novo paradigma, assegura-se o princípio da igualdade perante a lei, cuja aplicabilidade se mostra bastante interessante quando do processamento dos atos análogos à infração penal cometidos por adolescentes. Nesses casos, Méndez (1998) afirma que o binômio impunidade-arbitrariedade é substituído por outro, pelo binômio da severidade-justiça. Afirma isso, considerando que, sob a égide da velha doutrina, havia um duplo tratamento a partir de situações idênticas quanto ao fato, mas diversas em sua autoria. No caso dos conflitos de natureza penal – para usar expressão do próprio investigador –, tornava-se comum a declaração

³ A título de exemplo de uma discriminação positiva, podemos mencionar o programa de apadrinhamento de crianças e adolescentes, previsto pelo artigo 19-B da Lei nº 8.069/1990, acrescentado pela Lei nº 13.509/2017. O objetivo do apadrinhamento é estabelecer e proporcionar vínculos externos aos de instituições de acolhimento em que crianças e adolescentes se encontrem, com o intuito de efetivar direitos fundamentais já relativizados, a exemplo do direito à convivência familiar e comunitária, bem como colaborar com o desenvolvimento infantoadolescente. Embora crianças e adolescentes de todas as idades possam vir a se encontrar em acolhimento institucional ou familiar, o próprio texto do Estatuto prevê uma prioridade no apadrinhamento com relação àquelas que se encontrem em remota possibilidade de reinserção familiar ou de colocação em família adotiva (artigo 19-B, § 4º). Estão nesta condição, frequentemente, aquelas e aqueles que já são adolescentes, com deficiência ou que possuam doenças (BRASIL, 2020). Neste sentir, o próprio dispositivo prevê um tratamento diferenciado a tais crianças e adolescentes, pelo fato de elegê-los como prioritários no âmbito do programa, com vistas a corrigir ou amenizar as dificuldades que já enfrentam, quando comparados com os demais.

jurídica como irrelevante dos “delitos graves cometidos por adolescentes pertencentes às classes média e alta” (MÉNDEZ, 1998, p. 26). Em contrapartida, a infância pobre estava constantemente sob risco de internações arbitrárias, cujos motivos se baseavam na mera falta de recursos materiais. O respeito, se eventualmente observado, possuía um recorte econômico bastante delimitado.

À luz da Doutrina da Proteção Integral (e como decorrência do próprio princípio da igualdade), tais casos de impunidade e de arbitrariedade, respectivamente, são comutados pelo tratamento jurídico isonômico, dando ao primeiro a severidade de que necessita e ao segundo a justiça de que tanto anseia. Semelhante a este traço, soma-se o de que se eliminam as internações não vinculadas a fatos que correspondam a atos infracionais (MÉNDEZ, 1998).

Poderíamos dizer que todas as novas medidas decorrem de um elemento-chave, traduzido pela consideração de que a infância e a adolescência são fases da vida humana dignas de todo o respeito. Assim, crianças e adolescentes são pessoas humanas inteiras, são plenos sujeitos de direitos. A Doutrina da Proteção Integral, portanto, faz *jus* à designação que lhe fora atribuída por Costa (1990), no sentido de que promoveu uma verdadeira “revolução copernicana” no tratamento da criança e do adolescente.

Embora não enunciada de forma literal, a recepção dessa doutrina ocorreu através do artigo 227 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. A regulamentação ocorreu dois anos mais tarde, através do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal de nº 8.069, de 13 de julho de 1990), neste que é um exemplo de aplicação rigorosa do novo paradigma (MÉNDEZ, 1998). No primeiro artigo do Estatuto, o documento antecipa que a referida lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. Exemplifica seus direitos fundamentais, com base na referida doutrina, na condição da pessoa humana e com foco no seu pleno desenvolvimento.

A proteção integral também é anunciada quando dos princípios que regem a aplicação das medidas de proteção (artigo 100, inciso II), sob “proteção integral e prioritária”, que significa a interpretação e a aplicação de toda e qualquer norma contida no Estatuto orientada à proteção em todos os aspectos do desenvolvimento e de forma prioritária dos direitos de que crianças e adolescentes são titulares (BRASIL, 1990). Outros princípios inclusos no diploma consistem em: da condição da criança e do adolescente como sujeitos de direitos; da responsabilidade primária e solidária do poder público; do interesse superior da criança e do adolescente; da privacidade; da intervenção precoce; da intervenção mínima; da proporcionalidade e atualidade; da responsabilidade parental; da prevalência da família; da obrigatoriedade da informação; e da oitiva obrigatória do infantoadolescente e de sua

participação (BRASIL, 1990).

Nas palavras de José Ricardo Cunha (2009, s.p.), a Doutrina da Proteção Integral consistiu em uma base filosófica ao Estatuto da Criança e do Adolescente, porque ela permitiu o abandono de uma visão preconceituosa, menorista, seletiva e discriminatória. Ademais, com ela, a consideração sobre este público deixa de ser pelo “prisma da incapacidade” a fim de que fossem (e que sejam) vistos como “sujeitos de direito, ou seja, capazes para exercerem seus direitos fundamentais e os deveres que deles derivam, respeitada, naturalmente, sua situação de pessoa em condição peculiar de desenvolvimento”. Não se trata, pois, do “grande” *versus* o “pequeno”, mas do “pequeno” digno de igual respeito ao “grande”, que, por assim ser, juridicamente não lhe é superior de qualquer forma e deve contribuir com o desenvolvimento peculiar daquele.

Das quatro representações sociais sobre a criança no pensamento social brasileiro identificadas por Pinheiro (2006), é somente na última delas que se pode dizer que a totalidade de crianças e adolescentes é considerada como tal. Isso se explica pelo fato de que nas três primeiras representações – as quais percorrem o século XVIII e alcançam até meados dos anos 1970 – há uma seletividade sobre elas, o que reflete em termos de tratamento, de instituições, de valores e de normas. Assim, a universalização de direitos é própria deste novo tempo, desta nova Doutrina – independentemente da condição social, econômica, de origem, crença, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, local de moradia ou qualquer outra condição.

Pinheiro (2006) argumenta, inclusive, que a universalização dos direitos é um princípio central para a Doutrina da Proteção Integral, o que possibilita sustentar indiscriminadamente a representação de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos. A novidade da Constituição de 1988 e desta doutrina, argumenta a autora, é que elas diferem da tradição brasileira, na qual não se reservava um lugar social para a *maioria* das crianças e dos adolescentes (ou se destinava um “não-lugar”). Essa maioria era formada, expressamente, por crianças sem infância, face à ausência de direitos, frequentemente composta por aquelas atingidas pela pobreza econômica.

A visibilidade e a invisibilidade compunham as duas faces de uma mesma moeda, tanto uma quanto a outra voltadas, até o reconhecimento da criança e do adolescente como sujeitos de direitos, para uma ação objetificante. A visibilidade para efeito de controle, de disciplina e de repressão não se dirigia a todas as crianças e adolescentes, mas, especialmente, àquelas em condição de pobreza (PINHEIRO, 2006). O surgimento desta concepção da criança e do adolescente como sujeitos de direitos é a mais recente. Nela, dois princípios são fundamentais: “a igualdade perante a lei e o respeito à diferença” (PINHEIRO, 2006, p. 81).

Trata-se de uma perspectiva de inclusão, que se opõe à segmentação verificada nas três representações anteriores, consoante Pinheiro (2006). Já o respeito à diferença propõe considerar a criança e o adolescente como pessoas em condição peculiar de desenvolvimento. Uma diferença que não legitima a desigualdade, mas, por outra via, estimula a compreensão de que há necessidades próprias do período de desenvolvimento, a exigir um cuidado diferenciado. Neste caso, além dos direitos básicos da pessoa humana, esse público titulariza os especiais, que correspondem ao seu peculiar estágio. “A criança e o adolescente são, nesta perspectiva, o outro diferente, mas não o outro inferior” (PINHEIRO, 2006, p. 82).

Somados a esses princípios, há características bastante próprias da Doutrina da Proteção Integral. Um dos elementos de reconhecimento da criança e do adolescente como sujeitos de direitos está na comunidade – este grupo de pessoas mais próximas da criança, como a vizinhança do bairro – e as práticas sociais que se dão dentro dela. A convivência comunitária é, inclusive, um direito expressamente assegurado no texto constitucional e no texto estatutário. A outra característica – e essa consideramos elementar pressuposto ao direito ao respeito – é a oitiva, ou seja, a participação e a tomada de decisão por parte das próprias crianças e adolescentes. Ela se mostra presente no procedimento que apura a ocorrência e a autoria de ato infracional, na tomada de decisão sobre o instituto da guarda e da adoção, bem como nas decisões que lhe dizem respeito, por exemplo.

Nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente, há situações nas quais a oitiva da criança e do adolescente é importante e necessária. No caso da colocação em família substituta, a criança e o adolescente devem ser previamente ouvidos por equipe interprofissional, sempre que possível, medida a ser feita atenta ao estágio de desenvolvimento e ao grau de compreensão. A opinião da criança e do adolescente deve ser devidamente considerada (artigo 28, § 1º) (BRASIL, 1990).

No caso da adoção, por exemplo, o Estatuto determina que, quanto ao adotando adolescente, será necessário o seu consentimento para tanto (artigo 45, § 2º) (BRASIL, 1990). A respeito, interessante a constatação de Joana Ribeiro e Josiane Rose Petry Veronese (2021, p. 90), porque recordam de que falar e ser ouvido(a) não se inserem apenas nas permissões expressas do ordenamento, mas decorrem de princípio vinculado à Doutrina da Proteção Integral. Nesse sentir, crianças e adolescentes têm “também o direito de querer e solicitar ser ouvida pelo juiz, a qualquer tempo, para expressar suas angústias, desejos e necessidades”. Corporifica-se, assim, a própria noção de cidadania, que não se desvincula da ideia de participação, escuta e respeito, todos próprios da concepção de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos.

[...] a representação social da criança e do adolescente como sujeitos de direitos parece constituir uma ruptura, no que concerne às visões, às concepções que lhe antecederam, por ser a primeira representação a reconhecer **todas** as crianças e adolescentes como portadores de direitos, e, portanto, a reconhecer a sua condição de cidadania. (PINHEIRO, 2006, p. 85, grifo nosso).

As diferentes infâncias e adolescências são contempladas com os mesmos princípios, regras, normas e tratamentos, e não somente aquelas pertencentes às classes mais pauperizadas. Assim sendo, o pluriverso das infâncias e adolescências recebe a mesma titularidade, a de sujeito de direitos, detentor de proteção integral e da qualidade de prioridade absoluta.

Tendo em vista um passado recente marcado por práticas bastante diversas das que agora se almejavam, o plano dos fatos encontraria diversos desafios para se harmonizar com a referida doutrina, mas não apenas isso. O perfil da sociedade brasileira contemporânea estaria marcado por um abismo entre as populações ricas e pobres (PINHEIRO, 2006). O agravamento dessa situação, que já se apresentava nos anos 1970-1980, ainda faz parte da sociedade brasileira e se constitui em obstáculo colossal para a operabilidade integral de determinados diplomas normativos.

A aprovação, principalmente, dos artigos 227 e 228 do texto constitucional recompensou os esforços que a sociedade empreendeu, com o fito de a Constituição incluir os direitos fundamentais de crianças e adolescentes, reconhecendo-lhes, por consequência, como plenos titulares desses direitos. Amin (2014b) nomina tal impacto, a ser observado do texto de 1988 como um todo, de “revolução constitucional”, tamanha a mudança paradigmática. De acordo com a mesma autora, essa sensibilidade às demandas sociais, que consagrou crianças e adolescentes como pessoas humanas, pôs o Brasil no seletorol das nações mais avançadas na defesa dos direitos infantoadolescentes.

Aprovado em treze de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente passou a dar concretude tanto às disposições constitucionais quanto à própria Doutrina da Proteção Integral, dando envergadura à “revolução copernicana” (COSTA, 1990). Dividido em duas grandes partes, em um primeiro momento, o Estatuto contém uma declaração mais detalhada sobre os direitos fundamentais anunciados na Constituição Federal de 1988, no seu artigo 227. Já no segundo momento, em sua parte especial, são previstos os mecanismos necessários para a garantia dos direitos inscritos anteriormente.

Parafraseando Luis Alberto Warat (2011) – pois nos parece indispensável –, direitos sem garantias são meras promessas de amor. Adaptando a esta análise, o detalhamento de direitos fundamentais a crianças e adolescentes nos mais de oitenta artigos que compõem a parte geral

do Estatuto não mais seriam do que palavras e meras promessas de amor se não contassem com instrumentos, órgãos e agentes capazes de torná-los concretos e de provocar a responsabilidade dos que os violam. A garantia, neste caso, desponta da integração sistemática das duas partes, para conformar uma política de atendimento à criança e ao adolescente, que se baseia tanto no repertório de direitos quanto nos mecanismos (CUNHA, 2009).

A previsão de direitos especiais à criança e ao adolescente não se contentou, é dizer, em aguardar passivamente sua efetivação por parte do Estado ou de outros agentes. Dizemos isso considerando que o Estatuto da Criança e do Adolescente permite a reivindicação dos direitos quando não atendidos ou violados, seja pelo poder público seja por pessoas individualmente consideradas. A respeito, Veronese (2020) destaca que aquele possibilita pleitear em juízo, com foco na proteção dos interesses infantoadolescentes, a partir de diversos tipos de demanda. Em vista disso, é interessante notar como o Poder Judiciário foi conformado nessa mudança de paradigmas a partir da transição entre a Doutrina da Situação Irregular para a Doutrina da Proteção Integral.

De uma perspectiva em que a figura do juiz era centralizadora e com larga margem de atuação, passamos a um novo modelo, o democrático, no qual a centralidade se dilui e promove a participação em rede. Nesta nova concepção, o protagonismo do Poder Judiciário se restringe à sua função típica: a de julgar (AMIN, 2014b). Aí reside, pois, um ponto de bastante diferença com a doutrina pretérita. Um “[...] processo de transformação do próprio Poder Judiciário, o qual passa a ser um instrumento de expansão da cidadania” (VERONESE, 2020, p. 120). Cuida-se do princípio da descentralização político-administrativa, a partir do qual o município e a comunidade são competentes – e possuidores de um dever legal – na proteção e na efetivação dos direitos da criança e do adolescente.

O Estatuto reúne, a bem da verdade, um conjunto de temas afetos às infâncias e adolescências, motivo pelo qual é considerado um microssistema, composto de regras e princípios. Ele reúne normas de diferentes ramos do Direito, de caráter material e processual, com extenso campo de abrangência: disciplina princípios de interpretação, política legislativa, tipos penais, infrações administrativas, medidas judiciais e extrajudiciais, dentre outros. Assim, é possível dizer que o termo *estatuto* “foi de todo próprio, porque traduz o conjunto de direitos fundamentais indispensáveis à formação integral de crianças e adolescentes, mas longe está de ser apenas uma lei que se limita a enunciar regras de direito material”. Isso se deve ao fato de que o Estatuto “trata-se de um verdadeiro *microssistema* que cuida de todo o arcabouço necessário para efetivar o ditame constitucional de ampla tutela do público infantojuvenil” (AMIN, 2014b, p. 50, grifo nosso).

O Estatuto também pode ser considerado uma espécie de “regimento interno” da Doutrina da Proteção Integral, motivo pelo qual encontra resistência por parte daqueles que ainda estão orientados e que agem de acordo com o paradigma da Doutrina da Situação Irregular (CUNHA, 2009). Embora crianças e adolescentes não mais sejam considerados objetos de proteção assistencial, de controle e repressão, e sim titulares de direitos subjetivos, há desafios para a implementação do sistema de garantias, o que, por consequência, compromete a efetivação dos ditos direitos. Por isso que Amin (2014b) adverte para a indispensabilidade de romper com o passado, e não apenas no aspecto formal, como já ocorreu com a Constituição e o Estatuto, mas no plano prático.

Neste sentido, Cunha (2009, s.p.) externaliza uma angústia não apenas sua, a partir de corriqueiras insurgências que, ao vislumbrarem o problema da inefetividade, se apoiam na norma como culpada por esta expectativa, e não na própria sociedade e no Estado, que são, em grande medida, responsáveis pelo não cumprimento dela: “Muito se comenta sobre o cabimento do Estatuto na realidade brasileira, tão marcada por injustiças e contradições. Alguns dizem ser uma lei boa, mas para países como a Suíça, por exemplo”. Destacamos nosso posicionamento a respeito, pois entendemos que o Estatuto é uma norma, uma realidade não acabada, dinâmica como tal e que, sozinha, não promove mudanças radicais na sociedade. Contudo, nem por isso é menos importante, principalmente quando dela decorrem mudanças paradigmáticas e quando ela mesma é fruto de esforços do próprio grupo que com ela se beneficia.

Logo, o fato de o Estatuto da Criança e do Adolescente ter como base a proteção integral enfatiza o modo que, se não traduz a realidade, é o que dela se espera. O problema, portanto, não se restringe à lei em si, mas na distância que se implementa entre ela e seus destinatários. Vale pontuar que o Estatuto goza de respeito e entusiasmo diante de toda a comunidade internacional, como Cunha (2009, s.p.) destaca, “[...] sendo, inclusive, apontado como a norma interna que mais se alinha com a Convenção Internacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (ONU, 1989)”. E arremata: “Além disso, o simplismo de tal opinião levaria a crer que para uma realidade ruim deveríamos ter, também, leis ruins”.

O núcleo da Doutrina da Proteção Integral se assenta na ideia, convertida em princípio, de que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos. Nominar esse processo como princípio pressupõe reconhecer o caráter lógico e basilar que o preceito assume neste campo do conhecimento. Em definição de Amin (2014a, p. 52), podemos entender a Doutrina da Proteção Integral enquanto “formada por um conjunto de enunciados lógicos, que exprimem um valor ético maior, organizada por meio de normas interdependentes que reconhecem criança e adolescente como sujeitos de direito”. Este valor ético maior e a sistemática da doutrina

integram de modo perfeito com o princípio fundamental da dignidade da pessoa humana (AMIN, 2014a). A consagração desses princípios resultou na estrutura do Estatuto, com um destaque especial ao seguinte artigo, que reforça os direitos fundamentais da criança e do adolescente:

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Parágrafo único. Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016). (BRASIL, 1990, s.p.).

Como afirmado anteriormente, o Estatuto diferencia *criança* de *adolescente*, de modo diverso às normativas internacionais, que optam apenas pelo uso do termo *criança*. De uma forma ou de outra, ao diferenciar este grupo como tal, principalmente no seu artigo 2º, o Estatuto se referiu ao “estado” de criança e de adolescente, “quis caracterizar aqueles seres humanos em peculiares condições de desenvolvimento, devendo ser, em todas as hipóteses, ontologicamente respeitados” (VERONESE, 2017, p. 5). Esse respeito é assegurado pelos próprios princípios do paradigma da proteção integral.

Nesta ordem jurídica configurada pela Doutrina da Proteção Integral e, conseqüentemente, pela representação da criança e do adolescente como sujeitos de direitos, os integrantes dessas faixas etárias titularizam direitos. Pela ordem jurídica pós-1988, crianças e adolescentes são destinatários de todos os direitos inerentes à pessoa humana, cuja ressalva, apenas, é no que se refere ao seu estágio de desenvolvimento. Assim, o direito à igualdade, à segurança, à manifestação do pensamento (por exemplo), inclusos no artigo 5º da Constituição de 1988, também lhe são próprios, cuja aplicação no caso concreto deve levar em conta o respeito ao período peculiar de pessoa em múltiplo desenvolvimento.

A concretização dos direitos fundamentais ganhou nova significação, tendo em vista a particular fase em que se encontram infantoadolescentes. Pensando nisso é que Diniz, Camurça e Melo Neto (2018, p. 356) afirmam a necessidade de interpretação: “Interpretar os direitos fundamentais de crianças e adolescentes, portanto, é um exercício que depende da conjugação destes dois princípios fundamentais, o princípio da Condição Peculiar de Desenvolvimento e o princípio do Sujeito de Direitos”. A aplicabilidade de regras e princípios com vistas à condição peculiar do estágio de desenvolvimento da criança e do adolescente contém em si a ideia do

respeito, o que se mostra tangível em exemplos, como é o caso do direito à sexualidade. Se interpretado sob o ponto de vista adulto, “a prática consentida da relação sexual é, claramente, uma das formas de exercício deste direito”. O mesmo, contudo, não se pode dizer a crianças e adolescentes.

Especialmente com relação à criança, não há que falar no exercício deste direito nas mesmas condições da pessoa adulta, sob pena, inclusive, de se praticar contra ela inúmeras formas de violência. Ao mesmo tempo, isso permitiria reduzi-la à condição de “mini adulto”, por se ignorar, justamente, a sua condição, exigindo dela um comportamento em igualdade de condições com adultos. Assim, em determinadas circunstâncias, há que se refletir sobre a possível concretização de tais direitos por modos distintos entre crianças, adolescentes e adultos, dado o peculiar desenvolvimento dos primeiros.

Com essas observações, portanto, crianças e adolescentes possuem os direitos inerentes a toda e qualquer pessoa, somados aos destacados pelo texto constitucional em seu artigo 227, *caput*: direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, *ao respeito*, à liberdade, à convivência familiar e comunitária e a receber tratamento não violento, discriminatório e negligente (BRASIL, 1988). Direitos reiterados pelo artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente.

É possível extrair do que discurremos até aqui que o respeito é uma tônica que percorre toda a ideia de proteção, especialmente de uma proteção integral, relativa a todos os aspectos que envolvem viver bem e de forma digna para crianças e adolescentes. O dispositivo constitucional (art. 227) merece mais um destaque, que versa expressamente sobre o *direito ao respeito*. Cuida-se de algo que o texto constitucional trata exclusivamente nesse artigo, isto é, de maneira literal somente no contexto da proteção à infância e à adolescência, enfatizando o respeito como um direito de que são titulares esses grupos etários. Tal necessidade está intimamente relacionada com a condição de pessoa humana, embora não sejam raros os casos de sua negação, desconsideração e objetificação.

O direito ao respeito é íntimo da dignidade e do próprio direito à vida, que não se confunde com a ideia de sobrevivência. Cuida-se do direito a viver uma vida digna, plena, respeitada, protegida, sem ameaça constante da violência, da dor, da fome e da morte. A ideia de respeito perpassa, como é possível notar, os diferentes dispositivos que conferem e reconhecem direitos a crianças e adolescentes, destacando que não apenas o futuro importa, como também, enfaticamente, o seu presente. E o seu presente, vale anotar, é urgente.

Tal relevância se expressa no próprio Estatuto. Não fosse suficiente a ideia de prioridade, que já significa a eleição de um tema como de maior urgência, previu-se que a vida

de meninas e meninos constitui uma prioridade *absoluta*, tanto no texto do Estatuto da Criança e do Adolescente (artigo 4º) quanto na própria Constituição de 1988 (artigo 227). A norma estatutária, inclusive, dispôs exemplos de aplicação desta prioridade, que incluem: primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias; precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas; destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude (BRASIL, 1990).

Uma prioridade que percorre o orçamento público, os serviços básicos, a prestação de cuidados emergenciais, a formulação de políticas públicas, isso em todas as unidades e esferas da Federação. Os termos *primazia*, *precedência*, *preferência* e *privilegio*, se não fosse expressa a intenção de uma inquestionável prioridade, fariam as vezes da ideia de absoluta prioridade, a imprimir um conjunto de medidas para assegurá-la. Os exemplos antes mencionados não possuem o intuito de exaustivamente dispor sobre as situações em que se deverá assegurar prioridade para crianças e adolescentes. Trata-se de rol exemplificativo, que pode ser sintetizado na seguinte ideia: “[...] a criança e o adolescente deverão estar em primeiro lugar na escala de preocupação dos governantes” (VERONESE, 2017, p. 7).

O modelo atual, inspirado e elaborado a partir da Doutrina da Proteção Integral, compromete todas as pessoas. É importante termos em mente que a responsabilidade sobre a dignidade, a proteção e a efetivação dos direitos de crianças e adolescentes não pode ficar a cargo, somente, da ação social, tampouco como obrigação exclusiva ou prioritária do poder público. Por isso que falamos em socialização da responsabilidade, o que pode ser lido como dever coletivo de respeito pela vida e pela dignidade de crianças e adolescentes. De modo expreso, o texto constitucional e o Estatuto da Criança e do Adolescente destacam que é dever também da sociedade e da comunidade assegurar a efetivação dos direitos de crianças e adolescentes, bem como colocá-los a salvo de situações que ameacem ou que violem tais direitos. A regulamentação da Doutrina da Proteção Integral previu instrumentos de operação desta socialização, a exemplo da criação de um órgão não jurisdicional (o Conselho Tutelar) e dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, consagrando-se juridicamente a articulação de esforços do Estado e da sociedade civil (MÉNDEZ, 1998).

Nisso, recordamo-nos de um oportuno provérbio africano. Segundo ele, “é preciso de uma aldeia inteira para educar uma criança”. Neste momento, pedimos licença para relê-lo enquanto processos de criar e de proteger. É preciso, portanto, de uma “aldeia inteira” para *criar* uma criança, e nos parece que o Estatuto da Criança e do Adolescente, com base na Doutrina da Proteção Integral, consente e acolhe este mesmo provérbio com grande afinco. Um sistema

de garantia de direitos é conformado para dar efetividade à condição de detentores de direitos subjetivos, no qual a gestão conjunta entre poder público e a sociedade é a tônica. Neste novo modelo, democrático e participativo, família, comunidade, sociedade e Estado são cogestores. A atuação não é seletiva às infâncias e adolescências pobres, mas deve ser focada à efetivação do respeito e de todas as crianças e adolescentes. Um sistema para todas as infâncias, sem discriminação de qualquer ordem.

Considerações finais

O plano da realidade e o da ficção contêm diversos exemplos das adversidades para a vida plena e o desenvolvimento integral de meninas e meninos, especialmente pensando sobre a realidade brasileira. Na condição de pesquisadoras, a inquietude pela lente jurídica nos convoca a delinear mudanças necessárias nesse contexto e o aparato de fundamentação necessário, tudo com vistas à efetivação prática do que se convencionou nominar como direitos e garantias fundamentais de que crianças e adolescentes são titulares.

A presente pesquisa foi movida por duas espécies de “molas”, na forma dos seguintes questionamentos: o que compreende o direito ao respeito quando falamos de crianças e adolescentes? Quais são os elementos jurídicos que subsidiam esta análise? Percorrido o percurso metodológico da pesquisa (método hipotético-dedutivo) e alcançando o momento final deste breve estudo, mostra-se imperioso reconhecer que o direito ao respeito se manifesta de diversas formas, cuja perceptibilidade em casos concretos é mais aguda quando da sua ausência, isto é, quando da violação do direito ao respeito.

O referido direito compreende implicações judiciais e extrajudiciais. Em termos jurídicos, o direito ao respeito vem galgando espaço fundamentalmente pela ótica de efetividade de direitos, de garantias, de viver uma vida plena e com dignidade. Assim mesmo, para muito mais do que a sobrevivência (condição na qual tantos e tantas são, ainda, fortemente submetidos). O direito ao respeito, assim, está intimamente relacionado à representação social da criança e do adolescente como sujeitos de direitos.

Uma espécie de visualização desse direito é possível mediante mecanismos de cidadania (como a manifestação e a oitiva), somadas a outras que desejamos aqui destacar, quais sejam: a igualdade perante a lei, que permite a universalização de direitos; a atenção à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, a fim de que as diferenças sejam respeitadas; a não discriminação negativa; a constatação de que o respeito a todos perpassa pela dignidade humana e pela igualdade; a imperatividade do respeito *por* todos e todas em benefício de crianças e adolescentes, face à condição de prioridade absoluta.

Os pressupostos técnicos para se falar do respeito como um direito desse público emergem com o advento da Doutrina da Proteção Integral, isto é, após 1988 no cenário nacional, cujo aparato jurídico provém da Constituição da República Federativa de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069/1990). Após esses dois grandes marcos legislativos no país, outros foram aprovados e vêm sendo discutidos, nos quais, em certa medida, busca-se proteger, zelar e respeitar pelas vidas infantoadolescentes.

Assim mesmo, a edificação de um sistema à Doutrina da Proteção Integral foi possível, de modo bastante elementar, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, havendo um movimento circular entre ambos: assim como o Estatuto possibilitou a regulamentação infraconstitucional e as bases de concretização da Doutrina da Proteção Integral, ele foi por ela inspirado e fundamentado, de modo que o intuito na aplicação de seus preceitos é, justamente, promover a proteção integral para crianças e adolescentes. Uma proteção que pretende ser atenta a todas as necessidades e dimensões do desenvolvimento infantoadolescente, pensando em seu presente e em seu futuro, respeitando a sua condição humana e também peculiar de desenvolvimento. Dito de outro modo, a proteção integral é o fundamento e o fim do Estatuto da Criança e do Adolescente, contexto no qual o respeito assume elementar importância e pressupõe ver na criança uma soma de papéis que se articulam, se relacionam e se comunicam, para efeito de, independentemente do ambiente, das relações, das circunstâncias, ela ser visualizada como uma pessoa humana detentora e merecedora de amor, de respeito, de sua visão de mundo e de dignidade.

Em vigor desde 14 de outubro de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente assume a tarefa complexa, mas exitosa, de ser inspirado e de inspirar à plena e integral proteção de meninas e meninos. É a partir desta conjuntura que se pode falar em Direito da Criança e do Adolescente no Brasil, este ramo que, comparado aos demais, pode ser considerado bastante novo. Ele marca um novo tempo, um novo paradigma, cuja tarefa atual reside muito mais na sua concretização do que na construção de outras normas. Neste caminho, surgem alguns paradoxos, diante da distância que separa as conquistas normativas e a realidade social. Com isso, desafia-se a plenitude do respeito à dignidade para todas as crianças e todos os adolescentes, cuja realidade, embora por lei tenham tratamento universal, conformam seus próprios pluriversos de existência e de *sobrevivência*.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2021.
- AMIN, Andréa Rodrigues. Doutrina da proteção integral. In: MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade (coord.). *Curso de direito da criança e do adolescente: aspectos teóricos e práticos*. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2014(a). p. 52-58.
- AMIN, Andréa Rodrigues. Evolução histórica do direito da criança e do adolescente. In: MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade (coord.). *Curso de direito da criança e do adolescente: aspectos teóricos e práticos*. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2014(b). p. 43-51.
- BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. *Diagnóstico sobre o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento*. Brasília: CNJ, 2020.
- BRASIL. *Constituição de 1988*. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Assembleia Nacional Constituinte. 1988. [Redação original]. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 17 set. 2022.
- BRASIL. *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Presidência da República. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18029cons.htm>. Acesso em: 17 set. 2022.
- COSTA, Antônio Carlos Gomes da. A mutação social. In: COSTA, Antônio Carlos Gomes da. *Brasil criança urgente: a Lei 8069/90, o que é preciso saber sobre os novos direitos da criança e do adolescente*. São Paulo: Columbus, 1990. p. 38.
- CUNHA, José Ricardo. Estatuto da Criança e do Adolescente. *Fundação Getúlio Vargas – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil*, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/estatuto-da-crianca-e-do-adolescente>>. Acesso em: 30 out. 2021.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. Os direitos da criança. In: DALLARI, Dalmo de Abreu; KORCZAK, Janusz. *O direito da criança ao respeito*. São Paulo: Summus, 1986. p. 21-65.
- DELGADO, Ana Cristina Coll; MÜLLER, Fernanda. Em busca de metodologias investigativas com as crianças e suas culturas. *Cadernos de Pesquisa*, [São Paulo], v. 35, n. 125, p. 161-179, maio/ago. 2005.
- DIMENSTEIN, Gilberto. *O cidadão de papel: a infância, a adolescência e os Direitos Humanos no Brasil*. 13. ed. São Paulo: Ática, 1997.
- DINIZ, Juliana Campos; CAMURÇA, Eulália Emília Pinho; MELO NETO, Carlos Roberto Cals de. A palavra na interpretação da infância: uma análise do legado hermenêutico a partir da Constituição Federal. *Revista do Programa de Pós Graduação em Direito – NOMOS*, Fortaleza, v. 38, n. 2, p. 345-361, jul./dez. 2018. Disponível em: <<http://periodicos.ufc.br/nomos/article/view/33626>>. Acesso em: 10 fev. 2021.
- GALEANO, Eduardo. *De pernas pro ar: a escola do mundo às avessas*. Tradução de Sergio Faraco. Porto Alegre: L&PM Editores, 2011.
- KORCZAK, Janusz. O direito da criança ao respeito. Tradução de Yan Michalski. In: DALLARI, Dalmo de Abreu; KORCZAK, Janusz. *O direito da criança ao respeito*. São Paulo: Summus, 1986. p. 67-99.
- MÉNDEZ, Emilio García. *Infância e cidadania na América Latina*. Tradução de Angela Maria Tijiwa. São Paulo: Hucitec; Instituto Ayrton Senna, 1998. p. 11-12.
- MOSCOVICI, Serge. *A representação social da psicanálise*. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- PASTORE, Marina Di Napoli. *Brincar-brinquedo, criar-fazendo: entrelaçando pluriversos de infâncias e crianças desde o sul de Moçambique*. 2020. 325 f. Tese (Doutorado em Terapia Ocupacional) – Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional, Universidade Federal

e São Carlos, São Carlos, 2020. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/12307>>. Acesso em: 18 out. 2021.

PINHEIRO, Ângela de Alencar Araripe. *Criança e adolescente no Brasil: porque o abismo entre a lei e a realidade*. Fortaleza: Editora UFC, 2006.

RIBEIRO, Joana; VERONESE, Josiane Rose Petry. *Princípios do direito da criança e do adolescente e guarda compartilhada: estudos de casos com a família ampliada ou extensa*. Porto Alegre: Fi, 2021.

RIZZINI, Irene; KAUFMAN, Natalie Henever. Entre a garantia de direitos humanos e a realidade de vida das crianças e adolescentes em âmbito internacional. *Saúde e Direitos Humanos*, Brasília, ano 4, n. 4, p. 7-25, 2007. Disponível em: <<https://www.streetchildren.org/wp-content/uploads/2013/08/Entre-a-garantia.pdf>>. Acesso em: 9 dez. 2021.

VASCONCELOS, José Mauro de. *O meu pé de Laranja Lima*. 11. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1968.

VERONESE, Josiane Rose Petry. *Das sombras à luz: o percurso histórico-normativo do reconhecimento da criança e do adolescente como sujeitos de direitos – a Doutrina da Proteção Integral – sua incidência no Direito brasileiro e sua recepção na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça – período de junho de 2014 a maio de 2020*. 2020. 352 f. Tese (Pós-Doutorado em Direito) – Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

VERONESE, Josiane Rose Petry. Introdução. In: VERONESE, Josiane Rose Petry (org.). *Direito da criança e do adolescente: novo curso – novos temas*. Lumen Juris: Rio de Janeiro, 2017. p. 1-8.

VESCHI, Benjamin. Etimologia de universo. *Etimologia: origem do conceito*, [s. l.], 2019. Disponível em: <<https://etimologia.com.br/universo/>>. Acesso em: 12 out. 2021.

WARAT, Luis Alberto. Apresentação fora das rotinas à 1ª edição. In: ROSA, Alexandre Morais da. *Garantismo jurídico e controle de constitucionalidade material: aportes hermenêuticos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. p. XI-XIII.

Reflexões sobre o dueto família e gênero na política de saúde brasileira

Reflections on the duet of family and gender in Brazilian healthcare policy

Edilane Bertelli*

Keli Regina Dal Pra**

Michelly Laurita Wiese***

Resumo: O artigo analisa o dueto família e gênero como dimensões constitutivas das políticas de proteção social e, no caso específico, da estruturação da política de saúde no contexto brasileiro contemporâneo, cuja família configura-se num agente central, sem, no entanto, considerar a “consustancialidade” das relações sociais de classe, étnico-raciais e de gênero. A partir de revisão bibliográfica sobre cuidado, família e gênero sob a ótica de estudos feministas e, de pesquisa qualitativa com famílias inseridas em serviços de atenção domiciliar, abordam-se aspectos da relação família e gênero na atenção básica em saúde, seguida da relação família e gênero no Programa Melhor em Casa, e conclui-se com reflexões sobre o gênero do cuidado e o gênero no cuidado, cujas fronteiras, a despeito de não serem fixas e lineares, nas sociedades capitalistas ocidentais tenderam, historicamente, a circunscrevê-las na esfera privada e doméstica da família associada ao feminino e, comumente, separada e oposta à esfera pública associada ao masculino, reproduzindo determinada divisão sexual do trabalho.

Abstract: This article analyzes the duet of family and gender as dimensions that are constitutive of social protection policies, and specifically of healthcare policy in contemporary Brazil. In this context, the family is configured as a central agent, without however, considering the “consustanciality” of social relations involving class, ethnicity, race and gender. The article is based on a bibliographic review about care, family and gender from the perspective of feminist studies. It uses qualitative data from empiric research to address aspects of the relationship between family and gender in basic healthcare, followed by the relationship between family and gender in the Better at Home Program. The article concludes with reflections about the gender of care and gender. Although these distinctions are not fixed and linear, in Western capitalist societies they historically tend to be circumscribed in the private and domestic sphere of the family, which is associated to the feminine and commonly separated and opposed to the public sphere, which is associated to the masculine, reproducing a determined sexual division of labor.

* Assistente Social. Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Integrante do Núcleo de Pesquisa Interdisciplinar Sociedade, Família e Política Social (NISFAPS) e da Rede de Pesquisa em Família e Política Social (REFAPS). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7570-0613>

** Assistente Social. Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS). Integrante do Núcleo de Pesquisa Interdisciplinar Sociedade, Família e Política Social (NISFAPS) e da Rede de Pesquisa em Família e Política Social (REFAPS). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1470-7811>

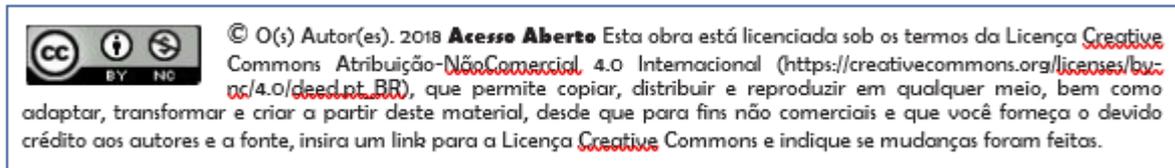
*** Assistente Social. Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Integrante do Núcleo de Pesquisa Interdisciplinar Sociedade, Família e Política Social (NISFAPS) e da Rede de Pesquisa em Família e Política Social (REFAPS). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1392-0650>

Palavras-chaves: Família, Gênero, Cuidado, Política de Saúde.

Keywords: Family, Care, Gender, Healthcare Policy, Collective Health.

Recebido em: 11/04/2023

Aprovado em: 22/05/2023



Introdução

A responsabilidade atribuída às famílias como agente fundamental no provimento de cuidados e bem-estar aos seus integrantes, embora não seja recente na sociedade brasileira, ganhou visibilidade desde a década de 1990. Com o processo de regulamentação de direitos sociais garantidos constitucionalmente, o sistema de proteção delineado no âmbito da seguridade social indicava a família como agente central à organização, em particular, das políticas de saúde e de assistência social. Instituiu-se, jurídica e administrativamente, a família como “parceira” na estruturação de programas e serviços sociais, para além da posição de usuária, beneficiária ou assistida.

Nesse “enredo” inúmeras “tramas” são “tecidas” e “cortadas” pelas relações sociais de classe, de raça e de gênero, pelo quantum de participação compete à família e às mulheres, ao mercado e ao Estado no âmbito da proteção social, quando relacionada aos direitos sociais de cidadania no capitalismo hodierno – cujo pensamento neoliberal e suas diretrizes político-econômicas tem orientado e determinado também a estruturação de programas, serviços e benefícios das políticas sociais.

Apesar dos avanços na política de saúde brasileira com a criação e implantação do Sistema Único de Saúde (SUS) a partir de 1990 – donde se reformou o sistema e os serviços de saúde sob os princípios e diretrizes da universalidade, integralidade, equidade, descentralização e participação (PAIM, 2006), as medidas de cortes no financiamento público às políticas sociais tem se constituído numa das estratégias para reduzir a responsabilidade social do Estado, implicando a configuração de políticas familistas e a negação do direito básico à saúde para a população mais pobre economicamente (MIOTO, 2012; MIOTO et al, 2015). Não por acaso, portanto, a Emenda Constitucional n. 95/2016, que congelou por vinte anos o investimento público federal do SUS.

Vários autores apontam a tendência contínua e crescente de responsabilização das famílias, ou seja, de privatização do cuidado em saúde à esfera doméstica familiar, relacionada

à política neoliberal de enxugamento do Estado no âmbito da proteção social, que intensifica tanto a mercantilização dos serviços de saúde e a precarização das condições de trabalho, quanto a fragilização da concepção social do processo saúde-doença e a centralidade da família na transferência de responsabilidades. Ademais, segundo Draibe (2007, p. 46), “família e gênero se assentam em base conceitual comum, com relação aos sistemas de políticas sociais: a esfera doméstica da reprodução social e a divisão sexual do trabalho que a fundamenta”.

Como se sabe, a responsabilidade pelo cuidado envolve atividades desenvolvidas majoritariamente por mulheres, tanto no interior das famílias quanto nas instituições públicas ou privadas, haja vista que predomina socialmente a ideia de que as mulheres são dotadas “por natureza” de habilidades requeridas para o cuidado, as quais “naturalmente” são desde cedo desenvolvidas no espaço privado doméstico. Assim, em que pese a ampliação da proteção social, a organização social e política delineada, contrariamente à igualdade de gênero defendida de longa data pelos movimentos feministas, ainda são reproduzidas múltiplas desigualdades de gênero na família e na sociedade, bem como pelo Estado, conforme se observa na política de saúde, tanto na atenção básica quanto na atenção especializada, locus dessas reflexões.

Objetiva-se, nesse contexto, refletir teoricamente sobre os aspectos da relação família e gênero no campo da política de saúde brasileira diante de ações governamentais, que, cada vez mais, reposicionam as famílias em relação aos cuidados em saúde na esfera doméstica da reprodução social, marcada pela divisão sexual do trabalho. A partir da matriz teórica materialista histórica que analisa os fenômenos a partir das categorias de contradição, historicidade e totalidade, trata-se de considerar, portanto, que os sistemas de proteção e as famílias são constituídos e construídos inclusive pela relação de gênero.

Importa pensar a que família se refere a política, os serviços e programas de saúde, como se organiza a distribuição de responsabilidade dos cuidados em saúde entre o público (Estado) e privado (família) erigida sobre os programas da saúde da família e da atenção domiciliar, como gênero configura as famílias e a política social de saúde. Mais ainda, conforme a crítica feminista, trata-se de considerar a “consustancialidade” das relações sociais, raciais e de gênero (KERGOAT, 2016).

Neste artigo, abordam-se aspectos da relação família e gênero na atenção básica em saúde, seguida da relação família e gênero no Programa Melhor em Casa, e conclui-se com reflexões sobre o gênero do cuidado e o gênero no cuidado, cujas fronteiras, a despeito de não serem fixas e lineares, nas sociedades capitalistas ocidentais tenderam, historicamente, a circunscreve-las na esfera privada e doméstica da família associada ao feminino e, comumente,

em oposição a esfera pública associada ao masculino.

Porta de entrada: família e gênero na atenção básica em saúde

Quando se trata da atenção básica na política de saúde brasileira, o Programa de Saúde da Família (PSF) implantado em 1994, inicialmente para o atendimento em áreas de maior risco social, adquiriu importância na agenda governamental como forma de expansão da cobertura dos serviços e de mudanças no modelo vigente – dentre as quais, a municipalização das ações básicas de atenção em saúde e o deslocamento da atenção centrada no indivíduo para a família. Transformado em Estratégia de Saúde da Família (ESF) com a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), aprovada em 2006, reestruturou os serviços de atenção básica no SUS dos municípios brasileiros.

A família adquira centralidade, entretanto, pertinente se perguntar: sob que concepção? Quem é esta família nesse programa, depois estratégia, da atenção básica em saúde? Como as relações de gênero constituem a organização, as concepções, as abordagens das equipes multiprofissionais desse serviço focalizado na família?

Nos documentos sobre atenção básica do Ministério da Saúde (MS), identifica-se o reconhecimento da família como objeto de atenção, participante do cuidado à saúde e contexto do cuidado, como alvo da vigilância à saúde e do planejamento da assistência, e, ao mesmo tempo, de que a maior proximidade com a família torna o atendimento profissional mais humano, bem como a necessidade de conhecer os integrantes, a situação das famílias e suas demandas. Porém, não são trazidas à tona a concepção de família que norteia a política de saúde e, tampouco, orientações sobre a abordagem com as famílias.

Observa-se, para além de indefinições em relação à família nos serviços de atenção básica de saúde, a naturalização e idealização de família, inscrita na ESF, as quais também implicam a reprodução da divisão social e sexual em relação ao cuidado em saúde, tanto na família quanto na sociedade. Como porta de entrada à atenção básica em saúde modificou-se a sua composição profissional e sua dinâmica organizacional, as quais revelam como famílias são concebidas e como são (re)produzidas as relações de gênero.

A dinâmica do serviço de atenção básica pressupõe a formação de equipes multiprofissionais, composta minimamente de médico generalista, enfermeiro, auxiliar de enfermagem e Agente Comunitário de Saúde (ACS), responsáveis pela atenção inicial à saúde das famílias circunscritas num território. Tem-se, de um lado, o deslocamento da atenção básica centrada no profissional médico ao incorporar a dimensão da interdisciplinaridade e a constituição de equipes multiprofissionais, mas, de outro lado, a permanência de determinada

forma de compreensão e concepção de família, que orientam suas práticas, considerando-se, em particular, o status social das áreas de formação e os múltiplos pertencimentos sociais.

Conforme estudos de Sarti (2010) e Trad (2010), a noção de família geralmente se fundamenta na própria experiência de família vivida, independentemente da área e do nível de formação profissional, a qual, não incomumente, se assenta no modelo idealizado, atomizado e naturalizado de família como unidade nuclear de base biológica. Portanto, alheia a consubstancialidade das relações sociais, raciais e de gênero, constituinte e constitutiva das condições objetivas e subjetivas que concretam os cuidados em saúde no cotidiano da vida de indivíduos e famílias, diferentes e, particularmente, desiguais quando se trata do contexto brasileiro.

Mesmo no campo da saúde coletiva, que desenvolve estudos críticos do modelo de atenção em saúde, observa-se a ausência de reflexões sobre a noção de família. “Como resultado dessa imprecisão, nas experiências concretas de implantação do modelo, está a utilização pelos profissionais de repertório conhecido no campo da saúde a respeito do que é família. Adota-se, assim, a abordagem familiar por ciclos de vida, pela qual os indivíduos são categorizados por sexo e idade, a partir da dimensão biológica do corpo. (...) esta abordagem continua sendo referência para a atuação profissional e para organizar a assistência, operando como forma de traduzir o cuidado à família nos termos do modelo biomédico” (SARTI, 2010, p. 93).

Outro imbróglio se refere a identificação entre família e unidade domiciliar, obscurecendo pensar a família a partir da rede de parentesco ou de pensa-la em rede, “de percebe-la como um mundo de relações, mas também notar as diferentes formas de organização familiar, que não só transcendem, mas, sobretudo, não se confundem com a unidade doméstica”⁷ (SARTI, 2010, p. 94). Além disso, apesar da funcionalidade operacional dessa concepção na organização da atenção básica em saúde, a sua utilização incorre o risco de fixação de “diferenças nas composições das famílias [que] podem ser apenas instantâneos de fases diferentes do ciclo de desenvolvimento de grupos domésticos” (TRAD, 2010, p. 114).

Concomitantemente, verifica-se a permanência do engessamento da concepção de família a despeito da pretensa aproximação com a sua realidade cotidiana, cujas normativas estabelecem às equipes desse serviço a necessidade de conhecer as famílias do território de abrangência, de identificar os problemas de saúde, as situações de risco existentes e sua relação com o contexto comunitário, por exemplo, além da assistência integral às famílias sob sua responsabilidade no âmbito da atenção básica. Em que pesem as mudanças preconizadas nesse modelo, não raro, as famílias adquirem, contraditoriamente, um caráter instrumental – como forma de aproximação ao contexto do indivíduo visando o cumprimento de metas das ações no

campo da saúde –, haja vista a disseminação da “lógica de gestão dos serviços, baseada na aferição de produtividade que implica o alcance mensal de um determinado número de famílias visitadas” (MOROSINI; FONSECA, 2018, p.263).

Ademais, nessa organização territorial do trabalho das equipes multiprofissionais, destaca-se a responsabilidade da relação direta com as famílias nos territórios atribuída ao ACS que, oriundo do próprio território, materializa a pressuposta aproximação e fortalecimento de vínculos entre os profissionais da atenção básica e as famílias atendidas. Em princípio, portanto, são os ACS que representam a porta de entrada e “batem à porta” das famílias nos territórios. Quando se considera a concepção de família e as relações de gênero agenciadas, observa-se a subsunção da saúde dos indivíduos (sujeitos dos direitos de cidadania) à saúde da família e a reprodução social do cuidado em saúde como “coisa de mulher”.

Quando se trata dessa categoria profissional, inegável, conforme observado em vários estudos (KERGOAT, 2016; TRAD, 2010; SCOTT, 2005; NUNES; SARTI; OHANA, 2008) que se manteve a característica de categoria composta predominantemente por mulheres e residentes no território onde trabalham, mesmo com as mudanças havidas nas condições de trabalho, de uma situação de informalidade para a integração nas relações sociais pertinentes a um trabalhador do SUS. Ao mesmo tempo, apontam que as ACS operam no cotidiano de suas atividades com a própria ideia de família, como fazem os demais profissionais da saúde. Fundamentadas no arranjo familiar idealizado de família – a nuclear burguesa –, exercem comumente papel disciplinador. “Trata-se de uma concepção moral de família, identificada com a noção do bem e a consequente dificuldade de pensar o conflito como inerente às relações familiares. Daí a tendência a patologização – segundo um padrão de normalidade informado pelo modelo biomédico – de tudo o que implica situação de conflito ou de ruptura nas relações familiares” (SARTI, 2010, p. 96).

Concordando com Scott (2005), nas ações de saúde se defrontam a visão dos profissionais e das famílias, na qual, comumente, não são consideradas as relações familiares e de vizinhança, e suas implicações no cuidado tal como se desenvolve no território específico, portanto, na contramão do pressuposto de aproximação ao contexto familiar e social do modelo de atenção básica. Opõem-se na prática a lógica do serviço e a lógica da família, reproduzindo a tradicional hierarquia social “que coloca de um lado, os profissionais oriundos das camadas médias e de um universo sociocultural distinto, com saber que lhe corresponde; de outro, as famílias assistidas na comunidade” (SARTI, 2010, p. 95).

As relações familiares são subentendidas como hegemônica e homoganeamente solidárias e complementares. As relações de poder e hierarquias sociais nas relações de gênero

são obscurecidas, corroborando a cristalização de lugares. “Nessa configuração, a mulher se define, acima de tudo, como mãe, a partir de um lugar tradicional de gênero, sendo a grande aliada dos profissionais de saúde, nas suas ações disciplinadoras. Torna-se ‘cumplice’ desses profissionais (...). As mulheres constituem-se nas “cuidadoras” (...), as que tem disponibilidade, podem esperar e adaptar-se ao ritmo do atendimento, ou que estão lá para conversar, para serem escutadas. As ações educativas têm, assim, na mulher, o alvo principal” (SARTI, 2010, p. 97).

O campo da saúde, ainda que não seja característica exclusiva, compõe-se de profissionais advindos de várias áreas de formação profissional e, não menos, marcados pelos pertencimentos de classe, gênero e raça. No que se refere às relações de gênero que constituem e organizam a vida social, estudos relativos à inserção das mulheres no mercado de trabalho, apontam, para além de mudanças, algumas permanências – como os “guetos profissionais femininos”. Incluídas aqui estão pedagogia, enfermagem, serviço social quando se trata de posicionar pela formação no ensino superior, desde longa data caracterizadas pela predominância de mulheres. Incluídas estão também as trabalhadoras domésticas e as ACS quando se trata de posicionar pela formação no ensino fundamental e médio, conforme os parâmetros atuais de escolaridade.

Na medicina tem-se a segregação entre os sexos expressas nas especialidades, donde a medicina sanitaria, a pediatria, por exemplo, apresenta maior presença feminina, enquanto a cirurgia, cardiologia (entre outras), com maior prestígio e remuneração na área, as mulheres são em menor número. “Os estereótipos sociais criados em torno dessas especialidades sinalizam conformações gerais de homens e mulheres na sociedade. A pediatra é a ‘dona de casa da medicina’, assim o mito do instinto maternal tornaria a mulher mais calma, propícia a arte do ‘cuidar’, logo, apta a trabalhar com o tratamento de enfermos de doenças crônicas – pacientes que necessitam de um cuidado contínuo e próximo. Os homens, todos eles banhados pela postura agressiva e sem titubeios, seriam adequados à precisão necessária em manobras cirúrgicas” (CHIES, 2010, p. 508).

Apesar de mudanças sociais e demográficas havidas na sociedade brasileira desde os anos de 1970, persiste a valorização maior de profissões construídas como masculinas se comparadas às femininas. Mesmo quando as mulheres ocupam espaço nessas profissões a tendência é concebê-las como inferiores. Em linhas gerais, na atenção à saúde, “continua-se a conceber a família como assunto de mulheres, crianças e idosos, daqueles, enfim, que se reconhecem vulnerabilidades” (SARTI, 2010, p. 97).

Conforme críticas feministas, o programa de atendimento em saúde básica reforça a identificação naturalizada entre mulher e mãe, de longa data presente em programas de saúde

com ênfase materno-infantil, a despeito das lutas feministas à saúde das mulheres independentemente da função reprodutiva. Ao fim e ao cabo, predomina a ideia do lugar da mulher como natural cuidadora, tanto em relação aos profissionais que compõem as equipes de trabalho da atenção básica em saúde, quanto em relação as famílias nos territórios de abrangência. Reproduz-se nas políticas sociais a naturalização de habilidades socialmente construídas. O trabalho não remunerado da dedicação de mulheres aos cuidados de saúde, associada ao fato desse trabalho de cuidado reunir tanto o afeto quanto a competência, se importantes à efetivação das políticas sociais, implicam e significam, não menos, a sobrecarga de trabalho às mulheres, impedindo-as de se realizarem em outras esferas do social (SCAVONE, 2005).

Desde longa data na sociedade brasileira, embora não exclusivamente, à família competiram os cuidados e provimento dos recursos necessários à sociabilidade e à reprodução social de seus integrantes, sob a égide da concepção idealizada e naturalizada de família – que, importada de outros contextos, “nem sempre ajudam para entender a realidade em que vivemos”–, e da divisão social e sexual do trabalho – cujo trabalho de cuidado, cindido entre esferas pública e privada, ainda permanece como ofício naturalizado feminino e exercido principalmente pelas mulheres na vida em sociedade.

Porta de saída: família e gênero no Programa Melhor em Casa

A família ocupará lugar de destaque e protagonizará papel fundamental na política de saúde, em particular com a criação, em 2011, do Programa Melhor em Casa – cuja nomenclatura, conforme se lê, remete à esfera privada doméstica como porta de saída. A constituição desse programa expressa a reorganização da atenção domiciliar, sob as normativas da Política Nacional de Atenção Domiciliar do MS, que transfere parte da assistência hospitalar para o domicílio. Dito noutros termos, promove o deslocamento de assistência anteriormente centrada nas instituições de saúde reconhecidas legalmente pelo Estado para a família no espaço da própria moradia – configurando uma estratégia de reprivatização do trabalho de cuidado em saúde.

Mesmo que as situações para a atenção domiciliar sejam necessariamente deliberadas pelo saber médico e consentidas pela família, não são necessariamente consideradas as desigualdades consubstanciadas nas relações sociais de classe, gênero e étnico-racial. E, assim como na “porta de entrada”, indaga-se: quem é a família subentendida nesses dispositivos legais que normatizam a atenção domiciliar em saúde? E, mais ainda, quem cuida de quem e sob que formas na atenção domiciliar?

Quem é o cuidado ou a cuidada mostra-se no disposto oficialmente à atenção domiciliar: constitui um “serviço indicado para pessoas que apresentam dificuldades temporárias ou definitivas de sair do espaço da casa para chegar até uma unidade de saúde, ou ainda para pessoas que estejam em situações nas quais a atenção domiciliar é a mais indicada para o seu tratamento” e que objetiva “proporcionar ao paciente um cuidado mais próximo da rotina da família, evitando hospitalizações desnecessárias e diminuindo o risco de infecções, além de estar no aconchego do lar” (BRASIL, 2012). Trata-se, portanto, de pessoas dependentes de alguma forma do cuidado de outrem.

Como parte do trabalho de cuidado em saúde é deslocada para o contexto da vida privada, às famílias implicarão mudanças nas suas dinâmicas familiares, na organização do espaço doméstico, nos custos financeiros, nos conhecimentos e habilidades para o cuidado em saúde no domicílio. Todavia, no “andar da carruagem”, sublima-se família e gênero. No repasse do cuidado para as famílias perpetua-se o pressuposto da existência de mulher disponível no seio familiar para tal e a naturalização da disposição para cuidar como feminina.

Na reorganização institucional hospitalar e familiar da atenção domiciliar determinadas relações de gênero são reproduzidas através da tradicional divisão sexual do trabalho assentada na ideia de que cabe ao homem o papel de provedor da família e à mulher as atividades domésticas e funções de cuidado. Reitera-se a imagem idealizada da família, assim como observada na atenção básica, e, ao mesmo tempo, ignoram-se as condições sociais distintas e desiguais das famílias para a satisfação das necessidades de reprodução social, e, não menos, das mulheres. Dito noutros termos, são reiteradas “a cisão ideológica entre casa e trabalho, no ocidente industrializado”, a qual “obscureceu as formas pelas quais cada uma dessas órbitas conforma a outra” (BORIS, 2014, p. 101).

Analisando alguns dados de pesquisa realizada com dez famílias usuárias do serviço de atenção domiciliar em saúde de cinco municípios de Santa Catarina (DAL PRÁ et al, 2018), verifica-se a presença das mulheres como cuidadoras. Conforme os relatos, todas as pessoas indicadas como “cuidadora” pelas famílias desse serviço de saúde são do sexo feminino. Responsabilidade exclusivamente delegada às mulheres – que cuidam de seis homens e de quatro mulheres. Essa realidade corrobora a tendência apontada em vários estudos quanto a predominância das mulheres nas atividades de cuidados domésticos, familiares e pessoais, realizadas no próprio domicílio ou não, mercantilizadas ou não.

O trabalho de cuidado domiciliar não pago, no caso em tela, representa uma proporção maior: em oito das dez famílias. Todos os seis homens (quatro velhos e dois jovens adultos) eram cuidados por alguma mulher da própria família de forma não remunerada – em três

situações são as esposas as cuidadoras, noutras, a mãe, a irmã e a mãe, as filhas e filhos alternadamente, mas, consoante a narrativa, pela proximidade de moradia predominavam as filhas. Entre as quatro mulheres cuidadas, duas famílias dispunham do trabalho de cuidado não pago realizado pelas mulheres – uma pelas filhas e, noutra, pelas filhas e bisneta – e, noutras duas situações, esse trabalho de cuidado fora externalizado.

Nesse universo de pessoas cuidadas e de pessoas cuidadoras predominaram aquelas com idade superior aos sessenta anos – marco determinado socialmente pela cronologia biológica ao “ciclo da vida”, sob o qual se erigem concepções, parâmetros, dinâmicas à vida em sociedade e, especificamente, ao acesso à proteção social como idoso. Entre as dez pessoas cuidadas, seis se enquadram nesta categoria: três na faixa dos 80 anos, dois na faixa dos 70 anos, uma na faixa dos 90 anos – os outros quatro, dois são jovens na faixa dos 20 anos e dois na faixa dos 50 anos. Entre as cuidadoras, seis estão na faixa dos 60 anos ou mais de idade.

Assim, fosse feita uma média, infere-se que se tratam de mulheres idosas cuidando de homens idosos – aspecto este relacionado também às mudanças sociodemográficas com o envelhecimento populacional, que aumentou a demanda de cuidados com pessoas idosas. O cuidado na atenção domiciliar, nesse espectro, corrobora “a ideia da centralidade do trabalho das mulheres, nas instituições ou em domicílio, realizado gratuitamente ou como uma forma de atividade remunerada” (HIRATA, 2016, p. 193).

O que se apresenta é o arquétipo do familismo, pois os cuidados em saúde das pessoas passam a não ser mais executados nos espaços hospitalares, mas por um familiar em sua própria casa e junto dela os seus custos. Segundo Grah (2018), com a incorporação do trabalho familiar não remunerado, este acaba sendo altamente funcional para o *modus operandi* do programa em pauta. “As exigências colocadas ao cuidador envolvem um cuidado tecnificado que podem ser comparadas às funções básicas de técnicos em enfermagem ou outras especialidades presentes no âmbito hospitalar, com custos emocionais, financeiros e repercussões na própria saúde do cuidador” (GRAH, 2018, p. 155).

Considerando o fato de que grande parte dos usuários do SUS pertence a população pobre economicamente – cujos recursos são poucos ou inexistentes para acesso de serviços no mercado, cujos serviços públicos de cuidados pessoal, de creches e escolas, de atendimento as pessoas idosas são insuficientes e ou precários para atender as necessidades sociais básicas – a sobrecarga é inegavelmente maior quando se trata de famílias e de mulheres pobres e ou negras da classe trabalhadora. Necessário, portanto, considerar que os sistemas de proteção social se assentam numa determinada divisão sexual do trabalho, refletindo a estrutura de poder hierárquico ainda predominante nas famílias (DRAIBE, 2007).

Ademais, observa-se os efeitos do envelhecimento acompanhado do adoecimento e os cuidados especiais requeridos cotidianamente sob a responsabilidade de mulheres, reproduzindo a ideia do cuidado como genuinamente feminino e a sobrecarga de trabalho como normal. Conforme constatado em estudos sobre o tema (HIRATA; GUIMARÃES, 2012), dissemina-se a tendência de responsabilização da família pela proteção social em saúde e reproduz-se nos programas de atenção domiciliar as características familistas, principalmente no reforço da família – leia-se da mulher – como instância natural do cuidado.

“Sob o slogan da melhoria e ampliação da assistência no SUS aos pacientes com agravos de saúde, que possam receber atendimento humanizado em casa e perto da família, o Programa Melhor em Casa incentiva e normatiza a presença das famílias, através da obrigatoriedade da indicação de um/a cuidador/a e afirma o processo de privatização, pois a família ao ser incorporada na gestão do cuidado passa a ser “oficialmente” requisitada para tal. Para responder às requisições as famílias têm basicamente duas alternativas: 1) a contratação/pagamento de cuidadores e a 2) utilização do trabalho familiar, não pago e invisível, e que continua recaindo majoritariamente sobre as mulheres” (MIOTO et al, 2015).

A divisão sexual do trabalho doméstico permanecerá invisibilizada nas políticas sociais e, de acordo com Sorj (2014, p. 125), “a questão do *care* aparece como um problema de e para as mulheres”. A despeito de avanços no âmbito dos direitos sociais, cabe as mulheres, principalmente das mães, além do trabalho remunerado, a responsabilidade desproporcional do trabalho doméstico e do cuidado (BILAC, 2014).

Além disso, quando se analisa a distribuição por sexo dos trabalhadores em grandes grupos ocupacionais constata-se que as mulheres se destacam entre os profissionais das ciências e artes, dos serviços administrativos e dos trabalhadores de serviços. Ocupações ligadas ao cuidar, mas um cuidar exercido, agora, na esfera do mercado: professoras, assistentes sociais, enfermeiras (GRAH, 2018). Embora as mulheres constituíssem, de acordo com o Censo Demográfico (IBGE, 2010), 43,5% da População Economicamente Ativa (PEA), famílias chefiadas por mulheres representassem, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2016), 40,5% das famílias, portanto, fossem as provedoras principais ou exclusivas, mantem-se a ideia de que o lugar e atribuição da mulher é “cuidar” da família e da esfera reprodutiva.

Porta dos fundos: o gênero do cuidado e o gênero no cuidado

Ao pensar as relações família e gênero na proteção social são muitas as questões que podem ser trazidas à tona e possíveis porque constituem a cena da vida cotidiana de alguma

forma. Destaca-se, entretanto, a naturalização (histórica) do cuidado como “lugar” das famílias e como “qualidade” das mulheres na família e na sociedade – como se não houvesse a divisão sexual do trabalho e do trabalho doméstico.

Presente, portanto, em vários cenários. Na vida privada da casa quando as mulheres realizam as atividades domésticas necessárias à manutenção e reprodução da vida social – gratuita e ou remunerada. A mulher empregada doméstica responsável por cuidados com a casa e a família de outrem (trabalho formal ou informal remunerado) e pela sua também (trabalho não remunerado). A mulher que para trabalhar no mercado formal contrata outra mulher (empregada doméstica) para determinados cuidados, enquanto ela própria, também profissional, realiza o trabalho (remunerado) de enfermeira ou de professora, por exemplo, em que cuidados estão indubitavelmente implicados. A mulher contratada e remunerada para cuidar de pessoas com limitações físicas (relacionadas à idade, saúde, acidente etc.) no domicílio da pessoa cuidada e que para cuidar de pessoa idosa, por exemplo, de sua própria família conta com a solidariedade familiar e fraternal de outras mulheres. A mulher, “dona de casa”, ao realizar cotidianamente os cuidados com a sua casa e família, que, ao mesmo tempo, por motivações diversas, cuida gratuitamente de pessoa dependente e idosa cuja família vizinha a sua casa.

Como indicado nas reflexões, o cuidado não se restringe a vida privada não mercantil - ou seja, a casa e a família sejam quais dinâmicas familiares forem engendradas. No “mundo do trabalho”, considerado “motor” essencial da engrenagem social capitalista, comumente vislumbra-se o trabalho remunerado e assalariado realizado na dita esfera pública - mercantil. Mas, aqui, o cuidado também está implicado e, mais ainda, as relações de gênero. Veja-se, por exemplo, alguns estudos sobre a participação das mulheres no mercado de trabalho no contexto brasileiro das três décadas finais do século XX, que sinalizam tendências tanto de continuidades quanto de mudanças (BRUSCHINI, 2007; BRUSCHINI, 2000; COSTA; SORJ; BRUSCHINI, 2008; LAVINAS, 1997).

As continuidades apontam o constante incremento da inserção feminina no mercado de trabalho, porém em atividades laborais mais precárias em relação aos vínculos e às condições de trabalho – as mulheres ainda são maioria em ocupações como o trabalho doméstico, cuja remuneração é baixa e amplamente realizado sem carteira assinada. Para as mulheres com nível educacional “superior”, em termos de formação profissional, persistem alguns “nichos tradicionais”: magistério, enfermagem, serviço social.

Dessas continuidades em relação ao mundo do trabalho, a despeito da crescente participação feminina, os “lugares ocupados” por essas mulheres, independentemente do grau

de escolarização, tenderam para atividades relacionadas, de alguma forma, à noção de cuidado. Em particular, se considerarmos que “o cuidado não é apenas uma atitude de atenção, é um trabalho que abrange um conjunto de atividades materiais e de relações que consistem em oferecer uma resposta concreta às necessidades dos outros. Assim, podemos defini-lo como uma relação de serviço, apoio e assistência, remunerada ou não, que implica um sentido de responsabilidade em relação à vida e ao bem-estar de outrem” (KERGOAT, 2016).

Mesmo em relação às mudanças, a despeito da conquista de empregos e da expansão da participação feminina em profissões de maior prestígio social (medicina, direito e áreas da engenharia ocupadas tradicionalmente pelos homens), outro fenômeno econômico-social evidenciado diz respeito à participação cada vez maior no mercado de trabalho de mulheres mais velhas, casadas e que têm filhos, cujas implicações se manifestam tanto nas relações de trabalho e na organização familiar, quanto nas relações de gênero que as constituem e donde o cuidado se faz presente.

Essas mudanças e permanências trazem à tona um corolário de questões, em particular se considerarmos os sentidos do trabalho construídos na modernidade e a constituição dos sistemas de proteção social, originariamente vinculados ao trabalho assalariado, e, não menos, ao levarmos em conta as mudanças contemporâneas na família e na própria cidadania das mulheres – impulsionadas pelos movimentos feministas desde as décadas de 1960 e 1970.

Nas sociedades ocidentais, sob as hostes da racionalidade capitalista de produção, o trabalho socialmente valorizado se refere àquelas atividades realizadas na esfera pública, reconhecidas úteis por outrem e remuneradas. O trabalho que confere dignidade e direitos, existência e identidade sociais às pessoas é o trabalho pago, em particular, o assalariado (GORZ, 2003), implicando, conforme críticas feministas, o esvaziamento de sentido, a invisibilidade e a exclusão de outras tantas formas de trabalho, dentre as quais se situam aquelas realizadas na esfera da reprodução social, não remuneradas e sob a responsabilidade de mulheres.

Embora historicamente o ingresso feminino no mercado de trabalho formal e informal não seja constitutivo apenas dessas décadas e das recentes (se considerarmos o pertencimento de classe e étnico-racial) e seja inegável que se intensificou e tornou-se uma tendência constante desde os anos de 1970, manteve-se a divisão sexual do trabalho doméstico, cuja responsabilidade permanece predominantemente às mulheres. A reprodução dessa relação de gênero produz consequências - distintas consoantes a condicionantes econômicos, políticos e culturais - tanto objetivas quanto subjetivas no cotidiano de trabalhadoras do sexo feminino e, em que pesem os avanços na cidadania das mulheres nas esferas pública e privada, ainda persistem desigualdades e discriminações sociais.

Considerando que gênero se refere às relações sociais de poder construídas a partir das diferenças percebidas entre os sexos e que dizem respeito incluso às organizações e instituições sociais, dentre as quais o mercado de trabalho (SCOTT, 1995), há profissões e ocupações cujas clivagens expressam nitidamente as divisões e hierarquias no mundo do trabalho: algumas delas associadas ao masculino, enquanto outras, ao feminino. Como assinalado, as mulheres ainda são maioria em determinados ramos da atividade econômica - dentre os quais: serviços pessoais, administração pública, serviços de saúde e de ensino, além de comunitários. Isso significa que o setor do mercado de trabalho no qual as mulheres encontravam e ainda encontram as maiores oportunidades de trabalho e emprego é o de serviços.

O envelhecimento populacional como tendência mundial, incluso a sociedade brasileira, tem se mostrado, em alguns estudos, o propulsor do debate acerca do cuidado. Mas não está só, ao se considerar que em algumas políticas de proteção social (saúde, assistência, crianças e adolescentes, idoso) a questão do cuidado se traduz na referência à responsabilidade da família, da sociedade e do Estado. Em que pesem a histórica participação da família no âmbito da proteção, nos dias hodiernos, pelos rumos neoliberais do Estado brasileiro em relação às políticas sociais, essa ordem de responsabilidade não constitui acaso: “preferencialmente” as famílias e, pela “tradição”(?) e “natureza”(?!), indubitavelmente as mulheres – principais implicadas nos efeitos dessa direção político-econômica voltada à reprodução do capital e “de costas” para a reprodução da vida humana.

Quando se trata de família e de cuidado, fundamental a concepção de que gênero constitui e atravessa as relações e instituições sociais, demarcando fronteiras e hierarquias tanto entre campos profissionais quanto entre os sujeitos no interior de um mesmo campo, tanto no mercado de trabalho quanto na família e, mais ainda, a consubstancialidade das relações sociais de classe, sexo e étnico-racial e as desigualdades erigidas, as quais não são poucas, outrora e agora, na sociedade brasileira.

Referências bibliográficas

- BILAC, Elisabete Dória. Trabalho e família: articulações possíveis. *Tempo Social*, São Paulo, n. 26, v. 1, p. 129-145, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ts/a/6Y8y3TwKqbg4dKHfGfPkXTB/?lang=pt>>. Acesso em: 12 jun. 2021.
- BORIS, Eileen. Produção e reprodução, casa e trabalho. *Tempo Social*, São Paulo, n. 26, v. 1, p.101-121, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ts/a/wWWkfy3NCCpzHKXXnQ6tLmw/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 5 jul. 2021.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Caderno de atenção domiciliar*. v. 1. Brasília, Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/cad_vol1.pdf>. Acesso em: 25 out. 2021.

- BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. *Cad. Pesqui.* São Paulo, n. 37, v. 132, p.537-572, 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cp/a/KybtYCJQvGnnFWWjcyWKQrc/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 15 maio 2021.
- BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha; LOMBARDI, Maria Rosa. A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. *Cad. Pesqui.* São Paulo, s.n, v. 110, p.67-104, 2000. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cp/a/dzDXTKKnr96DdTZSqmntH5r/abstract/?lang=pt>>. Acesso em 25 out. 2021.
- CHIES, Paula Viviane. Identidade de gênero e identidade profissional no campo de trabalho. *Rev. Estud. Fem.* Florianópolis, n. 18, v. 2, p.507-528, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2010000200013>>. Acesso em: 21 out 2021.
- COSTA, Albertina de Oliveira; SORJ, Bila; BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha; HIRATA, Helena (orgs.). *Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais*. Rio de Janeiro: Editora FGV; 2008.
- DAL PRÁ, Keli Regina; WIESE, Michelly Laurita; MIOTO, Regina Célia Tamasso. *Política social e acesso à justiça: um estudo sobre a judicialização das demandas sociais de Saúde e Assistência Social*. Relatório Final de Pesquisa. 2018. UFSC-Florianópolis (digit).
- DRAIBE, Sônia. Estado de Bem-Estar, desenvolvimento econômico e cidadania: algumas lições da literatura contemporânea. In: HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo (orgs.). *Políticas públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz; 2007, p. 27-64.
- GORZ, André. *Metamorfoses do trabalho: crítica da razão econômica*. São Paulo: Annablume; 2003.
- GRAH, Bruno. *O programa melhor em casa enquanto arquétipo do familismo na política de saúde e suas nuances no estado de Santa Catarina*. 2018. Dissertação (Mestrado em Serviço Social – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.
- HIRATA, Helena, GUIMARÃES, Nadya Araujo. Cuidados e cuidadoras: as várias faces do trabalho do care. Editora Atlas, São Paulo, 2012.
- HIRATA, Helena. O cuidado em domicílio na França e no Brasil. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva, HIRATA, Helena, LOMBARDI, Maria Rosa (Orgs.). *Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais*. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 193-202.
- KERGOAT, Danièle. O cuidado e as imbricações das relações sociais. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (orgs.). *Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais*. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 17-26.
- LAVINAS, Lena. Emprego Feminino: o que há de novo e o que se repete. *Dados*, Rio de Janeiro, n. 40, v. 1, p. 41-67, 1997. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/dados/a/VsFRYTrpzXx3NywhjffjrbR/?lang=pt>>. Acesso em: 20 jul. 2021.
- MIOTO, Regina Célia Tamasso. Processos de responsabilização das famílias no contexto dos serviços públicos: notas introdutórias. In: SARMENTO, Hélder Boska de Moraes (org.). *Serviço Social: questões contemporâneas*. Florianópolis: Editora Ufsc; 2012, p. 125-138.
- MIOTO, Regina Célia Tamasso; DAL PRÁ, Keli Regina. Serviços sociais e responsabilização da família: contradições da Política Social brasileira. In: MIOTO, Regina Célia Tamasso; CAMPOS, Marta Silva; CARLOTO, Cássia Maria (orgs.). *Familismo, direitos e cidadania: contradições da política social*. São Paulo: Cortez, 2015, p. 147-178.
- MOROSINI, Márcia Valéria; FONSECA, Angélica Ferreira. Os agentes comunitários na Atenção Primária à Saúde no Brasil: inventário de conquistas e desafios. *Saúde debate*, Rio de Janeiro, n. 42, p.261-274 set, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sdeb/a/CtVJJm7MRgkGKjTRnSd9mxG/?lang=pt>>. Acesso em: 12 maio 2020.

- NUNES, Cristina Brandt; SARTI Cynthia; OHARA, Conceição Vieira da Silva. Concepções de profissionais de saúde sobre a violência intrafamiliar contra a criança e o adolescente. *Rev. Latino-Am. Enfermagem*, Ribeirão Preto, n.16, v.1, p.136-141, 2008. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rlae/article/view/16929>>. Acesso em: 5 mar. 2020.
- PAIM, Jairnilson Silva. Atenção à saúde no Brasil. In: PAIM, Jairnilson Silva. *Desafios para a saúde coletiva no século XXI*. Salvador: EDUFBA; 2006, p. 11-47. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/ptky6/pdf/paim-9788523211776-02.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2021.
- SARTI Cynthia. O lugar da família no programa de saúde da família. In: TRAD, Leny Bomfim (org.). *Família contemporânea e saúde: significados, práticas e políticas públicas*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2010, p. 91-103.
- SCAVONE, Lucila. O trabalho das mulheres pela saúde: cuidar, curar, agir. In: Villela W, Monteiro S, organizadores. VILELLA, Wilza; MONTEIRO, Simone (orgs.). *Gênero e saúde: Programa Saúde da Família em questão*. São Paulo: Abrasco, Fundo de População das Nações Unidas – UNFPA, 2005, p. 101-110.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre. N. 16, v. 2, p. 71-99, 1995. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>>. Acesso em: 3 ago. 2021.
- SCOTT, Parry. Gênero, família e comunidades: observações e aportes teóricos sobre o Programa Saúde Família. In: VILELLA, Wilza; MONTEIRO, Simone (orgs.). *Gênero e saúde: Programa Saúde da Família em questão*. São Paulo: Abrasco, Fundo de População das Nações Unidas – UNFPA, 2005, p. 73-93.
- SORJ, Bila. Socialização do cuidado e desigualdades sociais. *Tempo Social*, São Paulo, n. 26, v. 1, p. 123-128, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ts/a/x3QD6kvmf3thbpsPBCBrh8C/?lang=pt>>. Acesso em: 8 jul. 2021.
- TRAD, Leny Bomfim. Desafios éticos e tecnológicos no trabalho com família: reflexões em torno da estratégia de saúde da família. In: TRAD, Leny Bomfim (org.). *Família contemporânea e saúde: significados, práticas e políticas públicas*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2010, p. 105-131.

O fundo público e a relação público x privado na política de saúde em Campina Grande/PB

The public fund in the public x private relationship in health policy by Campina Grande/PB

Jaidete de Oliveira Correia*
Alessandra Ximenes da Silva**

Resumo: O presente trabalho objetiva analisar a configuração do fundo público na relação público x privado no processo de contrarreforma na política de saúde no município de Campina Grande/PB, no período compreendido entre 2016-2020. A motivação para realizar esta pesquisa decorreu dos estudos e discussões desenvolvidos no Núcleo de Pesquisas em Política de Saúde e Serviço Social (NUPEPSS) vinculado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), no qual participamos de projetos de iniciação científica, bem como pela participação no Fórum Paraibano em Defesa do Sistema Único de Saúde (SUS) e Contra a Privatização da Saúde - Seccional de Campina Grande/PB. Destarte, a aproximação com a política de saúde a partir de tais experiências, possibilitou-nos identificar que essa vem perdendo seu caráter público e universal, cedendo lugar à privatização dos serviços.

Palavras-chaves: Fundo público; Contrarreforma; Política de saúde.

Abstract: This study aims to analyze the configuration of the public fund in the public x private relationship in the counter-reform process in health policy in the city of Campina Grande/PB, in the period between 2016-2020. We understand that the public fund is composed of resources collected in the form of taxes and contributions arising from the taxation levied on the working class and capitalists; and, return to taxpayers through social and economic policies. The motivation to carry out this research came from the studies and discussions developed at the Center for Research in Health Policy and Social Work (NUPEPSS) linked to the Department of Social Work at the State University of Paraíba (UEPB), in which we participate in scientific initiation projects, as well as from our participation in the Paraíba Forum in Defense of the Unified Health System (SUS) and Against the Privatization of Health - Campina Grande/PB Section. Thus, the approximation with health policy based on such experiences allowed us to identify that it has been losing its public and universal character, giving way to the privatization of services.

Keywords: Public fund; Counter-reform; Health policy.

Recebido em: 05/01/2023
Aprovado em: 09/05/2023

* Assistente Social. Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Mestre em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

** Assistente Social. Docente do Departamento de Serviço Social e da Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Doutora em Serviço Social e Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Líder do Núcleo de Pesquisas em Política de Saúde e Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (NUPEPSS/UEPB).



© O(s) Autor(es). 2018 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

Introdução

A saúde é parte integrante da Seguridade Social (SS), foi definida como um direito de todos e dever do Estado, assegurada na Constituição Federal (CF) de 1988. O SUS, por sua vez, é fruto das conquistas possíveis em torno do que foi idealizado pelo movimento de Reforma Sanitária Brasileira (RSB) e foi constituído com base nos princípios da universalidade, equidade e integralidade. Entretanto, embora direito garantido, nesses 33 anos a saúde dispõe de insuficiência no seu financiamento, resultando em um processo de expropriação de direitos.

Dentre as propostas defendidas pelo movimento de RSB destacam-se: a universalização do acesso; a concepção de saúde como um direito social e dever do Estado; a reestruturação do setor saúde através da estratégia do SUS com vista a um significativo reordenamento setorial com um novo paradigma para a saúde individual e coletiva; a descentralização do processo de decisão para as esferas do governo estadual e municipal; o financiamento efetivo, e a democratização do poder local através dos novos mecanismos de gestão.

Regulamentado em 1990, desde então, o SUS caminha de forma contraditória, entre avanços e retrocessos, passou a sofrer os rebatimentos da ofensiva neoliberal que, nessa mesma década, passa a afetar diretamente as políticas sociais no Brasil. Com a insurgência de crises capitalistas contemporâneas, percebe-se a apropriação de recursos da SS para outras áreas em que o Estado julga ser necessário, uma vez que compõem um fundo público de recursos federais, estaduais e municipais.

O financiamento do fundo público se dá pelo pagamento de impostos e contribuições sociais pela sociedade brasileira. Dessa forma, é uma manifestação social de uma estrutura de transferência de recursos para o financiamento da SS, sendo o SUS uma parte importante desta demonstração social. No entanto, consideramos que, sob o contexto do capitalismo contemporâneo, o fundo público tem contribuído para a reprodução do capital como fontes de recursos para investimento, subsídios, desonerações tributárias e redução da base tributária de renda do capital. Neste último caso especialmente, como financiamento integral ou parcial dos meios de produção (SALVADOR, 2010).

Este artigo tem como objeto de estudo “A Configuração do Fundo Público na Relação Público x Privado no Processo de Contrarreforma na Política de Saúde no Município de

Campina Grande/PB”, no período compreendido entre 2016-2020. O interesse pelo tema mencionado deve-se à minha inserção no NUPEPSS vinculado a UEPB, no qual participamos de dois projetos de iniciação científica sendo eles: “Contrarreforma, Intelectuais e Serviço Social: Tendência dos Intelectuais Internacionais e Nacionais no Processo de Contrarreforma da Política de Saúde”; e “A Contrarreforma do Estado Brasileiro e o Fundo Público na Política de Saúde: A Particularidade do Município de Campina Grande/PB”, dos quais fui bolsista pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). A aproximação com a política de saúde também se deu a partir da inserção no Projeto de Extensão “Política Pública de Saúde; Direito de Todos(as)”, desenvolvido no referido grupo de pesquisa e, da participação no Fórum Paraibano em Defesa do SUS e Contra a Privatização da Saúde - Seccional de Campina Grande/PB. Destacamos que essa temática foi abordada no nosso Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), o qual teve por título “POLÍTICA DE SAÚDE E FUNDO PÚBLICO: inflexões no município de Campina Grande/PB”, defendido em 2018¹.

A pesquisa desenvolvida partiu dos seguintes questionamentos: Em Campina Grande/PB, como se configura o fundo público na relação público x privado no processo de contrarreforma na política de saúde no município de Campina Grande/PB? Quais as prioridades no repasse de recursos pelo governo municipal para os serviços privados e filantrópicos de saúde? Assim, este trabalho investigativo tem como objetivo geral analisar de que forma acontece esse repasse e se de fato a Média e Alta Complexidade se sobressai a Atenção Básica de Saúde (ABS).

A pesquisa foi realizada no município de Campina Grande- Paraíba, o qual vínhamos, desenvolvendo pesquisas de iniciação científica e de TCC, aprofundando, portanto, no mestrado, os estudos realizados. Ressaltamos que o município de Campina Grande é o segundo município do estado da Paraíba, em termos econômicos, possuindo uma grande rede hospitalar (hospitais universitários, filantrópicos e privados). Por outro lado, já foi referência na implantação do Programa Saúde da Família, hoje estratégia, incorporando outros profissionais nas equipes para além dos definidos pelo Ministério da Saúde. Entretanto, estudos realizados desde a década de 1990, por Rota, demonstravam que uma tendência hospitalocêntrica - privada no município. Nosso estudo, portanto, contribui com análise mais contemporânea da relação público-privado na saúde, no município.

No que se refere ao procedimento metodológico desta pesquisa, utilizamos a pesquisa bibliográfica e a análise documental. A partir do referencial teórico fizemos levantamento e

¹ Disponível em: <<http://dSPACE.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/18633>>. Acesso em: 30 nov. 2021.

análise documental dos Relatórios de Gestão; Planos Municipais de Saúde; Programações Anuais; Prestação de Contas Anual do Conselho Municipal de Saúde; e Consulta realizada no TCE da Paraíba, através do Sistema SAGRES Online² compreendendo o período de 2016-2020.

As contradições em que se acha imerso o objeto com suas múltiplas determinações e estrutura necessitou de um embasamento do método crítico dialético marxiano, visto ser este o que melhor consegue apreender as íntimas relações que envolvem o objeto de pesquisa, possibilitando descortiná-lo para além de sua aparência fenomênica. Segundo Marx, o método de pesquisa “tem de captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima; só depois de concluído esse trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real” (MARX, 1985, p. 20).

Fundo público: relação público x privado no município de Campina Grande/PB nos anos de 2016-2020

Esta pesquisa analisa as expressões na política de saúde através da configuração do fundo público na relação público x privado no município de Campina Grande/PB. A motivação para realizá-la decorreu dos estudos e discussões desenvolvidos no NUPEPSS vinculado ao Departamento de Serviço Social da UEPB, no qual participamos de projetos de iniciação científica, bem como pela participação no Fórum Paraibano em Defesa do SUS e Contra a Privatização da Saúde - Seccional de Campina Grande/PB. Destarte, a aproximação com a política de saúde a partir de tais experiências, possibilitou-nos identificar que essa vem perdendo seu caráter público e universal, cedendo lugar à privatização dos serviços.

Nossa pesquisa concentrou seu foco na relação público x privado em 04 (quatro) hospitais do Município, sendo eles: a Clínica e Pronto Socorro Infantil (CLIPSI), a FAP, o Hospital Pedro I e o Hospital Antônio Targino, no período de 2016-2020. As informações que serão apresentadas foram extraídas de documentos municipais – Plano Municipal de Saúde (PMS) 2014-2017, PMS 2018-2021, Programações Anuais de Saúde e Relatórios Anuais de Gestão, compreendendo o período de 2016-2020 -; do TCE da Paraíba, através do Sistema SAGRES Online; e de alguns autores que discutem essa temática.

Breve caracterização do município de Campina Grande/PB

Fundada em 01 de dezembro de 1967, Campina Grande é um município brasileiro no estado da Paraíba, tendo sido elevada à categoria de cidade em 11 de outubro de 1864. Pertence à Microrregião de Campina Grande e à Mesorregião do Agreste Paraibano. De acordo com o

² Disponível em: <<https://sagresonline.tce.pb.gov.br/#/municipal/inicio>>. Acesso em: 30 nov. 2021.

censo demográfico de 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nesse ano, Campina Grande possuía uma população de 385.213 habitantes. Em 2020, distribuída por uma área territorial total de 591,658 km², o mesmo órgão estima que a população do município no ano de 2021 é de 413.830 habitantes, sendo a segunda cidade mais populosa da Paraíba, e sua região metropolitana, formada por 19 municípios (IBGE, 2010).

O município está incluído na área geográfica de abrangência do clima semiárido brasileiro. Esta delimitação tem como critérios o índice pluviométrico, o índice de aridez e o risco de seca. Por situar-se no agreste paraibano, entre a Zona da Mata e o sertão e a uma altitude de 500 metros acima do nível do mar, Campina Grande possui um clima com temperaturas mais moderadas, considerado tropical com estação seca, com chuvas concentradas nas estações do outono e do inverno (IBGE, 2010).

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) varia de 0 a 1 considerando indicadores de longevidade – saúde, renda e educação -. Quanto mais próximo de 0, pior é o desenvolvimento humano do município. Quanto mais próximo de 1, mais alto é o desenvolvimento do município. O IDH de Campina Grande, de acordo com o último censo é de 0,720 (IBGE, 2010).

Cabe destacar que o município apresenta o segundo maior PIB entre as cidades do interior do Nordeste. Com mais de 200 mil habitantes, em 2017, de acordo com dados do PIB dos Municípios, divulgado pelo IBGE (2010), na comparação com cidades desse porte, o valor do PIB campinense, que foi de R\$ 8,648 bilhões em 2017, ficou abaixo apenas do registrado para Feira de Santana, na Bahia, de R\$ 13,657 bilhões. Ao analisar todo o PIB da Paraíba, o de Campina Grande teve participação de 14% no valor total, a segunda maior entre as cidades do estado. O município tem mantido essa colocação desde o início da série história, em 2002. Já o PIB per capita de Campina Grande, que resulta da divisão do produto interno bruto pelo total estimado de habitantes, registrou alta nominal, sem o desconto da inflação, de 331,2%, de 2002 a 2017 e em 2018 é de R\$ 22.583 bilhões. De acordo com a pesquisa, o principal setor econômico campinense é o terciário que, com as atividades de comércio e serviços em geral, aumentou sua participação em 46,5% no ano de 2017. O setor secundário, que envolve a indústria da transformação, ocupou a segunda posição, com participação de 20%, mas apresentou queda em relação aos resultados dos anos anteriores. Já o setor primário, que envolve atividades de agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, teve participação de apenas 0,2% (G1.COM, 2020).

A política de saúde no município de Campina Grande/PB

Os serviços do SUS em Campina Grande/PB estão distribuídos nos territórios dos 07 (sete) Distritos Sanitários que formam as Gerências Distritais. No ano de 2021, essas Gerências são compostas por 114 estabelecimentos, destes 83 são Unidades Básicas de Saúde; 06 são Centros de Saúde; 02 Policlínicas; 01 Centro Especializado em Reabilitação (CER); 01 Centro Regional de Reabilitação e Assistência em Saúde do Trabalhador (CERAST); 01 Unidade Mista; 10 Centros de Atenção Psicossocial (CAPS); 08 residências Terapêuticas; 01 Centro de Convivência em Saúde Mental; 01 Ambulatório de Saúde Mental e Leitos (20) Especializados em Saúde Mental, funcionando no Hospital Municipal Dr. Edgley. Para o seu funcionamento diário, estes estabelecimentos dispõem de 131 equipes de saúde, sendo que destes, 18 comportam duas equipes. No ano de 2020, devido à pandemia da COVID-19 (Coronavírus), foram criados no município 03 Centros de Atendimento para Enfrentamento da COVID-19. No ano de 2021, esses centros foram extintos.

De acordo com o Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES), essas gerências são compostas por 225 serviços cadastrados para atendimento ao SUS no município de Campina Grande/PB, destes 71,4% são públicos e 28,4% são privados. No que se refere à gestão dos serviços, 97,33% estão sob gestão municipal e 1,77% estão sob gestão estadual (PMS, 2018). A Gestão Municipal assiste a uma população estimada de mais de um milhão de pessoas, caracterizada pelos munícipes e por 176 municípios referenciados (RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO, 2017).

Do ponto de vista histórico, o processo de municipalização avançou a partir da publicação da Portaria GM nº 2.553/1998. Em 2009, foi reafirmada esta condição ao assinar o Pacto pela Saúde - Portaria nº 2.122/GM, de 10 de setembro, celebrando o Termo de Compromisso de Gestão, que considera, entre outros aspectos legais, as responsabilidades de cada nível de governo, constituindo-se num movimento decisivo em direção à descentralização das ações e serviços de saúde, exigindo a explicitação de vontades políticas do gestor estadual e dos gestores municipais de saúde.

De acordo com a portaria GM nº. 4.279, de 30 de dezembro de 2010, as Redes de Atenção à Saúde constituem-se em diferentes arranjos organizativos de ações e serviços de saúde, que por meio de um sistema de simples apoio busca garantir o cuidado à saúde. A Rede de Assistência à Saúde compreende a Atenção Primária, Atenção Especializada, Serviço de Regulação e Assistência Farmacêutica. A Rede de Vigilância em Saúde compreende a Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde, Controle de Zoonoses e Vigilância Sanitária. A gestão municipal considerada como uma rede compreende o gabinete da secretaria e as

diretorias administrativas – recursos humanos, transporte da saúde, orçamentário e financeiro, através do Fundo Municipal de Saúde, contabilidade, compras, almoxarifado e informática.

Além de discutir o quantitativo de recursos disponibilizados para a saúde, é importante também debater a qualidade e as possibilidades de aplicação para a execução das políticas. Neste ponto, as referências do PMS - 2014-2017, à luz das Diretrizes do MS, disponibilizaram recursos por meio de blocos de financiamento e projetos estratégicos de áreas definidas como prioritárias, enquanto que a Secretaria Municipal de Saúde disponibiliza recursos por vínculos orçamentários. O MS considera que as diretrizes são formulações que indicam as linhas de ação a serem seguidas, e visam delimitar a estratégia geral e as prioridades do Plano de Saúde; os objetivos expressam o que se pretende fazer acontecer a fim de superar, reduzir, eliminar ou controlar os problemas identificados; as metas são expressões quantitativas de um objetivo. Concretizam o objetivo no tempo e esclarecem e quantificam “o que, para quem e quando”. Precisam ter fórmula para cálculo de indicador definida e fonte de informação identificada; já as ações, são os detalhamentos (com prazos, responsáveis e recursos) de como se pretende atingir as metas, são expressas na Programação Anual, realizada após a aprovação do PMS. As ações previstas no PMS (2014-2017) assentam-se na responsabilidade sanitária como princípio tanto para a atenção quanto para a gestão do SUS.

Na política de saúde a atenção básica se conceitua como o eixo estruturante do sistema, esta deve ser a porta de entrada. De acordo com a Programação Anual de Saúde 2016 e 2017, baseadas no PMS (2014-2017), aprovado em 10/06/2014, a Atenção Básica traz como diretrizes: a garantia do acesso à população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, mediante aprimoramento da política de atenção básica e atenção especializada; promoção da atenção integral à saúde da mulher e da criança e implementação da Rede Cegonha, com ênfase nas áreas e populações de maior vulnerabilidade; e a garantia da atenção integral a saúde da pessoa idosa e dos portadores de doenças crônicas, com estímulo ao envelhecimento ativo e fortalecimento das ações de promoção e prevenção (RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO, 2016).

Entende-se por atenção secundária, os exames e consultas especializadas, e, por atenção terciária, os hospitais, funcionando como uma rede de atenção integrada, incluindo referência e contra referência. O Bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar tem por diretrizes, a garantia do acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, mediante aprimoramento da política de atenção básica e da atenção especializada; o aprimoramento da rede de atenção às urgências, com expansão e adequação de unidades de pronto atendimento,

de serviços de atendimento móvel de urgências e centrais de regulação, articuladas às outras redes de atenção; e o fortalecimento da rede de saúde mental, com ênfase no enfrentamento da dependência de crack e outras drogas (RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO, 2016).

Podemos definir a ABS como sendo um conjunto de intervenções de saúde no âmbito individual e coletivo, que envolve promoção da saúde, prevenção de doenças e agravos, diagnóstico, tratamento e reabilitação (RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO, 2016). É desenvolvida por meio de práticas gerenciais e sanitárias, democráticas e participativas, sob forma de trabalho em equipe, dirigidas às populações de territórios delimitados (território processo), das quais assumem responsabilidade. Orienta-se pelos princípios da universalidade, acessibilidade, continuidade, integralidade, responsabilização, humanização, vínculo, equidade e participação social. Ela é contato preferencial dos usuários, a assim chamada porta de entrada e centro de comunicação com toda a Rede de Atenção à Saúde. O município de Campina Grande possui a cobertura de 90,50% de Estratégia de Saúde da Família (ESF), com 580 Agentes Comunitários de Saúde (ACS), distribuídos na Rede Básica de Saúde, com cobertura de 87,73% da população estimada. Todavia, nem sempre o município teve esse percentual, e apesar de ser no Brasil um dos primeiros a implementar a lógica da ESF ainda na década de 1990 conforme aponta a pesquisa de Péret (2001), o índice de cobertura dessa política varia, chegando em 2017 a uma cobertura de 80% conforme os dados do e-Gestor Atenção Básica do MS³.

A Diretoria de Atenção à Saúde e a Gerência de Atenção Básica são responsáveis pela Coordenação da Atenção Básica assim como de toda a rede assistencial dos serviços básicos em saúde no município (PMS, 2018). No dia 12/10/2021, em entrevista a um programa de televisão da cidade - Ideia Livre⁴ -, o Secretário de Saúde do Município, Dr. Gilney Porto, afirmou que atualmente o município conta com 114 Equipes de Saúde da Família, distribuídas em 80 Unidades, sendo que algumas unidades possuem 02 ou 03 equipes. Os estabelecimentos em sua maioria são próprios, seguidos dos alugados e do cedido pelo Estado. É importante destacar a contradição existente nos dados fornecidos pelo então secretário com relação às informações citadas acima, advindas de documento fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde.

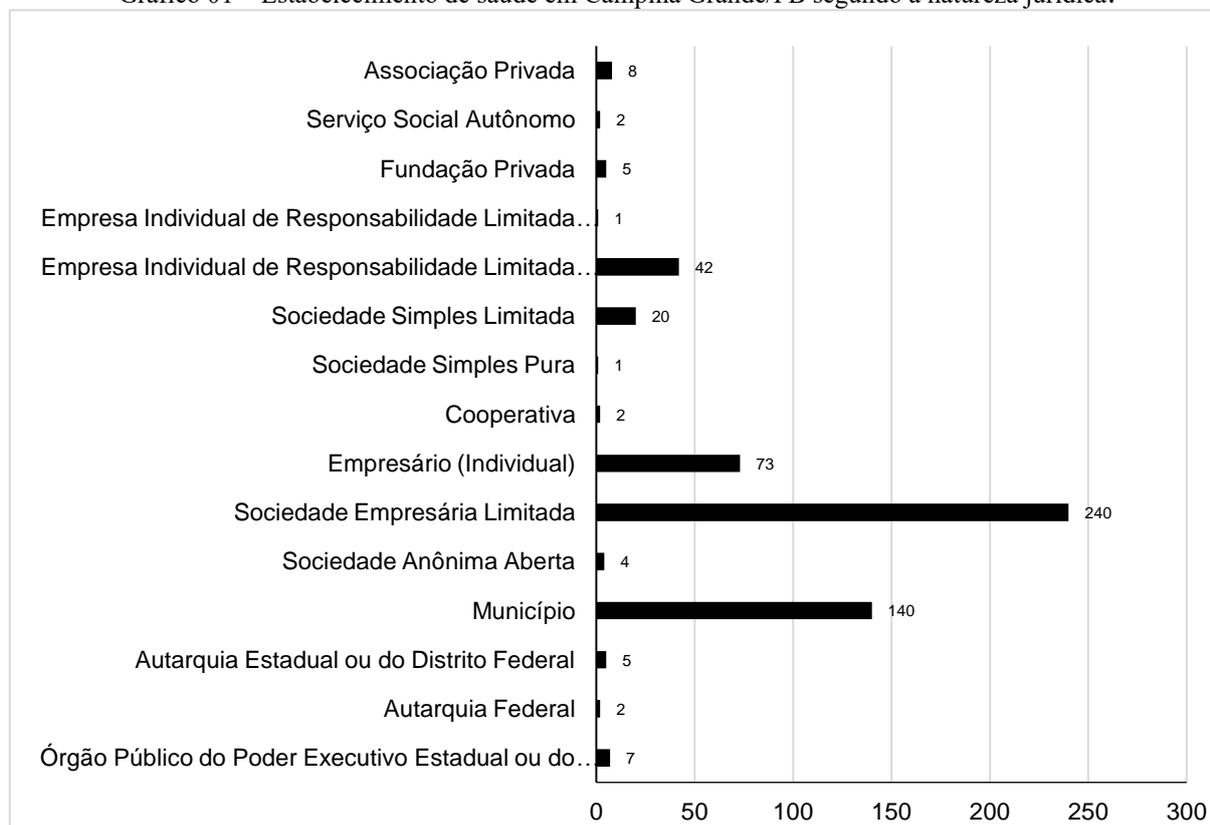
A Rede de Atenção Especializada Municipal constituída por 45 serviços ambulatoriais e hospitalares que oferecem atenção especializada e servem de retaguarda à atenção básica, prestam suporte no diagnóstico, tratamento de doenças e condições específicas de certos grupos

³ Cf. e-Gestor Atenção Básica. Disponível em: <<https://egestorab.saude.gov.br/index.xhtml>>. Acesso em: 29 nov. 2021.

⁴ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=TeNLCAhDRRE>>. Acesso em: 14 out. 2021.

populacionais, tais como pessoas com necessidades especiais, patologias labiopalatais, distúrbios psíquicos, entre outros. De acordo com o Plano Municipal de Saúde, 2018, a rede hospitalar é formada por 10 (dez) hospitais, sendo 05 (cinco) públicos. De acordo com pesquisa realizada *in loco* são eles: Hospital Municipal Pedro I, Hospital Municipal Dr. Edgley, Hospital da Criança e do Adolescente, Hospital das Clínicas e Maternidade ISEA -; 01 (um) filantrópico - FAP -; e 04 (quatro) privados – CLIPSI, Hospital Antônio Targino, Hospital de Oftalmologia da UNIFACISA e Hospital João XXIII, respectivamente. Contudo, os dados disponíveis no CNES, tomando como referência o mês de outubro de 2021 nos indica que Campina Grande possui uma concentração de serviços privados de saúde, em especial aqueles que estão inseridos num regime jurídico de sociedade anônima aberta e empresas individuais conforme podemos observar no gráfico a seguir:

Gráfico 01 – Estabelecimento de saúde em Campina Grande/PB segundo a natureza jurídica.



Fonte: Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde, 2021. Elaboração própria.

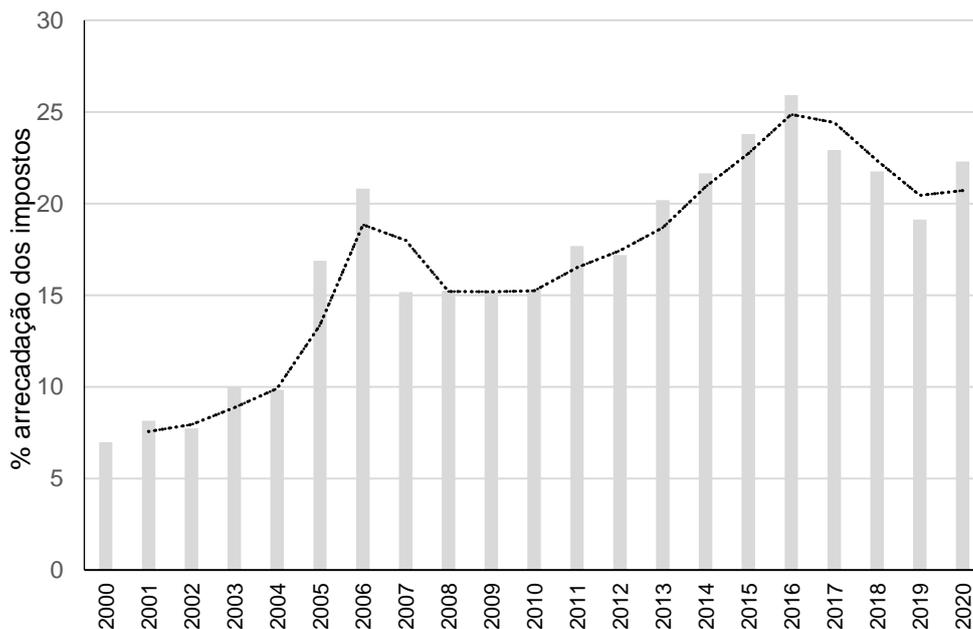
O município conta ainda com um laboratório municipal com capacidade de realizar cerca de 50% da demanda para exames de patologia clínica, e contratualizados por meio de contratos de gestão com laboratórios privados e hospitais no atendimento de emergência, que realizam os demais 50% que formam a rede de Serviços de Apoio de Diagnóstico Municipal (PMS, 2018). Também possui um Sistema de Regulação SISREG com o módulo de marcação de consultas e exames a partir de agosto de 2017 para todas as equipes. Anteriormente, o

município usava o SIGSAÚDE através de ligações telefônicas que dificultava o acesso da população. Em 2016, foram marcados por esse sistema 20.090 (Vinte mil e noventa) consultas e exames. Após a implantação do SISREG, de agosto a dezembro de 2017, foram marcados 276.000 (duzentos e setenta e seis mil) procedimentos, sendo 66.000 (Sessenta e seis mil) dos municípios pactuados e os demais de municípios campinenses (RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO, 2017). No ano de 2018, a gestão municipal, aderindo ao processo de fortalecimento da Atenção Básica implantou o Prontuário Eletrônico (PEC – e-SUS) em todas as unidades básicas de saúde.

De acordo com o PMS (2018), por financiamento saúde compreende-se o aporte de recursos financeiros para viabilização das Ações e Serviços Públicos em Saúde, implementados e executados com recursos próprios da União, Estado e Município. A Lei Complementar nº 141/2012, afirma que é de responsabilidade dos três entes (União, Estados e Municípios) a garantia de fontes estáveis de financiamento das ações e serviços de saúde. Esta Lei dispõe os valores mínimos a serem aplicados, anualmente pelos três entes, estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas três esferas de governo. Segundo a Lei nº. 141/2012, o Governo Federal aplicará, anualmente, o montante empenhado no exercício anterior acrescido da variação nominal do PIB, enquanto a quantia aplicada pelos Estados e Municípios será calculada com base na Receita Líquida de Impostos (RLI). Os governos estaduais aplicarão 12% dos impostos que se referem aos arts. 155, 157 e 159 da CF-1988, e os municípios 15% do total arrecadado de impostos a que se referem aos arts. 156, 158 e o parágrafo terceiro do art. 159 da CF/88.

No caso específico de Campina Grande, no tocante a aplicação de recursos próprios em Ações e Serviços Públicos em Saúde (ASPS) percebemos que inicialmente o município não vinha conseguindo aplicar o mínimo estipulado pela legislação, conseguindo apenas em 2005 aplicar mais de quinze por cento do produto da arrecadação dos impostos, com variação percentual negativa para os anos posteriores e estabilização de aplicação mínima entre os anos de 2008 e 2010. Apenas em 2005, 11 após a estipulação da EC-29, é que o município consegue manter um patamar tendencial ao crescimento acima do mínimo exigido por lei, mas apresentando queda após o ano de 2016, e com uma linha tendencial (linha pontilhada do gráfico) à estabilização em torno de 20% conforme podemos observar no gráfico a seguir:

Gráfico 02 – Aplicação de recursos municipais de acordo com a EC 29/2000.



Fonte: SIOPS - Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde, 2021.
Elaboração própria.

Contudo, a Portaria 3.992, de 28 de dezembro de 2017, alterou a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que trata das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do SUS. A Portaria de Consolidação nº 6 havia incorporado o texto da Portaria 204/2007, a qual determinava que o financiamento e as transferências dos recursos federais para ASPS eram realizados através de seis blocos de financiamentos: Atenção Básica – Componentes: Piso da Atenção Básica Fixo (PAB Fixo); Piso da Atenção Básica Variável (PAB Variável); Média e Alta Complexidade – Componentes: Teto financeiro da média complexidade ambulatorial e hospitalar; Fundo de Ações Estratégicas e Compensação (FAEC) e Teto Municipal de Média e Alta Complexidade (MAC); Vigilância em Saúde – Componentes: piso fixo da vigilância e promoção da saúde; vigilância sanitária e incentivo no âmbito do Programa Nacional de HIV/AIDS e outras DSTs; Assistência Farmacêutica – Componentes: básico da assistência farmacêutica; estratégico da assistência farmacêutica; medicamentos de dispensação excepcional; Gestão do SUS – Componentes: qualificação da gestão do SUS implantação de ações e serviços de saúde; Investimentos na Rede de Serviços de Saúde: composto por recursos financeiros a serem transferidos, mediante repasse regular e automático, do Fundo Nacional de Saúde para os fundos de saúde estaduais, municipais e do Distrito Federal, exclusivamente para a realização de despesas de capital, mediante apresentação do projeto encaminhado ao Ministério da Saúde (PMS, 2018).

Com a EC-95/2016, aprovada no governo Temer, que instituiu o novo regime fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, o chamado teto de gastos públicos, a fixação de um teto não permite o crescimento do investimento, que acaba por se desvalorizar, especialmente considerando a inflação e o crescimento populacional (ABRASCO, 2018). Desse modo, como a população continua crescendo, em todos os anos haverá crescimento negativo dos gastos *per capita*. Conseqüentemente, houve mudança na lógica de financiamento, a extinção dos seis blocos de financiamento para as transferências fundo a fundo dos recursos federais do SUS para Estados e Municípios. A Portaria nº 3.992, de 28 de dezembro de 2017, publicada pelo Ministério da Saúde, trata da alteração das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do SUS. Como principal mudança, a nova normativa estabeleceu que, a partir de 2018, o repasse dos recursos financeiros federais destinados ao financiamento das ASPS, transferidos aos demais entes federados na modalidade fundo a fundo, passam a ser organizados e transferidos na forma dos seguintes blocos de financiamento: Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde, composto pelos recursos oriundos dos programas, das estratégias e das ações que integravam os Blocos de Atenção Básica, Assistência Farmacêutica, Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, Vigilância em Saúde e Gestão do SUS; e Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde, o qual determina uma única conta para recebimento de todos os recursos financeiros referentes ao Bloco de Investimento na Rede de Serviços de Saúde.

Por meio da alteração da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, a Portaria nº 2.979, de 12 de novembro de 2019, institui o PPV, que estabelece o novo modelo de financiamento de custeio da APS no âmbito do SUS. A partir desta, o financiamento federal de custeio da ABS será constituído por: I - captação ponderada; II - pagamento por desempenho; e III - incentivo para ações estratégicas. O Previner Brasil equilibra valores financeiros per capita referentes à população efetivamente cadastrada nas Equipes de Saúde da Família e de APS, com o grau de desempenho assistencial das equipes somado a incentivos específicos, como ampliação do horário de atendimento (Programa Saúde na Hora), equipes de saúde bucal, informatização (Informatiza ABS), equipes de Consultório na Rua, equipes que estão como campo de prática para formação de residentes na ABS, entre outros tantos programas.

Diante do exposto, no subtópico a seguir iremos visualizar as inflexões do fundo público de saúde em Campina Grande entre os anos de 2016 a 2020. Iremos nos ater aos repasses de recursos às entidades privadas com o intuito de observarmos em que medida há de

fato uma transferência significativa desses recursos para o âmbito privado.

Principais estabelecimentos privados e filantrópicos de saúde em Campina Grande/PB: contextualização histórica

A CLIPSI⁵, foi fundada em 05/08/1967. Nesse ano, era apenas uma casa com 09 compartimentos, sendo dirigido pelo Dr. José Marcos de Lima na condição de Diretor Administrativo e Dra. Maria Madalena Crispim Lima como Diretora Clínica. O hospital foi iniciado com apenas 14 leitos, 02 médicos plantonistas e 30 funcionários. Os serviços prestados eram de atendimento pediátrico a nível ambulatorial e internação hospitalar. Na época a cidade não possuía nenhum Hospital Infantil e centenas de crianças faleciam de diarreia e/ou desnutrição. O atendimento pelo sistema público ocorria normalmente pelo antigo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), para as pessoas e seus dependentes, que portavam a Carteira Profissional com vínculo empregatício ou então nos postos de saúde do Estado e Município. Em 1984, a CLIPSI se tornou a primeira Unidade de Neonatologia, fundada em Campina Grande, qualificando o hospital como referência em toda a região. Também se deve dar destaque ao materno infantil, aliando-se à experiência de mais de 43 anos dedicados à criança, com o título Hospital Amigo da Criança, outorgado pela UNICEF, no dia 16 de abril de 1997.

A FAP⁶, localizada na cidade de Campina Grande – PB, foi fundada no ano de 1965 pelo médico holandês Dr. Cornélius de Ruyter, sendo de início uma associação destinada a dar assistência médico-hospitalar para crianças carentes e colaborar com programas de medicina preventiva, ensino médico e de enfermagem, buscando uma maior capacidade de assistência e ampliação. O hospital da FAP se tornou um Centro de Referência Oncológica e de tratamento intensivo, sendo cerca de 90% dos seus atendimentos oriundos do SUS, atendendo a mais de 148 municípios. O hospital da FAP é reconhecido como hospital de excelência nas especialidades de alta complexidade – radioterapia, quimioterapia e hemodiálise - e de demais serviços de média complexidade oferecidos à população. Atende a região metropolitana de Campina Grande.

No ano de 1928, através de uma ideia da Loja Maçônica “Regeneração Campinense”⁷, foi plantada a semente da criação de um hospital. Em 07 de setembro de 1932, foi criado o

⁵Disponível em:

<<https://www.hospitalclipsi.com.br/Historia.htm#:~:text=CLIPSI%20%2D%20Hospital%20Geral&text=Em%201967%2C%20a%20CLIPSI%20era,Crispim%20Lima%20como%20Diretora%20Cl%C3%ADnica>>. Acesso em: 14 out. 2021.

⁶Disponível em: <<https://www.hospitaldafap.org.br/>>. Acesso em: 14 out. 2021.

⁷Disponível em: <<http://cgretalhos.blogspot.com/2013/02/o-hospital-pedro-i.html#.YaUr9IXMKM8>>. Acesso em: 14 out. 2021.

primeiro hospital da cidade, o Hospital Pedro I, em homenagem ao fundador da nacionalidade brasileira, o Grão Mestre e Imperador Dom Pedro I. O dinheiro da obra adveio da população, através de eventos promovidos pelos maçons, como festas, promoções e principalmente, doações. Segundo um ex-médico do hospital, Gilvan Barbosa, em entrevista ao Diário da Borborema, o hospital estava inicialmente destinado aos indigentes. Todavia, em função da falta de outras organizações semelhantes na cidade, a Maçonaria achou por bem estender essa assistência à população em geral, dividindo os serviços em Indigência e Casa de Saúde. Construído o hospital, aos poucos o Pedro I foi melhorando seu poder assistencial, sendo ampliado e conseqüentemente, acabando por receber dividendos do poder público, no que ajudou em muito a boa manutenção da casa de saúde. O hospital passou por uma grave crise financeira nos anos 90, quando chegou inclusive a ser ameaçado o seu funcionamento, porém, hoje conta com ampliação de leitos e bons equipamentos hospitalares.

O Hospital Antônio Targino foi fundado no ano de 1967. Como “sonho” de um estudante de medicina, Dr. José Targino da Silva, então concluinte de Residência em Ortopedia em São Paulo/SP, tinha o objetivo de constituir uma Instituição de Saúde no município de Campina Grande/PB. No decorrer da residência foi adquirindo os aparelhos para implantar o serviço de saúde, todavia, quando enviado por via terrestre houve um acidente, o qual danificou todos os aparelhos. Com o passar dos anos, Dr. José Targino abriu o Hospital e denominou Hospital Antônio Targino, o nome do hospital fora em homenagem ao seu pai que morrera em 1951. Inicialmente, o Hospital Antônio Targino era um ambulatório onde ele atendia juntamente com sua esposa, Dra. Marluce Agra Cariry Targino. O hospital foi crescendo e se tornou referência em traumatologia na região. Já na década de 1980, era o maior hospital em atendimento de urgência e emergência da região, tendo como slogan “*O Hospital do Acidentado*”, perdurando nesse patamar até o início dos anos 2000. Hoje o hospital conta com diversas especialidades, tais como: cirurgia plástica, otorrino, cardiologia, cirurgia Vascular, entre outras. Os atendimentos em sua maioria se dão através de convênios, não mais dependendo exclusivamente do SUS, atualmente tem como slogan “*Restaurando Vidas*”.

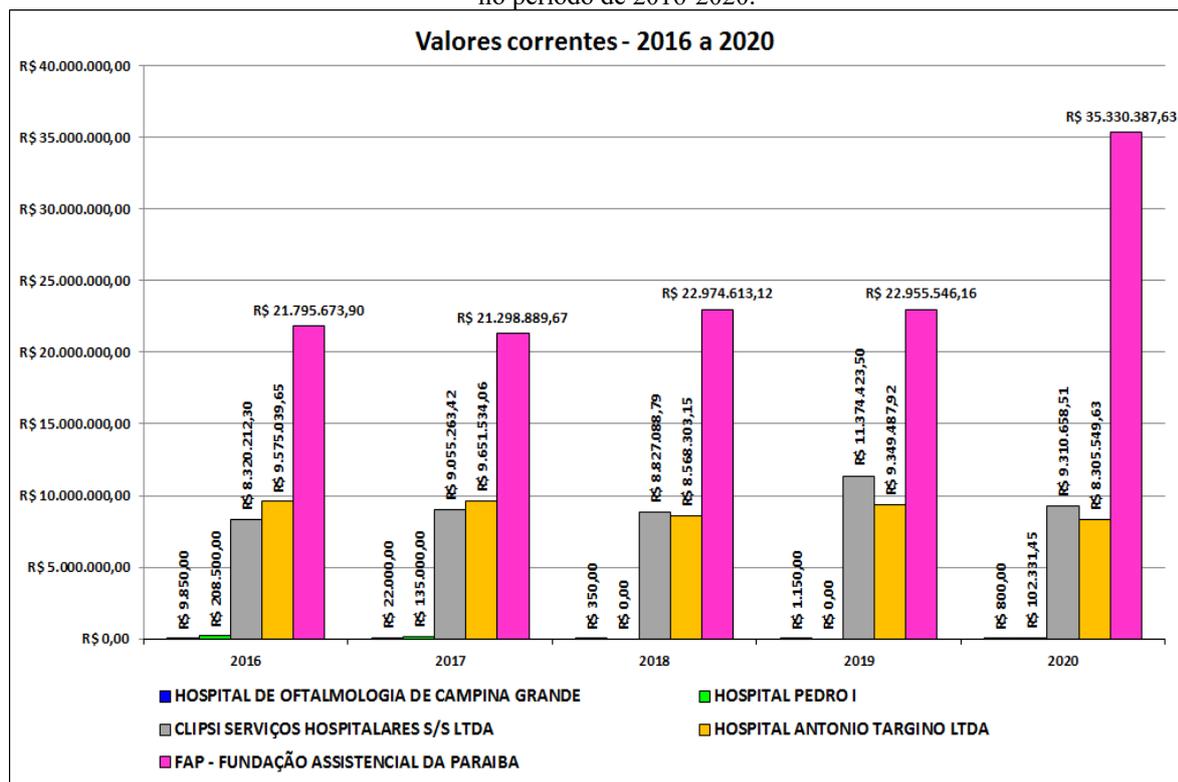
Repasse público x privado nos serviços de saúde no município de Campina Grande/PB nos anos de 2016-2020

Em termos de financiamento público de saúde, iremos abordar alguns elementos inerentes à nossa pesquisa e que servem de elucidação para entendermos melhor a composição financeira em relação ao setor da saúde pública no município de Campina Grande/PB. Inicialmente apresentamos o repasse real (valor pago) do Fundo Municipal de Saúde aos quatro

hospitais privados e filantrópico citados inicialmente. Além desses, pesquisamos o Hospital Municipal de Oftalmologia de Campina Grande/PB, um hospital público, de caráter privado, de média e alta complexidade. Posteriormente apresentaremos o repasse com valores deflacionados (correntes), referente aos quatro hospitais acima citados.

No gráfico a seguir, podemos observar a quantidade de recursos que foram repassados às principais entidades privadas que ofertam serviços de saúde no município em valores reais:

Gráfico 03: Repasse real do FMS para hospitais do município de Campina Grande no período de 2016-2020.

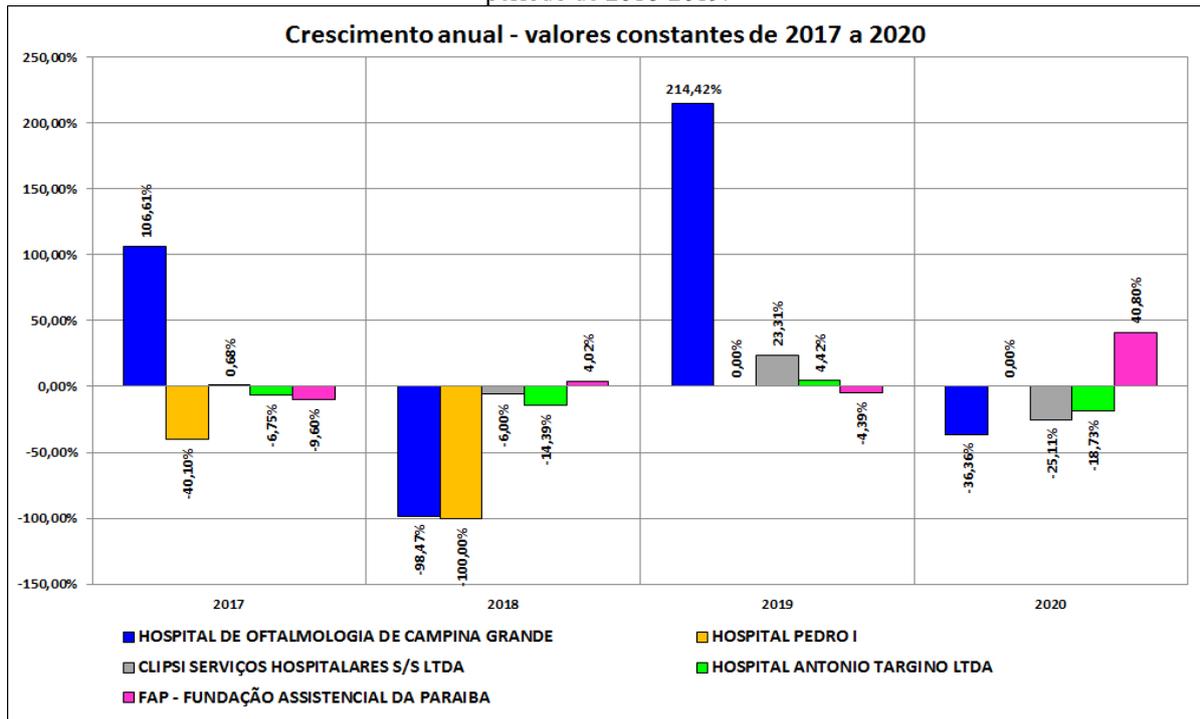


Fonte: SAGRES Online – TCE/PB, 2021.

O gráfico demonstra o quantitativo aplicado nos hospitais delimitados pela pesquisa nos anos de 2016-2020. De acordo com os valores reais o Hospital da FAP lidera no tocante ao repasse, seguido do Hospital Antônio Targino, Hospital da CLIPSI, Hospital Pedro I e o Hospital de Oftalmologia de Campina Grande.

Diante da inflação anual, se faz necessário deflacionar esses dados (reais), após deflacionados, eles se classificam como valores constantes, que nos levam a resultados divergentes ao ilustrado no gráfico acima, conforme o gráfico a seguir aponta o Hospital de Oftalmologia de Campina Grande a frente dos demais no repasse dos recursos, seguido do Hospital da FAP, Hospital da CLIPSI, Hospital Antônio Targino e o Hospital Pedro I com crescimento negativo:

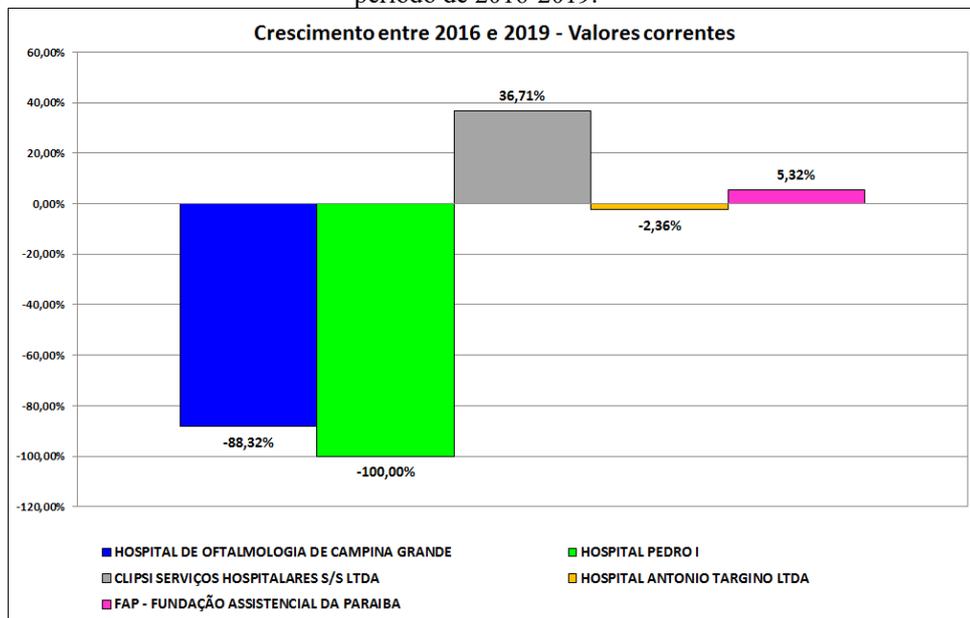
Gráfico 04: Repasse real (corrente) do FMS (%) para hospitais do município de Campina Grande/PB no período de 2016-2019.



Fonte: SAGRES Online – TCE/PB, 2021.

Levando em consideração que o ano de 2020 foi um ano atípico, devido a pandemia da COVID-19, iremos nos deter nos gráficos abaixo aos anos de 2016-2019:

Gráfico 05: Repasse real (corrente) do FMS (%) para hospitais do município de Campina Grande/PB no período de 2016-2019.

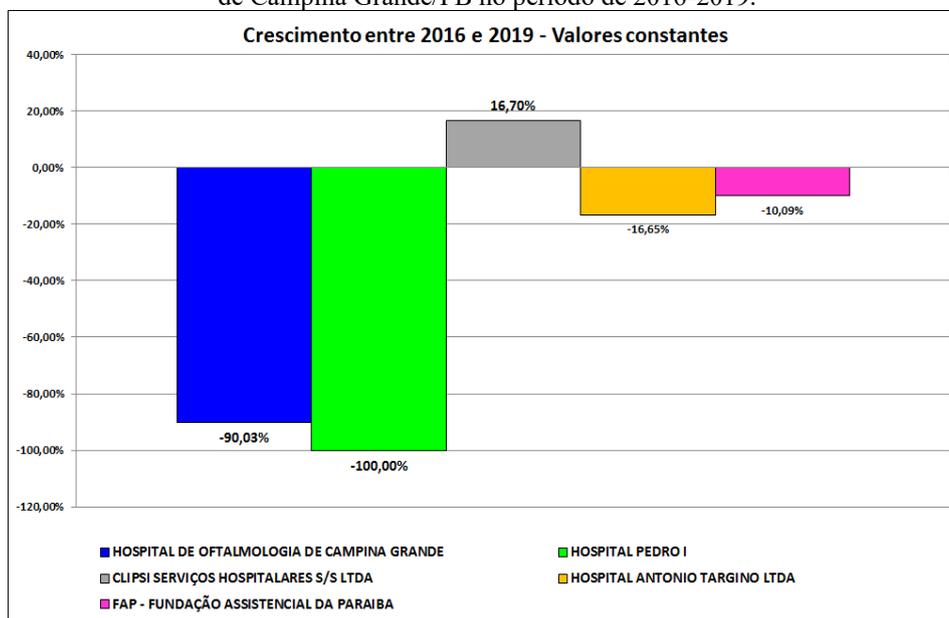


Fonte: SAGRES Online – TCE/PB, 2021.

Neste, podemos observar que, em valores reais, durante os anos de 2016-2019 apenas dois dos cinco hospitais cresceram positivamente, o Hospital da CLIPSI e o Hospital da FAP.

Quando inseridos em valores constantes, apenas a CLIPSI cresce positivamente. Conforme podemos observar:

Gráfico 06: Repasse deflacionado (constante) do FMS (%) para hospitais do município de Campina Grande/PB no período de 2016-2019.



Fonte: SAGRES Online – TCE/PB, 2021.

Ao acessarmos as informações disponibilizadas pelo CNES, vamos observar em relação a esses quatro hospitais, uma diferença em relação à oferta de serviços de saúde. No quadro a seguir elencamos esses serviços, o que nos fornece uma dimensão em termos de atendimento de que esses estabelecimentos realizam:

Quadro 01 – Serviços de Saúde ofertado em Campina Grande/PB (Hospitais selecionados).

Estabelecimento	Serviços ofertado
FAP	Atenção à Doença Renal Crônica; Cirurgia Vascular; Medicina Nuclear (Serviço Terceirizado) Serviço de Atenção ao Pré-natal, Parto e Nascimento; Serviço de Atenção em Saúde Bucal; Serviço de Diagnóstico de Laboratório Clínico; Serviço de Diagnóstico por Anatomia Patológica e/ou Citopato; Serviço de Diagnóstico por Imagem; Serviço de Endoscopia; Serviço de Farmácia; Serviço de Fisioterapia; Serviço de Hemoterapia (Terceirizado); Serviço de Oncologia; Serviço de Suporte Nutricional; Serviço de Urgência e Emergência; e Transplante.
Antônio Targino	Ambulatorial; Internação; Serviço de Apoio à Diagnose e Terapia; e Serviço de Urgência.
Clipsi	Ambulatorial; Internação; Serviço de Apoio à Diagnose e Terapia; e Serviço de Urgência.
Pedro I	Ambulatorial; Internação; Serviço de Apoio à Diagnose e Terapia; Serviço de Urgência.

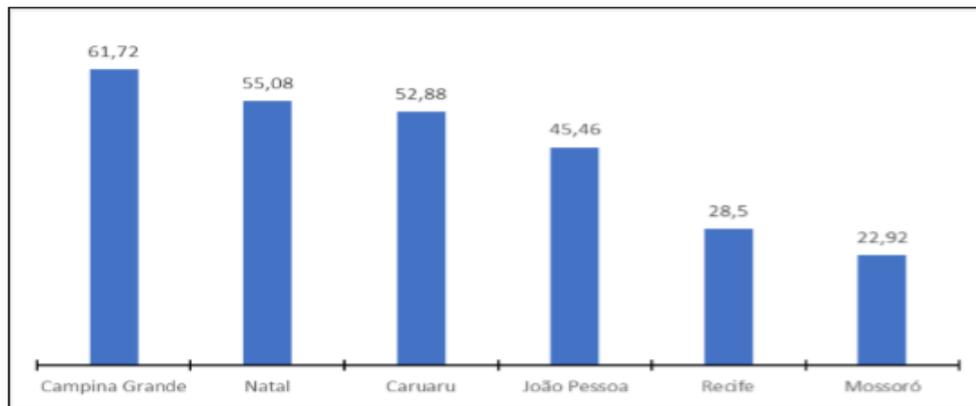
Fonte: CNES/MS, 2021.

Pelos dados do CNES expostos no quadro acima, observamos que o hospital da FAP é o que apresenta uma maior diversidade de serviços. A oncologia e os serviços de hemodiálise chamam atenção pelo fato de exigirem um nível de complexidade em termos de equipamentos e insumos, que encarecem o serviço, demandando assim, quantidade maiores de recursos, além

disso, há o fato de que em Campina Grande, apenas a FAP oferta esse tipo de serviço, para os residentes no município, bem como para outras localidades e Estados conforme já mencionamos anteriormente.

Em que pese tais fatos, observamos que do ponto de vista histórico, os estudos de Medeiros Júnior (2017) e Rotta (1997) já revela que o montante de recursos destinados ao setor privado em Campina Grande era bastante expressivo e que o modelo de atenção à saúde em Campina Grande poderia ser caracterizado como hospitalocêntrico-privado. Essa mesma caracterização é afirmada pelos estudos de Júnior (2017), o qual afirma que comparado a outros municípios importantes no país, há ainda no município uma grande concentração financeira em torno dos gastos com estabelecimentos privados. Tal fato pode ser constatado no gráfico abaixo.

Gráfico 07: Participação da Assistência Hospitalar e Ambulatorial (Nordeste).



Fonte: Medeiros Júnior, 2017, p. 85.

De acordo com Medeiros Júnior (2017), o município de Campina Grande é o que dispensa o maior percentual de gastos para este tipo de atenção. Em contrapartida, o município de Mossoró dedica apenas 22,92% a assistência hospitalar e ambulatorial. Natal, João Pessoa e Recife, tradicionais centros hospitalares, representam significativamente menos que Campina Grande neste tipo de assistência, demonstrando, portanto, a concentração de gastos com saúde na assistência hospitalar no município de Campina Grande/PB, em detrimento da atenção básica.

Nesse sentido, do ponto de vista da série histórica analisada, quando observamos, em termos históricos, a cobertura da Atenção Básica no município de Campina Grande, entendemos uma inversão de prioridades no que tange a essa atenção, uma vez que, a cobertura da (ESF) tem apresentado um decréscimo percentual no ano de 2020, saltando de 86,48% em 2015 para 85,04%. Todavia, segundo informações do e-gestor, em termos de Atenção básica o município conseguiu uma cobertura territorial de 100% a partir do ano de 2018, mesmo que em termos de números de ACS tenha havido uma queda percentual tanto no número de

profissionais contratados, quanto na cobertura territorial realizada por esses Agentes, diminuindo de 83,77% em 2015 para 75,92% em 2020 conforme podemos observar na tabela a seguir:

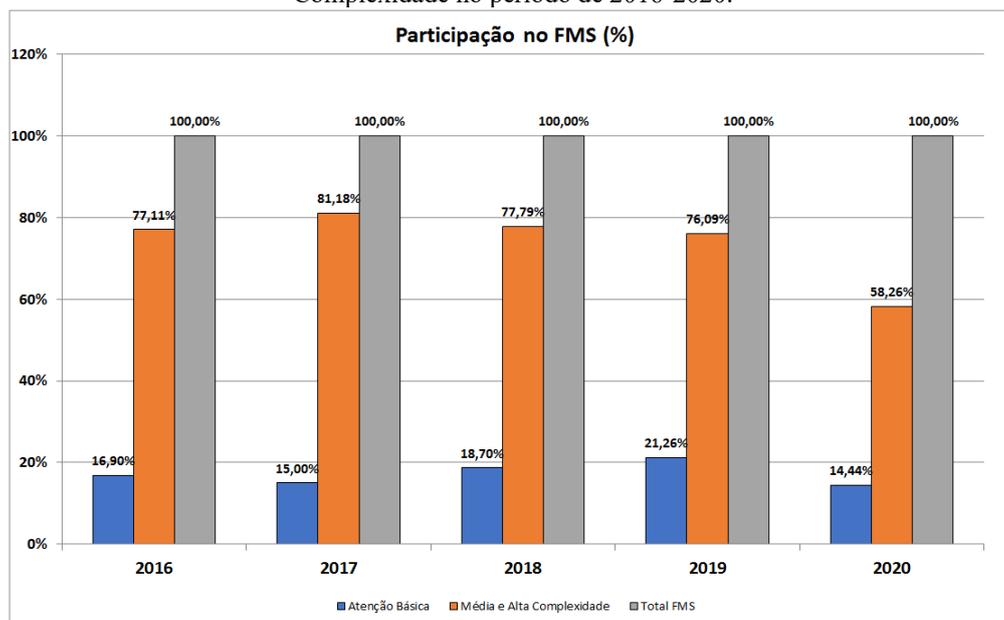
Quadro 02 – Estratégia Saúde na Família e Atenção Básica em Campina Grande/PB.

Ano	Nº Equipes Saúde da Família	Cobertura ESF	Cobertura Atenção Básica	Número de Agentes Comunitários de Saúde	Cobertura Agentes Comunitários de Saúde
2015	101	86,48%	96,94%	587	83,77%
2016	101	86,02%	97,41%	588	83,47%
2017	100	84,61%	98,96%	549	77,42%
2018	101	85,04%	100%	583	81,70%
2019	104	88,06%	100%	575	81,14%
2020	101	85,04%	100%	541	75,92%

Fonte: e-Gestor Atenção Básica, 2021.

Tais informações podem ser corroboradas quando constatamos em entrevista datada em 12/10/2021, com o atual secretário municipal de saúde do Município, Dr. Gilney Porto, o então pesquisador e economista Geraldo Medeiros Júnior apontou o estudo e indagou o porquê dessa forte concentração de recursos na média e alta complexidade no município. Foi respondido pelo secretário que esse fato se deve a Campina Grande ser uma área estratégica de localização tanto para a Paraíba como para os demais Estados, e também devido às universidades existentes no município. Pontuou ainda que nesses outros Estados o serviço disponibilizado não se caracterizava tão bom quanto em Campina Grande.

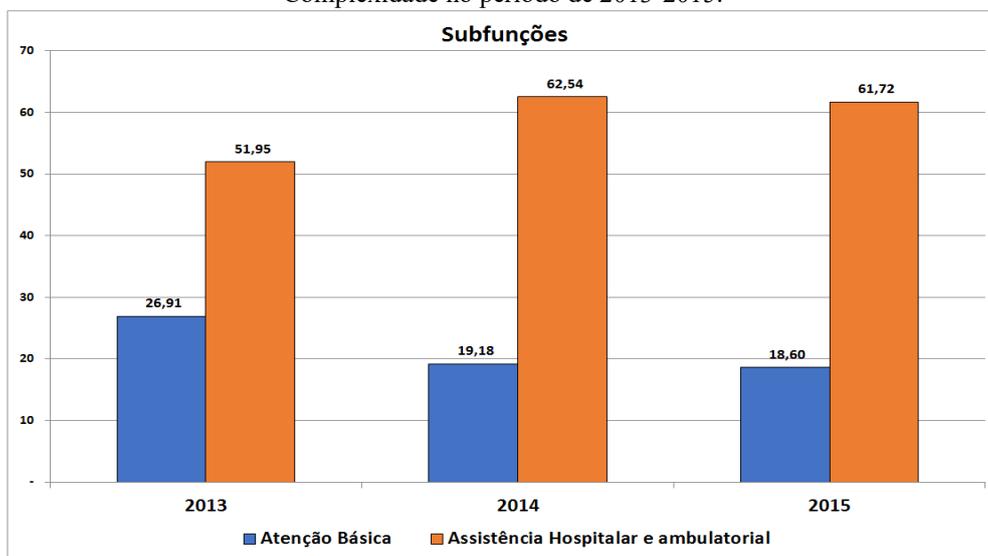
Gráfico 08: Participação no FMS (%) de Campina Grande/PB para Atenção Básica e Média e Alta Complexidade no período de 2016-2020.



Fonte: Elaboração própria, a partir do SAGRES Online – TCE/PB, 2021.

No gráfico acima podemos observar a participação do FMS em porcentagem. No período de 2016-2020, a Atenção Básica totalizou 86,30%, ou seja, menos de 100% durante os cinco anos. A Média e Alta complexidade anualmente seguiu na linha aproximada a 80% no período de 2016-2019, tendo um decréscimo no ano de 2020 com 58,26%. Pode-se observar também que nos anos de 2018 e 2019 houve um aumento tanto na Atenção Básica, como na Média e Alta complexidade. no ano de 2020, ano atípico, por estarmos enfrentando a pandemia da COVID-19, é perceptível uma queda de recursos tanto na Atenção Básica, como na Média e Alta complexidade.

Gráfico 09: Participação no FMS (%) de Campina Grande/PB para Atenção Básica e Média e Alta Complexidade no período de 2013-2015.



Fonte: Elaboração própria, a partir de Medeiros Júnior, 2017.

Ao averiguarmos os dados de um ponto de vista crítico, nos parece, há em Campina Grande uma determinação estrutural histórica que perpassa a conformação no município desde a década de 1990. Essa determinação diz respeito ao caráter hospitalocêntrico que congrega grande parte dos recursos do Fundo Municipal de Saúde a Alta e Média Complexidade, e que também pode ser caracterizada pelos repasses de recursos aos quatro maiores hospitais em atuação.

Esse fato é comprovado por exemplo, através dos estudos de Rotta (1997) Medeiros Júnior (1997; 2017) e Nogueira (2017). Esses pesquisadores identificam, em distintos momentos históricos, uma concentração de recursos na Alta e Média Complexidade e na medicina de caráter privado. Tal panorama se caracteriza como uma ameaça aos princípios do SUS, em especial o da Universalidade, que tem no trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde uma lógica de promoção à Saúde. Em que pese o aprofundamento desse caráter hospitalocêntrico na cidade de Campina Grande, refletimos também que de um ponto de vista

engendrado no marco da totalidade, a cidade não destoa da lógica nacional, especificamente a empreendida pelo governo Bolsonaro, eleito em 2018. Há uma forte tendência ao ultraneoliberalismo penetrado por esse governo para a destruição de serviços públicos, entre eles o da saúde, através de formas de mercadorização e de implementação de um SUS operacional mediante ações como o Previde Brasil que tendem a aprofundar as carências na atenção básica a partir de uma lógica excludente e não universalista.

Além disso, especialmente no caso de Campina Grande, é preciso que se chame atenção para as oligarquias locais que fazem a manutenção do poder político desde o período de redemocratização do Brasil em 1988. Nesse caso, o poder político, especialmente no momento histórico que nos dedicamos, é bastante influenciado pelo grupo Cunha Lima, com figuras conhecidas no cenário nacional como o ex-senador Ronaldo Cunha Lima, e o também ex-senador Cássio Cunha Lima, figuras políticas que realizam a manutenção do poder local através de uma visão neoliberal, mantendo assim a iniquidade na distribuição dos recursos locais e fazendo a manutenção do poder econômico nas frações locais da burguesia que compõem o cenário municipal na cidade. Não é à toa que Bruno Cunha Lima, atual prefeito da cidade, e seu antecessor, Romero Rodrigues, ambos da oligarquia Cunha Lima, são apoiadores do governo Bolsonaro, não sendo rara às vezes a demonstração pública de concordância com as ideias do atual presidente da república em aparições públicas e em visitas que Bolsonaro realizou na cidade.

Faz-se necessário destacar a dificuldade enfrentada em obter os dados necessários à pesquisa. Por várias vezes nos dirigimos ao CMS e nos deparamos com a ausência de documentos oficiais comprobatórios, os quais deveriam estar naquela sede, a exemplo de Programações e Relatórios Anuais. Vale salientar que os documentos disponibilizados pelo órgão de controle social estavam com os dados “maquiados,” dificultando assim o nosso processo de pesquisa.

Chama atenção que, ao questionarmos o CMS sobre o porquê da ausência de recursos referente ao Hospital Pedro I nos anos de 2018 e 2019, a resposta foi que não eram sabedores de tais informações. Fica perceptível que esse instrumento de controle social não funciona da forma como deve atuar, seguindo os princípios do SUS. O acompanhamento, a execução e a avaliação das ações desenvolvidas pelo SUS estão sendo insuficientes, não estão atendendo a expectativa. Esses resultados traduzem uma tendência, em que, predomina a concepção do modelo hospitalocêntrico - privado no município de Campina Grande/PB e que precisamos incitar um controle social mais ativo.

Considerações finais

Na presente elaboração teórica partimos do entendimento que a política de saúde enquanto dever do Estado é direito de todos, é uma conquista oriunda dos objetivos do movimento de RSB. O SUS não está concluso e acabado, como também não permanece nos arquivos do passado recente: o mesmo é colocado na agenda política da contemporaneidade no processo de contrarreforma da política de saúde.

A partir da análise da crise estrutural do capital nos anos de 1970, algumas questões decorrentes desse processo demandaram uma mais aprofundada investigação, como o processo de reestruturação produtiva, a financeirização do capital e o neoliberalismo. Assim, foi possível identificar que o capitalismo em sua fase financeirizada vem efetivando um vasto processo de reestruturação produtiva, com graves repercussões para o trabalho, sendo sua expressão mais evidente a precarização das relações de trabalho e seus rebatimentos nas políticas sociais.

A Reforma Administrativa do Aparelho do Estado, guiada pela ideologia neoliberal, que teve início no Brasil em meados dos anos 1990 ocasionou várias alterações na execução e financiamento das políticas sociais. O capital financeirizado, em busca de novos nichos para a sua acumulação, tem continuamente se apropriado do fundo público. Os mecanismos utilizados para tanto têm sido as contrarreformas, as quais, assentadas no ideário neoliberal, defendem a retirada do Estado da execução de suas funções, repassando-as para a iniciativa privada, nesse processo as políticas sociais tem sido um dos alvos principais.

O processo de contrarreforma na política de saúde, em curso, vem ocorrendo de forma substancial nas diversas esferas de governo e se agrava, uma vez que está na agenda a extinção do SUS. A política de saúde vem sofrendo inúmeros ataques por meio do Congresso Nacional o que intensificam os retrocessos, assim como as implicações desastrosas para a saúde no Brasil. No atual governo de Jair Bolsonaro, a política de saúde vem sendo acometida de forma nefasta, através da mudança da legislação vigente suscitando a quebra dos princípios do SUS, acarretando em um retrocesso para a política da saúde e desencadeando a expropriação de direitos.

O projeto privatista possui interesses econômicos na área da saúde, tem muita influência interna no Estado e é responsável pelo funcionamento de parte dos serviços do SUS. Por causa disso, existe um maior interesse que a política de saúde seja subfinanciada para existir um mercado complementar nesse campo e, com isso, possa absorver cada vez mais os recursos do SUS. Uma medida drástica do governo foi a EC-95, o congelamento dos gastos por 20 anos, cujos impactos para a política de saúde são enormes. É preciso lutarmos pela revogação da EC-95 e pela retomada do investimento social.

Por meio da pesquisa realizada no município de Campina Grande/PB, podemos reafirmar que, o modelo hospitalocêntrico-privado constatado no início dos anos 1990 prevalece. O FMS de Campina Grande continua investindo mais em Média e Alta Complexidade, em detrimento da Atenção Básica. Verificamos que, esse modelo tem por objetivo transferir recursos do fundo público para o setor privado, transformando unidades hospitalares públicas em espaços de lucratividade. Se faz necessário que aconteça uma inversão de investimentos, se invista mais em atenção primária, ou seja, na promoção e prevenção, para que, posteriormente, esse gasto com a média e alta complexidade seja reduzido. É necessário também um investimento maior nos serviços públicos, mais ESF, mais insumos, mais serviços de qualidade.

À promoção e à prevenção da saúde devem ser prioritárias. Todavia, é perceptível o crescimento do mercado de serviços privados. Dessa forma, o SUS é precarizado, distanciando-se do SUS legalmente instituído, flexibiliza os princípios político-emancipatórios que orientam sua racionalidade, em nome da modernização e aperfeiçoamento do SUS.

Cabe ressaltar que o estudo ora apresentado não se esgota neste trabalho. Algumas questões precisam ser desveladas, a exemplo da ausência de repasse a um dos hospitais pesquisados – Hospital Pedro I -, nos anos de 2018-2019. É imprescindível compreender que os gastos com saúde pública necessitam ser problematizados, uma vez que a sociedade brasileira tem seus problemas estruturais para uma análise das políticas sociais, em especial a política de saúde. Desse modo, espera-se que este estudo possa instigar outras reflexões, dada a pertinência do tema e a necessidade de análises críticas da realidade em que está inserido o objeto.

Referências bibliográficas

- CAMPINA GRANDE. Secretaria Municipal de Saúde. *Plano Municipal de Saúde* (2014-2017). Campina Grande/PB: Secretaria Municipal de Saúde, 2014.
- CAMPINA GRANDE. Secretaria Municipal de Saúde. *Plano Municipal de Saúde* (2018-2021). Campina Grande/PB: Secretaria Municipal de Saúde, 2018.
- _____. *Programação Anual de Saúde - 2016*. Campina Grande/PB: Secretaria Municipal de Saúde, 2016.
- _____. *Relatório Anual de Gestão - 2016*. Campina Grande/PB: Secretaria Municipal de Saúde, 2016.
- _____. *Programação Anual de Saúde - 2017*. Campina Grande/PB: Secretaria Municipal de Saúde, 2017.
- _____. *Relatório Anual de Gestão - 2017*. Campina Grande/PB: Secretaria Municipal de Saúde, 2017.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Campina Grande, 2010*. Disponível em:

<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/campina-grande/panorama>>. Acesso em: 05 out. 2021.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro I. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MEDEIROS JÚNIOR, Geraldo. *Economia e Administração Política da Saúde: Análises das dinâmicas do capital e do Estado na Gestão do SUS no Brasil e em Campina Grande*. 2017. 144 f. Tese (Doutorado) – Curso de Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro/RJ, 2017.

NOGUEIRA, K. W. A. da S. *Administração política da saúde: uma análise das ações em saúde do ano de 2016 na cidade de Campina Grande, Paraíba*. 2017. 94f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2017. Disponível em: <<https://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/18909?mode=full>>. Acesso em: 16 nov. 2021.

ROTTA, J.H. *As relações quantitativas do sus em campina grande e o processo de municipalização da saúde*. Mestrado em economia, UFPB, série em debate, n. 68, ago. 1997.

SALVADOR, Evilasio. *Fundo Público e Seguridade Social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2010. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2020/10/10/campina-grande-tem-2o-maior-pib-das-cidades-do-interior-do-nordeste-com-mais-de-200-milhabitantes.ghtml>>. Acesso em: 04 out. 2021.

Expropriação em tempos de capitalismo: o trabalho reprodutivo e o impacto na vida das mulheres

Expropriation in times of capitalism: reproductive work and the impact on women's lives

Priscilla Brandão de Medeiros*

Resumo: O artigo apresenta o debate acerca das marcas da expropriação na vida das mulheres em tempos de capitalismo, colocando como central o prisma histórico da submissão do trabalho feminino, entendido mediante uma análise feminista marxista, como fundamental na geração do valor. Metodologicamente, caracteriza-se como um estudo bibliográfico, ancorado pelo materialismo histórico-dialético, por entender que aparência – por mais importante que seja no desvelamento dos fenômenos – não traduz a essência do real. Conclui-se que o capitalismo, juntamente com o patriarcado e o racismo, sustentam um pilar imbricado de opressões, explorações, dominações e precarizações que assolam a vida das mulheres, uma vez que tem no trabalho reprodutivo, o qual é realizado gratuitamente pelas mulheres – em sua maioria –, e tratado como algo inato a existência feminina e alheio ao capital, é fundamental para a condição de manutenção e subsistência da principal mercadoria que gera o capital: a força de trabalho.

Palavras-chaves: Trabalho reprodutivo; Capitalismo; Mulheres.

Abstract: The article presents the debate about the marks of expropriation in women's lives in times of capitalism, placing as central the historical prism of the submission of female work, understood through a Marxist feminist analysis, as fundamental in the generation of value. Methodologically, it is characterized as a bibliographical study, anchored by historical-dialectical materialism, for understanding that appearance – however important it may be in unveiling phenomena – does not translate the essence of reality. It is concluded that capitalism, together with patriarchy and racism, support an intertwined pillar of oppression, exploitation, domination and precariousness that plague women's lives, since they have in reproductive work, which is performed free of charge by women - in its majority -, and treated as something innate to female existence and alien to capital, is fundamental for the condition of maintenance and subsistence of the main commodity that generates capital: the workforce.

Keywords: Reproductive work; Capitalism; Women.

Recebido em: 14/03/2023

Aprovado em: 18/05/2023

* Bacharela em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Especialista em Docência no Ensino Superior pela Universidade Potiguar (UNP) e em Gestão Pública da Organização em Saúde pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Mestra em Serviço Social e Direitos Sociais pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Doutoranda pelo PPGSS/UFRN. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2183-6141>



© O(s) Autor(es). 2018 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

Introdução

A história das mulheres é atravessada por um construto de invisibilidades e naturalizações. De um lado, há relações que fincam a submissão e a secundarização do trabalho feminino não remunerado; de outro, há a invisibilidade quanto ao reconhecimento delas como sujeitos de direitos.

Com o advento do capitalismo e as várias formas de expropriação da existência humana, as mulheres foram também apropriadas e expropriadas material, política e socialmente, uma vez que, apoiado no patriarcado, que é secular, o capitalismo utilizou do binômio dominação/exploração e intensificou a opressão de classe, gênero e, com o racismo, de raça dentro da classe trabalhadora.

O trabalho reprodutivo – aqui compreendido como as esferas do cuidado, a sustentação emocional cobrada às mulheres, as atividades domésticas, a procriação e a criação –, o qual não é remunerado, tornou-se parte do cotidiano das mulheres como sendo uma atribuição naturalizada socialmente e como estratégia direta do capital e, por isso é visto como não trabalho, sendo tratado como “função social das mulheres”, portanto, sem valorização.

É importante apresentar que não há a produção do valor na realização do referido trabalho, mas há diretamente uma relação quando as mulheres contribuem para a reprodução da parcela da força de trabalho que estão inseridas nos espaços produtivos, o que coloca a importância de aprofundar os estudos acerca da reprodução social realizada por estas como parte fundamental na geração desse valor e de sua valorização.

Diante disso, o presente artigo tem como proposta discorrer e analisar, criticamente, sob os aspectos que afetam a vida das mulheres a partir do contexto da expropriação da vida e utilização da sua condição de gênero, classe e raça para ser responsabilizada pela reprodução humana – e na sociabilidade vigente é a responsável pela reprodução da mercadoria mais especial para o engendro do capital.

Como percurso metodológico, esse estudo apresenta uma direção de análise qualitativa de cunho bibliográfico, guiada pelo método do materialismo histórico dialético, por compreender que a aparência da realidade – um aspecto fundamental para desvelamento dos fenômenos – não apresenta os determinantes que a traduzem, sendo, portanto, necessário investigar e compreender a essência enquanto totalidade crítica.

Por fim, ressaltamos a relevância social desse artigo por compreender o realce na discussão acerca da expropriação da vida das mulheres e o lugar que o trabalho reprodutivo assume como estratégia direta de manutenção do capitalismo, patriarcado e racismo, podendo oferecer uma reflexão social crítica – marxista. Academicamente, a relevância se dá no sentido da potencialização dos estudos feministas marxistas, de modo a impulsionar a importância desses para o despertar da construção do projeto societário de emancipação humana, coadunando com a direção social hegemonicamente assumida pelo Serviço Social.

O capitalismo e seus elementos predatórios: as marcas da expropriação da vida da classe trabalhadora

O processo de expropriação do tempo e da vida dos(as) trabalhadores(as) é inerente ao contexto de industrialização no capitalismo. Fontes (2018) aponta que expropriação é a transformação de tudo aquilo que traduz os meios de vida em capital. Ou seja, é o ocultamento das necessidades, desejos e afetos humanos em detrimento dos interesses do capital, uma vez que essa é base da relação social que sustenta o capitalismo.

Tal fundamentação indica a amputação que tal modo de produção conduz quando as possibilidades de existência da humanidade, o que reflete diretamente na forma de vida e na própria organização política da classe trabalhadora.

Para corroborar com a direção crítica, é importante entender, inicialmente, o que é expropriação a partir do entendimento de Marx ([1867] 2017, p. 786). Segundo ele é:

O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados.

Ou seja, o ato de expropriar – e que no capitalismo isso ocorre efetivamente – se dá pela separação dos indivíduos de tudo que coaduna com as condições sociais que geram a produção e reprodução da vida, o que não acontece passivamente – assim como nada nesse modo de produção. É um processo com traços violentos e ilegítimos, os quais impactam diretamente na vida individual e coletiva das pessoas, das sociedades. Sobre isso, Fontes (2018, p. 19) traz que “o nascimento histórico e concreto do capitalismo resulta em enormes violências e poreja sangue”.

Portanto, falar sobre a categoria expropriação remete-nos a perceber a centralidade atual que ela possui quando se vivencia tempos de perplexa instalação da barbárie e da descartabilidade humana, colocando os interesses econômicos/materiais como protagonistas diante de qualquer condição de existência. Isso fica claro quando Marx apresenta que na

condição do trabalho assalariado os seres humanos são reduzidos a trabalhadores(as), sem que sejam vistos(as) como dotados(as) de subjetividades além das necessidades mínimas e biológicas que garantam manterem-se vivos(as).

Contudo, ao retirar as pessoas das suas propriedades de terra e usurpar-lhes os instrumentos de trabalho, o capitalismo os(as) conduz a venda da força de trabalho como sendo a única possibilidade de garantir a sobrevivência diante dessa sociabilidade. Tudo em prol do lucro e da geração exponencial da riqueza, a qual não é socialmente compartilhada.

N' *O Capital* ([1867] 2017) Marx vai destacar alguns processos que exemplificam as brutais formas de violências sofridas pela população no que é, por ele, tratado como período da Acumulação Primitiva. O autor enfatiza como o capital – enquanto relação social –, para manter-se, precisa da existência dos(as) trabalhadores(as) e, por isso, toma-os(as) como posse e faz da sua força de trabalho a única mercadoria que, nas relações de trabalho, mediante sua venda, possibilitem sua manutenção. E de forma ainda mais esdrúxula, gera um exército de reserva que o serve, quando tem milhares de trabalhadores(as) buscando vender sua força de trabalho, uma vez que não há como acoplar todos(as), sendo essa a raiz que estrutura as relações capitalistas, dada a geração da mais valia e o barateamento da força de trabalho em sua relação de venda nesse sistema.

A expropriação, é importante destacar, não é uma discussão que assume recortes “somente” com vieses pretéritos, pelo contrário. Na contemporaneidade ela se intensifica e se mantém tão presente dentro das relações capitalistas como qualquer outro traço caracterizador dessa sociabilidade, todavia, salienta-se, com aspectos mais devastadores. Mota e Tavares (2016) apontam aspectos advindos do neoliberalismo que evidenciam de modo concreto os traços da expropriação nos tempos presentes. As autoras,

os processos de privatização, mercantilização e as supressões de direitos sociais e trabalhistas são expressões dessas expropriações contemporâneas, revelando-se como o principal meio de utilização da reprodução capitalista. (MOTA; TAVARES, 2016, p. 235).

Para que não se perca a totalidade da discussão, faz-se necessário percorrer historicamente o processo de acumulação do capital, buscando compreender a expropriação, e para isso, faz-se imperativo analisar tais nuances.

Sobre isso, Marx ([1867] 2017) vai tratar das relações de trabalho mediante o assalariamento do proletariado, de modo que a expropriação se fundará mediante a efetivação do contrato social (*contrat social*) do tipo original no período de formação das colônias.

Contudo, é importante destacar que nas colônias ainda se vislumbrava um processo que não coaduna, efetivamente, com a separação entre o trabalhador e suas condições de

trabalho, “entre ele e sua raiz, a terra [...]”, como aponta Marx ([1867] 2017, p. 838). Ou seja, ainda havia traços de uma relação baseada na indústria doméstica rural.

Daí cabe refletir: onde perceber os entornos perversos do capitalismo?

Para essa resposta, parafraseamos Marx ([1867] 2017, p. 839) ao tratar da metáfora da beleza do capital:

A grande beleza da produção capitalista consiste em que ela não só reproduz constantemente o assalariado como o assalariado, mas, em relação à acumulação do capital, produz sempre uma superpopulação relativa de assalariados [...] Mas nas colônias essa bela fantasia se faz em pedaços.

Isso se justifica pelo processo de transformação dos assalariados em camponês ou artesão independente, o que finda numa relação de exploração mais contundente, que evidencia que o capital não se abstrai dessa relação.

Assim, a tendência histórica da acumulação primitiva conduz a transformação direta de escravizados e servos – quando vistos os cenários históricos da escravidão e do feudalismo – em trabalhadores assalariados que perdem sua condição de liberdade – antes também apropriada a partir das relações de escravatura e servidão – só que de modo ainda mais perverso quando tem a expropriação concreta dos meios de subsistência, a qual repousa sob a exploração do trabalho alheio.

Ou seja, é a constituição da propriedade privada dos meios de vida, o que, aponta Marx, é a antítese da propriedade social e coletiva, que não há condições de ser efetivada em tempos de capitalismo, pois o que era socialmente apropriado e compartilhado passa agora a ser de posse de pequeno grupo que expropria outros, a partir de um vandalismo cruel das relações de vida.

Assim, e de forma articulada a tudo que esse modo de produção faz, acresce a expropriação dos proprietários privados, apontado por Marx como a nova forma de expropriação, pois haverá a liquidez dos pequenos pelos grandes capitalistas, a partir do jogo das leis imanentes da produção, mediante a centralização dos capitais.

Com isso, vemos a lógica destrutiva e acirrada que o capitalismo impõe, restando à manutenção somente dos supercapitalistas, numa raiz de aguçamento também da exploração, opressão e precarização dos moldes de vida daqueles que a eles se sobrepõe por uma única necessidade: sobreviver!

Assim, percebemos o desenvolvimento da força cooperativa do processo de trabalho em escala cada vez maior e avassaladora no tocante a geração de miséria, pobreza e subtração das formas de existência.

Com a diminuição constante do número de magnatas do capital, que usurpam

e monopolizam todas as vantagens desse processo de transformação, aumenta a massa da miséria, opressão, servidão, degeneração, exploração [...]. sob a hora da derradeira da propriedade privada capitalista, os expropriadores serão expropriados. (MARX, [1867] 2017, p. 187).

Com isso, é notório que o cercamento das terras e a usurpação dos meios de produção, consequentemente, dos meios de vida – aqui no entendimento da garantia da sobrevivência – marcam a instalação da propriedade privada e das formas originárias da expropriação, como aponta Fontes (2018).

A subsunção real do trabalho direciona a forma de realização do trabalho não mais para a satisfação humana, mas para atendimento, primeiro, das necessidades do capital.

O processo de mercadorização da força de trabalho, portanto, é o ponto de partida para a elevação máxima que o capitalismo gera quanto a privação dos meios de produção e dos produtos do trabalho humano, uma vez que “o capital só surge quando o possuidor de meios de produção e de meios de subsistência encontra no mercado o[a] trabalhador [trabalhadora] livre como vendedor[a] de sua força de trabalho [...]” (MARX, [1867] 2017, p. 245).

O enfoque acerca desse recorte faz-se acompanhar por uma divisão social do trabalho, a qual marca a separação e distinção entre o valor de uso e valor de troca – categoria central no modo de produção capitalista – dos produtos fruto da relação de trabalho no referido modo.

Para Marx ([1867] 2017) o processo de geração do valor da força de trabalho é determinado pelo tempo de trabalho necessário para a produção, assim como acontece com todas as mercadorias na sociabilidade capitalista, porém, há que se destacar que mesmo sendo uma mercadoria, há um aspecto essencial que nos diferencia de qualquer outra: a capacidade racional e teleológica. Essa mercadoria especial, como assim ele também trata, exige sua criação, procriação e reprodução social. O(a) trabalhador(a) precisa manter-se vivo(a) para atender os interesses de compra de sua força de trabalho.

Marx também observa que a lei da oferta e a da procura governa a produção dos homens, tanto quanto a de qualquer outra mercadoria, e que o trabalhador como ‘capital vivo’ é uma forma especial mercadoria que tem a infelicidade de ser um capital ‘carente’. Mas, como resultado da lei da oferta e da procura, ‘suas propriedades humanas o são apenas na medida em que o são para o capital, que lhe é estranho’. Isso significa que as necessidades humanas só podem ser satisfeitas até o limite em que contribuem para a acumulação de riqueza. (MÉSZÁROS, 2006, p. 133 – 134).

Sobre isso, Saffoti (2013) traz que “o trabalhador não mais produz diretamente para seu consumo, mas produz artigos cuja existência independe de suas necessidades enquanto produtor singular” (SAFFIOTI, 2013, p. 54), ou seja, o(a) trabalhador(a) vende sua força de trabalho para obter, nessa relação, as condições que gerem o atendimento a sua sobrevivência

– e aqui no sentido do atendimento biológico, uma vez que o capital nega essa condição de atendimento genérico – e, conseqüentemente, ainda produz o que é estranho a si e, por vezes, às suas necessidades.

O estranhamento produzido na relação de trabalho capitalista cimenta a separação brutal entre o(a) trabalhador(a) e suas satisfações enquanto ser humano social e genérico, o que coloca como a mais perversa forma de coisificação humana em detrimento do mundo das coisas – que geram valor – produzindo uma liberdade falseada.

Dessa forma, sendo o trabalho o momento que gera o privilégio da práxis, por sintetizar as relações entre os homens [e as mulheres] com a natureza, relação essa a qual se baseia unicamente para o atendimento de suas necessidades individuais e coletivas, o que também desperta as relações entre os próprios homens, se constitui como a via de excelência através da qual se procede o desvelamento da verdadeira posição que as categorias históricas ocupam na totalidade dialética na sociedade capitalista e das respectivas relações que elas mantêm entre si e com o todo social no qual se inserem.

Assim, a partir desse fundamento, compreende-se que o alijamento dos(as) trabalhadores(as) de todas as suas escolhas privadas, passam agora a uma administração do que o processo de produção impõe no sentido de que o(a) trabalhador(a) não se perceba como gente, mas como coisa. E tudo o que é reflexo da condição social das pessoas é tido como “natural” nessa sociabilidade capitalista. A pobreza, por exemplo, é tida como condição natural e divina – uma vez que vale destacar a apropriação dos aspectos abstratos espirituais como forma de concretizar esse processo – e por uma consequência do não esforço individual do(a) trabalhador(a).

A propriedade do capital apresenta-se aos seres sociais como natural, eterna, necessidade econômica primeira, forma histórica indeclinável e potência exterior à qual precisam dobrar-se para assegurar sua subsistência. A propriedade do capital recobre e reatualiza todas as formas precedentes de propriedade, as defende de maneira nominal (juridicamente), enquanto as devasta em permanência. (FONTES, 2018, p. 43).

Ou seja, as expropriações geram violências diretas ao próprio reconhecimento crítico da capacidade de existência, o que impacta, e é estratégico, na consciência de classe. Acerca disso, Fontes (2018) traz que “o latégo do capital” se abate quando há jornada de trabalho e em sua ausência, o que se evidencia como uma relação de cercamento da condição legítima de sobrevivência na ordem ditada pelo capital.

Tal complexidade mostra o influxo do capital, quando a própria dinâmica social esmaga o conjunto dos(as) trabalhadores(as) e o conjunto social de suas vidas, reduzindo também a natureza aos seus ditames. Isso nos leva a crer como a propriedade do capital é

dinâmica, expropriadora.

Dessa forma, é entendido que a expropriação é a base social que legitima a relação do capital, com suas relações devastadoras e que assolam todo o tecido individual e coletivo de modo atemporal.

Sendo que, na contemporaneidade, esse processo se intensifica mediante a lógica imperialista do capitalismo, a qual reitera as bases de extração do valor a partir do trabalho e agora de forma mais intensificada, uma vez que os bancos e os juros são a base central.

Esse chamado atual a capitalização, a partir da forma investimento e do empreendedorismo popular, desconsiderando as relações estruturais que regem a dinâmica do capital – sendo transcorrida como bases ilusórias de resistência da classe trabalhadora – fixam um aguçamento da alienação e da exploração e precarização.

Com isso, a população pobre é a mais afetada através do incentivo aos microcréditos e todas as vias de endividamento, principalmente da moradia. O Estado Social – que também é mínimo para o social, conseqüentemente, para as políticas públicas –, por sua vez, e também como aliado direto aos interesses do capital, sucateia o conjunto das políticas sociais, principalmente as de Seguridade Social (previdência social, saúde e assistência social), de forma a alimentar o chamado a vinculação privada como sendo a mais eficaz das vias, e ainda, impulsionando o discurso de ausência de recursos para destinação a tais políticas. Ou seja, o que é direito social e investimento público, se passifica diante da falácia da responsabilização social.

As necessidades vitais são novamente tomadas pelo capitalismo sob o prisma de um Estado que “não pode” se responsabilizar com a proteção social, dado o discurso da crise – quando na verdade há um direcionamento de quase 50% do PIB para amortização dos juros da dívida pública, reduzindo e retirando sempre das parcelas do financiamento da saúde e educação, principalmente –, e com isso, tem-se uma classe trabalhadora que trabalha mais, que ganha menos e que agora precisa financiar o acesso às políticas sociais por necessidade direta, como é o caso da educação, saúde e moradia.

Nesse contexto, assim como tudo no capitalismo, há uma apropriação da força de trabalho também das mulheres, as quais têm suas condições de vida perversamente abaladas em solos capitalistas, uma vez que a divisão sócio – sexual e racial do trabalho se intensifica ainda mais em tempos de crises.

Subordinadas ao domínio da propriedade do capital, as atividades do cuidado e da reprodução da vida, enquanto atividades expropriadas contemporaneamente, as mesmas tendem a converter-se em relação mediada pelo capital. Corroboramos com Fontes (2018, p. 58) ao tratar

que “a industrialização do cuidado e da reprodução não viria para emancipar as mulheres, mas para submetê-las ao capital”.

Diante disso, o ponto a seguir discorrerá, criticamente, acerca de como as mulheres, mediante as relações fruto de uma sociabilidade capitalista – patriarcal – racista – sexista tem suas vidas expropriadas pela punção real do capital sobre suas vidas e sua força de trabalho.

Do privado ao público somos expropriadas: analisando os reflexos do capitalismo – racismo – patriarcado na vida das mulheres

Iniciamos do ponto de vista que o entendimento da divisão sócio – sexual e racial do trabalho, e sua consequente superação, é uma das pautas fundamentais para o feminismo marxista. Partimos da compreensão que há uma divisão do trabalho em dois tipos: o produtivo e o reprodutivo, sem que sejam tratados de modo separado, mas dialeticamente intrínsecos. Nós mulheres não produzimos valor na realização do trabalho doméstico não remunerado, por exemplo, mas estamos diretamente ligadas quando contribuimos para a reprodução social e humana da parcela da força de trabalho – majoritariamente masculina – que estão nos espaços produtivos. E quando estamos vendendo nossa força de trabalho, na condição de assalariadas, a vinculação se dá maciçamente nas profissões voltadas ao campo da reprodução social. Contrariamente, os espaços de produção estão vinculados aos homens, o que evidencia um recorte sexista na produção/geração do valor.

Sobre a emblemática discussão acerca da inserção das mulheres nos espaços produtivos, Federici (2021) traz que tal inserção nunca liberou as mulheres da responsabilização do trabalho doméstico – e acrescentamos do trabalho reprodutivo – pelo contrário, houve a intensificação da jornada de trabalho feminina e, como discorre a autora citada “significou menos tempo e energia para a luta” (FEDERICI, 2021, p. 30).

É notório que historicamente essa dicotomia na ocupação das esferas produtiva e reprodutiva constituiu fator importante para a submissão da mulher e a hierarquização das ocupações e funções destinados a ambas os sexos.

[...] a divisão entre esfera produtiva e reprodutiva fortaleceu a hierarquia e a desigualdade entre homens e mulheres. A esfera produtiva é a da valorização, da produção da riqueza e, portanto, é tida como um espaço privilegiadamente masculino. A esfera da reprodução social – aqui entendida como as atividades necessárias para garantir a manutenção e reprodução da força de trabalho -, é considerada um espaço feminino. (CISNE, 2014, p. 88).

É sob essa reflexão que Saffioti (2004) chama a atenção – com a qual concordamos – de perceber os contornos sociais numa perspectiva histórica, e acrescenta-se de totalidade. Defendemos que as transformações socioeconômicas e políticas têm influência notória no

desencadear das relações sociais, já que o capital se apropria de tais como forma de intensificar seus interesses a partir das determinações do que vem a ser do homem e o que vem a ser mulher mediante uma força de hierarquização e separação. Por isso, torna-se indissociável pensar as relações de classe, gênero e raça de modo isolado.

[a] divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o *princípio de separação* (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o *princípio de hierarquização* (um trabalho de homem “vale” mais do que um trabalho de mulher). (KERGOAT, 2003, p. 01).

Por mais que na realização do trabalho reprodutivo às mulheres não produzam uma mercadoria, sem as atividades ligadas a reprodução social não haveria a produção social, uma vez que o Estado se ausenta de prestar esse atendimento – aqui compreendido como proteção social –, como ainda, se apropria das construções patriarcais, sexistas, classistas e raciais para fincar o lugar que as mulheres devem assumir.

Assim, quanto mais o Estado omite a criação de políticas públicas para atender as necessidades da esfera reprodutiva, mais oneroso isso se torna para as mulheres, pois se não há investimento na saúde pública, são as mulheres que estão se responsabilizando pelos cuidados, se não há educação integral, são as mulheres que educam e etc. Portanto, cria-se a naturalização que o trabalho reprodutivo é uma função social incumbida às mulheres e, por isso, desconsiderado como trabalho.

Ou seja, como apresenta Saffioti (2013), as mulheres nascem e crescem sob o prisma da “ideologia do outro”, por sermos vistas como as que servem para servir ao outro, não sendo tratadas como detentoras de desejos e vontades alheias a isso.

Dessa forma, precisamos ampliar o olhar crítico para compreensão que a casa (o lar), a esfera privada, não é um lugar neutro para pensar o trabalho e suas formas de explorações, opressões e dominações, ou seja, as “três formas canônicas” como aponta Kergoat (2010, p. 95). É preciso fomentar essa perspectiva política de entender as nuances que atravessam o cotidiano das mulheres mediante a destinação de responsáveis pela reprodução social.

Parafraseamos Federici (2021, p. 56) quando a mesma indaga: “onde as mulheres podem ser mais produtivas: na linha de montagem ou na linha de produção de bebês?”. Ela faz esse questionamento crítico justamente para despertar as amarras do capital no tocante a compreensão que o capital precisa das mulheres enquanto corpos de procriação, reprodução e manutenção de força de trabalho, como também, quando inseridas na esfera produtiva, tê-las como força de trabalho barata.

Os estudos de algumas economistas feministas, como Antonopoulos (2008) e Razavi (2007), mostraram como essa “economia invisível”, formada por atividades laborais de cuidados, não remuneradas – como a preparação de

alimentos, o cuidado de crianças, doentes e população idosa, as atividades de limpeza do lar, entre outras –, desempenha um papel fundamental na reprodução da força de trabalho e possibilita o crescimento econômico dos países, representando uma espécie de “subsídio” às economias nacionais. Um “subsídio” que se ergue contra as próprias mulheres que realizam esse trabalho, impedindo-as de ampliar suas capacidades, alcançar sua autonomia econômica e exercer outros direitos. (BARAJAS, 2016, p. 24).

Historicamente – porém uma história, em parte, ocultada – as mulheres assumem espaços e se protagonizam nas lutas e militâncias denunciando o racismo, o capitalismo, o patriarcado, a partir de uma construção coletiva feminista.

Corroboramos com Kergoat (2010, p. 100) ao defender a consubstancialidade das categorias gênero, raça e classe, entendendo-as como um nó imbricado, como também defende Saffioti, pois “é o entrecruzamento dinâmico e complexo do conjunto de relações sociais, cada uma imprimindo sua marca nas outras, ajustando-se às outras e construindo-se de maneira recíproca” que faz perceber a totalidade, entendendo e enxergando os intercruzamentos e interpenetrações que formam o “nó”. A percepção defendida pela autora se traduz no rompimento da compreensão mecanicista das relações sociais, o que afeta consubstancialmente a totalidade social, pois ao considerar as análises com prismas geométricos, ou seja, fincadas sob a lógica da intersecção, adição, por exemplo, perde-se as determinações que engendram as referidas categorias enquanto parte de um plano real do cotidiano sob uma perspectiva materialista.

O casamento (ou contrato social) e a maternidade são os catalizadores para o aprisionamento da mulher, uma vez que, além de corresponderem aos interesses da família burguesa e do capitalismo, direcionam o destino das mulheres como únicos ao atendimento desses vínculos. É como se nossa existência estivesse (esteja, pois ainda vigora essa forma histórica cisheteropatriarcal) condicionada, como atributo de felicidade, ao matrimônio e a maternidade. Todavia, o que se busca, de fato, é exatamente tornar nós mulheres como verdadeiras “fábricas sociais” (FEDERICI, 2021) da reprodução da força de trabalho.

A origem dessa divisão sócio sexual foi fortemente influenciada a partir do surgimento da família monogâmica – isso ocorre na transição para as sociedades de classes – a primeira estratégia é o rompimento da perspectiva coletiva pela busca da sobrevivência. Com as sociedades de classes, o individualismo é gerado e apregoado entre os sujeitos contrariando a coletividade. A colaboração “perde” lugar para a concorrência.

Para Gama (2014, p. 47), o cuidado é concebido “como uma atividade feminina geralmente não remunerada, sem reconhecimento nem valorização social”. E isso será ainda mais evidenciado com a constituição do modelo de família monogâmica.

Vale ainda considerar que com a entrada massiva da mulher no mundo do trabalho produtivo – mais precisamente em meados de 1970 – ocorreu a transferência da atribuição das atividades domésticas para outras mulheres. Mostrando então, que o trabalho doméstico continua, hegemonicamente, como encargo feminino. Tal constatação é evidenciada no que traz Sorj (2004) quando faz uma análise da marca cultural que as mulheres carregam no tocante a responsabilização com a família. Em pesquisa realizada para analisar como se dava a divisão sexual do trabalho na esfera doméstica, a autora apresenta que:

[...] em 96% dos domicílios pesquisados, a principal responsável pelas tarefas domésticas era uma mulher. Além disso, quando outra pessoa participava das responsabilidades pelo trabalho doméstico, em 49% dos casos tratava-se também de uma mulher. (SORJ, 2004, p. 112).

E ainda sob essa análise, recai o viés de raça e classe, uma vez que a mulher que ocupará a função do cuidado doméstico do lar de outrem será, na sua maioria, a mulher negra e pobre. É importante frisar, que mais recentemente, principalmente no Brasil, esse trabalho doméstico realizado por essa outra mulher tem um caráter de trabalho visibilizado, uma vez que será remunerado e passa a constituir a lógica do mercado. Mas, o que é importante ser destacado é a continuidade da realização do trabalho doméstico apenas por mulheres. A delegação do trabalho doméstico de uma mulher para outra.

E mais, quando há uma comparação da divisão das tarefas domésticas entre homens e mulheres, os dados comprovam que permanece como sendo da mulher a responsabilidade pela sua execução, mesmo que os homens, minimamente, se incluam nestas. Para evidenciar esse aspecto, segundo Cisne (2014, p. 84 - 85), com base em uma pesquisa realizada pelo PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – em 2011, é evidente que continua mínima a participação masculina na realização das tarefas domésticas quando comparada com os dados de 2001. Salientando que, segundo Pinheiro (2016), até 2001 não havia a mensuração estatística do tempo de uso na realização de atividades domésticas e de cuidado entre homens e mulheres pela PNAD e IBGE. Foram inseridas nesse ano, mas ainda sem o teor teórico político das discussões de gênero, todavia, já se considera como um ganho, uma vez que instigou os movimentos sociais – feminista especialmente – a pensar e fomentar pesquisas e debates acerca das políticas públicas voltadas ao campo da reprodução social. Ou seja, é um indicador nitidamente recente, o que evidencia, em parte, os muitos limites em tratar esse debate como questão de política de Estado.

Para além dessa organização social do trabalho, os indivíduos se veem imersos em uma divisão do trabalho que agrega condicionantes, como o gênero, raça e classe. A partir de determinado momento histórico, se configura uma fragmentação das tarefas para homens e

mulheres, constituindo-se, assim, a divisão sexual do trabalho.

Nogueira (2006) vai analisar ainda que é na família que ocorrem as primeiras manifestações da divisão social e sexual do trabalho. Onde ela irá afirmar, calcado em Marx e Engels (1997), que a mulher e os(as) filhos(as), dentro do núcleo familiar, são encarados com “escravos” do homem, esposo e pai, respectivamente.

Então, o espaço privado foi destinado às mulheres e, socialmente, isso passou a ser visto com o algo naturalizado. Foi na família que as mulheres vivenciaram suas primeiras formas de submissão. Na família monogâmica, constituída e oriunda junto às sociedades de classes, couberam as mulheres o papel de procriação, cuidado com o lar e filhos(as). Ou seja, “a divisão do trabalho na família havia sido a base para a distribuição da propriedade entre o homem e a mulher” (ENGELS, 2012, p. 203-204).

Para compreender os ditames que perpassam a opressão feminina quanto a divisão sexual do trabalho “a família [torna-se] uma importante chave para o entendimento histórico da exploração e opressão sobre as mulheres” (CISNE, 2014, p. 81). É nela que se fixam as bases tidas como naturais da submissão e precarização do trabalho da mulher.

Na verdade, o lugar da mulher sempre tinha sido em casa, mas durante a era pré-industrial a própria economia centrava-se na casa e nas terras cultiváveis ao seu redor. Enquanto os homens lavravam o solo (frequentemente com a ajuda da esposa), as mulheres eram manufadoras, fazendo tecidos, roupas, velas, sabão e praticamente tudo o que era necessário para a família. O lugar das mulheres era mesmo em casa – mas não apenas porque elas pariam e criavam as crianças ou porque atendiam às necessidades do marido. Elas eram trabalhadoras produtivas no contexto da economia doméstica, e seu trabalho não era menos respeitado do que o de seus companheiros. (DAVIS, 2016, p. 52).

Assim, percebe-se que a família, mesmo diante dos inúmeros avanços políticos, sociais acerca dessa instituição, continua como elemento importante para a reprodução do capital e das bases para sua apropriação, ou como diz Cisne (2014, p. 84) “é um modo de circulação e de consumação de bens e serviços baseados na exploração da mulher”.

Ou seja, é nesse espaço que se torna evidente o processo de (in)visibilização do trabalho realizado pelas mulheres, sendo este tido e tratado, historicamente como natural a elas.

O aspecto mais importante da família na manutenção do domínio do capital sobre a sociedade é a perpetuação – e a internalização – do sistema de valores profundamente iníquo, que não permite contestar a autoridade do capital [...]. (MÉSZÁROS, 2011, p. 271).

Ao longo das sociedades, as relações de gênero construídas foram determinando as tarefas, deveres e profissões para homens e mulheres, determinando, portanto, a divisão sexual do trabalho. As mulheres sempre trabalharam, porém, na maioria das sociedades, elas trabalham

mais que os homens e não tinham o reconhecimento no que se refere à realização de trabalho, além de salários mais baixos (CISNE, 2014).

A fim de compreender a divisão sexual do trabalho, buscamos em Kergoat e Hirata (2008) uma definição conceitual dessa categoria. As referidas autoras trazem a categorização a partir de estudos e vivências francesas, onde fundamenta a divisão sexual do trabalho através de dois recortes de entendimentos:

[...] de um lado, uma acepção sociográfica: estuda-se a distribuição diferencial de homens e mulheres no mercado de trabalho, nos ofícios e nas profissões, e as variações no tempo e no espaço dessa distribuição; e analisa-se como ela se associa à repartição desigual do trabalho doméstico entre os sexos. (KERGOAT; HIRATA, 2008, p. 263).

Contudo, entender e analisar a divisão sócio sexual e racial do trabalho precisa-se ir além da simples verificação de desigualdades apontadas mediante a contradição sócia histórica. Segundo as autoras citadas, é necessário mostrar que essas desigualdades são sistemáticas e “articular essa descrição com o real” (idem).

É importante traçar caminhos que não apontem somente as constatações das desigualdades entre homens e mulheres, mas que possam compreender a origem do que envolve e desencadeia esse contexto, em um complexo dialético e de totalidade.

A partir desse traço histórico, percebe que tanto a mulher livre quanto a mulher escrava eram destinadas tarefas, na sua maioria, de cuidados dos(as) filhos(as) e a alimentação dos homens que iam para a caça e a pesca. Desde então, já ocorria uma divisão desigual das atividades, as quais se faziam perceptível à soberania do homem em relação à mulher e aos filhos(as).

Em 1831, quando a indústria têxtil ainda era o principal setor da nova Revolução Industrial, as mulheres constituíam a maioria do operariado. Nas fábricas de tecidos, espalhadas por toda a Nova Inglaterra, havia 38.927 mulheres operárias e 18.539 homens. As primeiras jovens operárias [“*mill girls*”] haviam sido recrutadas nas famílias de agricultores locais. Em busca de lucro, os proprietários das indústrias apresentavam a vida nas fábricas como um prelúdio atraente e instrutivo para o casamento. (DAVIS, 2016, p. 72).

Neste instante, pode-se perceber que a análise da divisão sócio sexual e racial do trabalho passava de uma divisão de uma relação de gênero para, também, uma relação de classe, uma vez que as mulheres dos camponeses e dos servos trabalhavam de forma mais acentuada do que as mulheres burguesas. As primeiras além de trabalhar na agricultura, cuidar dos filhos(as) e do lar, muitas vezes, eram as amas dos filhos(as) das burguesas. Entende-se, com isso, que a intensa jornada de trabalho da mulher já existe há séculos.

Portanto, a realidade que marca a inserção das mulheres no mundo de trabalho

produtivo corrobora com os aspectos estruturais que refutam a expropriação real vivida por essas. Sobre isso, Davis (2016) destaca como se dava a realidade nas fábricas dos Estados Unidos – EUA em meados do séc. XIX: “Mas qual era a realidade da vida nas fábricas? Jornadas inacreditavelmente longas – doze, catorze e até dezesseis horas por dia –, condições de trabalho atroz, alojamentos desumanamente lotados” (DAVIS, 2016, p. 72).

Primando por uma abordagem marcada pela coextensividade entre gênero, raça/etnia e classe, enquanto categorias sociais imbricadas, conseqüentemente, vivenciadas indissocialmente pelas pessoas – e aqui focamos nas mulheres – as quais consideramos como não fixas e que são reflexo de processos históricos, não preexistentes de processos culturais, como trata a pós modernidade.

Para enfatizar e parafrasear os dados apontados por Davis (2016) e fazermos uma análise temporal, trazemos os dados apontados por Sorj (2019, p. 106):

[...] a mulher negra é a base do sistema de remuneração e ocupa as piores posições, indicando a convergência da tríplice opressão de gênero, raça e classe. A partir de um indicador de precariedade ocupacional, 39,1% das mulheres negras ocupadas estão inseridas em relações precárias de trabalho, seguidas pelos negros (31,6%), mulheres brancas (27,0%) e homens brancos (20,6%).

Ou seja, o capitalismo, em seus traços perversos de coisificação humana, se apropria desses sistemas de dominação, opressão e exploração para demarcar suas estratégias e, conseqüentemente, impactar na vida das mulheres, aqui as pobres e negras de modo mais incisivo.

Sabendo que é a mais valia a maneira de ativação da acumulação capitalista, por via da exploração do trabalho, a qual não é explícita na relação de trabalho, dada a sua abstração, gera a não consciência desse processo por parte da classe trabalhadora, como ainda, a utilização da naturalização das construções sociais de gênero – delimitando o que é da mulher e o que é do homem – no intuito de obter a invisibilidade da esfera reprodutiva como necessária de responsabilização do Estado, e, com isso, gerando uma sobrecarga de trabalho para as mulheres, e, de modo mais bárbaro, para atendimento dos interesses do capitalismo.

Isso resulta no ocultamento da exploração sob a justificativa de uma aparente naturalização da divisão do trabalho, em que colocam os indivíduos em um lugar de atendimento as suas especificidades a partir de seu gênero.

Dessa forma, é inegável afirmar que o capitalismo é um sistema que possibilita a vivência sem que haja curvas exponenciais de violência sobre a condição humana, pois, nem de longe, esse protagoniza em suas estratégias as necessidades humanas, mas sim, gera a intensificação dessa relação enquanto mercadoria, mediante a força de trabalho, gerando o

reduccionismo humano a essa única condição.

É importante frisar que no capitalismo as formas de opressão, exploração e precarização do trabalho se dão de forma seletiva e apresenta particularidades quanto analisamos sob os enfoques de classes, raça/etnia e gênero. E quando vistas a partir do mundo do trabalho, como mostra as passagens já em destaque trazidas por Davis (2016), vemos como se dão esses realces.

Assim, corroboramos com Federici (2017) quando ela traz que o capitalismo está necessariamente ligado ao racismo e sexismo como bases alicerçantes de suas formas de opressão e exploração humana, e não como uma relação meramente simbiótica, mas dialética, uma vez que a exploração, expropriação atinge não “somente” as condições de trabalho das mulheres, mas suas formas de existência, ao passo, por exemplo, que naturalizam a violência – situação essa que se agrava pela naturalização secular do patriarcado e de suas formas de reprodução nas relações sociais.

[...] entendemos o capitalismo também como sistema de dominação masculina de opressão, expropriação e exploração das mulheres que se mantém sob uma base material sólida e ancora-se numa economia doméstica e na violência sexista, a qual garante a produção diária e a reprodução da vida. A violência contra as mulheres não é um fenômeno específico dessa forma social, mas, nessa sociabilidade, torna-se necessária ao capital naquilo que é imprescindível: transformar tudo o que existe em mercadoria para produção de mais valor e, conseqüentemente, garantir a produção ampliada do capital. (BARROSO, 2018, p. 315).

O capitalismo, portanto, se utiliza dessas características demarcadas socialmente de modo a impactar diretamente na vida das mulheres, uma vez que sendo a esfera reprodutiva o espaço privilegiado e destinado a essas, é lá que devem primar suas atribuições e responsabilizações, justificando as bases de precarização como algo natural mediante os recortes sexistas, disfarçado, como traz Federici (2017), de sua condição não assalariada, caracterizada pelos serviços pessoais domésticos e reprodutivos, os quais impactam e servem diretamente ao funcionamento do capitalismo.

Daí, pensar a divisão sócio sexual e racial do trabalho, ou como traz Lobo (1991) a “nova divisão sexual do trabalho” a partir do emprego do capitalismo, é um debate necessário de ser potencializado no campo da academia, dado o rigor ainda secundarizado desse debate, principalmente em tempos de avanços reais do conservadorismo, apoiado nas práticas fundamentalistas mediante o discurso religioso.

Então, a marca histórica de subordinação das mulheres aos homens, enquanto um ditame cisheteropatriarcal se solidifica nesses tempos de capitalismo de modo particular quando visto o trabalho assalariado, o qual é negado, inicialmente a essas, e quando as inserem, é de

modo precarizante e aliado aos trabalhos domésticos ou com reflexos da condição de reprodução social.

Assim, cabe criticizar, para que não caiamos nas amarras da romantização teórica, como se deu/dá a inserção das mulheres no mundo produtivo e sua conciliação com a esfera reprodutiva, o que gera a intensificação da sua exploração do trabalho, como ainda, a desresponsabilização do Estado na elaboração/execução de políticas sociais que retire das mulheres esse peso do cuidado como evidência de sua identidade.

No capitalismo há associação entre Mulher e Domesticidade se logra de modo permanente, assolando a divisão sócio sexual e racial do trabalho e negando seus reflexos na vida das mulheres, uma vez que apropriação dessa esfera reprodutiva – antes tida como natural nos moldes das sociedades pré-capitalistas – é agora tomada pelas engrenagens do capitalismo como forma de corresponder aos seus interesses.

Federici (2017) chama atenção para uma crítica fundamental quando pensado esse processo de exploração particular das mulheres quando ela analisa o processo de serventia ao modo de produção supramencionado. A autora trata que são as mulheres as reais produtoras – quando visto as responsabilizações que as mulheres cumprem nos cuidados e atribuições domésticas – e reprodutoras – enquanto biologicamente responsáveis pela geração/reprodução humana – da mercadoria capitalista mais essencial: a força de trabalho.

Assim, vale muito no mundo de relações do capital o trabalho diariamente realizado pelas mulheres na esfera reprodutiva do cuidado e procriação, cabendo a elas [nós] também a direção desse cuidado, o qual deve corresponder a um jogo de interesses caracterizados em papéis sociais exigidos e “pré-elaborados” social e historicamente. O que isso quer dizer? O modelo de formação social sexista molda esse lugar das representações, em que ao homem se volta à virilidade, a esperteza, o domínio público; e as mulheres, a atenção doméstica, os cuidados, os atributos da calma. Portanto, ao pensar essa sociedade e responsabilizar as mulheres esse papel, ele não se faz livre de preceitos morais, pelo contrário, há uma gama de codificações que são necessárias para corresponder ao que socialmente se espera no cumprimento das exigências no âmbito reprodutivo.

As tradições de masculinização e feminização de profissões e tarefas se constituem às vezes por extensão de práticas masculinas e femininas: homens fazem trabalhos que exigem força, mulheres fazem trabalhos que reproduzem tarefas domésticas. Mas, mais do que a transferência das tarefas, são as regras da dominação de gênero que se produzem e reproduzem nas várias esferas da atividade social. (LOBO, 1991, 152).

O capital usa, em prol de atender seus interesses, métodos e categorias como se fossem neutros na órbita da divisão social do trabalho. Perceber como se dá o contexto dessa divisão é

entender que não se trata de segregar a esfera produtiva da reprodutiva, mas, analisar como ambas são vistas e entrelaçadas ao modo do capital, recolocando espaços ditos masculinos e femininos ou no que Lobo (1991, p. 145) vai designar como sendo a “sexualização das ocupações”.

É notório que as mulheres da classe trabalhadora são as mais precarizadas quanto aos postos de trabalho ocupados e, conseqüentemente, os salários recebidos. Sobre esse mesmo aspecto, Falquet (2008) trará a questão da utilização do “trabalho considerado feminino” como estratégia direta do Estado aliado ainda a obrigatoriedade da heterossexualidade como interesses de permanência da mulher inserida em relações de gratuidade e (des)valorização do seu trabalho.

Portanto, problematizar a divisão sócio sexual e racial do trabalho, enquanto reflexo das marcas da reprodução social, criticamente e em uma perspectiva totalizante é ir além do que aparentemente está exposto e buscar ir à essência que envolve e complexifica esse cenário, a partir das múltiplas formas de intensificação e apropriação do uso da força de trabalho feminina e seus rebatimentos.

A partir das construções sociais alicerçadas pelo sistema patriarcal, é a mulher que destina maior parte da sua jornada de trabalho nos afazeres e cuidados domésticos. Já a participação do homem nas tarefas do lar ainda se dá fincada na lógica da ajuda e em tempo reduzido quando comparado ao da mulher.

Dessa forma, é notório o processo expropriador na vida das mulheres, entendido como uma violência originária e intensificada nos crivos capitalistas, quando a essas [nós] o trabalho doméstico não remunerado é uma condição natural do seu processo de vida.

E ao negar ou questionar esse lugar, a punição social – apoiada pelo patriarcado – se faz presente em múltiplas formas, como aponta Falquet (2016) ao enfatizar que a violência contra as mulheres, como principal expressão desse cenário, no espaço privado e público é entendida como um meio de garantir uma força de trabalho a preços muito baixos, ou mesmo sem remuneração, para manter a organização social que autoriza essa distorção: a estrutura patriarcal.

O patriarcado seria uma dessas estruturas, e a dominação masculina produto histórico de um trabalho contínuo de reprodução com o qual contribuem, especialmente, sujeitos singulares (homens com suas armas) e instituições, tais como: família, igreja, escola, Estado. (BARROSO, 2018, p. 336).

A partir disso, queremos apontar e ratificar a indissociabilidade entre o patriarcado – racismo – capitalismo, os quais são tidos como o sistema de dominação – opressão que assola, principalmente, quando vistas as intensidades desse processo, a vida das mulheres.

Saffioti (1987) aponta como sendo um processo simbiótico o que interliga esses três sistemas de dominação – exploração. “Na realidade concreta, eles são inseparáveis, pois se transformaram, através deste processo simbiótico, em um único sistema [...], aqui denominado patriarcado – racismo – capitalismo” (SAFFIOTI, 1987, p. 60). Portanto, sem que seja desfeito esse “nó”, como aponta a autora, não conseguimos especialmente as mulheres, o alcance de uma sociabilidade livre de opressões, explorações e dominações.

Isso faz perceber que a emancipação feminina só será alcançada com a eliminação do capitalismo, pois, segundo Mészáros (2011, p. 271):

[...] dadas as condições estabelecidas de hierarquia e dominação, a causa histórica da emancipação das mulheres não pode ser atingida sem se afirmar a demanda pela igualdade verdadeira que desafia diretamente a autoridade do capital [...].

Enquanto o capitalismo imperar a sociedade não vivenciará a emancipação humana, pois o capital trata de se apropriar das relações de classe, gênero e raça como forma de acirrar as relações interpessoais.

[...] enquanto o relacionamento vital entre homens e mulheres não estiver livre e espontaneamente regulado pelos próprios indivíduos [...] não se pode sequer pensar na emancipação da sociedade da influência paralisante que evita a auto-determinação dos indivíduos como seres sociais particulares (MÉSZÁROS, 2011, p. 268).

São notórias, assim, as “interdependências que marcam a vida profissional das mulheres e o processo familiar”, diz Bulport (1986, p. 16). Isso faz perceber, portanto, que há uma relação direta do trabalho ligado aos cuidados relacionados ao espaço familiar – doméstico – como atribuição das mulheres.

Portanto, tocar no debate – e fomentar a importância dos estudos – acerca do trabalho reprodutivo, principalmente em tempos de crise do capital, haja vista que as mulheres tendem a ter espaços e contextos de vida nitidamente mais precarizados, é realçar aspectos que tocam o trabalho das mulheres, espaços tidos como competência e lugar de mulher. Ou seja, é perceber a necessidade de construir uma agenda contínua de discussão acerca das relações sociais de gênero, raça e classe como raiz desse fenômeno, trazendo enquanto aspecto de ordem estrutural.

A elas a vida era privada de liberdade política e social, ou como diz Lessa (2012, p. 33) “sua razão social de viver perdeu a sociedade por horizonte e se resumiu às relações mais imediatas, locais [o lar e seus empregados]”.

Acontece, então, nas sociedades capitalistas a marginalização do trabalho realizado pelas mulheres e isso refletirá na precarização e falta da valorização deste. Isto implica no não reconhecimento do trabalho feminino enquanto atividade útil e produtora de riqueza, mesmo as

que estão no nível do simbólico e subjetivo. Esta situação exclui a mulher enquanto sujeito da sociedade. Saffioti (2013, p. 69) coloca que o trabalho feminino foi implementado no capitalismo com o caráter de exploração.

O processo de acumulação do capital nesta fase não apenas elimina menos trabalho do que a máquina está apta a fazê-lo; elimina, por vezes, o trabalho do chefe da família não porque tenha a nova sociedade subvertido a nova hierarquia familiar, mas porque a tradição de submissão da mulher a tornou um ser fraco do ponto de vista das reivindicações sociais e, portanto, mais passível de exploração.

O mercado necessitava de força de trabalho, mas, não era – nem é – interesse dos capitalistas arcar com altos custos no pagamento de trabalhadores para que os mesmos cubram suas necessidades. Então, para isso, a utilização da força de trabalho feminina surge como possibilidade de trabalho e barateamento de força de trabalho, fazendo com que as mesmas não se percebam enquanto trabalhadoras, “não construindo, portanto, a identidade com a sua classe” (CISNE, 2012, p. 114).

O discurso de responsabilização atribuída a figura da mulher quanto à naturalização desta no que se refere às atribuições contidas na esfera doméstica é algo presente até os dias atuais. Como afirma Mészáros, “a família está entrelaçada às outras instituições a serviço da reprodução do sistema dominante de valores” (MÉSZÁROS, 2011, p. 271). Isto ocorre devido o enraizamento, ainda vigente, das representações fixadas com base no binômio homem/mulher, gerado pelo discurso conservador e de poder das instituições: Estado, Família, Escola, Igreja, por exemplo.

Considerações finais

O esforço em colocar a discussão acerca da expropriação histórica das mulheres e a redução de suas vidas a procriação e reprodução da mercadoria especial para o capitalismo foi a atribuição maior desse estudo.

Após a compreensão crítica, marxista e feminista, a respeito de enfoque de análise, foi possível ratificar o que já corrobora com a leitura e militância contemporânea que trata da necessidade de aprofundamento do debate central da Reprodução Social no campo dos estudos marxistas – e mesmo do serviço social.

O chamado à construção da consciência de classe e, de modo especial a militante feminista, é aspecto primário nas considerações desse estudo. É urgente a necessidade do fortalecimento das bases de organização política da classe trabalhadora para que possamos construir uma agenda de luta ancorada nos princípios marxistas e feministas emancipatórios, uma vez que a revolução precisa chegar ao lar.

A gestão do cuidado ainda prevalece como algo naturalizado às mulheres, de modo a condicioná-las, desde o modelo prevalecente de educação sexista, a essa responsabilização dos entes que compõe sua esfera familiar; ou mesmo, a seguir profissões que coloquem essa demarcação do “trabalho de mulheres” como direção central, e para isso, tem-se na família monogâmica, enquanto “célula” burguesa, o cimento para a concretização dessas questões.

É imperativo trazer para a centralidade da discussão marxista a pauta do trabalho reprodutivo como aspecto na geração do valor. É necessário fomentar esse debate transversalizando com a perspectiva de totalidade que perpassa as relações sociais no capitalismo. Obscurecer esse aspecto é desconsiderar uma análise macro acerca de como se constituem essencialmente as relações sob o prisma estruturante.

Assim, vê-se que a reprodução social precisa ser pauta de debate legítimo no campo dos movimentos sociais que buscam o alcance de uma nova ordem societária que vise romper com a pré-história das mulheres – o patriarcado –, parafraseando Marx ao tratar do capitalismo como a pré-história da humanidade.

Não é possível pensar uma direção emancipatória sem considerar as opressões, explorações, dominações e discriminações de classe, gênero, raça/etnia, ou seja, sem considerar a diversidade humana e sua forma de apropriação pelo capital, de modo a corromper suas liberdades. É imperativo unificar as lutas, sem perder de vistas suas essências, para que a totalidade seja primada nesse horizonte coletivo.

Ainda é exigido as mulheres o cumprimento de “sua função social” quando se trata da realização do trabalho reprodutivo. O cuidado, o suporte emocional as suas famílias, a manutenção do espaço doméstico e dos que nesse convive, são aspectos que atravessam o cotidiano contemporâneo dessa parcela da humanidade. São elas que procriam, criam, cuidam, mantêm o conjunto da classe trabalhadora.

Portanto, considera-se como fundamento analítico desse estudo que as mulheres são, dentro da mercadoria força de trabalho, a mercadoria especial da especial, dada sua condição central para permanência da vida e, aos interesses do capital, para geração do valor.

Referências bibliográficas

- BARROSO, Milena Fernandes. Expropriação pela violência contra as mulheres: expressão da violência estrutural no capitalismo contemporâneo. *In*: BOSCHETTI, Ivanete (org.). *Expropriação e Direitos no Capitalismo*. São Paulo: Cortez, 2018.
- BARAJAS, Maria de La Paz López. Avanços na América Latina na mediação e valorização do trabalho não remunerado realizado pelas mulheres. *In*: FONTOURA, Natália; ARAÚJO, Clara (org.). *Uso do Tempo e Gênero*. Rio de Janeiro: UERJ, 2016.

- BULPORT, Andrée Kartchevsky. Trabalho feminino, trabalho das mulheres: forças em jogo nas abordagens dos especialistas. In: _____ et. al. *O sexo do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- CISNE, Mirla. Gênero. *Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social*. 1ª ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012.
- _____. *Feminismo e consciência de classe no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2014.
- DAVIS, Ângela. *Mulheres, Raça e Classe*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Tradução de Leandro Konder. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- FALQUET, Jules. Repensar as relações sociais de sexo, classe e “raça” na globalização neoliberal. *Mediações*. Londrina, v. 13, n. 1-2, p. 121-142, Jan/Jun e Jul/Dez. 2008.
- FEDERICI, Silvia. *O patriarcado do salário*. São Paulo: Boitempo, 2021.
- _____. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.
- FONTES, Virgínia. A transformação dos meios de existência em capital: expropriações, mercado e propriedade. In: BOSCHETTI, Ivanete (orgs.). *Expropriação e Direitos no Capitalismo*. São Paulo: Cortez, 2018.
- _____. *O Brasil e o capital – imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: ESPJV/UFRJ, 2010.
- GAMA, Andréa de Souza. *Trabalho, família e gênero: impactos dos direitos do trabalho e da educação infantil*. São Paulo: Cortez, 2014.
- HIRATA, Helena. *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e para a sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- _____; KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho profissional e doméstico: Brasil, França e Japão. In: BRUSCHINI, Cristina; COSTA, Albertina de Oliveira; HIRATA, Helena; SORJ, Bila (org.). *Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.
- KERGOAT, Danièle. *Dinâmica e Consubstancialidade das relações sociais*. Novos Estudos. 2010.
- LESSA, Sérgio. *Abaixo à família monogâmica!* São Paulo: Instituto Lukács, 2012.
- LOBO, Elizabeth Souza. *A classe trabalhadora tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura e Brasiliense, 1991.
- MARX, Karl. *O capital*. Vol I, livro I, Boitempo, São Paulo, [1867] 2017.
- MÉSZÁROS, Istvan. *Para Além do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. *A teoria da alienação em Marx*. Tradução: Isa Tavares – São Paulo: Boitempo, 2006.
- MOTA, Ana Elizabete; TAVARES, Maria Augusta. Trabalho e Expropriações contemporâneas. In: AMARAL, Ângela; MOTA, Ana Elizabete. *Cenários, Contradições e Pelejas do Serviço Social Brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2016.
- NOGUEIRA, Cláudia Mazzei. *O trabalho duplicado: a divisão sexual do trabalho e na reprodução – um estudo das trabalhadoras do telemarketing*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- PINHEIRO, Luana Simões. Determinantes da Alocação de tempo em trabalho reprodutivo: uma revisão sobre os achados em pesquisas nacionais e internacionais. In: FONTOURA, Natália; ARAÚJO, Clara (org.). *Uso do Tempo e Gênero*. Rio de Janeiro: UERJ, 2016.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. *A mulher na sociedade de classes*. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- SORJ, Bila. No Brasil, novas perspectivas. In: MARUANI, Margaret (org.). *Trabalho, logo existo: perspectivas feministas*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.

TOLEDO, Cecília. *Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide*. 2ª ed. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2005.

Estado brasileiro e a subserviência ao capital: traços da formação econômica brasileira

Brazilian state and subservience to capital: traits of the Brazilian economic formation

Everton Melo da Silva*

Resumo: O Estado brasileiro historicamente constituiu-se subserviente ao capital internacional e nacional, o que nos provoca a analisar seu vínculo de dependência e subordinação aos ditames do sistema do capital. Por meio de uma pesquisa bibliográfica, e ancorado no método materialismo histórico-dialético e teoria social de Karl Marx, desvendamos a gênese, a formação e o desenvolvimento do Estado brasileiro através das proficuas pesquisas de autores clássicos e contemporâneos da formação sócio-histórica do Brasil. Entende-se que para desvelar a performance atual do Estado e capitalismo brasileiro sob os auspícios feroz do neoliberalismo é crucial apreender o processo de constituição do aparato estatal sob o ponto de vista da crítica da economia política, capturando a forma que o capital assume na dinâmica econômica brasileira e a correspondência do Estado brasileiro.

Palavras-chaves: Estado brasileiro; Formação econômica brasileira; Capital.

Abstract: The Brazilian State has historically constituted itself subservient to international and national capital, which leads us to analyze its bond of dependence and subordination to the dictates of the capital system. Through a bibliographical research, and anchored in the historical-dialectical materialism method and social theory of Karl Marx, we unveil the genesis, formation and development of the Brazilian State through the fruitful researches of classic and contemporary authors of the socio-historical formation of Brazil. It is understood that in order to unveil the current performance of the State and Brazilian capitalism under the fierce auspices of neoliberalism, it is crucial to apprehend the process of constitution of the state apparatus from the point of view of the critique of political economy, capturing the form that capital assumes in the dynamics Brazilian economy and the correspondence of the Brazilian State.

Keywords: Brazilian state; Brazilian economic formation; Capital.

Recebido em: 08/04/2023

Aprovado em: 27/05/2023



© O(s) Autor(es). 2018 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-~~NãoComercial~~ 4.0 Internacional (<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt-BR>), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

* Assistente Social. Professor Adjunto do Curso de Serviço Social/Unidade Educacional Palmeira dos Índios/UFAL. Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas Economia Política e Sociedade (UFAL) e membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Marxistas (GPEM/UFSA). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2221-0936>

Introdução

As reflexões aqui contidas neste artigo fazem parte dos resultados da pesquisa de doutoramento que teve como um dos objetivos analisar as particularidades do Estado brasileiro na dinâmica da formação e desenvolvimento do modo de produção capitalista. Compreendemos que, para entender o atual estágio do capitalismo brasileiro e as requisições ao Estado é essencial desvelar o processo de constituição do aparato estatal no Brasil sob o ponto de vista da crítica da economia política, capturando a forma que o capital assume na dinâmica econômica brasileira e a correspondência do Estado brasileiro.

Nesta direção, o objetivo deste artigo constitui-se em apresentar o Estado brasileiro diante do vínculo de dependência e subordinação (heteronomia) do capital nacional em relação às demandas do capital internacional a partir da mediação da formação econômica do capitalismo brasileiro. Para alcançar tal objetivo, debruçamo-nos sobre autores clássicos e contemporâneos da formação sócio-histórica brasileira na tentativa de captar as principais determinações da realidade social. A abordagem histórica foi essencial, pois a concepção histórica da dialética marxiana parte da intenção e da ação de compreender as categorias que geram os processos históricos e os sujeitos partícipes desse processo, em suas particularidades e potencialidades.

O artigo conta com duas seções, além desta breve introdução e considerações finais. Na primeira seção, apresentamos a constituição e desenvolvimento do Estado brasileiro por meio da análise da movimentação do capital e do capitalismo no Brasil, isto é, entre as demandas e requisições da economia nacional e internacional sobre o aparato estatal, principalmente com a industrialização hipertardia brasileira. Em seguida, desvelamos, na segunda seção, a configuração do regime militar-empresarial sob a dependência e subordinação ao capital estrangeiro e as tendências do neoliberalismo no Brasil. Nas considerações finais, sintetizamos algumas tendências do Estado brasileiro que servem para subsidiar análises sobre os desafios postos ao Serviço Social.

O processo de constituição do Estado brasileiro e a industrialização hipertardia associada à dependência do capital estrangeiro

Na gênese e desenvolvimento do Brasil colônia não havia a formação de um Estado autenticamente brasileiro, nem um Estado com todas as suas dimensões institucionais, jurídicas e normativas. O que não significa que no território brasileiro não existiu, em sua gênese, a figura do Estado, até porque em qualquer sociedade de classe onde predomina a exploração do homem pelo homem há sempre uma forma de Estado. Explico: comumente, tem-se o Estado *no* Brasil

colônia como “[...] peças daquele Estado, apêndices dos órgãos centrais, sediados na metrópole.” (SODRÉ, 1990, p. 49). A economia colonial contava com um aparato estatal que, apesar de incipiente, fazia-se presente no processo de organização da economia e com a administração colonial. No modelo de Governo Geral, havia cargos administrativos de *ouvidor-mor*, *provedor-mor* e *capitão-mor*, responsáveis, respectivamente, por questões jurídicas, impostos e defesas militares contra os estrangeiros indesejáveis, os indígenas e os negros.

Objetivamente, no processo de colonização, o Brasil foi dividido em capitânicas hereditárias como forma de administração da colônia com autonomia política, mas subalternizadas ao Rei de Portugal D. João III (SODRÉ, 1990), isto é, ao Estado português. Até a vinda da Família Real, vigorou no Brasil o “Estado colonial”, apêndice do Estado absolutista português, com a função de controle da produção e da vida social.

A partir do momento que Portugal invadiu o Brasil, com a finalidade de estabelecer exploração na colônia, as terras passaram a ser consideradas como propriedade privada da coroa portuguesa, reafirmando essa premissa por meio da concessão de terras a donatários-aventureiros e pela vinda de tropas militares. Entendemos que a propriedade privada está estabelecida formalmente desde o início da colonização, utilizando a violência como forma de produção e reprodução das relações econômicas e sociais e, portanto, “[...] a parteira de toda sociedade velha que está prenhe de uma sociedade nova.” (MARX, 2013, p. 821). A coroa portuguesa garantiu condições básicas para os “capitalistas-colonizadores” investirem seu capital mercantil no Brasil, tal como com a atribuição de posse de grandes terras com o intuito de produzir e exportar mercadorias para a Europa.

O Estado no Brasil apresentava sua dimensão coercitiva e violenta desde sua chegada, contendo revoltas, insurgências e rebeliões contra qualquer tipo de movimentação de rebeldia em oposição aos determinantes exploradores dos europeus. *A coerção do aparato repressor-punitivo do Estado vem a ser um dos principais traços característicos do Estado brasileiro, onde a violência estatal é sistemática, continua e funcional ao capital, especialmente em tempos de crise.*

A administração da colônia – e dos outros territórios apropriados pelos portugueses – colocou-se como uma urgência para a metrópole, devido à corrida marítima com outros países colonizadores (Espanha, Holanda e França) para garantir a posse e o poder sobre os territórios apropriados. Assim, estabeleceu-se “[...] a unidade administrativa criando o *Conselho Ultramarinho*, cujo regulamento data de 14 de julho de 1642, e que permanecerá até o fim da era colonial.” (PRADO JUNIOR, 1994, p. 51, grifos originais). No final do século XVII, com a intensificação da povoação e do aumento da produção da economia colonial, há o reforço do

poder estatal *no* Brasil. A expressão jurídico-legal do Estado *no* Brasil encontrava-se presente sob ordens direta do Estado português.

Outra atividade econômica que complexificou a forma de organização social da colônia, dinamizou a economia e exigiu de Portugal o aumento do controle sobre território brasileiro foi a mineração. Essa acentuou a principal característica da economia brasileira: *a apropriação das riquezas naturais para reprodução do capital internacional*. O conteúdo da extração de ouro e diamante foi transferido, principalmente, para a Inglaterra, impulsionando a industrialização desse país, enquanto para o Brasil a mineração reforçou a tendência exportadora de produtos primários.

Além de dinamizar a balança de exportação, estabeleceu um mercado interno de produtos de subsistência mais diligente e dinâmico e possibilitou a interiorização do território brasileiro. As atividades mineradoras coexistiram com a *Plantation*, porém aquelas impulsionaram e dinamizaram a economia nacional, centrada na agricultura agroexportadora. A mineração causou um aumento da produção da riqueza no Brasil e um crescimento populacional, seja por meio da chegada de viajantes em busca do enriquecimento proporcionado pelo ouro ou, até mesmo, pela imigração interna, o que demandou um aparelho estatal que comportasse a estrutura produtiva mineradora, conforme atestou Sodré (1990, p. 52):

[...] o deslocamento da sede do governo colonial, a elevação do Brasil a vice-reino, o desdobramento dos órgãos judiciários, o crescimento das forças militares, as regulares e as irregularidades, o desenvolvimento gigantesco das repartições burocráticas, o rigor e a ampliação dos órgãos fiscais e tributários, a submissão das próprias organizações religiosas.

No âmbito das regulações da economia mineradora o Estado interviu fortemente por meio de “regimento dos superintendentes, guardas-mores e oficiais deputados para as minas de ouro” (SODRÉ, 1990, p. 51), além disso, o governo português, que controlava as casas de fundição, complexificou o aparelho judiciário e aumentou o controle das zonas de mineração com tropas militares para evitar roubos, furtos ou o não pagamento dos tributos a Portugal pelos donos das minas (SODRÉ, 1990), o que exigiu o aumento do funcionalismo público e das profissões liberais.

A estrutura mineradora teve como base o trabalho escravo e o trabalho livre. A mineração, igualmente à agricultura, não desenvolveu novas técnicas, reafirmando o traço constitutivo da estrutura produtiva brasileira versada na ausência do desenvolvimento da base técnica e científica das forças produtivas (PRADO JUNIOR, 1994). Historicamente, *o Estado brasileiro “antinacional” não incentiva o progresso técnico e científico, essenciais para o*

desenvolvimento econômico capitalista, o que contribui para reafirmar a dependência e subordinação da base técnica e científica em relação ao capitalismo central. A coroa não tinha interesse, nem o Estado, em desenvolver uma base técnica e científica. A agricultura rudimentar/arcaica permaneceu por vários séculos, utilizou principalmente a enxada; a mineração, do mesmo modo, não desenvolveu novas técnicas. O que mantinha a dinâmica da produção para a exportação era o grande número de trabalhadores, no caso, o trabalho escravo. Alerta Prado Júnior (1994, p. 92) que

[...] o baixo nível técnico das nossas atividades agrárias e as consequências que teria, não se devem atribuir unicamente à incapacidade do colono. [...] Estava no próprio sistema, um sistema de agricultura extensiva que desbaratava com mãos pródigas uma riqueza que não podia repor.

Não havia investimento no desenvolvimento das forças produtivas, apenas na intensificação da exploração da força de trabalho. Indiscutivelmente, o trabalho escravo foi a base para o êxito da empresa colonizadora. Entretanto, com a emergência da nova dinâmica do capitalismo industrial na Europa, essa estrutura escravista se tornava um empecilho, um entrave para o desenvolvimento do capitalismo brasileiro. O trabalho escravo não correspondia mais à base econômica que surgia e entrava em contradição com o estatuto colonial (FERNANDES, 1976).

É sob a base material do estatuto colonial que se constitui o Estado brasileiro. Seu marco histórico consiste na vinda da Família Real Portuguesa (1808), que trouxe seu aparato estatal, implementando no Brasil o Estado com funções burocráticas específicas; e com a Independência do Brasil (1822), observamos os contornos políticos específicos desse Estado e da classe burguesa. Amplificaram-se, portanto, as seguintes funções: “[...] das forças armadas, instrução pública, higiene, povoamento, abertura de novas estradas, obras de urbanismo no Rio de Janeiro, etc.” (PRADO JUNIOR, 1994, p. 138), o que gerou despesas econômicas para manter a função sociopolítica do aparato estatal.

A base material do sistema colonial não demandava uma organização estatal complexa. Com o Estado brasileiro delineado, a organização estatal que operava “de fora para dentro” passou a operar “de dentro para fora”, obviamente, com a mesma essência de atender aos determinantes do mercado mundial e aos interesses da dinâmica do capital internacional. Escreve Fernandes (1976, p. 32) que

sob o estatuto colonial, não só o controle do poder se operava de fora para dentro; as probabilidades de atuação social das elites ‘nativas’ subordinavam-se às conveniências da Coroa e dos que representassem, dentro da sociedade colonial, os seus interesses econômicos, sociais e políticos mais profundos.

A Independência do Brasil foi resumida à barganha desajustada da oligarquia brasileira

com a metrópole para que essa renunciasse, em partes, o seu poder econômico para conservar seu poder político de comando do Estado. Entretanto, institui-se uma forma de autonomia política relativa, devido à dependência ontológica da estrutura produtiva com relação à superestrutura estatal. Esse processo determina a conformação do caráter antinacional do Estado brasileiro, conforme apontou Mazzeo (2015, p. 107), “[...] a Independência assemelha-se mais à contrarrevolução do que à revolução; à conciliação com o velho, relegando ao novo uma exterioridade vazia de significado concreto.”.

A metrópole e outros países europeus eram favoráveis à extinção do estatuto colonial, desde que essa extinção não rompesse com a dependência e subordinação econômica. Isto é, os interesses do mercado externo eram nítidos e prioritários no processo de concordância com o fim da condição de colônia. Assim, a Independência cessa, limitadamente, com o estatuto colonial e autonomiza, relativamente, a nascente burguesia brasileira (FERNANDES, 1976), que iria se moldando e revigorando suas raízes por meio das determinações conjunturais da sociedade brasileira. De acordo com esse autor,

[...] a burguesia nacional converte-se, estruturalmente, numa burguesia pró-imperialista, incapaz de passar de mecanismos autoprotetivos indiretos ou passivos para ações frontalmente antiimperialistas, quer no plano dos negócios, quer no plano propriamente político e diplomático. (FERNANDES, 1976, p. 305).

A emergência do Império tem sua base material na crise do sistema colonial,

[...] que expressa a necessidade de superação das relações de produção e circulação fundamentadas no mercantilismo. [...], no entanto, ao invés da morte do capital mercantil, o que se observa é uma metamorfose em que o capital mercantil deixa de ser o polo regente da produção para emergir na circulação como expressão do desenvolvimento das relações genuinamente capitalistas. (SANTOS NETO, 2015, p. 98).

Para Fernandes (1976), o processo de Independência é complexo e se desdobra em dois aspectos interrelacionados: o caráter revolucionário e o caráter conservador. Apesar de ser paradoxal, o processo de compreensão desafia a aparência dos fenômenos e exige a captação das raízes estruturantes da economia política brasileira. Descreve Fernandes (1976, p. 32-33, grifos nossos) que:

O elemento revolucionário aparecia nos propósitos de despojar a ordem social, herdada da sociedade colonial, dos caracteres heteronômicos aos quais fora moldada, requisito para que ela adquirisse a elasticidade e a autonomia exigidas por uma sociedade nacional. *O elemento conservador* evidenciava-se nos propósitos de preservar e fortalecer, a todo custo, uma ordem social que não possuía condições materiais e morais suficientes para engendrar o padrão de autonomia necessário à construção e ao florescimento de uma Nação.

O exemplo do processo da Independência do Brasil é latente para ilustrar os moldes da

cultura política brasileira, onde D. Pedro I, “o Libertador”, conciliou os desejos econômico-políticos de Portugal com a nascente burguesia brasileira, manobrando soluções “pelo alto” e antevendo as movimentações populares que eclodiam no solo brasileiro, como a Inconfidência Mineira e a Conjuração Baiana que, apesar das suas características distintas, sendo essa mais radical em suas finalidades que aquela, tinham por objetivo a separação entre Brasil e Portugal.

Para Santos Neto (2005, p. 143), “a independência política passou pela mediação do capital inglês, que concedeu empréstimos para que o país pudesse assumir a dívida portuguesa, transferida aos cofres públicos brasileiros, no valor de dois milhões de libras.”. Essa argumentação deixa explícito que, *com o processo de Independência, entra em cena o domínio britânico e a dívida pública na configuração da economia brasileira*. O capital inglês inicia sua presença fortemente na construção de estradas de ferro, equipamentos de portos e início da mecanização do setor rural (PRADO JUNIOR, 1994), infraestruturas que dão fluidez à dinâmica do capital.

Devido às nossas particularidades econômicas diante do capitalismo mundial, o Estado possui funções essenciais “atípicas” perante a economia: “[...] em vez de objetivar o fim que realmente lhe compete, que é de contribuir para a estruturação de uma economia efetivamente nacional, se põe a serviço de empreendimentos imperialistas [...]” (PRADO JUNIOR, 1994, p. 322), conforme visualizaremos com mais profundidade e latência no próximo item.

A formação econômica e política do Brasil é marcada por “revoluções” sem rupturas com seu passado, “revoluções” com mudanças em suas formas, em sua aparência, contudo, em sua essência, trazem o caráter da conservação de marcas insuperáveis do estatuto colonial. Em outras palavras, o pretérito sempre se apresenta como a novidade, é um “novo” que carrega os cernes das ruínas coloniais escravistas, latifundiárias e monocultoras de uma economia dependente e subordinada (MAZZEO, 2015), combinação de relações progressistas capitalistas e relações arcaicas políticas.

O caráter contrarrevolucionário constitui-se umas das características latentes da burguesia brasileira que, mesmo dispondo de consciência sobre seu papel com relação à metrópole, optou (com base em suas condições objetivas) por estabelecer mudanças superficiais, mesmo sabendo que a metrópole precisava substancialmente da sua colônia em termos econômicos. Devido às condições objetivas, a burguesia brasileira manteve o atraso econômico e oposição à participação popular (MAZZEO, 1995), resultando na manutenção, em parte, do estatuto colonial pela burguesia. Com a autocracia burguesa institucionalizada, o Estado brasileiro atuará na contenção da classe trabalhadora, para o capitalismo se desenvolver com mais tranquilidade.

Com o processo de Independência, alastra-se a doutrina liberal no Brasil, não em sua forma clássica europeia, uma vez que a principal característica do liberalismo é a liberdade individual para vender sua força de trabalho, e aqui tinha-se o obstáculo da estrutura escravista colonial (MAZZEO, 2015). Nesse país, o liberalismo foi transmutado em ser livre para comercializar; naquele momento histórico, era fundamental para a Inglaterra – país que estava com sua industrialização acelerada e precisava dar vazão às suas mercadorias – que o Brasil estivesse desprendido das amarras de Portugal para comercializar livremente. O liberalismo foi utilizado de forma instrumental no processo de Independência, contribuindo para a diluição ideológica do estatuto colonial, mas preservando o sistema escravista. Para a concretização do liberalismo com seu caráter revolucionário e transformador das relações econômicas, políticas e sociais, era fundamental bases materiais da estrutura produtiva, o que no Brasil tornou-se um empecilho com as relações escravistas. Mesmo com a abolição da estrutura escravista, em especial, o trabalho escravo, a economia brasileira não reverteu sua subserviência econômica. A abolição, produto dos movimentos negros e das resistências, além das pressões econômicas da Inglaterra, protegeu os senhores de escravos pela legislação estatal.

A nascente economia cafeeira, no final do século XIX, exigiu novas relações de trabalho, especificamente o trabalho assalariado com força de trabalho do imigrante. O Estado brasileiro financiou a importação dessa força de trabalho europeia para as fazendas de café. Segundo Sodré (1990, p. 111), “por meio do século, entre 1880 e 1930, chegaram ao Brasil quatro milhões de imigrantes.”. A acumula o de capital no Brasil foi possibilitada pela economia cafeeira, uma acumula o pelo campo que sustentou, por longas décadas, a economia nacional e a base do poder político, conduzindo o desenvolvimento do Estado brasileiro. Foi uma tendência de acumula o específica brasileira, constituindo-se como uma particularidade da forma o econômica.

O Estado brasileiro ganhou novas conota es com a eclosão do capital industrial e a emergência do proletariado, principalmente a partir das greves de 1917, exigindo um Estado não só de natureza coercitiva, mas portador de projetos ideológicos de manuten o do *status quo*, sendo a interven o pública direta no desenvolvimento da industrializa o para dinamizar a economia nacional um dos principais exemplos dessa tendência.

O movimento de transforma o e intensifica o da divisão internacional do trabalho provocou mudanças no espectro mundial com a expansão do capital por todos os domínios dos quatro cantos do mundo, configurando “[...] uma totalidade heterog nea, desigual e contraditória.” (IANNI, 2019, p. 94). Essas transforma es resultaram em modifica es substanciais na economia brasileira, inclusive “o desenvolvimento industrial brasileiro esteve

relacionado ao processo de expansão do imperialismo na segunda metade do século XIX, especialmente à necessidade do capital financeiro de exportar seus capitais excedentes [...]” (SANTOS NETO, 2019, p. 59), processo que confluuiu para mudanças na dinâmica econômica interna e no aprofundamento das disparidades regionais, realocando arranjos produtivos de uma área (Nordeste) para outras (São Paulo e Rio de Janeiro).

A emergência da industrialização brasileira foi profícua por meio da exploração do trabalho do escravo e do trabalhador imigrante (SANTOS NETO, 2015), forças de trabalho utilizadas de formas discriminadas pelo capital, sendo aquela por meio do trabalho forçado e o imigrante europeu como uma mão de obra demandada pela nova fase do capitalismo brasileiro e absorvida pelos cafeicultores e por alguns segmentos industriais urbanos. O Estado brasileiro, juntamente com a burguesia agrária e a burguesia comercial, constitui-se como responsável pela vinda dos imigrantes (trabalhadores assalariados) oferecendo, em larga medida, condições favoráveis para a nova força de trabalho e, ao mesmo tempo, “arremessando à própria sorte” os recém-libertos escravos não absorvidos no mercado de trabalho. A força de trabalho excedente da Europa foi conduzida para o território brasileiro como a principal força de trabalho, o que delegou aos recém-libertos escravos a condição de exército industrial de reserva. O capital movimentou uma mão de obra especializada, tendo em vista que os negros eram entendidos como apenas mão de obra para o trabalho bruto, e não para a nascente indústria. A utilização do trabalho forçado obstaculizou o desenvolvimento das técnicas das forças produtivas no Brasil. Apesar desta ser a razão material para a não absorção da mão de obra escrava, temos aspectos político-ideológicos para esta questão, tendo em vista que o capitalismo brasileiro, na sua estrutura medular, delegou ao negro um “lugar” específico – esse “lugar” do negro não era o mercado formal de trabalho, nem a “proteção social” viabilizada pelo Estado brasileiro.

É inegável a função do complexo cafeeiro no sistema econômico brasileiro, pois a atividade cafeeira carrega um conjunto de outras atividades produtivas que dinamizaram fortemente vários setores de produção (CANO, 2007). O capital cafeeiro foi investido nas ferrovias – que também contou com os investimentos estrangeiros, principalmente do capital inglês – para escoar com mais eficiência o produto. Além disso, tem-se a expansão das comunicações, do sistema bancário (catalizador das movimentações bancárias), urbanização e ampliação da economia urbana. Não obstante, exigiu-se do Estado o controle sobre as contas públicas, pois a principal arrecadação de impostos entre os setores econômicos provinha do complexo cafeeiro.

O “Oeste Paulista” ganhou destaque na produção do café nacional devido ao fato de possuir técnicas mais avançadas de produção e ter utilizado mais máquinas e equipamentos para

o beneficiamento do café (CANO, 2007). Assim, o complexo cafeeiro foi o primeiro a incorporar alto teor tecnológico em sua produção, processamento e distribuição. As máquinas estavam ativas e as ferrovias a ganhar mais espaço na distribuição do café, desenvolvendo um papel crucial nesse setor. Com a introdução sistematizada da técnica nesse complexo, os fazendeiros puderam explorar mais os trabalhadores e acumular capital.

O “Oeste Paulista” reunia as condições ideais para a expansão do café que se iniciou por volta de 1886, o que intensificou a demanda por imigrantes e imigrações inter-regionais, principalmente com a saída de trabalhadores do Nordeste para o complexo cafeeiro – cerca de 156.000 nordestinos (CANO, 2007). No Nordeste, o regime assalariado foi mais uma imposição formal do que demanda da dinâmica da economia regional, ao contrário da região Sudeste, onde as relações capitalistas estavam mais desenhadas e delimitadas (CANO, 2007). No Nordeste, ocorre a imposição formal e, além disso, as relações híbridas de pagamento da força de trabalho, seja por meio do salário, salário e moradia e alimentação, mas sempre recorrendo à intensa e precária exploração do trabalho, tendência do trabalho que marca o Nordeste até os dias atuais.

O Estado brasileiro contribuiu estreitamente com o complexo cafeeiro, sendo o “braço direito” e o guardião dos interesses dos cafeicultores, seja por meio da fragilização intencional regulatória da apropriação de terras devolutas ou pela vinda dos imigrantes da Europa (inclusive arcando com alguns custos desta absorção do trabalhador imigrante).

Com a acumulação de capital proporcionada por esse complexo, o capital cafeeiro tomou novas formas, transformando-se em capital bancário, comercial e industrial (CANO, 2007). Parte dos lucros cafeeiros eram investidos em outros segmentos industriais,

[...] o capital industrial nasceu como desdobramento do capital cafeeiro empregado, tanto no núcleo produtivo do complexo exportador (produção e beneficiamento do café), quanto em seu segmento urbano (atividades comerciais, inclusive as de importação, serviços financeiros e de transportes). (MELLO, 2009, p. 82).

O Estado brasileiro deu suporte ao setor cafeeiro, “[...] não só o crédito farto, mas, em especial, os instrumentos destinados a mobilizar e concentrar capitais [...]” (MELLO, 2009, p. 82).

O capital industrial surgiu em São Paulo entre 1881-1894, mas a concentração industrial nesse estado somente foi possível nos primeiros anos do século XX (CANO, 2007). *Este é um processo de industrialização diferenciado, heteróclito e hipertardio* (com forte interferência do Estado assumindo as tarefas da inexpressiva burguesia brasileira). A taxa de crescimento industrial de São Paulo era maior que a taxa do Brasil – enquanto aquele crescia 8,5 vezes, o Brasil crescia 3,5 vezes (CANO, 2007). O desenvolvimento industrial do estado de São Paulo

demandou “[...] uma série de obras para a implementação do parque industrial e da economia urbana [engrossou] a arrecadação dos cofres públicos locais e regional, o que deu suporte à realização de várias intervenções no setor de infra-estrutura.” (CAMPOS, 2012, p. 88). Se é verossímil que *o Estado brasileiro contribuiu diretamente para o desenvolvimento da infraestrutura necessária à alavancagem do capitalismo*, não é alarmante afirmar, com base na argumentação teórica e histórica desenvolvida até aqui, que *o Estado brasileiro, sob o comando e direcionamento do capital nacional e internacional, foi um dos principais responsáveis pelo aprofundamento das desigualdades econômicas e sociais entre as regiões do território brasileiro*. Seus investimentos massivos a partir de 1930 foram indubitavelmente na região Sudeste e, em parte, no Centro-oeste. Criou-se uma infraestrutura de estradas, ferrovias e portos, considerando a região Sudeste como centro econômico dinamizador, para além da construção de Brasília, tornando-a o centro conectivo do Brasil na construção de estradas e o centro da conjunção do poder político de comando do governo federal.

Voltando para a questão da industrialização no Brasil, a Primeira Guerra Mundial colocou um dinamismo maior para as indústrias de São Paulo, proporcionando uma diversificação da produção e um salto qualitativo (CANO, 2007). Apesar da industrialização brasileira estar atrelada ao processo de acumulação de capital cafeeiro, o capital estrangeiro esteve presente fortemente sob a mediação do Estado brasileiro, que

[...] *ofereceu ao capital estrangeiro a segurança e o controle que ele precisava não apenas para conceder empréstimos, mas para financiar os negócios relativos ao universo agroexportador, dedicando atenção especial ao controle do processo de exportação da produção cafeeira.* (SANTOS NETO, 2015, p. 207, grifos nossos).

Enquanto isso, o capital estrangeiro não tinha pretensão de dinamizar e desenvolver a produção brasileira, pois seus investimentos eram direcionados à manutenção do *status quo* do Brasil na divisão internacional do trabalho (SANTOS NETO, 2019).

A entrada de capital na economia brasileira se dava por meio do Investimento Direto Estrangeiro (IDE), empréstimos ou financiamentos regulados pela mediação do Estado brasileiro por meio de decretos e/ou leis que colocavam condições para a entrada e saída de capitais, além de, nitidamente, serem a principal via para a entrada de capital (obviamente porque o Estado oferecia condições e garantias ao capital estrangeiro). Desde o Brasil Império que a economia reforça a dependência econômica do capital estrangeiro, traçando um longo caminho de subordinação e servidão, curvando-se enquanto um Estado disponível e atuante para as demandas externas. As vias de entrada de capitais no Brasil não eram destinadas somente à produção direta da economia, mas ao próprio desenvolvimento das funções estatais

de infraestrutura pública.

Entre os anos de 1930 até 1955, diante da conjuntura internacional (Segunda Guerra Mundial e rebatimentos da Crise de 1929), a economia brasileira dinamizou sua produção interna implementando um modelo de desenvolvimento econômico “voltado para dentro”, processo denominado por Tavares (1972, p. 41) como “substituição de importações”

[...] para caracterizar um processo de desenvolvimento interno que tem lugar e se orienta sob o impulso de restrições externas e se manifesta, primordialmente, através de uma ampliação e diversificação da capacidade produtiva industrial.

Contudo, as mudanças da “substituição de importações” foram incapazes de romper com a estrutura dependente da produção brasileira, e de alterar a paragem do Brasil na divisão internacional do trabalho. Para Carcanholo (2002, p. 117):

O processo de substituição de importações que caracterizou a industrialização brasileira no longo período 1930-61 acabou sendo imposto pelas próprias conseqüências da inserção internacional periférica e dependente do país. A redução da demanda internacional por nossas exportações e a retração do financiamento externo, pelo menos em um primeiro momento, definiam os recorrentes estrangulamentos externos que colocavam a necessidade de tarifas aduaneiras sobre importações, controle quantitativo sobre as mesmas (com esquemas como os licenciamentos), reservas de mercado interno e uso planejado de divisas com controle cambial.

O Estado brasileiro não mediu esforços para desenvolver a indústria pesada (siderurgia, metalurgia, petroquímica etc.) e infraestrutura necessária para escoar o funcionamento ao capitalismo e para a dinamização da acumulação de capital por meio da construção de estradas, portos, aeroportos, hidrelétricas, telecomunicações etc., que contribuem, em larga medida, para a fluidez do capital. Para Bugiato (2016, p. 42),

[...] o Estado devia assumir o papel de investidor principal na criação da infraestrutura voltada ao desenvolvimento da indústria nacional [...] e no desenvolvimento do parque industrial nacional, que conduziria à independência econômica do país e à soberania nacional.

Ora, o Estado brasileiro não foi constituído para possibilitar qualquer autonomia da economia perante o mercado externo e o capital estrangeiro. Temos enfatizado até aqui que, desde a sua gênese e constituição, operou-se um Estado subserviente desde a “quebra” do estatuto colonial, pois o pacto formado nas estruturas estatais era para constituir um Estado voltado “para fora”. Ademais, esse processo de um possível rompimento com as demandas externas e as imposições “de fora para dentro” torna-se impraticável devido às conformações das tendências do capitalismo mundial. Nitidamente, *não há desenvolvimento do capitalismo brasileiro sem a presença do Estado, uma presença auxiliar ao capital, com atuação forte e firme perante a reprodução do capital.*

A tendência estrutural de dependência da economia brasileira é tão latente que o início das construções de infraestrutura contou de forma direta, inicialmente, com o capital inglês (lembrar que outrora pontuamos isso sobre a construção das ferrovias). Entre 1850 e 1930, segundo Campos (2012), as empresas de infraestrutura vieram do exterior, principalmente dos Estados Unidos, França, Grã-Bretanha e Alemanha, países que possuíam mais desenvolvimento tecnológico nesse setor.

O chamado “Estado Novo”, com a emblemática “Revolução” de 1930, “[...] tomou novos rumos e começou a levar a cabo políticas de modernização do país [...]” (HIRT, 2016, p. 67), após mediar os conflitos de interesses econômicos e políticos da burguesia interna. Os projetos internos em disputa foram consubstanciados na intervenção estatal com o projeto “nacional-desenvolvimentista”, configurado como

[...] o projeto de desenvolvimento econômico assentado no trinômio: industrialização substitutiva de importações, intervencionismo estatal e nacionalismo. O ND [Nacional-Desenvolvimentista] é, na realidade, uma versão do nacionalismo econômico; ou seja, é a ideologia do desenvolvimento econômico assentado na industrialização e na soberania dos países da América Latina, principalmente, no período 1930-80. No plano estratégico o ND tem como foco o crescimento econômico, baseado na mudança da estrutura produtiva (industrialização substitutiva de importações) e na redução da vulnerabilidade externa estrutural. Este último aspecto está assentado nos seguintes pilares: (i) alteração do padrão de comércio exterior (menor dependência em relação à exportação de commodities, mudança na estrutura de importações e redução do coeficiente de penetração das importações industriais); (ii) encurtamento do hiato tecnológico (fortalecimento do sistema nacional de inovações), e; (iii) tratamento diferenciado para o capital estrangeiro (ou seja, ausência de tratamento nacional via, por exemplo, discriminação nas compras governamentais, restrição de acesso a determinados setores, imposição de critérios de desempenho e restrição na obtenção de incentivos governamentais). (GONÇALVES, 2012, p. 1).

Do Governo Vargas até meados dos anos 1950 o Estado assume diretamente o desenvolvimento de infraestrutura que

[...] entrou como contratador e também realizador de obras públicas, subsidiando a formação e o fortalecimento de um capital industrial no país, o que incluiu a criação de instrumentos jurídicos e institucionais e montagem das agências que iriam contratar as obras de infra-estrutura [...]. (CAMPOS, 2012, p. 69).

Temos, nesse contexto, a construção da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) para implantar a usina de Volta Redonda, uma das maiores da América Latina, a Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa), em Cubatão, e a Usiminas em Ipatinga (MG). A industrialização passou a fazer parte da agenda do Estado brasileiro, “ou seja, o planejamento estatal teria a função técnica de alocação dos recursos, com uma suposta neutralidade.” (HIRT, 2016, p. 69).

Nesta quadra histórica, há um pequeno recuo das empresas estrangeiras na execução dos

projetos de infraestrutura, dando lugar as empresas nacionais. Contudo,

se desde os anos [19]30, houve um processo de estatização da contratação das obras de construção pesada, posteriormente viu-se a retirada do aparelho de Estado da atividade construtora, passando a mero contratador das obras. Trata-se de um processo longo, complexo, com idas e vindas e cheio de exceções, sendo o governo que melhor marca essa divisão de tarefas entre o Estado e as empresas privadas o de Juscelino Kubitschek, quando houve não só aumento significativo das obras contratadas, como sinais claros dessa divisão de funções. (CAMPOS, 2012, p. 63).

Mesmo com aquele “recoo tímido” das empresas estrangeiras no setor de construção civil, o capital estrangeiro fazia movimentações nas tentativas de conduzir o processo de modernização da economia brasileira. A título ilustrativo, tem-se o Plano de Metas do Governo JK desenhado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e pela CEPAL da ONU que “[...] tinha as suas 12 primeiras e mais importantes metas relacionadas a transportes (5) e energia (7) [...]. Os dois setores são justamente os de maior interesse dos empreiteiros no que tange ao Plano de Metas.” (CAMPOS, 2012, p. 64). A obra magna do Plano de Metas foi, indubitavelmente, a construção da Capital do país, Brasília.

Com o Governo JK seguindo a lógica de acumulação e expansão do capital no Brasil, o Estado passou a figurar mais como “Estado-contratante” e pouco como “Estado-construtor”. Começou-se a contratar empresas privadas (no caso, as nacionais) para a execução de obras públicas, as empreiteiras. Desenvolvia-se no Brasil um “mercado de obras públicas” e emergia na cena econômica os empreiteiros, “[...] fração de classe do empresariado industrial e também seus diferentes membros como representantes de diferentes frações da burguesia brasileira.” (CAMPOS, 2012, p. 28). Esse autor ainda afirma que estes empresários, que emergiram fortemente na economia brasileira, participaram diretamente do aparelho estatal após o golpe empresarial-militar, o que não é de estranhar que as obras faraônicas dos empreiteiros do período do regime militar-empresarial tenham sido permeadas por indícios de corrupção.

A dinamização da produção brasileira demandou uma forte intervenção estatal em setores estratégicos com a instituição da Companhia Vale do Rio Doce, da Companhia Siderúrgica Nacional e da Petrobras, empreendimentos que possibilitaram, em um definido espaço-tempo, a autonomia da extração de minérios, produção de ferro e aço e da produção energética (SANTOS NETO, 2015; 2019). Na construção desses empreendimentos, o Estado assumiu todo o processo, tomando empréstimos ao capital estrangeiro.

Se a economia brasileira é gestada para atender aos interesses do capital internacional, o mesmo ocorreu com o processo de industrialização que foi forjado para atender às economias centrais e não para desenvolver uma economia independente e nacional (“soberania nacional”),

voltada ao seu desenvolvimento e à sociedade brasileira. Pelo contrário, a potencialização da economia brasileira sempre teve um intuito, em larga medida, de cumprir subserviência na divisão internacional do trabalho. O mesmo processo se deu com a emersão do Brasil na dinâmica da financeirização da economia, deixando-o num lugar especial de exportador de *commodities* agrícolas e minerais.

A seguir, iremos desvelar a relação do Estado brasileiro com as demandas e requisições do capital estrangeiro, bem como a emergência do neoliberalismo que conformou novos contornos atuantes e repressivos do Estado na sociedade brasileira.

Estado brasileiro, capital estrangeiro e neoliberalismo

A entrada de capitais dos EUA em toda a América Latina vinha acompanhada de fortes interferências econômicas e políticas, criavam ambientes de instabilidade e fortalecimento da heteronomia dos estados-nação desta região. Na década de 1960, o Brasil recebeu grande volume de capital estrangeiro, sendo o segundo país da América Latina a receber mais capital, ficando atrás apenas do Chile, devido às condições favoráveis do Estado brasileiro (CAMPOS, 2003). O Brasil, no aspecto da internacionalização da economia, ganha destaque nesta região continental, tornando-se “[...] um dos prediletos na atração desses investimentos estrangeiros, essencialmente pelas dimensões de seu mercado interno, e pelas condições institucionais e de infra-estrutura [...]” (CAMPOS, 2003, p. 10).

A chegada de capitais estrangeiros dos países centrais dinamizou as relações capitalistas no solo brasileiro e emperrou qualquer possibilidade de desenvolvimento dos aspectos ideológicos da “ameaça do socialismo”, pois o presidente João Goulart tinha “[...] defesa de alguns projetos sociais como a reforma agrária, ou [uma] política externa independente [...]” (CAMPOS, 2003, p. 17), o que era considerado uma “proximidade com ideias socialistas” e do bloco soviético no contexto da Guerra Fria. Uma medida do Estado brasileiro, no Governo de João Goulart, que dispôs alerta no capital estrangeiro foi a aprovação da Lei n.º 4.131 (Lei de Remessa de Lucros), promulgada em 1962 e sancionada em 1964, que “[...] representou o maior controle já imposto ao movimento de capitais estrangeiros no Brasil [...]” (CAMPOS, 2003, p. 80), como tentativa de defender a economia nacional e a burguesia brasileira.

Para barrar o “avanço do socialismo”, o governo norte-americano, de forma estratégica e controladora com a América Latina, correlacionou forças com a burguesia brasileira e a ala das forças armadas. Campos (2012, p. 30), ancorado em René Armand Dreifuss, não concorda com

[...] as teses que se referem à uma ditadura militar, ou regime militar, ou qualquer outra concepção que ponha os segmentos militares como líderes autônomos ou mesmo preponderantes daquele regime. Quanto ao elemento

‘civil’, concordamos que se deve qualificar o mesmo, para que não se caia no erro de homogeneizar grupos sociais heterogêneos entre si, dado que estes estão assim reunidos sob a própria ótica da caserna. Entendemos que o elemento civil que compôs o regime militar era preponderantemente empresarial, havendo diversos agentes da burguesia brasileira que fizeram parte do pacto político estabelecido pós-1964.

Na nossa avaliação, identificar como “regime militar-empresarial” agrega às determinações da base material, a força coercitiva estatal do golpe, no caso, os militares, e os empresários que apoiaram, asseguraram e mantiveram o golpe. Assim, o golpe empresarial-militar de 1964 foi, de certo modo, uma estratégia econômico-financeira de garantia de saídas dos lucros gerados no Brasil. Assim, o Estado brasileiro gerencia as saídas dos lucros gerados em favor do capital internacional, pois os investidores estrangeiros injetam capital no Brasil, e, na lógica capitalista, devem ter a segurança jurídico-normativa de retorno do capital investido. Para atrair o capital estrangeiro, o Estado brasileiro assegurava

[...] no âmbito de isenções de impostos, facilidades de créditos, avais para empréstimos e operações externas, política de remessa de lucros, dividendos e *royalties* ao exterior etc., tudo isso aumenta a escala de articulação do Estado com o capital monopolista. (IANNI, 2019, p. 83, grifos originais).

Observamos que o Estado brasileiro tentou disciplinar e orientar, por meio de mecanismos normativo-legais, a entrada e saída de capitais com objetivo de garantir, legalmente, que parte do excedente ficasse para o desenvolvimento da economia brasileira.

O golpe empresarial-militar brasileiro – ou “contrarrevolução preventiva” (FERNANDES, 1976; NETTO, 2015; IANNI, 2019) – eclode por meio das movimentações do sistema do capital na sua totalidade global e as consequentes mudanças na divisão internacional do trabalho, bem como das particularidades da formação sócio-histórica brasileira, expressas em raízes estruturais dependentes, escravagistas e opressoras sob a tutela de Estado brasileiro, com o objetivo de manter a acumulação de capitais e conter as movimentações das massas.

O Estado brasileiro é crucial na garantia desse processo, seja através do aparato jurídico-normativo-legal, seja por meio de mudanças mais substanciais de condução do governo, mediante as quais influencia – quando não determina – eleições ou medidas mais drásticas, como golpes de Estado. De modo ilustrativo, as mudanças bruscas e drásticas de comando político do Estado são um traço forte da economia política brasileira, como foi com a retirada de João Goulart em 1964, com o Golpe empresarial-militar e com a destituição de Dilma Rousseff em 2016 – esse último caracterizado como golpe empresarial-jurídico –, golpes que serviram para manter e aprofundar as raízes estruturantes da economia e política brasileira e manter o padrão de acumulação de capital. A própria democracia burguesa é fragilizada pela autocracia burguesa.

Com o regime militar-empresarial de 1964 houve uma baixa de investimentos estrangeiros, com exceção dos EUA, o que “[...] demonstra a percepção positiva do capital produtivo norte-americano em relação à política autoritária implementada após o Golpe.” (CAMPOS, 2003, p. 23). Na aliança estratégica para a acumulação de capital entre o Estado, capital privado nacional e capital estrangeiro, esse, historicamente, mantém as principais vantagens, ao subjugar os outros nas relações econômicas e políticas.

Não obstante, o Estado brasileiro colocou em prática uma “tecnocracia estatal” (IANNI, 2019), isto é, o planejamento e técnica foram utilizados com força nos discursos oficiais dos militares na condução do Poder Executivo pois, nesse período, “[...] era importante ‘legitimar’ a ditadura por meio da ideologização da sistemática, coerência, operatividade, pragmatismo, racionalidade, modernização etc. da política econômica.” (IANNI, 2019, p. 28).

À época, coube ao Estado investir em áreas “menos atrativas” para o capital estrangeiro, como infraestrutura, estradas, portos, ferrovias, setor petrolífero e energético (CAMPOS, 2003) que, com o aprofundamento do neoliberalismo, na quadra recente do capitalismo brasileiro, são entregues, por esse mesmo Estado, para a iniciativa privada. Isto é, após todo o investimento de “capital estatal” na infraestrutura, com tomadas de empréstimos, por exemplo, o Estado a entrega “solidariamente” ao capital internacional. Desse modo, *o Estado brasileiro revela sua natureza de complementariedade ao capital, sua vinculação simbiótica com o capital, seja de forma direta ou indireta, independentemente da gestão dos governos. A forma de governo revela tão somente a intensidade, proporção e mediação política da relação entre Estado e capital.*

O regime militar-empresarial no Brasil de 1964 é o ponto substantivo da análise do processo de ruptura total com qualquer possibilidade de “nacionalismo” da economia brasileira e da entrada “à moda porta-aberta” do capital estrangeiro, especialmente provindos dos EUA.

É plácida a afirmação que não se operou no Brasil a transição total do período do regime militar-empresarial para o período democrático. A recente democracia brasileira, desenhada no final da década de 1980, absorveu bases e formas do regime militar-empresarial, além das raízes estruturais da economia que mantém o *status quo*. O próprio regime estabeleceu as regras de transição do regime político ditatorial para o regime democrático. Os militares, acusados de torturar e matar seus opositores diretos e indiretos, não responderam legalmente pelos seus crimes, do mesmo modo que as famílias, que perderam entes, não tiveram respostas sobre os corpos torturados. O Estado brasileiro, até os dias atuais, possui meandros de conformação política legatários do regime militar-empresarial e possui, na sua estrutura de comando político, a ala militar (Exército, Marinha e Aeronáutica).

Empreiteiras participaram ativamente das grandes obras estatais no regime militar-empresarial e no período do neoliberalismo. Esse crescimento vertiginoso das empreiteiras brasileiras possibilitou que essas se tornassem grandes concessionárias durante as privatizações, com a entrada do neoliberalismo no Brasil. Isso fez com que ampliassem seus ramos de atuação, sendo o “mercado das privatizações” bem aproveitado pelo setor. Após a década de 1980, as empreiteiras também entram no ramo da agropecuária, impulsionadas pelas exportações e crescimento das *commodities*.

Os últimos anos do regime militar-empresarial foram marcados pela eclosão da crise estrutural do capital (final da década de 1970), que provocou mudanças na totalidade da produção capitalista, nas relações de produção e no padrão financeirizado de acumulação, operando transformações na produção/reprodução capitalista. Para responder a essa crise, foram direcionadas mudanças na forma de extração de trabalho excedente por meio da inserção e desenvolvimento da alta tecnologia na produção e na organização do trabalho, especialmente a “automação”, o sistema *kanban*, “celularização” e regime *just-in-time* do processo produtivo (PINTO, 2013), e na forma de intervenção do Estado na regulação do trabalho e da economia.

A partir da crise de 1970, o capital, juntamente com o Estado, preparou uma ofensiva contra os trabalhadores, versada na figura do neoliberalismo como medida de gerenciamento da crise, uma vez que,

a intervenção estatal macroscópica em função dos monopólios é mais expressiva, contudo, no terreno estratégico, onde se fundem atribuições diretas e indiretas do Estado: trata-se das linhas da direção do desenvolvimento, através de planos e projetos de médio e longo prazos; aqui, sinalizando investimentos e objetivos, *o Estado atua como um instrumento de organização da economia, operando notadamente como um administrador dos ciclos de crise*. (NETTO, 2009, p. 25-26, grifos nossos).

Esta nova ordem conforma um Estado neoliberal instrumentalizado para a ampliação da liberdade econômica, do individualismo possessivo – pois, “[...] os arautos do neoliberalismo desencadearam inúmeras estratégias ideológicas e culturais” (BEHRING, 2003, p. 65) –, do livre mercado e da diminuição significativa da intervenção estatal na garantia dos direitos sociais, *com a fortificação do Estado mais para o capital* (leia-se: garantir a intensificação da exploração do trabalho e do escancaramento do fundo público para o capital) *e menos para os trabalhadores* (com cortes de direitos sociais e intervenção na capacidade organizativa dos trabalhadores). Cada vez que o capital fica agressivo e voraz, o Estado corresponde-o no mesmo tom contra os trabalhadores por meio de mecanismos repressivos, seja pelas legislações mais severas, poder da polícia ou forças armadas, conforme o lastro histórico que se abriu no Estado brasileiro a partir de 2019 com o Governo Bolsonaro.

O neoliberalismo fortalece a intensa divisão internacional do trabalho, condenando os países periféricos a se manterem no lugar de países agrário-mineral-exportadores, fragiliza a economia política dos países dependentes e subordinados e amplifica a retórica de que esses países devem sempre se tornar mais “competitivos” e “eficientes”, “tudo isto produto apenas das ‘forças livres do mercado’ e sem a interferência do Estado.” (SOARES, 2009, p. 16). Ao assumirem os discursos e a agenda dos organismos multilaterais, os países periféricos tomam volumosos recursos emprestado com esses organismos, aumentando vertiginosamente o endividamento público e rendendo o aparato estatal ao poder das instituições financeiras e do capital internacional.

Para entender a forma de inserção do neoliberalismo no Brasil e seus impactos na produção e reprodução social (na política, na cultura etc.) convém lembrar que a estrutura econômica e política brasileira é permeada por raízes agressivas e predatórias, a considerar que o Brasil nasce sob o signo da reprodução violenta do capital mercantil, do trabalho escravo e da cultura de repressão às massas populares para atender aos determinantes econômicos. E, mesmo com o desenvolvimento e modernização do capitalismo brasileiro, a conservação é um traço constitutivo da economia e do Estado, onde o atraso é *conditio sine qua non* e *modus vivendi* da formação brasileira, na mesma medida que é benéfica e favorável ao imperialismo e aos países centrais.

A burguesia brasileira não se opõe à burguesia internacional, havendo uma relação de sujeição favorável com ganhos diretos para aquela burguesia na acumulação de capital e com a continuidade do seu comando político no âmbito do Estado, dedicado a maximizar os mecanismos regulatórios de exploração do trabalho. Behring (2003, p. 92-95) pontua que “[...] o Estado é visto como meio de internalizar os centros de decisão política e de institucionalizar o predomínio das elites nativas dominantes.”. Essa é a realidade da formação econômica brasileira com a qual o neoliberalismo se defrontou.

As “boas-vindas” ao neoliberalismo pode ser visualizada durante o Governo Sarney, com a aprovação do Decreto n.º 91.991/1985, que regulamenta as empresas públicas “enquadráveis” no Programa de Privatização. Os governos subsequentes ao período de redemocratização, sob o comando neoliberal, diluíram o frágil parque industrial e a capacidade industrial brasileira e aumentaram a dependência em relação ao mercado de exportação de *commodities* sob as bases do mercado financeiro, o que levou alguns autores a categorizar esse processo como “desindustrialização” para explicar o “[...] deslocamento da fronteira de produção na direção dos produtos intensivos em recursos naturais. *Este deslocamento ocorre, principalmente, na fase ascendente dos preços das commodities no mercado mundial.*”

(GONÇALVES, 2012, p. 2, grifos nossos). O desmantelamento da indústria brasileira tem raízes nas estruturas frágeis dos pilares e relações de produção industrial devido à sua emersão estar associada diretamente à dependência do capital estrangeiro, o que forjou uma indústria dependente numa economia vulnerável. A “desindustrialização” brasileira foi acompanhada pela crescente demanda por matérias-primas na dinâmica mundial, principalmente pela extração de recursos naturais e uso abundante do solo brasileiro, sobretudo, para responder à dinamização da ascensão da economia chinesa, e pelo crescimento vertiginoso da expansão do setor de serviços no Brasil.

Ao acompanhar esse processo de mudanças significativas na economia brasileira, o Estado brasileiro aderiu fortemente à lógica do discurso dos “ajustes necessários”, ecoado diretamente pelos organismos internacionais, que ganhou força no Brasil com o Plano Real e o Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), momento de consolidação das reformas neoliberais. O Governo FHC modificou a “[...] política de estabilização macroeconômica [...]” e deu “[...] continuidade à estratégia neoliberal, ao defender a política antiinflacionária como pré-requisito para a retomada do crescimento, e as reformas estruturais como meio de obter essa retomada do desenvolvimento.” (CARCANHOLO, 2002, p. 3).

A solidificação do neoliberalismo no Brasil, com o Governo FHC, “[...] organiza um grande ciclo de reformas que [...] determinam mudanças estruturais no interior do aparelho do Estado brasileiro sob a pragmática neoliberal e no curso da mundialização do capital.” (TAVARES, 2014, p. 59). Para o capital estrangeiro entrar com mais fluidez no Brasil a economia deveria dispor de atratividade, adaptação, flexibilidade e competitividade (BEHRING, 2003).

As privatizações brasileiras – ou “Privadoação” (BIONDI, 2003) – na era neoliberal foram um “festival de doações” das empresas públicas para o capital privado. Biondi (2003) revela que, em algumas empresas públicas, o Estado investia no desenvolvimento e na infraestrutura antes de vendê-las, como o emblemático caso das empresas telefônicas, nas quais foram investidos 21 bilhões de reais, tendo sido vendidas, posteriormente, por uma entrada de 8,8 bilhões; além disso, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) foi comprada por 1,05 bilhão de reais, sendo 1,01 bilhão em “moedas podres”. Além de vender nestas condições, o Estado ficava com as dívidas das empresas públicas vendidas e com os custos sobre a demissão em massa dos funcionários, assumindo a rescisão dos contratos dos trabalhadores e as despesas previdenciárias. E, se tudo isso não bastasse, os grupos brasileiros (inclusive empreiteiras), as multinacionais e as empresas estrangeiras as compraram tomando empréstimos ao Estado brasileiro por meio do BNDES.

No jogo do capital financeiro com o Estado brasileiro, faz parte também o sistema de corrupção, traço marcante da economia política brasileira presente desde os governos anteriores ao período da redemocratização. Devemos lembrar dos fortes indícios de corrupção no regime militar-empresarial com as grandes obras dos empreiteiros e o governo FHC, com os recorrentes “assaltos” ao patrimônio público mediante a “Privataria Tucana”. Assim, o “festival de doações” foi altamente rentável para o capital privado, pois as empresas eram vendidas a preços mais baratos do que valiam; inclusive, vendiam-se empresas estatais com dinheiro em caixa – como o caso da Vale que “[...] foi entregue a Benjamin Steinbruch com 700 milhões de reais em caixa, segundo noticiário da época” (BIONDI, 2003, p. 16).

Assim, a cultura patrimonialista, traço da formação sócio-histórica brasileira, das frações da burguesia brasileira, presente desde a época da Independência do Brasil, é ainda a tônica para a privatização em tempos presentes. A necessidade das privatizações era entoada pelo discurso da ineficácia e ineficiência do Estado em gerir as empresas públicas, e a saída seria privatizá-las (SOARES, 2009).

A vitória e a passagem do Governo Fernando Henrique Cardoso para o Governo Luís Inácio Lula da Silva davam a tônica dos efeitos negativos do neoliberalismo no Brasil. Isso porque FHC levou a “ferro e fogo” os preceitos neoliberais, esfacelando os trabalhadores e as políticas sociais, o que aprofundou o ritmo de desigualdade social. E, apesar do “trunfo” do governo de esquerda, que nutriu esperanças para os trabalhadores, após severos ataques do neoliberalismo, as alianças pré-eleitorais firmadas com a agenda neoliberal deixaram em alerta as diversas organizações dos trabalhadores (alguns sindicatos, movimentos sociais e outros partidos de esquerda). Todavia, desenvolveu-se uma tendência defensiva teórica e política dos governos petistas diligenciando macular diferenças entre as medidas macroeconômicas do governo Lula das medidas neoliberais escancaradas do governo FHC. Obviamente que existem particularidades substanciais entre os dois governos, entretanto, apontar as particularidades não incide em contornar a materialidade da realidade social, a essência das relações econômicas capitalistas desenvolvidas no Brasil nos 13 anos dos governos petistas (Lula-Dilma) e a atuação feroz do Estado brasileiro contra os trabalhadores. O projeto neoliberal passou a ditar os programas de governo de esquerda, tornando-se uma força difícil de corroer, provocou uma disjunção entre as demandas reais dos trabalhadores e as demandas do mercado, onde alguns partidos de esquerda, sindicatos e movimentos sociais centram suas forças para atender aos determinantes do mercado, numa rendição completa ao momento contrarrevolucionário.

Reativamente, um ponto de clivagem entre o Governo FHC e o Governo Lula foi a estagnação da enxurrada de privatizações que vinham desde o início dos anos 1980 e que

tiveram ritmo de combustão com esse primeiro. Entretanto, o governo Lula implanta e inaugura “[...] outra configuração para as privatizações do patrimônio público nacional. Ao invés da venda direta dos ativos [...], *concessões e parcerias público-privadas foram promovidas nos últimos anos nos setores de energia, transporte, telecomunicações e políticas sociais [...]*” (CASTELO, 2013, p. 134, grifos originais).

No plano econômico, o Governo Lula angaria crescimentos da economia nacional (e favorecimento à burguesia interna) com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), criado em 2007 com vistas a dinamizar e promover o crescimento da economia brasileira. O PAC constitui-se como uma tentativa de impulsionar a economia brasileira, semelhante a outras ocorridas no período do Governo Vargas, do Governo Juscelino Kubitschek e equipara-se ao desenvolvimento de infraestrutura do período do regime militar-empresarial. O PAC serviu para a criação de infraestrutura voltada ao crescimento das *commodities* agrícolas e minerais, que passaram a manter o superávit da balança comercial, e garantir legitimação do projeto econômico o PAC ampliou programas sociais.

Por fim, pontuamos outra característica do Estado brasileiro é seu compromisso fiel ao pagamento da dívida pública. Por isso, os governos que assumem o comando político do Estado, que são regidos pelos preceitos neoliberais, devem cumprir “à risca” o pagamento da dívida pública, uma dívida que tem “natureza antinacional e antissocial” (SAMPAIO JR., 2004). A dívida pública move o sistema financeiro do capitalismo sem nenhum escrúpulo ou “zelo” pelas economias periféricas, até porque a natureza do capital é impiedosa e, devido a sua forma de ser, não está subjugada a nenhum apelo ou cuidado moral. Não é necessária uma análise teórica rigorosa para identificar qual o real compromisso do Estado brasileiro com o pagamento da dívida se seus efeitos são reais, visíveis e latentes no cotidiano: em 2018, a dívida pública consumiu 40,66% (R\$ 1,065 trilhão) do Orçamento Federal; em 2019, 1.037 trilhão; e, em 2020, 1.381 trilhão (39,08% do Orçamento Federal executado)¹.

Considerações finais

Os fundamentos do método marxiano de apreensão da realidade social não permitem qualquer tratamento sobre o Estado autonomizando e desvinculando-o da produção material da sociedade. Todo o processo de desenvolvimento *sui generis* do capitalismo brasileiro reverbera-se ativamente pela intervenção direta do Estado e seu aparato legal-normativo-jurídico. A intensidade da atuação do Estado brasileiro no processo de garantia da sua função econômica e

¹ Dados extraídos do site <https://auditoriacidada.org.br/>. Acesso em: 19 abr. 2021.

política de manter a acumulação de capital se modifica diante das movimentações históricas internas e externas.

O Estado brasileiro alavancou a infraestrutura necessária ao desenvolvimento do capital e do capitalismo, às custas da exploração do trabalho, do saque aos recursos naturais e da destruição ambiental, com contração de empréstimos públicos, com contratação de empreiteiras nacionais e estrangeiras. É inegável que de Vargas até a quadra atual do capitalismo brasileiro a dinâmica da economia política teve um suporte essencial do Estado no asseguramento das condições de acumulação de capital. A ínfima e frágil industrialização brasileira só foi possível com a associação ao capital estrangeiro e suporte direto e indireto do Estado brasileiro, e o regime militar-empresarial constitui-se o ápice da subordinação total da economia brasileira aos países centrais e da configuração de um Estado autoritário e repressivo contra os trabalhadores que ganha contornos violento contra os direitos dos trabalhadores no neoliberalismo.

Portanto, a dependência e subordinação da dinâmica econômica brasileira, submetidos aos imperativos do capital, modulou o Estado brasileiro, a sua forma de comando político e toda a estrutura do aparato estatal. Sua atuação tem sido, historicamente, direcionada “para fora” e não para estruturar a economia nacional “para dentro” (PRADO JUNIOR, 1994), por isso ele possui o caráter antinacional (MAZZEO, 1995), sempre subjungando e reprimindo violentamente os trabalhadores.

Referências bibliográficas

- BEHRING, Elaine Rossetti. *Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- BIONDI, Aloysio. *O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.
- BUGIATO, Caio. *A política de financiamento do BNDES e a burguesia brasileira*. 2016. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. São Paulo, 2016.
- CAMPOS, Fábio Antônio de. *Estratégias de desenvolvimento nacional: o papel do capital estrangeiro entre o segundo governo Vargas e o governo Castelo Branco (1951-1966)*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Economia da UNICAMP. Campinas – São Paulo, 2003.
- CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *A Ditadura dos Empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985*. 2012. 584 f. Orientador: Virgínia Fontes. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2012.
- CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. 5 ed. Campinas, SP: Unicamp. IE, 2007.
- CARCANHOLO, Marcelo Dias. *Abertura externa e liberalização financeira: impactos sobre crescimento e distribuição no Brasil dos anos 90*. 247f. 2002. Tese (Doutorado em

- Economia). Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002
- CASTELO, Rodrigo. O canto da sereia: social-liberalismo, novo desenvolvimentismo e supremacia burguesa no capitalismo dependente brasileiro. *Em Pauta*, Rio de Janeiro, n. 31, v. 11, p. 119-138. 2013
- FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- GONÇALVES, Reinaldo. "Governo Lula e o Nacional-Desenvolvimentismo às Avessas". *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 31, fev. 2012.
- HIRT, Carla. *O lugar e o papel do BNDES no desenvolvimento brasileiro*. 2016. Tese (doutorado em Planejamento Urbano e Regional). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional, Rio de Janeiro, 2016. 418f.
https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo7505folad.pdf
- IANNI, Octavio. *A ditadura do grande capital*. São Paulo: Expressão popular, 2019.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MAZZEO, Antônio Carlos. *Burguesia e capitalismo no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1995.
- _____. *Estado e burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa*. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.
- MELLO, João Cardoso de. *O capitalismo tardio*. 11 ed. São Paulo: Editora UNESP; Campinas, SP: FACAMP, 2009.
- NETTO, José Paulo. *Capitalismo monopolista e Serviço social*. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- PINTO, Geraldo Augusto. *A organização do trabalho no século XX: taylorismo, fordismo e toytismo*. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- PRADO JUNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 41. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. *Globalização e Reversão Neocolonial: O Impasse Brasileiro*. 2004.
- SANTOS NETO, Artur Bispo dos. *A presença do capital industrial-financeiro no Brasil*. Maceió: Edufal, 2019.
- _____. *Capital e trabalho na formação econômica do Brasil*. São Paulo: Instituto Lukács, 2015.
- SOARES, Laura Tavares. *Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Capitalismo e Revolução burguesa no Brasil*. Belo Horizonte: Oficina de livros, 1990.
- TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. 11. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- TAVARES, Pedro Henrique de Sousa. *Os fundos de investimentos e o movimento do capital no ensino superior privado: mercantilização de novo tipo?* 124p. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014

Entrevista: Esther Luíza de Souza Lemos*

Entrevistadora: Carina Berta Moljo**

Carina: Querida Esther, antes de mais nada, queríamos te agradecer por aceitar o convite da Revista Libertas para a nossa seção de entrevistas.

Sem dúvida você é uma das jovens intelectuais e militantes do Serviço Social brasileiro que vem trabalhando de forma comprometida e crítica buscando a unidade do Serviço Social crítico, especialmente deste lado do continente.

Como e quando começa a aproximação com o Serviço Social internacional?

Esther: Agradeço imensamente o convite da Revista Libertas nesta seção que, de forma mais direta, registra a movimentação e o movimento de nossa categoria no tempo presente. A pergunta me fez voltar à memória do percurso vivido desde minha graduação e a escolha pela profissão realizada em 1989. Na minha experiência profissional, posso dizer que o marco central de aproximação com a temática foi a inserção na pós-graduação de nossa área, primeiro no mestrado da PUC-SP e depois no doutorado na UFRJ. O intercâmbio em nosso país realizado com colegas da Argentina, Uruguai, Colômbia, Costa Rica, Angola, Cabo Verde bem como o doutorado sanduiche realizado em Portugal, além da participação em eventos internacionais, permitiu interação e diálogo sobre as contradições da realidade, além do estudo conjunto. Durante o doutorado na UFRJ, em 2004 criamos o Grupo de Estudos da América Latina – GEAL, um grupo formado por doutorandxs de diferentes países morando no Rio de Janeiro, instigados por analisar e intervir a partir de *Nuestra America*. Foi uma experiência que abriu minha cabeça, olhos e ouvidos para sentir junto e entender, teórica e politicamente, nossa particularidade sócio-histórica e necessidade de superação das opressões, dominação e

* Assistente social, com mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e pós-doutorado pela Universidade de Brasília. É professora efetiva da UNIOESTE. Tem como área de investigação os fundamentos do Serviço Social e o trabalho da/o assistente social particularmente na política de assistência social no âmbito da Seguridade Social brasileira. Participou como conselheira do Conselho Federal de Serviço Social - CFESS, na gestão 2011-2014 e na gestão 2014-2017. Foi presidente da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS (2019-2020). Atuou na Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UNIOESTE - Campus de Toledo nos períodos de 2017-2019 e 2020-2023. Atualmente atua na Coordenação de Relações Internacionais da ABEPSS gestão 2023-2024.

** Professora titular da Faculdade de Serviço Social - UFJF. Doutora em Serviço Social; bolsista produtividade CNPQ. Membro do Grupo de Pesquisa: Serviço Social, Movimentos Sociais e Políticas Públicas - UFJF.

exploração.

Posteriormente quando participei como conselheira do CFESS, na gestão 2011-2014 na presidência de Sâmya Rodrigues Ramos e na gestão 2014-2017 na presidência de Maurílio Castro de Matos, assumi a coordenação da comissão de relações internacionais. Nesta instância organizativa de nossa categoria no país, a partir das deliberações dos Encontros Nacionais do Conjunto CFESS/CRESS, fórum máximo de deliberação da agenda político-profissional, tive a oportunidade de contribuir na execução das ações coletiva e democraticamente aprovadas. Entre estas destaco a organização do Workshop sobre a Definição de Serviço Social, realizado em 2012 na cidade do Rio de Janeiro.

Representando o CFESS no Comitê Latinoamericano e Caribenho de Organizações Profissionais de Trabalho Social/Serviço Social – COLACATS, exerci a função de sua coordenação no período de 2014 a 2017, contribuindo para expansão da organização e representação política da categoria no nosso continente e nas instâncias mundiais.

Carina: Considerando a sua participação em diferentes órgãos internacionais, como você vê hoje o Serviço Social internacional? Quais as perspectivas teóricas e políticas?

Esther: A realidade mundial tem exigido uma dinamicidade maior no campo da organização política da categoria. Se por um lado as desigualdades de toda ordem têm se acirrado como fruto da crescente concentração e centralização da riqueza, tanto no interior dos países quanto entre países, por outro lado, nos últimos 10 anos tem ocorrido a expansão do número de organizações profissionais nacionais vinculados à Federação Internacional de Trabalhadores(as) Sociais – FITS, aglutinando a participação nas respectivas regiões do mundo. Em 2011 este número era aproximadamente 90 países, de acordo com site www.ifsw.org/regions/. Atualmente 138 países integram a FITS, sendo: 34 na África, 31 na Ásia e Pacífico, 50 na Europa, 21 na América Latina e 02 na América do Norte.

A profissão não é homogênea nem tampouco sua organização política. Os processos de democratização dos estados nacionais têm refletido em âmbito nacional e mundial, enfrentando o histórico conservadorismo e eurocentrismo presentes nos organismos internacionais. As disputas de projetos societários presentes na sociedade também se expressam de forma teórica e política nas organizações. Sendo espaços de cooperação internacional e de construção de consensos, as organizações têm protagonizado incidência nos organismos internacionais e também no interior das organizações nacionais para construir unidade em pautas comuns e principalmente para fortalecer a regulamentação da profissão num contexto crescente de desregulamentação e violações de direitos. Neste sentido, o fortalecimento da direção e concepção ético-política que orienta o Serviço Social brasileiro tem sido fonte de formação e

contribuído para a sustentação teórica e política nos processos de tomada de decisão da luta neste âmbito.

Duas dimensões podem expressar com mais precisão as perspectivas presentes no âmbito internacional: as propostas da agenda política das diferentes candidaturas para eleições à presidência da FITS e os diferentes conteúdos teórico-metodológicos dos trabalhos apresentados nos Congressos Mundiais. O que posso testemunhar é a luta das tendências progressistas, democráticas e críticas da e na profissão no âmbito internacional, necessitando persistente e permanente investimento no enfrentamento da grande onda neoconservadora.

Carina: Você já participou de gestões do CFESS e da ABEPSS e atualmente está na coordenação de Relações Internacionais da ABEPSS, você poderia sinalizar os períodos chaves para a articulação do Serviço Social na América Latina?

Esther: O divisor de águas da rearticulação internacional do Serviço Social numa perspectiva crítica na América Latina e Caribe foi sem dúvidas o Movimento de Reconceitualização (1965 – 1975), entre suas heranças, permitiu a consciência da necessidade de reversão da direção ético-política das organizações existentes e criação de novas onde estas eram inexistentes. É preciso considerar que este não foi um processo homogêneo, desdobrando-se em cada realidade nacional em diferentes graus de institucionalidade, auto sustentação e autonomia político-organizativa. A observação revela que o protagonismo das e dos assistentes sociais em coletivos nacionais organizados, com crescente consciência político-participativa, permitiu avançar em pautas comuns no âmbito das relações internacionais.

A partir da década de 1990, destaco dois processos que tem sido fecundos no fortalecimento político-organizativo numa perspectiva crítica: a criação do Comitê Mercosul de Organizações Profissionais de Trabalho Social/Serviço Social em 1995 com a participação da Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai e, posteriormente, a decisão de sua ampliação criando em 2013 o Comitê Latinoamericano e Caribenho de Organizações Profissionais de Trabalho Social/Serviço Social – COLACATS inicialmente com 12 países. Atualmente, além dos 5 países fundadores do Comitê Mercosul, o COLACATS é integrado pela Colômbia, Costa Rica, Cuba, México, Nicarágua, Peru, Porto Rico, República Dominicana, Uruguai, El Salvador, Granada e Panamá, agregando 17 países. Não é preciso estar filiado à FITS para participar do COLACATS, porém um dos objetivos do COLACATS tem sido incidir política e coletivamente nesta instância.

A distinção, e ao mesmo tempo, a unidade entre trabalho e formação profissional tem orientado a ação coletiva nos respectivos Comitês, propondo reuniões, ações e pronunciamentos conjuntos com a Associação Latinoamericana e Caribenha de Ensino e Pesquisa em Serviço

Social – ALAEITS, refundada em 2006 com protagonismo da ABEPSS.

Carina: Quais os resultados desta articulação?

Esther: Além da participação de pesquisadorxs e profissionais brasileiroxs em eventos internacionais, rede de pesquisas e pesquisadorxs, produções e intercâmbios, demarcaria alguns resultados concretos desta articulação que passa pelo protagonismo brasileiro no âmbito das relações internacionais, priorizando a articulação latino-americana e caribenha para então e conjuntamente incidir no âmbito mundial:

1. Aprovação dos Princípios éticos y políticos para las Organizaciones Profesionales de Trabajo Social del Mercosur em 2000 na cidade de Montevideo, Uruguai, e posteriormente incorporação destes princípios no Estatuto do COLACATS em 2013. Disponível em http://www.cfess.org.br/comitemercosul_principios.pdf.
2. Realização da 19ª Conferência Mundial de Serviço Social no Brasil, de 16 a 19 de agosto de 2008 em Salvador – BA, contendo a participação de 2.691 assistentes sociais de 42 diferentes países dos cinco continentes, desde sua criação foi a segunda vez realizada na América Latina. Informação disponível em <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/53>.
3. Realização do Workshop sobre a Definição de Serviço Social realizado dias 08 e 09 de março de 2012 na UERJ, Rio de Janeiro. Além do Brasil participaram as seguintes representações: Argentina, Chile, República Dominicana, Paraguai, Porto Rico e Uruguai, além da ALAEITS, ABEPSS, ENESSO bem como das instâncias mundiais da FITS e AIETS. Mais informações disponíveis em <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/754>.
4. Incorporação no Estatuto do COLACATS da Definição de Serviço Social aprovada no workshop de 2012 realizado no Rio de Janeiro, como referência para adesão dos países. Mais informações disponíveis em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Colacats_estatuto.pdf.
5. Participação da profa. Marilda Iamamoto como conferencista da Conferência Mundial realizada em Melbourne, Austrália, em 2014 e apresentação da candidatura de Rodolfo Martinez (Uruguai) para presidência da FITS. Informações disponíveis em <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1113>.
6. Realização do Seminário Nacional Serviço Social, Relações Fronteiriças e Fluxos Migratórios Internacionais, dias 6 e 7 de julho de 2016 na cidade de Belém – PA. Vídeos na íntegra e matéria disponíveis em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1276>.
7. Premiação da profa. Marilda Iamamoto ao prêmio Katherine A. Kendall ofertado pela AIETS, em 2018 na cidade de Dublin, Irlanda. Mais informações disponíveis em: <https://www.abepss.org.br/noticias/reconhecimentomundialmarildaiamamotorecebepremiokatherineakendall-217>.
8. Eleição de Silvana Martinez (Argentina) como presidente da FITS na Assembleia de 2018 realizada em Dublin, com apoio do Brasil, realizando mandato de 2018 a 2022. Outra representação latino-

americana na gestão mundial foi a eleição de Victor Ivan Garcia-Toro (Porto Rico), atualmente na tesouraria da FITS. Desde 2020, a representação do Brasil passou a assumir a vice-presidência a FITS para América Latina e Caribe com a assistente social Tania Maria de Godoy Diniz, com mandato até 2024. Mais informações disponíveis em <https://www.abepss.org.br/noticias/cfessmanifestaapoioacandidaturadeassistentesocialargentinaparaapresidenciaglobaldafits-208>.

9. Realização do Seminário Diálogos Internacionais “A relação AIETS e ABEPSS”, no dia 13 de julho de 2022, com a presença das diretorias das duas entidades na UFPE, a realização de duas mesas com transmissão *online* por meio da TV ABEPSS. Informações disponíveis em <https://www.abepss.org.br/noticias/abepss-e-aiets-realizam-seminario-internacional-para-discutir-o-servico-social-no-mundo-e-as-particularidades-latinoamericanas-544>.
10. Realização do Seminário Latinoamericano e Caribenho Povos Indígenas e Direitos Humanos realizado dias 14 e 15 de julho de 2022, em Brasília – DF, com a participação da FITS – América Latina e Caribe e ALAEITS. Vídeos na íntegra e matéria disponível em <https://cfess.org.br/seminariolatino/>.
11. Realização da Conferência Mundial de Serviço Social de 2024, dias 04 a 07 de abril, na cidade do Panamá – Panamá. Será a terceira vez que a América Latina e o Caribe receberão uma Conferência Mundial sendo espaço relevante de visibilidade e intercâmbio para a região. Mais informações disponíveis em: <https://swsd2024.org.pa/>.

Carina: Quais os desafios que teremos pela frente?

Esther: Temos muitos desafios pela frente, entre eles, destaco o fortalecimento conjunto das conquistas na regulamentação da profissão enfrentando a intensificação do processo de precarização das condições de trabalho e formação profissional, o enfrentamento da barreira da língua e a ampliação de financiamentos para pesquisas, participação e realização de eventos internacionais, intercâmbio, missões, mobilidade acadêmica, bem como, incidência nas agências de cooperação internacionais. Outro desafio importante, neste contexto regressivo e considerando nosso processo de colonização, é a construção de estratégias coletivas de atuação junto aos povos originários, entendendo a necessidade de se aprofundar no universo cultural, político e econômico dos povos indígenas, de forma que, possamos assumir em nossos espaços profissionais o compromisso com o enfrentamento contra extermínios, violações e expropriação de seus direitos. Nesse sentido, é fundamental incorporar a luta dos povos indígenas como uma das pautas centrais dos coletivos do Serviço Social em toda a América Latine e Caribe.

Carina: Qual o papel que vem desenvolvendo a ABEPSS para consolidação desta articulação?

Esther: A ABEPSS vem desenvolvendo um papel de intensa cooperação e articulação

com o conjunto CFESS/CRESS na agenda das relações internacionais, realizando e participando de eventos conjuntos, de comissões e fomentando a pesquisa que coloca o Serviço Social como objeto de estudo. Particularmente na atual gestão foi criada uma Comissão Temporária de Trabalho – CTT para propor a política de relações internacionais da entidade a ser aprovada pela Assembleia Geral até 2024. Este documento objetiva contribuir com diretrizes estratégicas subsidiando ações futuras e registrando o acúmulo construído pela categoria.

Outra dimensão atual de avanços no âmbito das relações internacionais da ABEPSS foi a eleição de Ramiro Dulchich (Brasil), na Assembleia de Montevideo realizada em 24 de novembro de 2022, para coordenação dos países que integram o Cone Sul na ALAEITS. No âmbito Associação Internacional de Escolas de Serviço Social – AIETS, a diretriz estratégica da ABEPSS tem sido o fortalecimento da articulação latino-americana e a partir desta, sua presença no âmbito mundial. O contexto de crise do capital agravado pela pós-pandemia tem colocado a necessidade de coletivização do debate das relações internacionais, particularmente na formação profissional em Serviço Social, buscando estratégias coletivas e orgânicas à entidade.

Neste sentido, a atual gestão da ABEPSS, por meio da CTT, planejou realizar mapeamento sobre a política de relações internacionais das universidades públicas no país com o objetivo de identificar intercâmbios internacionais de pesquisas, pesquisadores, de redes de pesquisadores, estudantes e docentes da área, envolvendo graduação e pós-graduação, bem como, promover estudo e debate sobre o reconhecimento de diplomas e livre trânsito de profissionais com vistas a fomentar a cooperação internacional. A partir do conhecimento desta dimensão na área, objetiva-se propor e apresentar para deliberação da Assembleia Geral de 2024, o documento que expresse a política de relações internacionais da ABEPSS. Estamos em processo e trabalhando para que o mesmo seja participativo e democrático, representando a diversidade de regiões do país, de naturezas institucionais e de protagonistas.

Carina: Gostaria de deixar alguma mensagem final

Esther: Que as novas gerações avancem no fortalecimento do processo político-organizativo da classe trabalhadora e nesta, na particularidade de nossa profissão desde *Nuestra America!* A luta é feminista, antirracista, antilgbtqia+fóbica, anticapitalista e internacionalista! Como nos lembra Trotsky, “A vida é bela. Que as futuras gerações a livrem de todo mal, de toda opressão, e possam desfrutá-la em toda sua plenitude”. Sigamos balançando nossas bandeiras em punho na certeza de que nossa bússola e *nosso norte, é o Sul!*

“O evangelho segundo Foucault”

Apresentação à tradução do artigo:

As palavras e as coisas no pensamento econômico (Pierre Vilar)

Ronaldo Vielmi Fortes*

Em 1972, Carlos Nelson Coutinho publicou a 1ª. edição de *O estruturalismo e a miséria da razão*, livro de combate que se posiciona contra as tendências estruturalistas que emergiram fortemente na década anterior. No capítulo destinado à crítica do pensamento de Michel Foucault, Coutinho encerra suas ponderações com as seguintes palavras: “esperemos que ele [Foucault] venha a ser apenas um curioso fenômeno, rapidamente esquecido, de uma época de transição”¹. As esperanças de Coutinho foram em vão. Cinco décadas depois, o que assistimos é o forte predomínio do pensamento do filósofo francês no âmbito acadêmico mundial. As resistências e denúncias de insustentabilidade de parte de suas teses não foram poucas, mas contra todas as provas e demonstrações o pensamento foucaultiano prevaleceu. Sinal dos tempos? É preciso, sem dúvida, entender esse fenômeno.

Algumas palavras sobre as influências recebidas por Foucault na construção de sua filosofia podem ajudar a compreender dimensões importantes de sua obra. As bases do pensamento do filósofo francês são mais que evidentes. Claramente anunciada, a presença de Nietzsche marca seu pensamento, contudo outro autor também transparece em vários momentos de suas reflexões: Martin Heidegger². O que não é mero acaso, uma vez que essa tríade configura em nossos dias presença hegemônica no campo das ciências humanas em geral. Obviamente o Nietzsche de Foucault é o filósofo pasteurizado, atenuado, visto à esquerda como

* Doutor em filosofia pela UFMG, professor da Faculdade de Serviço Social – UFJF.

¹ COUTINHO, Carlos Nelson; *O estruturalismo e a miséria da razão*; São Paulo, Expressão Popular, 2010; p. 174.

² “Heidegger sempre foi para mim o filósofo essencial. Comecei com Hegel, depois Marx, e me pus a ler Heidegger em 1951 ou 1952; e em 1953 ou 1952 - não me lembro mais - li Nietzsche. Ainda tenho as notas que tomei sobre Heidegger no momento em que o lia - são toneladas! -, e elas são muito mais importantes do que aquelas que tomei sobre Hegel ou Marx” (FOUCAULT, Ditos V, p. 259). Dados os limites dessa apresentação, a relação de Foucault com Heidegger não poderá ser tratada, remetemos os interessados ao livro de François Dosse, *História do estruturalismo, vol. I*; São Paulo: Ensaio, 1993 (particularmente ao capítulo 37: “As raízes nitzscheo-heideggerianas. Dosse descata a forte influência do pensamento anti-historicista e anti-humanista de Nietzsche e Heidegger no estruturalismo, no qual se inclui a obra de Foucault.

crítico da sociedade³. Dele se retirou as palavras mais ásperas e comprometedoras⁴, restando a filosofia a marteladas como a expressão mais contundente do niilismo sobre a qual Foucault funda a natureza mais íntima de seus procedimentos analíticos.

É de Nietzsche que Foucault recolhe a desconfiança em relação à razão, denunciando-a como incapaz de instituir a verdade:

O que é, pois a verdade? Um exército móvel de metáforas, metonímias, antropomorfismos, numa palavra, uma soma de relações humanas que foram realçadas poética e retoricamente, transposta e adornadas, e que, após uma longa utilização, parece a um povo consolidadas, canônicas e obrigatórias: as verdades são ilusões das quais se esqueceu que elas assim o são, metáforas que se tornaram desgastadas e sem força sensível, moedas que perderam seu troquel e agora são levadas em conta apenas como metal, e não mais como moedas.⁵

Ademais em Nietzsche o universo em sua totalidade, incluindo a esfera das relações propriamente humanas, se constitui como multiplicidade caótica inexorável. A própria objetividade do mundo é negada, não existe verdade, a morte de Deus é anunciada, o que predomina no campo das formulações filosóficas são sempre “interpretações de interpretações”. A radicalidade do caos generalizado, proposta por ele, é conduzida à própria interioridade do indivíduo. Diferentemente dos modernos – eis aqui uma das raízes da pós-modernidade de Foucault – o sujeito já não se encontra mais fechado em si mesmo por meio da identificação direta com sua consciência, pelo contrário, a própria individualidade é compreendida como fragmentada, cindida. Nesse ponto, cabe dar voz ao próprio Nietzsche:

que a consciência não faz parte propriamente da existência individual do homem, mas antes daquilo que nele é da natureza de comunidade e de rebanho; que também, como se segue disso, somente em referência à utilidade de comunidade e rebanho ela se desenvolveu e refinou e que, conseqüentemente, cada um de nós, com a melhor vontade de entender a si mesmo tão individualmente quanto possível, de “conhecer a si mesmo”, sempre trará a consciência, precisamente, apenas o não-individual em si, seu “corte transversal” – que nosso pensamento mesmo, pelo caráter da consciência – pelo “gênio da espécie” que nele comanda –, é constantemente

³ Cf. MONVILLE, Aymeric; *Misère du nietzschéisme de gauche: de Georges Bataille à Michel Onfray*; Bruxelles: Aden, 2007.

⁴ Bastaria citar como por exemplo, passagens de *Assim falou Zaratrusta*: “O homem deve ser educado para a guerra, a mulher para o repouso do guerreiro: fora disso tudo é loucura... Vais às mulheres? Não esqueças o chicote” (*Zaratrusta*, I, “Das mulherzinhas jovens e velhas”); “Os homens efeminados, os filhos de escravos e sobretudo a população mestiça, tudo isso quer ter hoje nas mãos o destino humano – ó nojo, ó nojo, ó nojo” (*Zaratrusta*, IV, “Do homem superior”); “Que todos tenham o direito de aprender a ler, eis o que a longo prazo te enoja não só de escrever, mas também de pensar” (*Zaratrusta*, I, “Ler e escrever”). Ou ainda em *Além do bem e do mal*: “Uma boa e verdadeira aristocracia [deve aceitar] sacrificar de bom grado uma multidão de pessoas que deverão ser, no interesse dessa aristocracia, humilhadas e reduzidas à condição de seres mutilados, de escravos, de instrumentos”. “Morram os fracos e fracassados: primeiro princípio de nosso amor aos homens. E que sejam ajudados a desaparecer” (*O anti-cristo*). Retiramos essas citações do artigo de *André Comte-Sponville*; *A besta-fera, o sofista e o esteta: “a arte a serviço da ilusão”*; in: BOYER, Alain [et al.]; *Por que não somos Nietzscheanos*; São Paulo, Editora Ensaio, 1993.

⁵ NIETZSCHE, Friedrich; *Sobre Verdade e Mentira no Sentido Extra-Moral*; São Paulo: Hedra, 2007; p. 36-7.

como que majorizado e retraduzido para a perspectiva do rebanho.⁶

Para Nietzsche, o valor supremo, contrariamente aos modernos, não consiste mais na autonomia dos indivíduos frente ao todo, nem na construção de uma ética norteadora da ação individual, porém na prerrogativa do si mesmo por meio da afirmação da máxima independência em relação ao outro e à sociedade. Desse modo, ao se opor ao individualismo do pensamento moderno não sugere pôr o indivíduo contra o todo, mas sim afirmar sobremaneira o pessoal, o sujeito, em sua diferença incomparável com o todo.

O pensamento de Foucault segue a linha de continuidade de Nietzsche em as suas mais profundas consequências, principalmente no que concerne à crítica da modernidade. O combate à modernidade é a expressão do desencanto da razão, assomada à afirmação peremptória da incapacidade dos indivíduos de controlar e direcionar sua história coletiva ou pessoal.

Mas falemos mais diretamente de Foucault. Sua notoriedade tem início com a publicação de sua tese *História da loucura*. Antes vale aqui uma ressalva, contra quaisquer mal-entendidos. O livro não inaugura o movimento antimanicomial, ele surge a propósito de um debate que já vinha ocorrendo desde a década de 1950. A esse respeito vale lembrar da edição da revista *Esprit*⁷, que no ano de 1952 dedica um número especial sobre o tema, intitulado *Misère de la psychiatrie*. Assim sendo, a obra de Foucault surge a propósito das discussões já acirradas que clamavam a necessidade da reforma da psiquiatria. Participa do debate, assumindo aí uma notoriedade expressiva, porém com a intenção clara de propor uma nova problematização quanto ao tema. Esse aspecto revela uma dimensão importante do pensamento do filósofo francês que sempre procurou conciliar suas reflexões com as questões e conflitos mais relevantes da sociedade francesa e mundial. Haja vista, sua obra *Vigiar e punir*, que marca a participação relevante do autor nas crises que vinham ocorrendo no sistema penitenciário

É preciso indagar sobre o verdadeiro propósito do livro sobre a loucura. Se, de fato, trata-se de construir uma tese sobre a história da loucura, ou voltar-se contra um dos principais fundamentos do pensamento moderno: a razão. Já de início o ataque frontal à razão é anunciado, na medida que a loucura é definida como o contraponto da racionalidade. Conforme conclama o autor: “a não-razão do século XVI constituía uma espécie de ameaça aberta cujos perigos podiam sempre, pelo menos de direito, comprometer as relações da subjetividade e da verdade. [...] Doravante, a loucura será exilada”⁸.

⁶ NIETZSCHE, Frederic; *A gaia ciência*; in: Obras incompletas; Coleção “Os pensadores”; São Paulo: Nova Cultural, 1999; p. 201.

⁷ *Esprit*, número 12, dezembro 1952.

⁸ FOUCAULT, Michel; *História da Loucura na idade clássica*; São Paulo, Editora Perspectiva, 1978, p. 54.

Não por mero acaso sua obra tem início com a exemplaridade do pensamento cartesiano. Descartes é quem inaugura, para Foucault – também para Heidegger –, o pensamento da modernidade ao definir a substância do homem como a *res cogitans*. Enfocando um pequeno fragmento da argumentação cartesiana, em sua construção da *dúvida metódica*, Foucault denuncia:

Ora, Descartes adquiriu agora essa certeza, e agarra-se firmemente a ela: a loucura não pode mais dizer-lhe respeito. Seria extravagante acreditar que se é extravagante. Como a experiência do pensamento, a loucura implica a si própria e, portanto, exclui-se do projeto. Com isso a loucura desaparece no próprio exercício da razão.⁹

A curta passagem da obra cartesiana a partir da qual Foucault fundamenta suas considerações é a seguinte:

E como poderia eu negar que estas mãos e seu corpo sejam meus? A não talvez, que eu me compare a esses insensatos, cujo cérebro está de tal modo perturbado e ofuscado pelos negros valores da bile que constantemente asseguram que são reis quando são muito pobres [...] Mas quê? São loucos e eu não seria menos extravagante se me guiasse por seus exemplos.¹⁰

O truque de Foucault é dizer que Descartes bane a loucura na exata medida em que ela contradiz a razão, e uma vez que ele quer garantir a *res cogitans* [substância pensante] é preciso, insiste o autor, repudiar logo de saída o perigo da loucura, pois ela é o exato oposto da razão. Entretanto, o que de fato diz Descartes e qual o propósito de sua argumentação? Na *verdade*, Descartes abandona o argumento do louco, pois se trata de algo insuficiente para negar a certeza das sensações, ou seja, trata-se de uma experiência de poucos, de doentes, e não pode ser universalizada de forma a suscitar a dúvida que serviria para provocar em todos o ceticismo em relação às sensações. O objetivo não é salvar a razão como definição da substância humana, mas construir a *dúvida metódica*, a radicalização do ceticismo provisório, como forma de buscar alcançar uma certeza que possa fundamentar como princípio *claro e distinto* o estabelecimento da certeza científica. Comentários dessa ordem, ou seja, o argumento das alucinações da loucura, não são suficientes para negar que as sensações são a fonte da certeza, pois bastaria dizer, que não são passíveis de serem elevados a uma experiência geral, pois são experiências particulares, comuns a uma classe específica de pessoas. Nesse sentido, o exemplo dos sonhos vívidos, ainda segundo Descartes, tendo em vista que pode ser vivenciado por qualquer indivíduo.

O modo como Foucault trata o texto de Descartes acerca do argumento do louco, considerando-o como prova do modo como a modernidade tratou da questão e possibilitar assim

⁹ Id. ib.

¹⁰ DESCARTES, René; *Meditações metafísicas*; [coleção “Os pensadores”], p. 94.

a rejeição crítica da razão, é um exemplo paradigmático de sua desconsideração pelo texto, ou seja, o texto não vale por si mesmo. Os conteúdos, problematizações e argumentos desenvolvidos na escrita do filósofo, não valem por si mesmos. É preciso ir além e realizar a arqueologia do discurso que se esconde por trás das palavras. Esse procedimento não deixa de apresentar problemas e suscitar questões. Nesse sentido, quanto à hermenêutica genealógica valeria a pena fazer a seguinte advertência:

se nos convenceremos de que o texto só é compreendido a partir de outra coisa que não ele mesmo, corremos o risco de nem mesmo tomarmos mais o cuidado de construir a coerência interna da obra estudada e de inseri-la à força, numa lógica que não é a dela. Se, de um ponto de vista teórico, a genealogia, retirando a priori do sujeito o controle de seus enunciados, participa claramente desta destruição da subjetividade em torno da qual se unem os componentes do pensamento 68, ela apresenta, além disso, praticamente, efeitos perversos, onde o menor não é o delírio interpretativo.¹¹

Se me for concedido pensar nos termos, como não ver raciocínio semelhante em *As palavras e as coisas*, quando Foucault desconsidera as diferenças entre Karl Marx e David Ricardo, conduzindo-os ao denominador comum da episteme característica do *homo economicus*, o que lhe permite acusar: “o marxismo está no pensamento do século XIX como peixe n’água. [...] Seus debates podem agitar algumas ondas e desenhar sulcos na superfície: são tempestades num copo d’água”¹². A oposição dos pensamentos se ergue a partir da mesma estrutura, da mesma episteme, desse modo as ideias não importam, não importam seus autores, nem o debate sobre a realidade econômica e social, ambos estão calcados nas mesmas estruturas que marcam os saberes de dada época. Convém acrescentar outro aspecto de modo algum irrelevante: toda a exposição da tese de Foucault se desenrola sem uma única citação, sem nenhuma referência à análise direta dos textos. Aspecto que seria justificável para ele, pois não se trata de ater-se ao manifesto, mas revelar a lógica do discurso latente aos textos.

Procedimento similar pode ser observado em seu *Nietzsche, Freud e Marx*. Ao relacionar Marx como um dos pensadores das interpretações, o argumento usado para colocar Marx no rol dos “interpretadores” é o fragmento de *O capital*, em que se diz: “o valor converte, antes, todo produto do trabalho um hieróglifo social. Mais tarde, os homens tentam decifrar o sentido desse hieróglifo, desvelar o segredo de seu próprio produto social, pois a determinação de seus objetos de uso como valores é seu produto social tanto quanto a linguagem”¹³. Eis o argumento: se se trata de um hieróglifo, é preciso interpretar o hieróglifo. E... basta! Eis o Marx

¹¹ FERRY, Luc; RENAUT, Alain; *Pensamento 68*; São Paulo, Editora Ensaio 1988; p. 116-7.

¹² FOUCAULT, Michel; *As Palavras e as Coisas, uma arqueologia das ciências humanas*; São Paulo, Editora Martins Fontes, 1999; p. 360.

¹³ MARX, Karl; *O capital, livro I*; São Paulo: Boitempo, 2013, p. 149;

intérprete de hieróglifos. As mais de mil páginas que seguem à simples consideração figurativa, não importam. Não importa se sua obra visa na realidade desvelar as leis tendenciais concretas que regem a forma da sociabilidade do capital, não importa a análise do modo da produção da vida. São interpretações, sempre, interpretações de interpretações. Sinal dos tempos: nas perguntas que se seguem a sua palestra, nenhum dos presentes o interpela sobre a forma banal, imprecisa, de suas referências e de sua classificação apressada e sem conteúdo demonstrativo do pensamento de Marx.

Mas é claro que isso não constitui um problema para quem advoga a tese de que não há verdades, há *interpretações de interpretações*. Sobre os cânones dessa arqueologia hermenêutica toda licenciosidade parece ser permitida.

No entanto, para analisar o pensamento de um autor não basta a consideração da determinação social do pensamento, torna-se necessário revelar os propósitos declarados ou ocultos da guerra “suja e violenta” travada por meio das belas armas da abstração, típica dos embates da filosofia. Ou seja, a leitura imanente da obra é também tarefa imprescindível. Consiste em compreender os meandros próprios das teses e argumentos desenvolvidos, verificar a sustentabilidade ou as aporias internas ao texto. E tal análise deve percorrer ao menos dois caminhos: a verificação da coerência interna das argumentações e a verificação das bases e análises de fenômenos da realidade sobre as quais as teses são desenvolvidas.

Como não vemos com estranheza a perpetuação do pensamento de Foucault, quando várias foram as críticas em relação às suas interpretações de uma variedade de fatos históricos? Talvez, no caso do autor em particular, não seja nem o caso de falar de interpretação de fatos históricos, mas de uma construção peculiar da história. Os anos se passaram e não foram poucas as denúncias em relação a *História da loucura*.

Nesse sentido, creio não ser inoportuno referir aqui os “ajeitamentos” argumentativos, nos quais de maneira escamoteada, com artifícios capciosos, Foucault enquadra o surgimento das *Workhouses* inglesas do século XVII, como mais um episódio da chamada “grande internação”, como se tal evento histórico fizesse parte da atmosfera dos tempos, motivada pelo “grande medo” dos insensatos, ou se se preferirem, dos “poderes confusos de corrosão e horror” da loucura. Fora de qualquer dúvida, para Foucault, o clima da época justifica a referência às instituições inglesas, porém o que fica negligenciado por ele é o problema da origem social dos conflitos, isto é, das contradições sociais que culminaram na agudização do fenômeno do pauperismo no século XVII. Bastaria reportar ao famoso capítulo 24 de *O capital*, em que Marx trata da “A assim chamada acumulação primitiva” esclarecendo de maneira precisa, no contexto histórico de sua época a gênese das *Workhouses*. Trata-se, segundo Marx, da tentativa

de equalizar o desequilíbrio provocado pela “vagabundagem”, pela pobreza generalizada oriunda da expropriação dos meios de subsistência dos servos, dos camponeses. É um fenômeno social com evidentes decorrências históricas, de natureza em nada idílica, marcada pela expulsão dos camponeses de suas terras, pela apropriação das terras sociais, pela exploração das colônias, pelo genocídio, pela emergência da escravidão como base da nova forma de enriquecimento que começava a se apresentar. Contudo, na obra de Foucault a causalidade dos fatos históricos desaparece e tudo se vê reduzido ao “grande medo”, à ameaça da loucura ao princípio da razão apregoada pela modernidade. “O classicismo inventou a internação”¹⁴ e a razão cumpre um papel decisivo nessa prática. A indiferenciação dos assim chamados “internados” – sejam eles, loucos, homossexuais, bandidos, vagabundos, doentes etc. –, é o artifício que encerra todo o fenômeno da época na mesma quadradura do rechaço condenatório promovido pela razão.

Como decorrência a história é sacrificada no altar da episteme. A descontinuidade, a ênfase na estrutura discursiva que molda as ações e saberes de dadas épocas torna quaisquer causalidades ou legalidades tendenciais históricas meras sacralizações da racionalidade, na medida em que, para o filósofo francês, não existem legalidades ou continuidades na história. E ainda, toda tentativa de estabelecer nexos causais que explicam as tendências e diretrizes assumidas na trajetória da humanidade, são consideradas como ilação aleatória e totalizadora.

Novamente estamos diante do primado já referido acima: não há verdades, mas meras *interpretações de interpretações*. Porém, nesse caso, a licenciosidade hermenêutica se volta para o estabelecimento arbitrário de fatos; na ausência de dados, que se recolha fragmentos descontínuos da história para se construir a tese e argumentar a seu favor.

Há, entretanto, elementos mais problemáticos ainda a esse respeito na obra em questão. A reavaliação da cronologia apresentada por Foucault em seu *livro História da loucura*, por meio da qual se demonstra que a assim chamada “grande internação” havia ocorrido durante a idade clássica, mais precisamente em 1657 com a fundação do *Hospital Geral*, na verdade, nunca ocorreu. A datação não sobrevive ao exame da documentação histórica. Na trilha dos argumentos apresentados por Michel Foucault, Gladys Swivan e Marcel Gauchet¹⁵ desmontam o erro histórico do construto cronológico estabelecido em *História da loucura*. Os documentos coletados por ambos permitem estimar em duas mil pessoas reclusas em 1660, elevando-se para cinco mil após a Revolução Francesa, e atingindo cem mil em 1914. Em suma, não há

¹⁴ FOUCAULT, Michel; *História da Loucura na idade clássica*; op. cit. p. 61.

¹⁵ GAUCHET, M. e SWAIN, G. *La pratique de l'esprit humain. L'institution asilaire et la révolution démocratique*; Paris: Gallimard, 1980.

evidências históricas para a tese de Foucault sobre a “grande internação” no século XVII, o que se tem é uma interpretação assentada em passagens selecionadas sem nenhum rigor de certas documentações selecionadas para legitimar sua tese. Desse modo, a história não importa, os fatos não importam, vale apenas a localização da episteme, do saber com base na razão, que estrutura em geral o saber e o discurso do filósofo, do padre, do juiz, do político, do agente sanitário, do médico etc.

Claude Quétel¹⁶, em um livro homônimo ao de Foucault, reendossa a constatação do erro – e adverte, a data correta da fundação do Hospital Geral é 1656 e não 1657 – dando destaque a outras incorreções históricas. Por exemplo, a afirmação de Foucault, segundo a qual “desde os primeiros meses do internamento, os doentes venéreos pertencem de pleno direito ao Hospital Geral”¹⁷. A indistinção – entre loucos, doentes etc. – promovida artificialmente por Foucault tinha a intenção de destacar “a geometria imaginária de sua moral, o espaço do internamento, a época clássica acabava de encontrar ao mesmo tempo uma pátria e um lugar de redenção comuns aos pecados contra a carne e às faltas contra a razão. A loucura começa a avizinhar-se com o pecado...”¹⁸. E na sequência Foucault coloca os homossexuais sob a mesma condição. A esse respeito, Quétel é taxativo: “a dialética é talvez sedutora, mas nada é mais falso”¹⁹. Os documentos – sempre eles – atestam que os acometidos por doença venérea eram “excluídos explicitamente” do Hospital Geral²⁰, e a homossexualidade nunca foi associada à loucura, pois era punida como um crime e o *Ancient Regime* “jamais teve a ideia de punir um louco por sua loucura”²¹.

Obviamente, os adeptos de Foucault ainda poderiam contra-argumentar com as seguintes ponderações: “ainda assim o pensamento de Foucault contribui com algumas considerações relevantes...”, ou, “existem determinados aspectos a serem considerados...” etc. Entretanto, para manter certa coerência seria necessário acrescentar a essas ponderações: se os fatos contradizem a teoria, pior para os fatos.

Se insistimos aqui na obra *História da loucura* é para abrir e auxiliar na problematização do texto que ora apresentamos em tradução inédita no Brasil. Logo na sequência à primeira publicação de *As palavras e as coisas*, houve críticas incisivas e bem demonstradas contra as teses desenvolvidas por Foucault em seu livro. A revista *La nouvelle critique*, vinculada ao

¹⁶ QUÉTEL, Claude; *Histoire de la folie: de l'antiquité à nos jours*; Paris: Tallandier, 2009.

¹⁷ FOUCAULT, Michel; *História da Loucura na idade clássica*; op. cit. p. 95.

¹⁸ Idem 98-9.

¹⁹ QUÉTEL, op. cit. p. 94.

²⁰ Quétel refere outro livro por ele publicado onde apresenta a documentação em questão: *Le mal de Naples*.

²¹ QUÉTEL, op. cit. p. 94.

Partido Comunista Francês (PCF), publicou em 1967 – um ano após a edição do livro de Foucault – dois artigos que visavam ferir no âmago os fundamentos sobre os quais o filósofo estruturalista assentou suas teses. No primeiro deles, publicado em maio, nr, 4 (185), de Jeannette Colombel, intitulado *Les mots de Foucault et les choses*, a autora adverte para os perigos da tese estruturalista:

o apocalipse é reconfortante. O estruturalismo, assim compreendido, terá contribuído para a manutenção da ordem estabelecida, mesmo que nos revele que essa ordem é a do absurdo, mesmo que sintamos, de forma intolerável, nossa própria fragilidade e nos sintamos ameaçados. A loucura que nos ameaça não incomodará ninguém. Além disso, seu reconhecimento reforça nossa impotência.²²

Segundo Colombel, em última instância, na *démarche* do pensamento estruturalista não se trata mais de indagar o que poderia contribuir para a construção de outro devir, uma vez que o futuro se vê atado pelos grilhões da estrutura, encontra-se imobilizado pela vigência do equilíbrio estruturante do presente inexorável, chamado a se repetir indefinidamente. Nesse sentido, não passa de reforço ao reconhecimento da impotência mediante a estrutura.

Apesar dos apontamentos críticos interessantes de Colombel – aqui ilustrado pela citação dessa curta passagem –, selecionamos para a tradução o texto publicado no nr 5 (186) em *juin 1967*, da mesma revista, de autoria de Pierre Vilar, cujo título é *Les mots et les choses dans la pensée économique*. O artigo que ora traduzimos segue a mesma linha dos aspectos até então suscitados nesta apresentação. Nele busca-se averiguar as bases sobre as quais encontram-se assentadas as teses de Foucault, em particular a afirmação peremptória, segundo a qual, “não há economia política na época clássica”. Aos desprevenidos e desconhecedores da recomposição histórica empreendida por Foucault resta aceitar os fatos narrados e buscar compreender as teses apresentadas. Porém, esse não é o caso de Pierre Vilar. Profundo conhecedor dos períodos históricos tratados em *As palavras e as coisas*, Vilar desmonta os argumentos por dentro. Para isso, bastam os fatos, basta a análise dos livros de época, bastam os documentos históricos – sempre eles. Autor de vasta obra sobre a história da economia, particularmente da Catalunha e da Espanha, Vilar demonstra por meio de sua erudição ímpar a negligência de Foucault – intencional ou não – quanto aos textos, aos documentos, à uma série de autores cuidadosamente deixados de lado na elaboração das descontinuidades das epistemes que caracterizam as ordens de saber na economia.

Os argumentos de Vilar são mais que evidentes. O rigor de sua reconstituição histórica das produções em torno da economia é demonstrado com máxima clareza e precisão. Um ano

²² *La Nouvelle Critique*, nr 4 (185), mai-1967, p. 13.

após a publicação do livro de Foucault, a demonstração da insuficiência de seus argumentos segue desconsiderada. Pesa sobre ela a estratégia de combater por meio do silêncio, do esquecimento.

O objetivo desta tradução é a retomada desse artigo histórico importante. O artigo de Vilar é um texto de combate, porém fundado no necessário rigor científico, aspecto imprescindível a toda tese de natureza histórica ou filosófica. Diante dos argumentos levantados pelo historiador – obviamente nos referimos a Vilar, e não ao outro, o da outra história – fica a impressão de que tudo é permitido na hermenêutica arqueológica de Foucault. O arranjo dos fatos autoriza as assertivas e teses mais levianas baseadas em tomadas de posição sem lastro comprobatório, formulada por meios de afirmações manipulatórias que funcionam como máscaras de argumentos probantes, mas que sequer pensam em recorrer às fontes reais, nem mesmo para a comprovação dos fatos, aliás, na maior parte das vezes, laçam mão de alguns fatos para remetê-los contra os fatos. Afinal de contas: não há verdades, existem apenas, *interpretações de interpretações*.

Mais do que nunca é preciso reenfatizar contra essa prática que tem se tornado comum em certos âmbitos do pensamento contemporâneo: se queremos transformar o mundo o rigor das ideias não é uma opção, é uma exigência.

– Tradução dos Clássicos –

As palavras e as coisas no pensamento econômico*

Pierre Vilar**

Nem vida, nem ciência da vida na época clássica; tampouco filologia. Mas sim uma história natural, uma gramática geral. Do mesmo modo, não há economia política porque, na ordem do saber, a produção não existe. Em contrapartida, existe, nos séculos XVII e XVIII uma noção que nos permaneceu familiar, embora tenha perdido para nós a sua precisão essencial. Nem é de "noção" que se deveria falar a seu respeito, pois não tem lugar no interior de um jogo de conceitos econômicos que ele deslocaria levemente, confiscando um pouco do seu sentido ou corroendo sua extensão. Trata-se antes de um domínio geral, uma camada bastante coerente e muito bem estratificada que compreende e aloja, como tantos objetos parciais, as noções de valor, de preço, de comércio, de circulação, de renda, de interesse. Esse domínio, solo e objeto da "economia" na idade clássica, é o da *riqueza*. Inútil colocar-lhe questões vindas de uma economia de tipo diferente, organizada, por exemplo, em torno da produção e do trabalho; inútil igualmente analisar seus diversos conceitos (mesmo e sobretudo se seus nomes em seguida se perpetuaram com alguma analogia de sentido) sem levar em conta o sistema em que assumem sua positividade. Isso equivaleria a analisar o gênero segundo Lineu fora do domínio da história natural, ou a teoria dos tempos de Bauzée sem levar em conta o fato de que a gramática geral era a condição histórica de sua possibilidade¹.

Tal é, em *As palavras e as coisas*, uma das teses de Michel Foucault, ou melhor, tal é a tese de Michel Foucault, aqui aplicada às "coisas" econômicas.

Tais são também um método de exposição e um estilo cujos segredos não é supérfluo questionar.

De início a frase curta, incisiva e decisiva: “não...”, “isso não existe”, “inútil para...”.

* *Les mots et les choses dans la pensée économique*; publicado em *La Nouvelle Critique*, juin 1967, numero 5 (186), Paris. Tradução e notas de Ronaldo Vielmi Fortes.

** Pierre Vilar (Frontignan, 3 de maio de 1906 - Donapaleu, 7 de agosto de 2003) foi um hispanista e historiador francês. É considerado uma das maiores autoridades no estudo da História de Espanha, tanto no período do Antigo Regime como na Época Contemporânea, bem como na história econômica e na história social em geral. Como marxista, ele criticou o fim da União Soviética e do Bloco de Leste. Foi a referência mais destacada da historiografia catalã desde a segunda metade do século XX.

¹ FOUCAULT, Michel; *As Palavras e as Coisas*: uma arqueologia das ciências humanas; São Paulo, Editora Martins Fontes, 1999; p. 228.

Em suma, a hipótese de trabalho colocada como fundamento inabalável, e transformada por essa certeza em condicionamento do leitor. Se se é pouco competente, é convocado a aceitar tudo. Competente, se tremerá só de pensar em ser vítima do "se assim quiser" e do "inútil para...". Quantas mentes conseguem resistir a esse terrorismo?

Mas Michel Foucault também joga outro jogo, ele também usa a frase longa. Sob o esmerado edifício do rigor exigido (exigido dos outros), ele sabe cavar (para si) o labirinto dos incidentes, e torná-lo mais desconcertante através do espelho das imagens. A “noção” que ele pretende apresentar – a “riqueza” – não é sequer uma “noção”. É “domínio”, “camada”, “solo”. É estranho ao jogo dos conceitos. Ele “abriga” “objetos”.

Pelo menos até ao momento em que, desta mesma “riqueza”, nos seja vedado analisar os diversos vários conceitos fora do sistema que eles constituem.

Assim, o zumbido das palavras abstratas e das imagens-palavras nos conduziu do afirmativo ao vago, do vago ao contraditório. Grande comodidade para o nosso demonstrador que poderá responder a qualquer objeção, aqui pensou em “coleção”, ali pensou em “sistema”. Mas será essa a única confusão permitida pelo seu rigor?

Para Michel Foucault, a “era clássica” começa com o Quixote, especialmente com sua segunda parte, digamos em 1615.

No entanto, 1615, para qualquer leitor medianamente informado, é também o ano em que, pela primeira vez, certas palavras aparecem no frontispício de um livro: *Tratado de Economia Política*, de Antoine de Montchrestien². No entanto, somos advertidos: “Na era clássica, não há economia política”.

Surgiria então uma palavra no alvorecer de uma época da qual somos convidados a eliminá-la? E eliminá-la em nome do quê, senão da nossa concepção do que ela abrange? Que é exatamente o pecado mortal contra o qual acabamos de ser advertidos, imperiosamente, solenemente. O que é então um conselheiro que não segue seu conselho? O que é uma meditação sobre palavras que descarta o testemunho de seu nascimento? O que é uma arqueologia do saber que não respeita a sua própria cronologia?

Pois, depois de uma brilhante demonstração do contraste entre dois “saberes” – o do século XVI, o da “era clássica” – eis que a demonstração, no que diz respeito à economia, primeiro situa a "era clássica" nos “séculos XV e XVI”, mas depois inclui Davanzati³ – ou seja,

² Antoine Monchrestien de Watteville, nasceu em Falaise em 1575 e faleceu em Tourailles em 7 de outubro de 1621, foi um poeta, dramaturgo e economista francês. Ele foi o primeiro a usar o termo "economia política". Publicou em 1615 o *Traité d'économie politique* (versão revista e publicada na integralidade em 1616)

³ Bernardo Davanzati (1529-1606) foi um agrônomo, economista e tradutor italiano. Davanzati foi um importante tradutor de Tácito. Ele escreveu sobre economia fundamentado sobre a teoria do metalismo (princípio econômico)

a década de 1580 –, o “*Compendious examination*”⁴ – ou seja, a década de 1540 – e até Copérnico⁵ – que nos leva de volta a 1520. É verdade que, no outro extremo do “domínio”, a “era clássica” parece se estender pelo menos até [David] Ricardo.

Digo “parece”, porque com Cantillon⁶, [François] Quesnay, Adam Smith (e ainda que esqueçamos William Petty), sustentar que, “na ordem do saber”, “a produção não existe”, torna-se difícil, até mesmo para Michel Foucault, que vai se torturar diante das evidências. Mas, a partir daí, será muito ruim para quem se deixar levar pela autoridade do tom.

Não vou censurar Michel Foucault por ter caricaturado, em um atalho favorável, a “história das doutrinas econômicas” como, infelizmente, ainda é ensinada. Também me aconteceu de denunciar os estereótipos de manual, as sequelas de Gonnard⁷.

O que me incomoda aqui é que Michel Foucault leva esses fantasmas a sério. Se tivesse preferido a *História da análise econômica* de Schumpeter, essa obra-prima, o *Theorien über den Mehrwert* de Marx, esse modelo de exploração genética de um pensamento, ou ainda, simplesmente, tal apresentação de Alfred Sauvy⁸ dos “primitivos” da economia, sem dúvida ele teria falado mais modestamente. Que o “preço justo” medieval se baseia numa problemática “puramente moral”, que o mercantilismo é uma “confusão sistemática” entre riqueza e dinheiro, que a utilidade aparece pela primeira vez em Galiani⁹, o “preço natural” em Cantillon, julgava que essas coisas velhas estivessem enterradas. Michel Foucault coloca-os como contrastes para sua análise. Pouco importaria se a análise fosse boa. No entanto, podemos condenar antecipadamente qualquer pesquisa de um certo tipo sobre as sementes do pensamento científico no cerne dos textos antigos, se não nos referimos primeiro aos verdadeiros especialistas nesta pesquisa, se desdenhamos sistematicamente o que eles nos disseram sobre

segundo o qual o valor do dinheiro deriva do poder de compra da mercadoria na qual ele se baseia). Suas obras incluem *Notizie dei cambi* (1582) e *Lezione delle monete* (1588).

⁴ Referência à obra de autoria anônima: *Compendious or briefe examination of certayne ordinary complaints, of diuers of our country men in these our dayes*.

⁵ Copérnico, Nicolau. “Moneto cudente ratio”. In: Wolowski, M. L. (Ed.). *Traictie de la première invention des monnoies de Nicole Oresme et Traité de la monnoie de Copernic*. Genève: Slatkine Reprints, 1976 [1526]. Tradução em português: *Sobre a moeda* (1526). Tradução A. H. P. R. de Moura. Curitiba: Segesta, 2004 [1526].

⁶ Richard Cantillon (c. década de 1680 – maio de 1734) foi um economista franco-irlandês e autor de *Essai sur la Nature du Commerce en Général* (Ensaio sobre a Natureza do Comércio em Geral), livro considerado por William Stanley Jevons como o “berço da economia política”. Apesar da pouca informação existente sobre sua vida, sabe-se que em sua juventude se tornou banqueiro e mercador de sucesso.

⁷ René-Charles Gonnard (1874-1966), doutor em ciências políticas e econômicas e posteriormente doutor em direito. Vilar faz referência aqui à obra *L'Histoire des doctrines économique*, que assim como numerosos outros artigos escritos por Gonnard estão impregnados de um nacionalismo virulento.

⁸ Alfred Sauvy, nascido em Villeneuve-de-la-Raho (Pyrénées-Orientales) em 31 de outubro de 1898 e falecido em Paris em 30 de outubro de 1990, foi um economista, demógrafo e sociólogo francês.

⁹ Ferdinando Galliani (2 de dezembro de 1728 - 30 de outubro de 1787, Nápoles) foi um economista italiano e figura de destaque do Iluminismo. Dentre suas obras se destacam: *Della moneta* (1750) e *Dialogues sur le commerce des biefs* (1770).

"o nascimento enigmático desse conhecimento"?

Reconheçamos que Michel Foucault, ao propor sua própria demonstração, teve um escrúpulo. Ele observou que a “análise da riqueza”, mais do que a gramática geral ou a história natural, sempre esteve ligada à prática e às instituições. Uma feliz reserva, mas rapidamente esquecida, pois imediatamente se repete que a prática e a teoria, no seio de uma “cultura” e num dado momento, dependem da mesma “episteme”, que define as condições das possibilidades de todo saber”. Assim, a reforma monetária de 1575 e a reforma de Law¹⁰ assentariam “na mesma base arqueológica”.

Confesso que, se eu fosse consultar os textos da época, colocaria Oresme¹¹ e Jacques Rueff¹² na “fundação” da reforma de 1575¹³. Mas Michel Foucault, sem dúvida, vê as coisas de forma diferente. É preciso ouvir suas justificativas.

Moedas e preços no século XVI

Ele também busca suas justificativas nos textos. Para o século XVI, nas obras publicadas por Le Branchu, o que não é inteiramente reconfortante. Porque se confiarmos nas palavras, teríamos que buscá-las em outro lugar que não em traduções medíocres. E é muito fácil atribuir às pessoas do século XVI preocupações exclusivamente monetárias (“ou quase isso”), se lermos a seleção de *Ecrits notables sur la monnaie*¹⁴ [Escritos notáveis sobre dinheiro].

Aceitemos, porém, provisoriamente, ater-nos a Copérnico, ao *Compendious*

¹⁰ O sistema de Law, idealizado pelo escocês John Law, foi implantado na França, sob a regência de Philippe d'Orléans, de 1716 a 1720, cujo objetivo consistia em liquidar a dívida deixada por Luís XIV. Uma de suas particularidades é desenvolver o uso do papel-moeda em substituição ao dinheiro metálico, de forma a facilitar o comércio e o investimento.

¹¹ Nicole Oresme, nasceu em Fleury-sur-Orne (então Alemanha) por volta de 1320-1321 e faleceu em Lisieux em 11 de julho de 1382, foi filósofo, astrônomo, matemático, economista, musicólogo, físico, tradutor de língua latina e teólogo que estudou e viveu na França medieval. Ele foi bispo de Lisieux e conselheiro do rei Carlos V, o Sábio. Escreveu em 1355 o *Tractatus de origine, natura, iure et mutationibus monetarum* (Tratado sobre a origem, natureza, lei e mudanças do dinheiro).

¹² Jacques Rueff, nascido em 23 de agosto de 1896 em Paris e falecido em 24 de abril de 1978 na mesma cidade, foi um alto funcionário público e economista francês, que desempenhou um papel importante nas políticas econômicas realizadas na década de 1930 e, especialmente, a partir de 1958. É autor de vários livros e artigos de economia. Provável referência ao livro *L'Ordre social*, em que elementos da história da economia são tratados.

¹³ Em 1575-7, a França experimentou o auge de uma aguda crise monetária que uma reforma monetária sem precedentes tentou resolver. Sua principal medida consiste em abolir a conta em libras de *tournois* em favor de uma chamada moeda real, o *ecu* de ouro.

¹⁴ LE BRANCHU, Jean Yves; *Écrits notables sur la monnaie, XVIe siècle, de Copernic à Davanzati*; Paris: Librairie Félix Alcan, 1934.

examination, a Bodin¹⁵, a Malestroit¹⁶, a Davanzati, velhos conhecidos. Mesmo a propósito deles, Michel Foucault demonstra pouco, afirma muito. Para os homens desse tempo, diz ele, “assim como as palavras tinham a mesma realidade daquilo que diziam, assim como as marcas dos seres vivos estavam inscritas sobre seu corpo à maneira das marcas visíveis e positivas, assim os signos que indicavam as riquezas e as mediam deviam, eles próprios, trazer sua marca real dela”¹⁷.

Curiosa definição da episteme econômica de um tempo em que, justamente, quase nenhuma moeda real trazia a marca de seu valor nominal, ainda que fixado por decreto. Nós é que ficamos surpresos com esse divórcio.

Estou bem ciente de que o que impressiona Michel Foucault na controvérsia monetária de 1575 é que os homens entraram em uma luta para obter essa conjunção de valor e marca. Mas ele se esquece de enfatizar que, embora eles tenham conseguido, isso não durou nem trinta anos. Então, o "saber" monetário de toda uma "era" foi imposto apenas por meio da luta, e apenas por um curto período? Mas onde estava, então, o "a base" determinante, a "episteme" constrangedora, a coerência entre prática, teoria e "cultura" que havia sido postulada?

De fato, o problema de 1575-1577, como o do tempo de Qresme, ou de Copérnico (ou de Locke, ou de Law, ou de Aftalion¹⁸), é o conflito, tão antigo como a moeda, entre os seus diversos papéis e as suas diversas formas; moeda-objeto (que é uma mercadoria), moeda-signo (que é “corrente” e fiduciária), moeda-nome (que é apenas uma medida de valor). Sobre isso, nunca diremos mais do que Marx disse, graças ao seu conhecimento sério, dos textos dos séculos XVII e XVIII. Mas se quisermos voltar mais longe, será uma episteme do "signo", uma episteme "do Renascimento" que encontraremos? Ou simplesmente, diante do mesmo problema, uma reflexão nova sobre fatos novos?

Copérnico queria uma moeda fixa, como a braça ou o alqueire, pois o dinheiro deve ser

¹⁵ Jean Bodin (Angers, 1530 — Laon, 1596) teórico político, jurista francês, membro do Parlamento de Paris e professor de Direito em Toulouse. O autor é reconhecido pelos seus estudos que foram de suma importância para o avanço dos conceitos de soberania e absolutismo dos Estados. “Os Seis Livros da República” é uma das grandes obras de Jean Bodin, considerada como o primeiro tratado político sistemático da época.[19] A obra foi escrita em meio às guerras de religião e pretendia resolver os impasses nas guerras civis e religiosas na França e, ao mesmo tempo, que fosse uma obra acessível.

¹⁶ Jean de Malestroit (século XVI) economista conhecido por seus debates sobre a moeda, mais tarde referido como *Controvérsia sobre o Dinheiro*, debates travados entre Malestroit e Jean Bodin. Cf. Malestroit, Jehan Cherruyt de (1567), “Mémoires sur le fait des monnoyes, proposez et leues par le Maistre des Comptes De Malestroit au Privé conseil du Roi tenu à Saint Maur des Fossees le 16 jour de may 1567”, in: L. Einaudi (ed.), *Paradoxes inédits du Seigneur de Malestroit touchant les monnoyes avec la response du Président de la Tourette*, Turin: G. Einaudi, 1937, pp. 99-130.

¹⁷ FOUCAULT, Michel; As Palavras e as Coisas; *op. cit.* p. 231.

¹⁸ Albert Aftalion (1874–1956) economista francês nascido na Bulgária. Foi professor na Universidade de Lille e depois na Universidade de Paris. Autor de várias obras de economia, dentre elas: *Les crises périodiques de surproduction*; Paris: Librairie de Sciences Politiques et Sociales, 1913.

medido. Malestroit localizou esta medida fixa no metal precioso. Bodin descobriu que esse metal, que confere "estimativa e preço às coisas", pode ele mesmo, pela abundância, mudar de valor. É essa descoberta que importa para nós. O parentesco das três posições, se formos buscar nas noções de relação, medida, comensurabilidade. nos levaria de volta a Aristóteles, descer às teorias do equilíbrio. O que há de grave em Foucault é que, por meio de imagens e comparações, ele define como típicos de um século problemas que são eternos porque são formais, enquanto se recusa a ver o que cada século, sob o ditado de "coisas" novas, impõe conquistas ao espírito.

Ora, o que é novo no século XVI, é que este metal "precioso", "raro, útil e desejável", calibrado pelo seu peso, e única referência possível na prática do comércio internacional, começou a mudar de valor, não por oscilações momentâneas, localizadas ou distantes (com as quais os cambistas e comerciantes sempre jogaram), mas na Europa, diante de todos os produtos, de forma desigual, sem dúvida, mas rapidamente. Isso é o que perturbou o espírito das pessoas, perturbou seu "saber". O que é emocionante é descobrir o limite imposto a essa agitação pelas ferramentas mentais do século: ou é medir o impacto, nas ferramentas mentais do século, do "fenômeno que se produziu", nos mercados do México, de Potosi, nas gradas de Sevilha?

Não vou censurar Michel Foucault (embora seu livro não seja de desencorajar o pedantismo) por não ter lido a tese inédita de Humbleton, o fragmento de Azpilcueta¹⁹ que foi publicado muito recentemente na França, ou qualquer um dos meus artigos que permaneceram desconhecidos por ele. Mas como ele estava confrontando o pensamento econômico de um século, pelo menos poderia ter complementado Le Branchu com Monroe, Grice Hutchison²⁰, Hamilton²¹, Larraz²², ou seja, com os textos aos quais eles se referem. Talvez ele tivesse extraído deles argumentos para sua tese, porque, formalmente, eles pertencem ao seu século. Mas no fundo, eles não se contentam em simplesmente vincular a riqueza e o sinal de riqueza;

¹⁹ Martin d'Azpilcueta, nascido em Barásoain em Navarra em 13 de dezembro de 1491 e falecido em Roma em 21 de junho de 1586. Aclamado de "Doutor Navarro" ou "Navarra", foi um canonista e teólogo espanhol. Foi o primeiro a desenvolver a teoria quantitativa do dinheiro e um dos maiores intelectuais de seu tempo; ele pertence à Escola de Salamanca.

²⁰ Marjorie Grice-Hutchinson (Eastbourne, Inglaterra, 26 de maio de 1909 - Málaga, 12 de abril de 2003), economista britânica radicada em Málaga, especialista em pensamento econômico na Espanha, e muito particularmente na Escola de Salamanca e pensamento econômico medieval.

²¹ Alexander Hamilton (Charlestown, 11 de janeiro de 1755 - Nova Iorque, 12 de julho de 1804) estadista, político, acadêmico, comandante militar, advogado, banqueiro e economista americano. Ele foi um dos "Pais Fundadores" dos Estados Unidos e um importante intérprete e influente proponente da Constituição federal americana, além de ter sido um dos principais fundadores do sistema financeiro dos Estados Unidos.

²² José Larraz López (Cariñena, província de Saragoça, 1904 - Madrid, 1973) foi um jurista, economista, sociólogo, filósofo histórico e político espanhol. Seu discurso de entrada para a *Academia Real de Ciências Porais e Política* (Madrid), proferido em 5 de abril de 1943, foi intitulado *La época del mercantilismo en Castilla (1500-1700)* e tratou da Escola de Salamanca.

eles estão buscando a dinâmica concreta de sua relação. Que não venha Michel Foucault objetar que, de qualquer forma, trata-se de uma “análise da riqueza” baseada na troca, ou eu pedirei a ele colocar Cournot²³ e Walras²⁴ na mesma “base”. Pois, eles não partem da “produção”, até onde eu sei!

Tudo gira, em Mercado²⁵, em torno da distinção entre “estimativa” e valor da moeda. O real vale 34 *maravedi*²⁶ tanto na Índia quanto na Espanha, mas “a estimativa é muito diferente aqui e ali. A prata vale muito menos nas Índias do que na Espanha... Estimativa, valorização que vem primeiro da grande abundância ou escassez desses metais; e como eles nascem e são colhidos lá, eles são mantidos lá por muito pouco...”

Mercado examina então todos os fatores que influenciam a estimativa do dinheiro. No tempo e no espaço. Ele lamenta que essa medida de valor não seja “fixo, certo, permanente”, como a arroba ou a hora do relógio. Mas ele observa que, na Índia, o valor de uma “barra” de prata muda “pelas mesmas razões que o tecido”. Inversamente no caso dos tecidos, ele sabia que um certo veludo de Granada havia subido em 15 dias de 28 para 35 réis, porque alguém queria carregar uma caravela com ele. A comparação entre mercadoria e dinheiro não é uma construção intelectual que Malestroit “lê” de uma forma e Bodin de outra; é uma observação do mercado, interpretada por testemunhas com graus variados de penetração e posições diferentes.

Todas as mercadorias aumentarão de preço se forem muito necessárias e em pequena quantidade; e o dinheiro, na medida em que é algo que pode ser vendido, trocado ou objeto de qualquer outro contrato de troca, é uma mercadoria e, portanto, aumentará de preço, como já foi dito, de acordo com a grande necessidade dele e a pequena quantidade que se tem dele... Se todas as outras coisas forem iguais, em um país onde há falta de dinheiro, todos os outros bens vendáveis, e até mesmo o trabalho dos homens, serão oferecidos por menos dinheiro do que em um país onde há abundância de dinheiro. A experiência prova que na França, onde há menos dinheiro do que na Espanha, o pão, o vinho, o linho e o trabalho valem muito menos; e na própria Espanha, quando havia menos dinheiro, as coisas vendáveis, os braços e o trabalho dos homens eram oferecidos por muito menos do que desde que a descoberta das Índias a cobriu de ouro e prata. A causa disso é que o dinheiro custa mais caro onde falta e quanto falta, do que onde abunda e quando abunda; e se alguns dizem que a falta de dinheiro o rebaixa, é porque o excesso dele faz com que

²³ Antoine Augustin Cournot, nascido em 28 de agosto de 1801 em Gray (Haute-Saône) e falecido em 30 de março de 1877 em Paris, foi um matemático e filósofo francês particularmente interessado na formalização de teorias econômicas. Ele é, portanto, um dos primeiros a formular um modelo de oferta e demanda.

²⁴ Marie Esprit Léon Walras (Évreux, 16 de dezembro de 1834 - Le Châtelard, 5 de janeiro de 1910) foi um economista francês. Considerado por Joseph Schumpeter como "o maior de todos os economistas", ele foi o "pai" da primeira formulação completa da teoria do equilíbrio econômico geral.

²⁵ Tomás de Mercado (Sevilha, 1523-1575): economista, filósofo e teólogo dominicano, pertencente à Escola de Salamanca. Publicou, em 1568, *Suma de tratos y contratos*.

²⁶ O *maravedí*, ou *maravedi*, foi o nome de várias moedas ibéricas de ouro e depois de prata entre os séculos XI e XIV e o nome de diferentes unidades contábeis ibéricas entre os séculos XI e XIX.

tudo pareça mais barato, assim como um homem de pequena estatura, na presença de um homem muito alto, parece ainda menor do que um homem de sua própria estatura.

Esse texto de Martin de Azpilcueta, que é anterior a Bodin e vai mais longe do que ele, pode ter encantado Michel Foucault com seu jogo de confrontos e sinais. Mas ele contém toda a experiência de um século (a palavra está lá) e todos os fundamentos de uma teoria psicológica apoiada em noções de equilíbrio: oferta, demanda, necessidade, escassez. Não estamos tão longe do marginalismo. Nem da matemática. “Todas as coisas sendo iguais”, “o valor do dinheiro é desigual, mas essa desigualdade é igualada pela quantidade desigual...” “Quantidade desigual é igual a apreciação desigual...”.

Foucault apontou a fórmula em Bouteroue²⁷. Mas se tivermos que procurar semelhanças, é claro que ela vem dos escolásticos. Mas até onde se estende o “domínio”? De Buridan²⁸ a Jevons²⁹?

De fato, o que interessa a Michel Foucault é a imagem literária. Quando Davanzati escreveu em Florença, em 1586,

A natureza fez todas as coisas terrenas boas; a soma delas, em virtude do acordo concluído pelos homens, vale todo o ouro que pode ser trabalhado; todos os homens, portanto, desejam tudo para adquirir todas as coisas... Para constatar a cada dia as regras e proporções matemáticas que as coisas têm entre si e com o ouro, teríamos de ser capazes de contemplar, do alto do céu ou de algum observatório muito alto, as coisas que existem e são feitas sobre a terra, ou melhor, suas imagens reproduzidas e refletidas no céu como em um espelho fiel. Então, abandonaríamos todos os nossos cálculos e diríamos: existe sobre a terra tanto ouro, tantas coisas, tantas pessoas, tantas necessidades; na medida em que cada coisa satisfaz essas necessidades, seu valor será tantas coisas ou tanto ouro.

Aqui está o comentário de Michel Foucault:

As marcas da similitude, porque guiam o conhecimento, endereçam-se à perfeição do céu; os signos da troca, porque satisfazem o desejo, apoiam-se na cintilação negra, perigosa e maldita do metal. Cintilação equívoca, pois reproduz no fundo da terra aquela que rutila na extremidade da noite; aí reside como uma promessa invertida de felicidade, e porque o metal se assemelha aos astros, o saber de todos esses tesouros perigosos é ao mesmo tempo o saber do mundo³⁰.

Muito bonito. Mas Davanzati disse isso? Ele disse apenas que “em virtude do acordo concluído pelos homens” (ele em outro lugar enfatiza seu caráter convencional), o ouro era

²⁷ Bouteroue d'aubigny, Claude de; chevalier, intendente da Nova França 1668-1670. Referência ao livro do autor intitulado: *Recherches curieuses des monnaies de France*. Citado por Foucault, cf. *Palavras e as coisas*, p. 243.

²⁸ Jean Buridan (em latim: Joannes Buridanus; 1300-1358) foi um filósofo e religioso francês.

²⁹ William Stanley Jevons (Liverpool, 1 de setembro de 1835-Bexhill, 13 de agosto de 1882) foi um economista britânico. Foi um dos fundadores da Economia Neoclássica e formulador da teoria da utilidade marginal.

³⁰ FOUCAULT, Michel; *As Palavras e as Coisas*; *op. cit.* p. 237.

chamado para medir valores. Surge então o problema: qual é a proporção do ouro existente e os valores a serem representados? Ele o coloca mal, com certeza, mas não de forma mais ingênua do que Locke ou Montesquieu, ou muitos outros quantitativistas do século XIX. Porque ele está tentando incluir o número de homens, a noção de necessidade e a relação entre as coisas. O que ele está procurando é a equação de Fisher. O que ele sonha é com um planejador mundial que conheça o suficiente os termos da equação para definir racionalmente o nível de preços ou a oferta monetária. Ele ainda está sonhando? É claro que é minha vez de traduzir Davanzati. Mas eu o traio menos do que Michel Foucault. Este último, ao discernir em uma de suas frases a imaginação do povo do século XVI, quer reduzi-la a ela, confiná-la a ela. Busco nele as sementes de um raciocínio futuro. E elas estão lá, sem a menor dúvida. A episteme analógica do século XVI reina, na verdade, em Michel Foucault mais do que em Davanzati. Pois quando este último recua das visões globais para a prática cotidiana, ele escreve, com simples bom senso:

Daqui de baixo, mal descobrimos as poucas coisas que nos cercam e damos a elas um preço de acordo com a maior ou menor demanda que vemos em cada lugar e em cada momento. Os comerciantes ficam de maneira rápida bem cientes disso, e é por isso que eles sabem o preço das coisas de forma admirável.

Michel Foucault interpreta isso da seguinte forma:

Nos confins do saber, lá onde ele se faz todo-poderoso e quase divino, três grandes funções se juntam: as do *Basileus*, do *Philosophos* e a do *Metallikós*. Mas, assim como esse saber só é dado por fragmentos e na fulguração atenta da *divinatio*, assim também, no que se refere às relações singulares e parciais entre as coisas e o metal, o desejo e os preços, o conhecimento divino, ou que se poderia adquirir ‘de algum observatório elevado’, não é dado ao homem. Salvo por instantes e como que por sorte, aos espíritos que sabem espreitar, isto é, os mercadores³¹.

Fazer com que um Florentino dizer que a ciência dos preços é dada aos comerciantes “por instantes e como que por acaso”, se isso é “arqueologia”, prefiro a história. Perguntemos a Davanzati o que ele quer dizer com “comerciante” e o que ele lhe empresta em termos de “*divinatio*”:

Se o valor do dinheiro caísse de 12 para 1, os preços das coisas subiriam de 1 para 12. A pequena camponesa, acostumada a vender sua dúzia de ovos por um ás, e vendo em sua mão um ás reduzido a uma onça, diria: Senhor, ou o senhor me dá 12 desses ovos reduzidos a uma onça, ou me dá um ás de 12 onças, ou lhe dou um ovo por um ás.

Sem invocar os *Metallicos*, nem os *Philosophos*. Quanto ao *Basileus*, eis o que disse um comerciante, às vésperas da reforma de 1577:

³¹ FOUCAULT, Michel; *As Palavras e as Coisas*; *op. cit.* p. 238,

O valor do denário³² deve ser entendido como aquele segundo o qual é corrente entre os mercadores e no comércio, por uso e observação comuns; e o que se diz que o valor do denário depende da autoridade pública deve ser entendido mais pelo valor pelo qual a moeda é exibida entre mercadores e outras pessoas do que pela vontade imposta pelo Príncipe, pois a lei que estabeleceu o preço do centavo tomou lugar como é pelo uso observado pelo povo, tanto que o não uso dele o abole.

Essa é a afirmação de que o preço de mercado (que se trata de coisas mercadorias ou da moeda) tem precedência sobre as decisões reais. Desde a época dos escolásticos, os comerciantes e os “doutores” sempre concordaram com isso: “preço justo”, “lei natural” e “consenso popular” são termos que se referem ao preço de mercado.

Se descartarmos as extrapolações líricas, o que resta da *episteme* econômica do século XVI de Foucault? Em minha opinião, não muita coisa. Não que a questão levantada seja sem interesse. Poderíamos ter mostrado em que medida tais imagens dominantes - religiosas, mágicas, astrológicas - ou essa confusão erudita, interdita, limitam, obscurecem, se misturam, com incidências diversas, com a trajetória de ideias fixadas desde a Idade Média, mas que lidam com fatos novos. A experiência dos teólogos (que Michel Foucault negligencia) é impressionante a esse respeito.

O que é exato é que os homens do século XVI, na medida em que apreenderam esses novos fatos, eram levadas a considerá-los do simples ponto de vista da troca (a palavra era dada aos comerciantes, não aos produtores), e o mercado, “oferta e demanda”, tinha precedência sobre todas as outras considerações. O problema do preço de produção, do custo do trabalho, pode surgir ocasionalmente em um Saravia de la Calle³³, assim como surgiu com Aristóteles ou Buridan. Ele é mal colocado, mal resolvido. Jamais insignificante. Mas, enfim, o fato de o “preço” ter precedência sobre o “valor”, a troca sobre a produção, é uma característica desta ou daquela “camada” ou “idade” arqueológica? Eu o vejo mais como uma linha que vem sendo traçada há muito tempo (desde sempre?) e que jamais foi interrompida. Pois ela é um dos modos de análise. É o caminho microeconômico e subjetivista, há muito tempo oposto (e agora frequentemente combinado) ao caminho dos cálculos globais e dos custos de produção. Esse último caminho foi aberto principalmente no final do século XVII na Inglaterra. Michel Foucault mal o mencionou, se é que o fez. Devemos acreditar que os espanhóis, franceses,

³² Pequena moeda de prata que era a de maior circulação no Império Romano. Mesmo após a sua extinção, o denário continuou a servir de unidade de conta no Império Romano. Posteriormente, diversos países adotaram o termo "denário" (ou uma variação) para designar as suas moedas nacionais, como o *denier* francês e o *dinar* usado em países árabes. A própria palavra dinheiro, em português (*dinero*, em espanhol e *denaro* em italiano) vem do latim *denarius*.

³³ Luis Saravia de la Calle; (século XVI) Teólogo e economista espanhol. Ele é o autor de *Instrucción de mercaderes* (1544), que trata de questões mercantis, como a teoria quantitativa da moeda, e fornece dados sobre o estado da economia na Espanha.

ingleses e italianos do século XVI e da primeira metade do século XVII ignoraram a noção de produção? Que, aos olhos deles, ela “não existia”? Aqui, mais uma vez, Michel Foucault afirma e demonstra. Mas ele escolhe seus textos e, ainda mais frequentemente, fala por eles. Temo que ele possa ter perdido uma grande descoberta humana, no limite do século XVI e da “era clássica”: justamente a da descoberta da produção.

A noção de produção no alvorecer da “era clássica”

Voltemos a uma de nossas primeiras objeções, à frase: “Não há economia política na era clássica” porque “na ordem do saber, a produção não existe”, contrastamos o fato de que, na mesma data em que Michel Foucault fixou o início da “era clássica”, as palavras “Economia política” apareceram no *Traicté d'Antoine de Montchrestien*³⁴.

O fato de a palavra “Economia”, etimologicamente associada à casa e ao seu bom funcionamento, ter sido elevada pela justaposição da palavra “política” ao nível da “polis”, a comunidade, não é pouca coisa. Ambas as palavras foram emprestadas de Aristóteles. Mas não tomamos emprestado da crematística, que se refere à riqueza. Negligenciar essa preferência e essa nova combinação não seria se esquivar de um problema em um livro em que as palavras estão sendo postas em questão?

Fomos aconselhados a ter cuidado com eles, é verdade. E, sem dúvida, a Economia política de Montchrestien tem pouco em comum com a de Samuelson. Mas será que isso se deve ao fato de ignorar a produção? Ficaríamos quase tentados a dizer “pelo contrário”. Aqui está o sumário do primeiro livro de Montchrestien: “Artes mecânicas. Sua ordem e utilidade. A regulamentação das manufaturas. O emprego de homens. Os ofícios mais lucrativos e necessários para as comunidades. A manutenção de boas mentes e o cuidado que o príncipe deve ter com elas”.

Por prudência, vamos interpretar esse último ponto como um apelo discreto à generosidade do “Príncipe”, e não como a descoberta do custo rentável da educação! Quanto ao resto, acho mais difícil encontrar “riqueza” e “troca” do que “produção” e “trabalho”.

“É preciso trabalhar para se alimentar e se alimentar para trabalhar”. Esse seria o ponto de partida que, “pelo fio de uma boa ordem do discurso particular do trabalho manual”, levou Montchrestien a falar primeiro sobre agricultura.

Vamos nos apressar em afirmar que o estilo, o quadro de pensamento e, sobretudo, o quadro de referência de Montchrestien são aqueles de sua época. O que não quer dizer

³⁴ Antoine de Montchrestien (1575-1621) foi um soldado, dramaturgo, aventureiro e economista francês. Publicou em 1615 o *Traicté de l'oeconomie politique*, baseado em grande parte nas obras de Jean Bodin.

exatamente aqueles sugeridos por Foucault. A “episteme” descrita por Foucault é limitada aos aspectos que lhe interessam. O peso da Bíblia, de Platão, de Aristóteles, de Cícero, de Catão e de Columella também merece ser apreciado. Isso não impede que Montchrestien alcance certa precisão em sua definição de produção agrícola:

Desde que a terra, amaldiçoada pela transgressão de nossos primeiros pais, foi condenada a suportar sarças e espinhoso penar e o labor nos foram transmitidos como que por direito de sucessão, de acordo com a seguinte condenação: 'Comerás o teu pão com o suor do teu rosto'. Portanto, vida e trabalho estão inseparavelmente ligados... Daí a agricultura laboriosa que luta continuamente contra a esterilidade (da terra), e a força, ao fazê-la bem, para dar alguma recompensa por tanto trabalho e pagar o desgaste de tantos empréstimos. Daí o cuidado necessário para plantar e manter as videiras e outras árvores frutíferas. Daí a água necessária para regar os prados para que as ervas germinem e cresçam. Em seguida o cuidado e a alimentação do gado, cuja carne comemos e cujas roupas tiramos para vestir. É principalmente nessas coisas que se ocupa a vida rústica, da qual a agricultura é o trabalho e a ciência.

Sublinhei duas palavras que se juntam não por acaso, porque a noção da produtividade das tradições e do conhecimento é clara: “Entre os lavradores, não é aquele que tem mais terra que obtém o máximo de seu labor, mas aquele que conhece melhor a qualidade natural de cada um de seus solos, qual semente é mais adequada e em que época deve ser semeada...”.

As “artes” são menos necessárias para a vida, mas sem elas a vida seria “carente e imperfeita”. A primeira das artes é a forja, “o elemento comum de seus elementos, a mão de todas as mãos que trabalham, o primeiro instrumento de invenção; e digamos que ela é o fim de todas as outras, que são equipadas com ela, o motor e o órgão do movimento...”.

Pois é por meio do ferro, o ferro da ferramenta, que “a imaginação instigada pela pesquisa curiosa encontrou na natureza (os meios) para levar à perfeição tudo o que depende da operação artificial”.

Estamos muito longe do “brilho negro, perigoso e maldito” do metal de Davanzati, analisado por Foucault. Não vamos nos deixar levar por isso. Sem mencionar a descoberta da produtividade agrícola e uma exaltação da tecnologia metalúrgica. Afinal de contas, Montchrestien está retornando a lugares comuns. Todavia, quando ele faz desses lugares comuns – e enfatiza que isso não era feito na antiguidade – a matéria de uma ciência que ele chama de “Economia Política”, é possível negar que ele a esteja baseando na produção?

Acrescentemos: e sobre o trabalho, do qual ele dá, por meio de memórias literárias, uma definição que é ao mesmo tempo admirável e singularmente cínica:

Nenhum animal nasce mais estúpido do que o homem: mas em poucos anos ele se torna capaz de grandes serviços. Qualquer um que consiga fazer bom uso desse instrumento vivo, dessa ferramenta móvel, que seja susceptível a qualquer disciplina, que seja capaz de qualquer operação, pode se gabar de ter

atingido o ponto mais alto de eficiência econômica em sua casa.

Testemunhas Cato, Crassus e Cassius, que “não pouparam tempo, nem custos, nem diligência” para instruir e moldar seus escravos, transformando-os em um “comércio e mercadoria”. Então, aqui está desta vez, o custo rentável da educação técnica! A mais recente escola de história econômica americana se vangloria de ter demonstrado isso para explicar a rentabilidade da posse de escravos às vésperas da Guerra Civil Americana.

Mas se se tratasse de uma simples lembrança de leitura, o alcance da passagem, apesar de sua força na definição de *homo faber*, seria limitado. Mais curioso é o apelo que se segue: Montchrestien elogia a França e o cristianismo por terem ultrapassado o estágio do homem-ferramenta e do homem-mercadoria, mas parece estar procurando uma maneira de voltar para lá, em nome da eficiência social. “É verdade que a França tem essa glória, incomunicável a qualquer outro país, de ter sido, desde tempos imemoriais, o verdadeiro lar da liberdade, que a escravidão não tem lugar lá e que até mesmo o servo de um estrangeiro é libertado assim que põe os pés lá. Mas, uma vez que a servidão foi abolida por razões boas e cristãs, resta ao público tomar o cuidado de empregar os homens em artificios e trabalhos que combinem o lucro privado com a utilidade comum”.

A tese é que colocar as pessoas para trabalhar, o “berçário de artesãos”, “diversas oficinas para diversas manufaturas” seria a única maneira de vencer a vagabundagem, a bandalheira, o desemprego (que Montchrestien define perfeitamente) e a emigração. Traduzindo, a industrialização é a única maneira de vencer os efeitos do subdesenvolvimento, especialmente em tempos de expansão demográfica. Compreendo muito bem. Essa tradução é um crime. Eu uso nossas palavras. Estou usando nosso “saber”. Estou substituindo a minha “episteme” pela da “era clássica”. E esse anacronismo será justa e amargamente reprovado pelos melhores historiadores. Para dizer a verdade, eu estava me divertindo um pouco...

No entanto... Eu pego os textos. Sob as palavras, procuro coisas. Com algumas nuances – fáceis de detectar – algumas coisas na velha economia põem problemas que nós nos colocamos. Nós os analisamos à nossa própria maneira. Montchrestien, à sua. Se nos encontrarmos, é a similaridade das coisas que nos conduz até lá. Onde elas diferem, não nos encontramos. Mas quando um homem procura novas palavras, quando ele distorce o significado de palavras antigas, esse é o sinal de coisas novas. Não é essa a lição mais esclarecedora da análise dos textos?

Portanto, não condenemos *a priori* (a aplicação pode ou não ser deformadora) a pesquisa vertical, linear e retrospectiva no âmago dos textos antigos. Mas não sejamos menos sensíveis às virtudes da análise horizontal, à confrontação de textos do mesmo período. Aqui nos

aproximamos de Michel Foucault, mas em vez de ficarmos fascinados com as limitações comuns de forma, por que não descobrir com alegria as inovações comuns de conteúdo? Afinal, talvez seja isso que separa o historiador do filósofo formalista com sensibilidade literária. Se o último chama sua disciplina de “arqueologia”, isso não é, afinal, um grande inconveniente. Isso não tem grande importância.

Voltemos, então, para o tempo de Antoine de Montchrestien. Vamos nos perguntar se ele foi o único, no início da “era clássica”, a refletir sobre o primado da produção?

Em primeiro lugar, quando ele diz sobre a menor província da França que ela “fornece a Vossas Majestades seu trigo, vinho, sal, óleo, tecido, lã, ferro e lã, o que torna a França mais rica do que todos os peruanos do mundo”, ele está espontaneamente ecoando, sem se referir, aos pensamentos de Sully³⁵: “Lavoura e pastagem são os dois seios dos quais se diz que a França se alimenta, e as verdadeiras minas e tesouros do Peru”.

Quanta tinta foi derramada sobre os “Tesouros do Peru”! Mas não se engane pensando que esse desdém francês é simplesmente o fato de a raposa³⁶ dizer que “eles são verdes demais”.

No alvorecer do século XVII, os espanhóis também condenaram a ilusão de riqueza que a conquista da Índia lhes deu. Assim Pedro de Valencia³⁷:

O mal vinha da abundância do ouro, da prata, do dinheiro, que sempre foi (mostrei em outro lugar) o veneno destruidor das cidades e das repúblicas. Acredita-se que o dinheiro é o que assegura a subsistência e não é. Heranças lavradas, rebanhos e pescas, é isso que faz subsistir as cidades e as repúblicas. (1608)

E Caxa de Leruela³⁸, em 1620, diz:

As riquezas e os tesouros que as monarquias retiram do exterior não podem compensar a insuficiência dos frutos naturais da pátria... Desde que os espanhóis colocaram sua felicidade temporal na aquisição desses metais, desprezando, como disse Columella, a melhor maneira de manter e aumentar o patrimônio sem crime, ou seja, lavrando e pastoreando, eles perderam

³⁵ Maximilien de Béthune, duque de Sully, nascido em Rosny-sur-Seine em 13 de dezembro de 1559 e falecido em Villebon em 22 de dezembro de 1641, marechal da França (1634) foi um soldado protestante e companheiro de armas do rei Henrique IV, de quem se tornou um dos principais conselheiros. Cf. *Les Economies royales de Sully*, éditées par David Buisseret et Bernard Barbiche, tome I (1572-1594), tome II (1595-1599), Paris, Librairie C. Klincksieck, 1970-1988.

³⁶ Referência à fábula “A raposa e as uvas”. Chegando uma Raposa a uma parreira, viu-a carregada de uvas maduras e formosas e cobiçou-as. Começou a fazer tentativas para subir; porém, como as uvas estavam altas e a subida era íngreme, por muito que tentasse não as conseguiu alcançar. Então disse: - Estas uvas estão muito azedas, e podem manchar-me os dentes; não quero colhê-las verdes, pois não gosto delas assim. E, dito isto, foi-se embora.

³⁷ Pedro de Valência (falecido em 1631) foi um prelado católico romano que serviu como Bispo de La Paz (1617–1631) e Bispo de Santiago da Guatemala (1615–1617).

³⁸ Miguel Caxa (modernizado como Caja) de Leruela (Palomera, província de Cuenca, 5 de maio de 1562 - Palomera, província de Cuenca, por volta de 1632), foi um economista espanhol, jurista e magistrado. Autor das obras: *Discurso sobre la principal causa y reparo de la necesidad común, carestia general y despoblación destes reynos*, Madrid, 1627 e *Restauración de la abundancia de España, o prestantíssimo, único y fácil reparo de su carestia presente*, Nápoles, Lázaro Scorigio, 1631.

estupidamente ambas as riquezas ao mesmo tempo.

Dirão: lugares-comuns, latim universitário. Sim, mas os mecanismos destrutivos da “inflação construída sobre os tesouros do Peru” já haviam encontrado seu analista sutil em 1600, embora um deles tenha ficado surpreso diante de sua própria descoberta: Martin Gonzalez de Cellorigo³⁹, em um capítulo intitulado “Que a abundância de dinheiro não sustenta nem enriquece os Estados”, não se contentou com afirmações; bem antes de Cantillon, ele havia esboçado o processo destrutivo:

Com a massa de moeda que foi cunhada, elevaram-se os impostos, as anuidades reais e as capitações, cujas exigências só podem ser satisfeitas pela circulação no reino de uma quantidade de moeda capaz de dar às coisas um valor tal que seu preço corresponda ao que os contribuintes têm de cobrir e ao que é necessário para sustentar a monarquia e honrar os compromissos que ela assumiu. O mesmo se aplica a bens e compromissos que devem ser pagos no exterior e cujos preços subiram tanto pela razão geral que a abundância de moeda... Esse é o resultado da abundância de moeda, de ouro e de prata, e esse é o valor deles quando faltam as coisas necessárias para a vida humana, coisas cuja falta em um reino faz com que esse reino não tenha a verdadeira riqueza...

Jamais houve tantos súditos ricos como hoje, e nunca houve tanta miséria entre eles, jamais houve um rei tão poderoso e dono de tanta receita, e jamais até o momento um rei subiu ao trono com tamanha diminuição e endividamento de seus Estados. E o que tem impedido que a riqueza se enraíze vem do fato de que ela permaneceu e permanece no ar, em papéis, contratos, impostos, letras de câmbio, moeda, prata e ouro, e não em bens capazes de frutificar e atrair para si, por serem mais dignos, a riqueza dos estrangeiros, sustentando assim a do país.

Assim, portanto, se a Espanha não tem moeda, nem ouro, nem prata, é porque os tem, e se é pobre, é porque é rica, o que torna verdadeiras duas afirmações contraditórias que, embora se apliquem ao mesmo sujeito, são ambas verdadeiras em nossa Espanha, de acordo com os vários aspectos que são considerados no corpo de toda a República....

O que aqui se abala é a episteme escolástica, cuja lógica se surpreende diante dessa dialética da “riqueza”. E Cellorigo, constatando “que de baixo para cima podemos calcular que entre os que trabalham e os que não fazem nada, a proporção é de um para trinta”, conclui com a espantosa fórmula: “parece que queríamos fazer desta república uma república de homens encantados, vivendo fora da ordem natural das coisas.”

Isso foi escrito em 1600. Dom Quixote foi publicado em 1605. Se ele anuncia a “era clássica”, se ele é, de acordo com Foucault, “uma escrita errante no mundo entre a semelhança das coisas”, Cellorigo já deu a razão.

³⁹ Martin Gonzalez de Cellorigo: Economista espanhol, nascido em Oviedo no final do século XVI. Muitos detalhes sobre sua juventude são desconhecidos, embora se saiba que ele era um eclesiástico e advogado da chancelaria de Valladolid. Sua principal obra, *Memorial da política necessária e útil, restauração da Espanha e seus estados e atuação universal desses reinos*, foi publicada em Valladolid no ano de 1600.

Contra a ilusão do Peru, contra o mito das Índias - e ao contrário do que Michel Foucault imagina, seguindo os passos de muitos economistas apressados, a geração de 1600-1620 nunca deixou de opor o trabalho à ociosidade, a produção à “riqueza”.

O que é surpreendente é a velocidade da assimilação as coisas por parte dos espíritos. O declínio espanhol mal havia começado e já estava sendo interpretado em termos de suas causas mais profundas. A ascensão econômica da Inglaterra e de Flandres estava em seus primórdios e já assombrava as pessoas em outros países como um modelo a ser imitado.

Certamente, a riqueza monetária, e sua forma metálica, continuam sendo o signo dos países vencedores, dos países perdedores. “Fazer dinheiro”, nas origens da economia e da sociedade burguesa, era um objetivo coletivo antes de se tornar uma palavra de ordem individual. Mas Antonio Serra⁴⁰, de sua prisão em Nápoles, escreveu em 1613, dois anos antes de Montchrestien, seu *Breve tratado sobre as causas que podem fazer abundar ouro e prata em reinos que não têm minas*. O que ele recomendou? As mesmas receitas de Montchrestien, mas mais fundamentadas teoricamente, pois ele contrastou o rendimento decrescente e irregular da agricultura com o custo decrescente da produção industrial: “Ninguém, se puder semear 100 quartos de grãos no solo, poderá tornar possível semear 150, enquanto para o fabricante, não é assim: ele pode multiplicar não apenas o dobro, mas cem vezes o que produz, e com uma proporção menor de despesa”. Aqui, a antecipação do pensamento é particularmente clara, isolada demais para que dela possamos extrair um argumento. Mas como negar que os primórdios da “era clássica”, na viragem que opõe a crise espanhola aos primeiros sucessos do Norte, nos mostram uma reflexão econômica onde a produção assume o protagonismo? O próprio Quixote é uma forma de dizer, a contrário. Uma consciência de uma anacronia, de um irrealismo. Isso em nada invalida a interpretação dada por Michel Foucault. A multiplicidade de sentidos é própria às obras-primas.

Mas, por mais claro que seja o agrupamento de pensamentos entre 1600 e 1620, não é proibido encontrar em meados do século XVI a noção de produção exaltada contra a de riqueza. Luis Ortiz⁴¹, “contador de Burgos”, “para que o dinheiro não saia de Espanha”, manda expulsar toda a ociosidade e aí reintroduzir o trabalho; trabalho produtivo (muitos jovens vão para

⁴⁰ Antonio Serra (Dipignano, meados do século XVI - Nápoles, início do século XVII) foi um economista italiano e filósofo da escola mercantilista. Serra é considerado o primeiro escritor de economia política na Itália e um dos primeiros na Europa. Foi o primeiro a escrever um trabalho de política econômica sobre o mercantilismo, uma forma primitiva de protecionismo da política comercial, em 1613, intitulado *Piccolo trattato sulla ricchezza e sulla povertà delle nazioni*.

⁴¹ Ortiz, Luís de, M. (século XVI) contador e alto funcionário do Estado. Autor de um dos tratados mais interessantes sobre questões econômicas espanholas do século XVI: o *Memorial para que no salgan dineros del Reino*, datado de 1º de março de 1558 em Valladolid.

Salamanca, ou para o exército, ou para a Índia); as mulheres devem fiar com uma roca, não com um fuso, porque produz quatro vezes mais; e se a Espanha conseguisse reter o seu dinheiro, teria de o dedicar a grandes obras de irrigação, para regularizar a produção agrícola. Quanto ao comércio global, todos os itens do balanço de pagamentos (não comerciais) são analisados por Luis Ortiz.

Assim, já em 1557 (para não falar dos precursores) existe uma linha de reflexão no sentido da análise macroeconómica, das “contas nacionais”, entre aqueles que, por posição, partem do Estado, tal como existe uma “linha microeconômica”, representada pelos teólogos, porque esses partem do indivíduo.

“Era clássica” e “clássicos” da economia

“Era clássica” e “clássicos” da economia. Este artigo já está muito longo. Não vou seguir Michel Foucault nos meandros de sua demonstração ao longo do século XVIII. Isso exigiria muito desenvolvimento. Vamos deixá-los para mais tarde.

Contentemo-nos com algumas observações:

1) De início, como sempre, sobre a questão da cronologia; o mundo da "arqueologia" é o das cronologias precisas; e se Michel Foucault faz alguma alusão aqui e ali à conjuntura, é sempre de forma bastante lamentável. Além disso, ele às vezes justifica formas de raciocínio de pleno século XVIII com a ajuda de argumentos que empregou para o século XVI, enquanto acredita discernir, no início do século XVII, uma “reversão”, uma “inversão” que introduziria o “mercantilismo”, sem destruir as estruturas essenciais do “saber”. Vimos que essa “inversão” tinha suas raízes em meados do século XVI e não correspondia de forma alguma às definições de Michel Foucault (particularmente no que diz respeito ao lugar dado à produção).

2) Da mesma forma, Michel Foucault tem seu trabalho dificultado quando precisa identificar o "saber" de Law com o de Cantillon, o de Condillac com o de Quesnay. Mas, seja por comodidade ou negligência, o que dificilmente é admissível é o seu silêncio sobre o final do século XVII na Inglaterra, sobre Graunt⁴², King⁴³, Petty⁴⁴, em uma época em que nasceram

⁴² John Graunt (Londres, 24 de abril de 1620 - Londres, 18 de abril de 1674) foi um cientista e um dos primeiros demógrafos britânico, precursor na construção de Tábuas de Mortalidade. Graunt publicou em 1662 o livro *Natural and Political Observations upon the Bills of Mortality*, que lança as bases para a demografia e torna-se uma das obras pioneiras no estudo atuarial de mortalidade.

⁴³

⁴⁴ William Petty FRS (Romsey, Hampshire, 27 de maio de 1623 - Londres, 16 de dezembro de 1687) foi um economista, cientista e filósofo britânico. Pioneiro no estudo da Economia Política, Petty propôs a utilização da métodos quantitativos - por ele chamados de aritmética política - como meio de análise da riqueza de um país.[1] Ele antecipou também a importância da velocidade de transações no equilíbrio das contas nacionais, conceito posteriormente ilustrado na Teoria quantitativa da moeda.

a preocupação estatística, a preocupação probabilística e a noção de custo de trabalho, tanto para o dinheiro como para as coisas. Esse silêncio, por si só, julgaria a seriedade do método. Há aqui um galocentrismo⁴⁵ herdado não dos livros didáticos mais recentes, mas dos mais antigos.

3) Como, em última análise, a episteme da “era clássica” deve opor-se (segundo as hipóteses de Foucault) à dos “clássicos” (no sentido corrente da palavra) da economia, as aquisições progressivas que levam a esta última são assim escamoteadas. E o próprio Smith é tratado por alusões. Quanto a Ricardo, será atribuída a ele uma descoberta de “historicidade” (pelo facto de ter anunciado a imobilização da história). A fim de admitir que nenhum “corte” existe entre ele e Marx.

Pois trata-se de chegar na fórmula:

“O marxismo está no pensamento do século XIX como um peixe n’água: o que quer dizer que noutra parte qualquer deixa de respirar”.

Continuemos, pois há frases que devem ser saboreadas:

Se (o marxismo) se opõe às teorias burguesas da economia, e se nessa oposição, projeta contra ela uma reversão radical da História, esse conflito e esse projeto têm por condição de possibilidade não a retomada de toda a História nas mãos, mas um acontecimento que toda a arqueologia pode situar com precisão e que prescreve simultaneamente, segundo o mesmo modo, a economia burguesa e a economia revolucionária do século XIX. Seus debates podem agitar algumas ondas e desenhar sulcos na superfície: são tempestades num copo d’água⁴⁶.

Proponho que vá comemorar o quinquagésimo aniversário da Revolução de Outubro na Bacia de Luxemburgo. E verificar qual é a “arqueologia” que um “acontecimento” abala.

Assim, a análise “arqueológica” de Michel Foucault, no campo da economia, termina tão infelizmente quanto começou. De bom grado deixo-lhe as de história natural e de gramática geral, esperando que as conheça melhor do que eu. Em todo caso, ele nos deixa a “doxologia”, que me parece assemelhar-se a uma verdadeira análise histórica. Resta saber se esta análise, que através das palavras sempre se propõe a apreender as coisas, é compatível com uma pesquisa que subordina as coisas às palavras.

⁴⁵ Galocentrismo: conceito que se aplica principalmente ao campo político e cultural. Refere-se a uma atitude onde a França é vista como o centro do mundo, com suma importância em vários aspectos da vida.

⁴⁶ FOUCAULT, Michel; *As Palavras e as Coisas*; *op. cit.* p. 360.

Dossiê temático**Lutas sociais, ofensiva neoliberal e Serviço Social
resistências e articulações internacionais**

O Tema desta edição da revista *Libertas* corresponde à temática do VII Seminário Internacional, da Faculdade de Serviço social, realizado em setembro de 2022, cujo título foi: “Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: Resistências e Articulações Internacionais”. O evento teve como objetivo refletir sobre o difícil momento histórico vivenciado nos anos de 2019 a 2022, relativo ao período da pandemia do COVID19. Essa etapa da história mundial recente, caracterizada também pelo recrudescimento da ofensiva conservadora, pelo dismantelamento de direitos sociais e das lutas pelos direitos, colocou-nos diante da necessidade de criar mecanismos para fomentar a interlocução nacional e internacional sobre as expressões da questão social na atual conjuntura. Nesse volume da revista constam palestras realizadas pelos convidados, além da contribuição de outros autores sobre a temática trabalhada ao longo do evento.